



Universidade de Évora - Escola de Ciências e Tecnologia

Mestrado em Arquitetura Paisagista

Relatório de Estágio

Arrábida, "Serra-mãe"

Patrícia Varela

Orientador(es) | Aurora da Conceição Parreira Carapinha
Mário Luís Soares Fortes

Évora 2022



Universidade de Évora - Escola de Ciências e Tecnologia

Mestrado em Arquitetura Paisagista

Relatório de Estágio

Arrábida, "Serra-mãe"

Patrícia Varela

Orientador(es) | Aurora da Conceição Parreira Carapinha

Mário Luís Soares Fortes

Évora 2022



O relatório de estágio foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor da Escola de Ciências e Tecnologia:

Presidente | Maria Freire (Universidade de Évora)

Vogais | Mário Luís Soares Fortes (Direção Geral do Património Cultural) (Orientador)
Rute Sousa Matos (Universidade de Évora) (Arguente)

AGRADECIMENTOS

À Fundação Oriente, pela disponibilidade na visita ao Convento.

Ao Parque Natural da Arrábida, pela informação facultada.

À minha família:

À minha mãe, que me acompanhou na primeira visita à Arrábida, e por todo o apoio.

Ao meu pai, que me incutiu o espírito de luta.

À minha irmã, pela ajuda nos pormenores finais do relatório, e por acreditar sempre em mim.

À minha tia Fátima, pelo apoio durante o período de estágio, e pelo interesse demonstrado nos poemas que escreveu sobre a Arrábida.

À Joana, pelas mensagens diárias de força, e pelo entusiasmo inabalável durante a nossa viagem à Arrábida (mesmo quando acabámos a almoçar à chuva no Portinho!).

À Filipa, a prima mais corajosa que escalou comigo a Serra até ao Alto do Formosinho.

Aos meus orientadores:

Ao Arquiteto Paisagista Mário Fortes, pela confiança que depositou em mim, pelas viagens à Serra, e por me acompanhar ao longo de todo o trabalho, cuja ajuda foi indispensável para a sua conclusão, um grande agradecimento, foi incansável.

E um agradecimento muito especial à Professora Aurora Carapinha, não só pela visita ao Convento e orientação do relatório, mas por ter sido a minha maior inspiração ao longo do curso, pela sua força e persistência, e pela paixão e entusiasmo pela Arquitetura Paisagista que, desde o primeiro dia, me passou.

A todos, muito obrigada por me ajudarem a tornar este trabalho possível.

RESUMO

ARRÁBIDA, “SERRA-MÃE”

O valor cultural de alguns elementos representativos da Paisagem da Arrábida foi reconhecido há mais de quarenta anos, procedendo-se à classificação de “toda a zona que rodeia o Portinho da Arrábida, incluindo o Conventinho e a mata de carvalhos”. Porém, o imóvel classificado continua sem limites definidos até ao presente, o que compromete a eficácia da classificação a nível da sua proteção. Além disso, a Arrábida encontra-se atualmente ameaçada por sobrecargas turísticas, ações de pedreiras e restrições ambientais que põem em causa a continuidade dos seus valores culturais e, conseqüentemente, a integridade da paisagem. Dado o seu valor excecional, torna-se indispensável uma atenção especial e renovada na salvaguarda deste Património Cultural, único no País. Nesse sentido, este trabalho foi desenvolvido com base numa abordagem integrada, de expressão territorial, definindo-se unidades de paisagem, incluindo a unidade da “Serra-mãe”, a partir da qual se propõem limites para o imóvel classificado.

Palavras-chave: Arrábida; Paisagem; Património Cultural; Classificação; Salvaguarda

ABSTRACT

ARRÁBIDA, “MOTHER-MOUNTAIN”

The cultural value of some representative elements of Arrábida Landscape was recognized over forty years ago, with the classification of “the entire area surrounding Portinho da Arrábida, including the Convent and the oak forest”. However, the classified property continues having no defined limits until now, which compromises the effectiveness of the classification in terms of its protection. Furthermore, Arrábida is currently threatened by tourist overloads, active quarries and environmental restrictions that jeopardize the continuity of its cultural values and, consequently, the integrity of the landscape. Given its exceptional value, it is essential that a special and renewed attention be paid to safeguarding this Cultural Heritage, unique in the country. Therefore, this work was developed based on an integrated approach, of territorial expression, by defining landscape units, including the unit of the “Mother-mountain”, from which limits are proposed for the classified property.

Keywords: Arrábida; Landscape; Cultural Heritage; Classification; Protection

Ninguém consegue ficar indiferente quando passa pela Arrábida. Ninguém consegue não sentir nada, por mais insensível que seja. E isso dá à Serra um poder gigantesco.

Arrebatador, penso ser a palavra certa para descrever esse poder, à qual se somam assombroso e sublime. De uma força quase sobrenatural. E, provando que não é exagero, as comunidades sentiram necessidade de transpor essa força ou poder sobrenatural para a sua realidade humana, de encontrar uma explicação para a presença que se sente na Serra, resultante daquele encontro entre o mar e a terra. É aí que enraízam, porventura, as lendas e cultos da Nossa Senhora da Arrábida. Talvez esta veneração pela Nossa Senhora não seja mais do que uma representação dessa força sublime, que não pode possivelmente ser humana.

A Arrábida tem uma energia própria. Cada vez que a visito sou assaltada por uma energia e entusiasmo inexplicáveis. Literalmente, não consigo parar de sorrir a partir do momento em que a avisto ainda ao longe da estrada, uma alegria crescente proporcionalmente oposta à distância que vai diminuindo até chegar à Serra. Uma terapia tão boa como outra qualquer, no meio da loucura pandémica que invadiu as nossas vidas. A “Serra-mãe” foi, para mim, uma bênção, sempre pronta a transmitir um pouco da sua força.

*Alta Serra deferta, donde vejo
as aguas do Oceano de huma banda,
e d'outras falgadas as do Tejo.*

[...]

*Mas ouço queixar dentro a lapa efcura,
roidas as entrahas apparecem
daquella rouca voz, que là murmura.*

*E por cima da rocha crejpa defcem
os troncos meynos fectos encurvados,
eis jobem os que nelles enverdecem.*

*Os olhos mais dalli dependurados,
pergunto ao mar, às plantas, aos penedos,
como, quando, por quem foraõ creados?*

Elegia II: Da Arrábida. Frei Agostinho da Cruz, século XVI

ÍNDICE

Agradecimentos	IV
Resumo	V
Abstract	VI
Acrónimos.....	XII
Índice de Figuras	XIII
Índice de Tabelas	XVI
Introdução.....	1
Metodologia	4
Capítulo 1 – Arrábida.....	5
1.1 Elementos significativos	9
1.1.1 O Convento.....	9
1.1.2 A Mata.....	20
1.1.3 O Portinho.....	23
1.1.4 A Lapa.....	26
1.1.5 O Cabo.....	28
1.2 O Misticismo da Serra.....	29
Capítulo 2 – Da Caracterização Paisagística à Identificação Integrada de Valores Culturais	31
2.1 Interpretação Ecológica da Paisagem	32
2.1.1 Morfologia do Relevo	32
Hidrografia	33
Exposições.....	34
2.1.2 Solos	35
Valor Ecológico do Solo	35
Hidrogeologia.....	37
Espeleologia.....	37
2.1.3 Flora e Vegetação.....	38
2.1.4 Valores Paleontológicos.....	40

2.2 Interpretação Cultural da Paisagem	41
2.2.1 Dinâmicas antrópicas e testemunhos culturais do passado.....	41
2.2.2 A Paisagem no presente	63
Capítulo 3 – Unidades de Paisagem.....	67
3.1 Unidade I – Arrábida, “Serra-mãe”	69
3.1.1 O coração da Arrábida	71
3.1.2 Serra e Vale do Risco	71
3.1.3 Secil e Pedreiras de Sesimbra	73
3.2 Unidade II – Azeitão-Palmela	78
3.3 Unidade III – Santana	80
3.4 Unidade IV – Sesimbra	81
3.5 Unidade V – Cabo Espichel	82
3.5.1 A Finisterra.....	82
3.6 Conclusões	85
Capítulo 4 – Proposta: Salvaguarda dos Valores Culturais	92
4.1 Valores Culturais.....	93
4.2 Delimitação do Imóvel.....	95
4.3 Salvaguarda de valores culturais e instrumentos de gestão territorial	97
4.4 Enquadramento legal	100
4.4.1 Valores e critérios.....	100
4.4.2 Quanto à categoria.....	102
4.4.3 Quanto ao interesse	103
4.4.4 Quanto à designação	105
4.4.5 Quanto à aplicação de eventuais restrições	105
4.4.6 Quanto à ZEP	106
Considerações Finais	108
Referências Bibliográficas	112
ANEXO I – Levantamento de Dados.....	129
I.1 Inventário	130

I.2 Servidões e Limites Administrativos	142
ANEXO II – Caracterização e Análise: Cartografia	144
II.1 Relevo e Hidrografia	145
II.2 Solos.....	147
II.3 Valores Naturais	149
II.4 Ocupações e Cronologias	151
II.5 Humanização da Paisagem	162
ANEXO III – Unidades de Paisagem.....	164
III.1 Unidades de Paisagem	165
III.2 Sistema de Vistas	167
III.3 Galeria	187
III. 3.1 Visita ao Convento	210
ANEXO IV – Proposta.....	244
ANEXO V – Proteção da Arrábida	246
V.1 Cronologia	247
V.2 IGT: Salvaguarda dos Valores Culturais	248
V.2.1 POOC Sintra-Sado	248
V.2.2 PDM Setúbal (revisão).....	249
V.3 Análise SWOT: Viabilidade da Proposta no âmbito da Paisagem.....	254
ANEXO VI – Outra Bibliografia Consultada.....	256

ACRÓNIMOS

AMRS – Associação de Municípios da Região de Setúbal

APA – Agência Portuguesa do Ambiente

CEP – Convenção Europeia da Paisagem

CM – Câmara Municipal

DGPC – Direção Geral do Património Cultural

DG – Diário do Governo

DR – Diário da República

ICN(F) – Instituto da Conservação da Natureza (e das Florestas)

ICOMOS – International Council on Monuments and Sites

IGeoE – Instituto Geográfico do Exército

IGT – Instrumentos de Gestão Territorial

IIP – Imóvel de Interesse Público

IM – Interesse Municipal

MIP – Monumento de Interesse Público

MN – Monumento Nacional

PDM – Plano Diretor Municipal

PNA – Parque Natural da Arrábida

PO(PNA) – Plano de Ordenamento (do Parque Natural da Arrábida)

POOC – Plano de Ordenamento da Orla Costeira (Sintra-Sado)

PROTAML – Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa

RCM – Resolução do Conselho de Ministros

SIP – Sítio de Interesse Público

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

UOPG – Unidade Operativa de Planeamento e Gestão

ZEP – Zona Especial de Proteção

ÍNDICE DE FIGURAS

<i>Figura 1</i> - Enquadramento geográfico da área de estudo. Fonte: Imagem aérea do <i>Google Earth</i> (base adaptada).....	8
<i>Figura 2</i> - A Ermida da Memória, construída por Hildebrant, apoiada na encosta rochosa. Fonte: “Capela do convento da Arrábida”. Fotografia de Artur Pastor, c. 1957-61. Arquivo Municipal de Lisboa	11
<i>Figura 3</i> - Linha das “Capelas imperfeitas” na encosta da Serra da Arrábida, com o Santuário do Bom Jesus no topo da colina mais próxima, envolto nos ciprestes, e as cruzes do Monte Abraão em último plano. Fonte: Fotografia de Patrícia Varela, 23 de junho de 2020.....	13
<i>Figura 4</i> - Santuário do Bom Jesus. Fonte: Fotografia de Patrícia Varela, 30 de setembro de 2020.....	15
<i>Figura 5</i> - O Convento Novo, ainda com o horto na encosta em socacos e as videiras nas latadas. Fonte: “Panorâmica do Conventinho da Arrábida”. Fotografia de Artur Pastor, c. 1954-55. Arquivo Municipal de Lisboa	17
<i>Figura 6</i> - Convento Novo, atualmente. Fonte: Fotografia de Patrícia Varela, 30 de setembro de 2020.....	18
<i>Figura 7</i> - Pastagens na encosta e pomar do Convento da Arrábida. Fonte: “Arrábida”. Litografia de G. Vivian, impressa por L. Haghe em 1839. Biblioteca da Ajuda	19
<i>Figura 8</i> – Fotografia atual do Convento. Depois do abandono da atividade, a encosta foi sendo reocupada pela vegetação endémica. Foi ainda construído um edifício perto do Convento Novo, recentemente, que levanta algumas questões relativamente à sua integração no conjunto religioso. Fonte: Fotografia de Patrícia Varela, 23 de junho de 2020	19
<i>Figura 9</i> - Vegetação da Mata no caminho entre <i>El Carmen</i> e o Conventinho. Fonte: Fotografia de Patrícia Varela, 13 de maio de 2021	22
<i>Figura 10</i> - Clandestinos no Portinho nos anos 80. Fonte: <i>Arrábida, em contínuo</i> (Carqueijeiro & Henriques, 2018, p. 83).....	24
<i>Figura 11</i> - Capela da Lapa de Santa Margarida. Fonte: Fotografia de Patrícia Varela, 5 de janeiro de 2020	26
<i>Figura 12</i> - Pilares da Lapa de Santa Margarida, vista da entrada do lado do mar. Fonte: “Lapa de Santa Margarida” - Sesimbra (Pinto, 2014).....	27
<i>Figura 13</i> - Vista para o Santuário do Cabo Espichel, com a Ermida da Memória (à esquerda) e a Casa da Água, ao fundo. Fonte: Fotografia de Patrícia Varela, 23 de junho de 2020.....	28

<i>Figura 14</i> - Esquema com as três principais linhas de relevo da área de estudo, vista do Formosinho para Nordeste. Fonte: Fotografia de Patrícia Varela, 17 de setembro de 2021	33
<i>Figura 15</i> - Antiga pedreira da Brecha da Arrábida. Fonte: Fotografia de Patrícia Varela, 13 de maio de 2021	36
<i>Figura 16</i> - Possível reconstituição do Povoado do Risco. Fonte: Desenho de Mariana Croft em <i>A Arrábida no Bronze Final</i> (Soares, 2012, p. 52)	43
<i>Figura 17</i> – Exploração agrícola no Vale do Risco, atualmente. Fonte: Fotografia de Ricardo Soares em <i>A Arrábida no Bronze Final</i> (Soares, 2012, p. 52).....	43
<i>Figura 18</i> - Esquema de ocupação da Serra da Arrábida-Risco na Idade do Bronze. Fonte: Imagem aérea do <i>Google Earth</i> (base adaptada)	44
<i>Figura 19</i> - Serra da Arrábida representada num mapa antigo como “Barbarii Arabrica” e o Cabo Espichel como “Promontorium barbaricum”. Fonte: “ <i>Tabula veteris Lusitanae celticae</i> ”. Mapa de António Ribeiro dos Santos, século XVIII, década desconhecida - Biblioteca Nacional Digital	46
<i>Figura 20</i> - Esquema com a "antiquíssima estrada real" que ligava Setúbal a Lisboa, bifurcando para Oeste pelas Aldeias de Azeitão até Sesimbra. Fonte: <i>Arrábida: História de uma Região Privilegiada</i> (Pimentel, 1992, p. 43)	52
<i>Figura 21</i> – Situação da Arrábida depois do descoutamento da encosta norte da Serra até aos “montes de Azeitão”. Fonte: <i>Arrábida: História de uma Região Privilegiada</i> (Pimentel, 1992, p. 125).....	55
<i>Figura 22</i> - Levantamento com a alameda de árvores promovida por Dr. Agostinho Machado Faria. Fonte: “ <i>Planta da carta que contem as aldeas d’Azeitão</i> ”. Carta de Maximiano José da Serra, levantada em 1790. - Biblioteca Digital do Exército.....	56
<i>Figura 23</i> - Esquema hipotético dos acessos à Serra da Arrábida. Fonte: Descrições em <i>Arrábida: História de uma Região Privilegiada</i> (Pimentel, 1992, pp. 172/173); Cartas Militares nº 454, 464 e 465 (1937); Imagem aérea do <i>Google Earth</i> (base adaptada)	59
<i>Figura 24</i> - Carta com pedido de socorro de Sebastião da Gama: “ <i>Sr. Engenheiro Miguel Neves. Socorro! Socorro! Socorro! O José Júlio da Costa começou (e vai já adiantada) a destruição da metade da Mata do Solitário que lhe pertence. Peço-lhe que trate imediatamente. Se for necessário, restaure-se a pena de morte. SOCORRO!</i> ”. Fonte: “Sebastião da Gama e a Salvaguarda da Serra da Arrábida”. Setúbal Digital, s.d.	61
<i>Figura 25</i> - As linhas das estradas fortemente marcadas na encosta da Serra da Arrábida. Fonte: Fotografia de Patrícia Varela, 5 de janeiro de 2020	64
<i>Figura 26</i> - Unidades de Paisagem.....	68
<i>Figura 27</i> - Vista da encosta sul: subunidade de paisagem Ia. Fonte: Fotografia de Patrícia Varela, 23 de junho de 2020	70

<i>Figura 28</i> - Vista da encosta norte: subunidade de paisagem Ib. Fonte: Fotografia de Patrícia Varela, 23 de junho de 2020	70
<i>Figura 29</i> - As Terras do Risco, com a “ilha” no vale, em contraste com as matas verde-escuro das encostas da Serra. É curioso ver que a linha de cumeada da Serra do Risco forma o perfil de uma cara. Fonte: Fotografia de Patrícia Varela, 17 de setembro de 2021	72
<i>Figura 30</i> - Área industrial da Secil nos anos 70. Fonte: “Uma Homenagem ao Passado, a Olhar Sobre o Futuro” em <i>Valorizar</i> , nº7 (Secil, 2010, p. 1)	75
<i>Figura 31</i> - Área industrial da Secil em 2010 Fonte: “Uma Homenagem ao Passado, a Olhar Sobre o Futuro” em <i>Valorizar</i> , nº7 (Secil, 2010, p. 1)	75
<i>Figura 32</i> - Entrada da Secil e exploração na encosta, ao fundo, no século XX, década desconhecida. Fonte: “História”. Secil, s.d.	76
<i>Figura 33</i> - Entrada da Secil e encosta recuperada, ao fundo, atualmente. Fonte: Fotografia de Patrícia Varela, 5 de janeiro de 2020	76
<i>Figura 34</i> - Crateras fumegantes das pedreiras de Sesimbra, vistas do Alto do Formosinho. Fonte: Fotografia de Patrícia Varela, 17 de setembro de 2021.....	77
<i>Figura 35</i> - Desenvolvimento urbanístico para lá dos “montes de Azeitão” e da “Pré-Arrábida”: subunidade de paisagem IIa. Fonte: Fotografia de Patrícia Varela, 17 de setembro de 2021	79
<i>Figura 36</i> - A “ilha”, Serra de S. Luís, sobre os vales marcados pela exploração agrícola: subunidade de paisagem IIb. Fonte: Fotografia de Patrícia Varela, 23 de junho de 2020	79
<i>Figura 37</i> - Crescente urbanização na unidade de paisagem da zona de Santana. Fonte: Imagem aérea do <i>Google Earth</i>	80
<i>Figura 38</i> - Vale e baía de Sesimbra, com o Castelo no cimo da encosta. Fonte: Imagem do <i>Google Earth (Street View)</i>	81
<i>Figura 39</i> - Vista a partir do Alto do Formosinho, na direção ao Cabo Espichel (“finisterra”), situado no limite ocidental da cadeia montanhosa. Fonte: Fotografia de Patrícia Varela, 17 de setembro de 2021	83
<i>Figura 40</i> - Delimitação do imóvel (área a verde) pelas linhas fundamentais da paisagem: linhas de cumeada (tracejado) e de costa. Fonte: Imagem aérea do <i>Google Earth</i> (base adaptada); Carta Militar nº 465 de 1994 (curvas de nível - festos).....	96

ÍNDICE DE TABELAS

<i>Tabela 1</i> - Comparação entre as paisagens da Serra da Arrábida e do Cabo Espichel	84
<i>Tabela 2</i> - Avaliação do valor paisagístico das unidades de paisagem, segundo os critérios definidos no POPNA.....	86
<i>Tabela 3</i> - Avaliação do valor cultural das unidades de paisagem, segundo os critérios definidos na legislação do património cultural.....	88

INTRODUÇÃO

O presente relatório surge no âmbito do trabalho desenvolvido durante o estágio na Divisão de Património Imóvel, Móvel e Imaterial, da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC).

Este trabalho tem como objetivo principal a regularização de uma situação pendente, decorrente da publicação do *Decreto nº 129/77 de 29 de setembro (Diário da República nº 226/1997, I Série)* que determinou a classificação de “Toda a zona que rodeia o Portinho da Arrábida, incluindo o Conventinho e a mata de carvalhos” como *Imóvel de Interesse Público*, sem limites definidos, a partir da avaliação dos valores culturais da Paisagem da Arrábida e a elaboração de uma proposta para a eventual reformulação da sua classificação, âmbito e extensão.

A situação atual do imóvel classificado levanta algumas preocupações, na medida em que pode dificultar a salvaguarda do património cultural pelas indefinições decorrentes da inexistência de limites do imóvel, bem como pela consequente ausência da zona geral de proteção. Assim:

- Dificulta a identificação de estudos, projetos ou obras que devem ser submetidos a parecer vinculativo dos organismos que tutelam o Património Cultural;
- Condiciona a aplicação de taxas reduzidas e isenções em propriedades abrangidas pela classificação, comprometendo por isso os direitos dos proprietários;
- Compromete a eficácia de outros instrumentos de gestão territorial, nomeadamente dos Planos Diretores Municipais.

Além disso, acresce o risco de não abranger todos os valores em presença na Paisagem da Arrábida (que ultrapassam a área restrita ao Portinho, Convento e Matas). Reforça-se ainda a urgência de proteção da área por se encontrar ameaçada por várias frentes, como a ação de exploração das pedreiras na sua envolvente e o crescimento turístico que põe em causa a integridade de algumas zonas, sentindo-se especialmente no Portinho. Somam-se também algumas restrições do Parque Natural da Arrábida que, visando especialmente a conservação da natureza, comprometem a continuidade de alguns valores culturais.

A escolha do título do relatório, “Serra-mãe”, deve-se ao caráter sublime da Arrábida, tal como foi compreendido e reconhecido por Sebastião da Gama, a quem se deve a criação desta expressão popular. Surge no sentido da consagração da Serra, numa “fusão” do Homem com a terra-mãe.

A área de estudo que serviu como base para a definição dos limites de classificação da Paisagem da Arrábida abrange todo o maciço calcário desde o Cabo Espichel (passando pela Serra da Arrábida) até Palmela. O objetivo foi compreender quais as áreas mais relevantes a nível regional e/ou nacional, ou seja, identificar as áreas que se destacam pelos seus valores culturais na grande Unidade de Paisagem da Arrábida que engloba não só a Serra, mas toda a “ilha” calcária, tal como foi definida pela equipa da Universidade de Évora (2004) em *Contributos para a Identificação e Caraterização da Paisagem em Portugal Continental*, assim como pela sua integração biogeográfica no Superdistrito Arrabidense.

O relatório está estruturado em quatro capítulos. O primeiro capítulo apresenta uma breve reflexão sobre o valor da paisagem como património cultural, a que se segue o enquadramento geográfico da área de estudo e, por fim, uma descrição dos elementos significativos e representativos da identidade da Paisagem da Arrábida. A extensão de narrações históricas ao longo do trabalho deve-se à sua integração nas metodologias utilizadas pela DGPC, que valorizam a evolução e contexto históricos dos monumentos. Nesse sentido, os “textos históricos” seguem como contributo para a eventual revisão da classificação do objeto de estudo.

O segundo capítulo consiste na caraterização da área de estudo a partir das suas componentes naturais e culturais, integrando: a caraterização biofísica e paisagística da área; as dinâmicas antrópicas ao longo da história (isto é, como evoluíram as paisagens da região desde o seu “estado primitivo”, a partir da forma como foi ocupada e transformada pelas comunidades das diferentes épocas); concluindo com a caraterização da paisagem no presente.

O terceiro capítulo compreende as unidades de paisagem, definidas a partir do estudo e análise efetuados nos capítulos anteriores. Desse estudo foram tiradas conclusões relativamente às ligações e dissociações entre as unidades de paisagem, bem como quanto à sua relevância no contexto regional ou nacional (pela avaliação dos valores culturais presentes em cada unidade). Além disso, identificaram-se ainda as principais ameaças à sua identidade e integridade. Em conclusão e ligação com o

capítulo final, o valor cultural das unidades de paisagem foi avaliado a partir dos critérios de apreciação presentes na legislação do Património Cultural.

O quarto e último capítulo integra a proposta de salvaguarda dos valores culturais, baseada na unidade de paisagem elegida com maior valor, e que comporta o objeto de estudo (imóvel classificado sem limites). O capítulo é iniciado com um reconhecimento e resumo dos valores em presença na unidade, a partir dos quais foram definidos os limites do imóvel classificado. Segue-se uma avaliação da eficácia dos instrumentos de gestão territorial na proteção dos valores culturais, remetendo para a necessidade de reforço dessa proteção pela entidade responsável pelo Património Cultural. Assim, procedeu-se ao seu enquadramento legal nacional e respetiva integração em cartas e convenções internacionais, a partir dos quais foram definidos a categoria, o interesse e a designação do imóvel. Deixam-se ainda algumas ponderações sobre a eventual definição de uma zona especial de proteção, e orientações para a salvaguarda dos valores culturais da paisagem estudada, concluindo com uma reflexão sobre a eficácia da legislação do Património Cultural quando aplicada ao âmbito da paisagem.

Em anexo, é apresentado o inventário inicial resultante do levantamento de dados relativos aos valores culturais na área de estudo, que foi posteriormente processado em mapa para melhor leitura e compreensão da evolução de ocupação na região. A cartografia elaborada durante o processo de trabalho encontra-se também em anexo, e compreende: as servidões e limites administrativos; carta síntese do relevo e hidrografia; carta síntese de solos; valores naturais (além dos apresentados nas cartas anteriores); ocupações e cronologias (processamento do inventário); humanização da paisagem no presente; e delimitação das unidades de paisagem. Segue-se o sistema de vistas, apresentado em carta acompanhada pelas fichas das respetivas vistas. Algumas fotografias tiradas durante as visitas ao local encontram-se inseridas numa galeria (com a respetiva localização em mapa), na qual foi feito um *zoom* da área do Convento, com a identificação dos diferentes espaços. São ainda apresentados em anexo: a proposta de limites sobre a carta militar (que constitui uma base fixa e universal); uma cronologia da proteção da Arrábida; a lista de unidades operativas de planeamento e gestão (UOPG), definidas nos IGT que abrangem o objeto de estudo; e uma análise SWOT para avaliação da viabilidade da proposta, a nível da proteção dos valores culturais no futuro. Por fim, é apresentada a bibliografia não referenciada no relatório, mas que complementou o estudo da Paisagem da Arrábida.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada na elaboração deste trabalho consistiu, numa primeira fase, num levantamento exaustivo de dados para a caracterização da Paisagem da Arrábida e análise das suas dinâmicas passadas e atuais, procurando colmatar algumas lacunas relativamente à inventariação dos bens culturais. Além do inventário, procedeu-se à elaboração de cartas síntese para interpretação das suas componentes naturais (relevo, hidrografia, solos, etc.) e culturais (evolução de ocupação e consequentes transformações, elementos construídos, etc.).

Numa segunda fase, foram delimitadas unidades de paisagem a partir da análise anterior. Foram então reconhecidos os valores presentes em cada unidade, e as ameaças a que se encontram sujeitos, contribuindo assim para futuros estudos com vista à resolução de questões relacionadas com a gestão da paisagem.

Posteriormente, as unidades de paisagem foram avaliadas a partir dos seus valores culturais, de modo a destacar as mais relevantes a nível patrimonial e que poderão ser objeto de eventual classificação, ou que, pelo contrário, reúnem menos valores culturais ou se encontram mais descaracterizadas por pressões antrópicas. Além disso, a avaliação das unidades teve em vista a identificação das áreas que se integram no âmbito da Paisagem da Arrábida, para avaliação da extensão do imóvel atualmente classificado sem limites.

Na fase de proposta de delimitação do imóvel foram consideradas as linhas fundamentais da paisagem, limites construídos e cadastrais. A partir da legislação nacional do Património Cultural, de definições presentes em cartas e convenções internacionais, e da comparação com outras paisagens de referência, foram ponderados: a categoria (*monumento, conjunto* ou *sítio*); o interesse (nacional ou público); e a designação do imóvel. Procedeu-se ainda a uma avaliação da eficácia dos instrumentos de gestão territorial na salvaguarda dos valores em presença no imóvel, e a uma reflexão sobre as áreas que poderão vir a integrar uma eventual ZEP. Por fim, sugerem-se algumas orientações para a gestão da paisagem e salvaguarda dos valores culturais do imóvel delimitado, de modo a “contrariar” a visão tendencialmente negativa decorrente das restrições, e adaptá-las ao âmbito da paisagem.

Ao longo do processo, foram realizadas várias visitas ao local com o objetivo de compreender o sistema de vistas, e (re)conhecer e explorar os elementos naturais e construídos.

CAPÍTULO 1 – ARRÁBIDA

“A paisagem é a expressão do espaço que é vivido pelo Homem. É a imagem, a expressão física, a visualização do espaço que é vivido pelo Homem.”

A paisagem é tudo. Gonçalo Ribeiro Telles, 2004

A paisagem é o meio através do qual se constrói a identidade de um lugar, é tanto uma representação como uma existência material. (Roca & Oliveira, 2005, p. 2) Traduz os valores éticos na relação entre o Homem e a terra ao longo da história, respondendo a necessidades não só biológicas como também políticas, sociais, simbólicas, afetivas e espirituais. (Besse, 2014, p. 245)

Cada lugar conta uma história duma realidade vivida, experienciada, possui uma individualidade que se manifesta nos elementos que o constituem (nos sistemas da vegetação, da água, dos percursos), uma identidade estabelecida pelo todo. A paisagem e o património encontram-se, por isso, no foro pessoal, na componente subjetiva, na memória coletiva.

Considerando que a paisagem é um encontro entre a natureza e a cultura, “uma construção cultural, da relação simbólica, emotiva, afetiva, racional que as comunidades estabelecem com o tempo, com o espaço” (Carapinha, 2018, p. 27), então estudar a paisagem, compreendê-la, é trabalhar com a própria vida enrolada em vidas passadas.

A paisagem consiste num património dinâmico, num sistema em constante evolução e, conseqüentemente, em transformação. Deve por isso ser assumida como um instrumento, como um processo aberto, que não comprometa o futuro sem esquecer o passado (Cancela d’Abreu *et al.*, 2011), e não poderia ser de outra forma porque intervir na paisagem é trabalhar com o tempo. Assume-se como elo de ligação entre vários tempos e culturas sobre os mesmos espaços.

A paisagem é aquilo que vemos, que sentimos e com a qual nos relacionamos através do corpo e da mente. É um espaço com o qual interagimos espiritualmente, objetivamente e cientificamente. [...] é, e sempre foi, intrinsecamente multifuncional, dinâmica e identitária. (Carapinha, 2018, p. 25)

A *Convenção Europeia da Paisagem* veio democratizar este conceito (infelizmente ainda um pouco vago para a maioria do público), assumindo legalmente a paisagem como um bem público e considerando a abordagem participativa como inerente ao próprio conceito de paisagem. Pois é a comunidade que a habita, usa e transforma, e nessa dimensão subjetiva permite-se estabelecer uma relação de identidade e responsabilidade entre o sujeito e o território. (Cancela d’Abreu *et al.*, 2011)

A UNESCO define as *Paisagens Culturais*¹ como “bens culturais e representam as «obras conjugadas do homem e da natureza» [...]. Ilustram a evolução da sociedade humana e a sua consolidação ao longo do tempo, sob a influência das condicionantes físicas e/ou das possibilidades apresentadas pelo seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, económicas e culturais, externas e internas.” (UNESCO, 2019, p. 22) A partir da revisão do conceito *paisagem* definido pela CEP (2000) – “designa uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da ação e da interação de fatores naturais e ou humanos”² – deduz-se que a expressão “paisagem cultural” é uma redundância, pelo que “cultural” pode ser omitido na designação. Isto é, todas as paisagens são culturais. Além disso, considerando que a paisagem se apresenta como resultado da evolução cultural, e sendo a cultura uma herança, então pode afirmar-se que toda a paisagem é património.

A área de estudo localiza-se na Península de Setúbal, situada no limite sul da Área Metropolitana de Lisboa, compreendendo parte dos concelhos de Sesimbra, Setúbal e Palmela, como representado no esquema da *Figura 1*. Inclui toda a “ilha” calcária desde o Cabo Espichel até às elevações de Palmela, integrando grande parte da área terrestre do Parque Natural da Arrábida.

¹ A inclusão das “paisagens culturais” como um tipo específico de bens na lista do património mundial foi aprovada em 1992, no 16º Comité intergovernamental para a proteção do Património Mundial, Cultural e Natural. (UNESCO, 1992, pp. 54/55)

² *Artigo 1º* da CEP (Florença, 20 de outubro de 2000). Ratificada pelo *Decreto nº 4/2005 de 14 de fevereiro (DR nº 31/2005, Série I-A)*

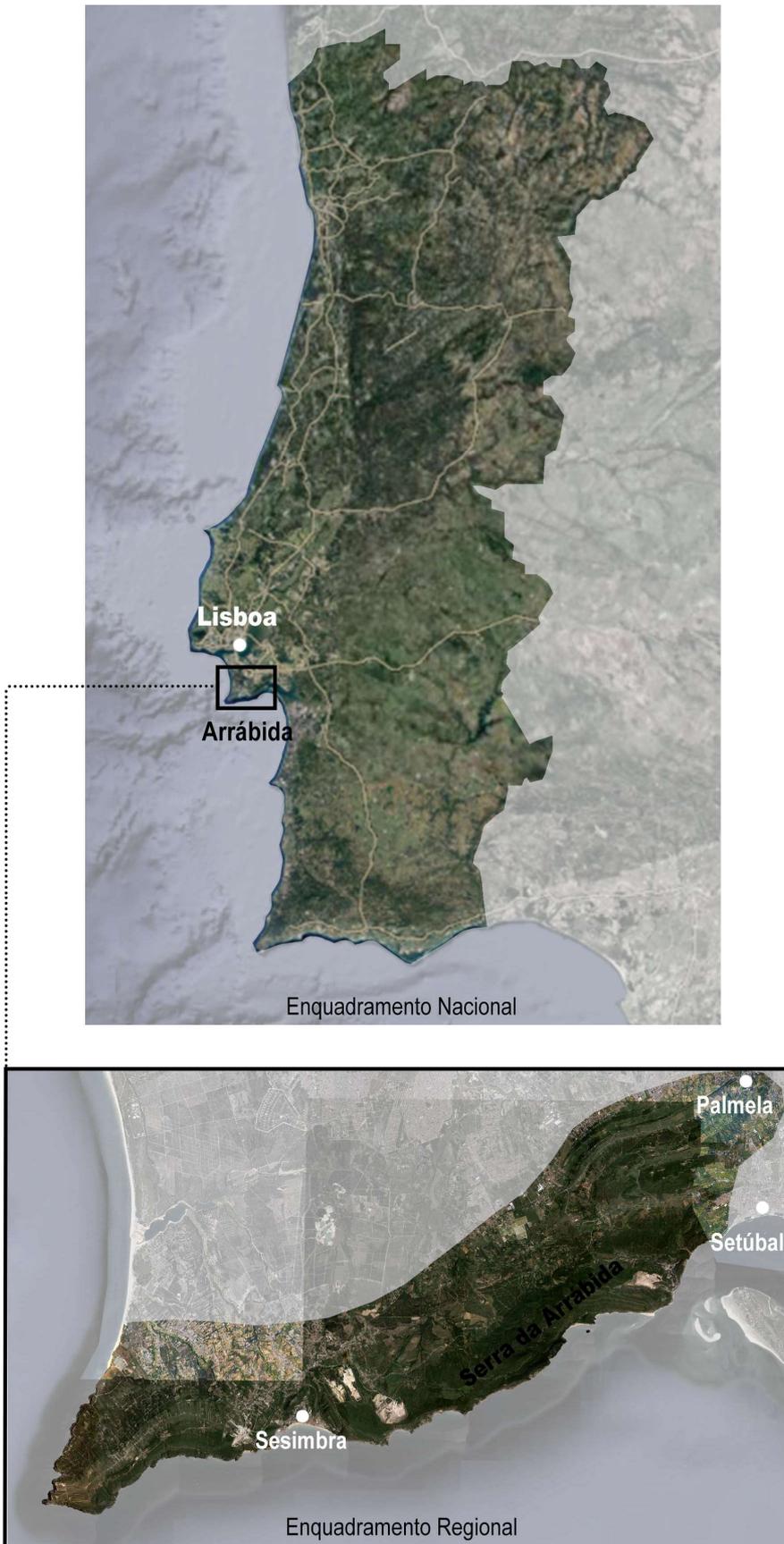


Figura 1 - Enquadramento geográfico da área de estudo. Fonte: Imagem aérea do *Google Earth* (base adaptada)

1.1 ELEMENTOS SIGNIFICATIVOS

Porèm agora, que Deos me fez merce trazer a eſta fanta ſoledade da Arrabida, Jenaõ eſtou no Ceo, eſtou nos Jeus arrebaldes. Oh Serra Sagrada! Oh ſoledade bemdita! Oh deſerto naõ deſerto, mas ſim retrato do Paraiſo! [Fr. Martinho, quando chegou à Arrábida] (Piedade, 1728, p. 70)

A identidade da paisagem da Serra da Arrábida é associada a alguns elementos significativos não só naturais, como são as grutas e a vegetação endémica, mas também culturais, resultantes da apropriação e transformação dessas componentes naturais, ou pela presença de elementos construídos, onde se destaca o Conventinho da Arrábida³. Por isso, serão referidos os principais elementos que representam o seu carácter místico, que Sebastião da Gama retrata de forma sublime. Dada a ligação religiosa entre a Serra e o Cabo Espichel, deu-se também uma atenção especial à paisagem da finisterra, que reforça a sacralidade da Arrábida.

1.1.1 O Convento

O Conventinho, encaixado nas encostas silenciosas da Serra, representa o melhor exemplo de património construído na Arrábida. Reflete a sua “poderosa dimensão telúrica deste *locus sacer*” (Pato, 2016, p. 192), induzindo à meditação, inspirada pelo equilíbrio desta “paisagem limite” entre o mar e a terra. O Convento (atualmente sob a administração da Fundação Oriente) integra um jardim⁴ com sebes de buxo, alegretes (onde se cultivavam plantas medicinais), pátios e terraços⁵ nos vários patamares da encosta declivosa, horta e pomar, associados à antiga habitação da comunidade religiosa (cf. Pereira de Lima, 2005), como identificados no esquema do Anexo III.3.1 (acompanhado pela galeria, pp. 211-243; Anexo III.2 - vista nº 7, p. 174). A cerca conventual divide-se em três áreas com diferentes ocupações de solo:

³ É também a área compreendida por alguns destes elementos que se encontra classificada como *Imóvel de Interesse Público (Decreto nº 129/77, de 29 de setembro, DR nº 226/1977, I Série)*.

⁴ Jardim de São Pedro de Alcântara, junto à Capela da Senhora da Piedade.

⁵ A partir do ponto mais alto: Terreiro de Pilatos (juntos às celas mais acima na encosta), Terreiro de Santiago (entre os corredores da Portaria e de São João), Terreiro de São João Baptista (junto à Casa do Bispo), Terraços junto ao refeitório e à Casa dos Alguidares, e ainda a Calçada da Samaritana, que desce até à Fonte encrustada na Igreja.

A zona mais alta é também a mais declivosa e está revestida por mata autóctone onde existem caminhos de ligação entre edificações que terminam em pequenos terraços. [...] O segundo intervalo altimétrico, de declive menos acentuado apresenta a maior parte das edificações quer ligadas ao culto, quer de serviço. [...] O terceiro intervalo altimétrico, de declive menos acentuado é constituído pela zona agrícola da quinta estruturada em três socialcos suportados por muros e ligados por escadas. (Pereira de Lima, 2005)

Tudo começou, segundo a lenda, com um mercador inglês e um naufrágio. Decorria o ano de 1215 quando uma tempestade conduziu o mercador inglês Hildebrant até à costa da Arrábida, na qual terá avistado uma luz a guiá-lo para terra. Segundo diz a tradição, na manhã seguinte o mercador encontrou uma imagem de Nossa Senhora no local onde vira a luz na noite anterior, a mesma imagem que levava a bordo e que se terá perdido durante a tempestade. O que seria senão um milagre? Vendeu então todos os bens que possuía e mandou construir uma ermida dedicada à Nossa Senhora da Arrábida, a Ermida da Memória (*Figura 2*), e junto desta uma cela, onde viria a passar o resto dos seus dias (cf. Piedade, 1728, pp. 26/27). Com o passar dos séculos, esta atração religiosa pela Serra viria a crescer, não só com os frades que procuravam a sua paz e solidão, mas como centro da religiosidade popular, com as romarias em honra da Nossa Senhora da Arrábida que são anteriores à construção do Convento.

Vemos assim emergir (ou confirmar-se) na Arrábida aquele que – logo após a Reconquista cristã, mas com especial incidência a partir do séc. XVI – virá a assumir-se como um dos traços mais distintivos da sua paisagem cultural: a espiritualidade ascética, convocada pelo carácter ermo e virgem das serranias. (Pato, 2016, p. 194)



Figura 2 - A Ermida da Memória, construída por Hildebrant, apoiada na encosta rochosa.
Fonte: “Capela do convento da Arrábida”. Fotografia de Artur Pastor, c. 1957-61. Arquivo Municipal de Lisboa

Séculos depois, de um encontro (quem sabe, destinado) no Santuário de Nossa Senhora de Guadalupe entre um nobre destroçado⁶, D. João de Lencastre, e um frade castelhano da Ordem de S. Francisco, Frei Martinho de Santa Maria, que aspirava à vida de eremita, surgiria um Convento em 1539, junto à velha Ermida da Memória. Escreve Frei António da Piedade, cronista da Arrábida: “Com toda a atenção ouviu o Duque a propofsta, e com muito mayor alegria lhe offereceo a sua Serra da Arrabida, cuja

⁶D. João de Lencastre, então Marquês de Torres Novas, esteve preso e foi depois exilado da Corte, segundo consta, por ter tido uma grande paixão por D. Guiomar Coutinho que estava prometida ao Infante D. Fernando, filho de D. Manuel I. Mais tarde, um novo amor, desta vez por D. Isabel de Bragança, foi-lhe igualmente negado, pois esta acabaria por casar com outro dos filhos de D. Manuel, o Infante D. Duarte. Foi depois do segundo desgosto que o Duque se decidiu a permanecer definitivamente em Azeitão, acabando de construir aí o seu Palácio (iniciado pelo seu pai, D. Jorge de Lencastre). De lá partiu em peregrinação à Nossa Senhora de Guadalupe, talvez para aliviar a dor de dois amores perdidos, onde encontrou Frei Martinho, e juntos iniciaram a “Reforma Arrábida”. D. João só voltaria à corte em 1547, quando recebeu o título de Duque de Aveiro. (cf. Marques, 2009, pp. 54/55;150)

habitação tinha todas as circunstâncias, que delineava o seu espírito, porque além de ser solitária, a sua aspereza a defendia da frequência das criaturas”. (Piedade, 1728, p. 47)

No primeiro Convento, conhecido como Convento Velho, viveram cinco eremitas⁷, incluindo Frei Martinho e Frei Pedro de Alcântara, que um século depois seria elevado a “Santo”, e pelas suas próprias mãos escavaram as celas que lhe serviriam de abrigo, pequenas grutas dispersas pela serra (cf. Marques, 2009, p. 71). Das celas primitivas, apenas persiste uma delas que, pelas palavras do cronista, terá abrigado Frei Pedro de Alcântara, e seria a mesma habitação onde residiu o mercador Hildebrant, mais tarde convertida a sacristia da Ermida da Memória.

O Convento Velho reflete claramente os princípios defendidos pela Ordem Franciscana inicialmente criada por S. Francisco de Assis, numa renovação (ou retrocesso) “às origens” regradas pela pobreza e humildade, que se reflete na arquitetura da construção austera das celas escavadas na rocha nas quais os frades dormiam sobre tocos de madeira ou pedra, sem o mínimo conforto, afastados do mundo na sua dedicação ao Criador. Entretanto, já decorriam as primeiras obras do Convento Novo quando Frei Martinho mudou temporariamente de ideias, dizendo que “uma melhoria tão grande das condições de vida poderia desvirtuar a austeridade da reforma pretendida” (Pimentel, 1992, p. 54).

O Convento foi sendo expandido, continuamente, pelos seus maiores promotores, a Casa de Aveiro, e era mantido à custa de esmolas e dádivas por parte desta Casa e de outras famílias abastadas da região, em particular do Morgadio do Calhariz. D. Jorge de Lencastre, 2º Duque de Aveiro, ordenou a construção da cerca, “attendendo ao grande desconforto dos Religiosos [...] por não estarem expostos à gente, que vinha de romagem à Senhora” (Piedade, 1728, p. 91) e algumas celas no Convento Novo. Teve ainda o cuidado de salvaguardar o mosteiro que era a “cabeça da Província dos seus fradinhos menores” (Pimentel, 1992, p. 54) pedindo ao rei D. Sebastião que concedesse o aforamento das suas terras na Arrábida à sua filha, D. Juliana, antes de partir para a batalha de Alcácer Quibir, onde perderia a vida, juntamente com o jovem monarca.

⁷ Fr. Martinho de Santa Maria, Fr. Pedro de Alcântara, Fr. Diogo de Lisboa, Fr. João Aquila e Fr. Francisco Pedraita. Frei Martinho foi o primeiro custódio, depois da integração da Ermida e de “todos os Conventos que se fundassem no futuro” na Ordem Franciscana, em 1542. Mais tarde, em 1560, a Custódia da Arrábida foi elevada a Penitente e Observante Província da Arrábida a pedido do Cardeal D. Henrique (que se tornaria D. Henrique I, depois do misterioso desaparecimento do rei D. Sebastião). (cf. Marques, 2009, pp. 69/70)



Figura 3 - Linha das “Capelas imperfeitas” na encosta da Serra da Arrábida, com o Santuário do Bom Jesus no topo da colina mais próxima, envolto nos ciprestes, e as cruzes do Monte Abraão em último plano. Fonte: Fotografia de Patrícia Varela, 23 de junho de 2020

Com a crise de sucessão de 1580 e a ascendência ao trono de Filipe de Espanha, apoiado pelos Aveiro, este resolveu um outro problema de sucessão do Ducado de Aveiro, ordenando que D. Juliana casasse com o seu primo D. Álvaro de Lencastre. Juntos, iniciaram novas obras no Convento, nomeadamente a Casa de Romagem (também conhecida como Hospedaria ou Casa do Círio), para aí pernoitarem quando visitavam a Arrábida com os filhos, e iniciaram as capelas na encosta, ainda que a maioria se tenha devido à sua nora, D. Ana Maria Manrique de Cárdenas. As sete “capelas imperfeitas” (*Figura 3*; cf. Anexo III.3 - foto nº 6, p. 194) formam uma linha pontuada na encosta. Assim ficaram conhecidas por nunca terem sido terminadas⁸, à

⁸ É provável que as capelas nunca tenham chegado a ser terminadas devido à Restauração da Independência em 1640, e à mudança política que se deu depois. Depois da morte do marido, D. Ana Manrique de Cárdenas viveu algum tempo na Arrábida na Casa de Romagem de D. Álvaro, e que terá mandado ampliar (“Casa da Duquesa”), para se dedicar à vida religiosa. Algum tempo depois da Restauração, mudou-se para Lisboa, acabando por ser enviada para Espanha com a filha, devido às ações contra a Casa de Bragança por parte do seu filho D. Raimundo, 4º

exceção da Capela do Senhor dos Aflitos, a 3ª no sentido descendente. A 5ª, junto à estrada, é na verdade uma cópia da original que foi destruída aquando da construção da estrada. Tornar-se-iam uma “imagem de marca” da Arrábida e, segundo Marques (2009, p. 142), terão sido construídas como uma demonstração de poder, exteriorização de riqueza e notável ostentação particular, dada a quase inexistência de funcionalidade. O cronista da Arrábida, por outro lado, afirmou que a Duquesa ordenou a sua edificação para “nellas se venerarem os mysterios da Sagrada Paixaõ de Christo” e para servirem de habitação a ermitães “entregues só ao Creador”. (Piedade, 1728, pp. 97/98)

É também por esta altura que chega o primeiro poeta da Arrábida, o “Veneravel Frey Agostinho da Cruz”, onde viveu durante quase duas décadas até ao fim dos seus dias. Durante a juventude, Agostinho Pimenta terá convivido de perto com alguns fidalgos, incluindo da Casa de Aveiro, em especial com D. Álvaro de Lencastre, antes de ir para o Convento de Santa Cruz na Serra de Sintra⁹, até que “fez a sua supplica ao Provincial” (*Ibidem*, p. 957) para ser transferido para o Convento da Arrábida para na sua solidão se poder entregar completamente à oração e à penitência (cf. Marques, 2009, p. 77). Antes da pequena cela mandada construir por D. Álvaro em 1605, e que ainda se encontra assinalada por um painel de azulejos¹⁰, o eremita viveu durante meses numa “miserável cabana que fizera com as suas próprias mãos” (Pimentel, 1992, p. 61). Depois da sua morte, em Setúbal, o Duque ordenou que fosse sepultado no convento, e para lá foi transportado por mar, cumprindo a sua promessa de “nunca se afastar da amada serra” (*Ibidem*, p. 61).

[...] o verdadeiro poeta da Arrábida é fr. Agostinho da Cruz, que ali viveu seguidamente quase vinte anos, e cujo espírito parece ainda habitá-la e envolvê-la de misticismo e de poesia. Muitas das suas composições estão cheias de evocações da Arrábida e de referências aos seus mais belos e saudosos lugares. Ler-lhe a vida e os versos e visitar a serra é vê-lo sentado à porta da sua cela humilde, dando de comer às aves que lhe vinham poisar às mãos; é ouvi-lo conversar consigo, com Deus e com a Natureza, em gritos

Duque de Aveiro, a quem foram confiscados os bens da Casa de Aveiro, rapidamente recuperados pelo seu tio e 5º Duque de Aveiro, D. Pedro de Lencastre. (cf. Marques, 2009, pp. 142/143)

⁹ Diz-se que Agostinho Pimenta também terá sofrido de “amores malogrados” que o conduziram à vida religiosa e, posteriormente, a procurar a solidão na Arrábida. (cf. Marques, 2009, p. 76)

¹⁰ Com a seguinte inscrição: “Nesta cela viveu Frei Agostinho da Cruz, o poeta místico da Arrábida. Dom Álvaro, 3º Duque de Aveiro, a mandou edificar no ano de 1605 e foi reconstruída em 1940 por ordem da 4ª Duquesa de Palmella, Dona Helena Maria.” A Duquesa ordenou ainda a implantação de um cruzeiro em frente ao primeiro refeitório dos frades no Convento Velho, perto da cela, que assinala o 400º aniversário do nascimento do poeta.

e queixas de paixão, como nessa formosíssima *Elegia da Arrábida*.
(Cortesão, 1924/2006, p. 679)

Em 1650, D. António de Lencastre (sexto filho de D. Álvaro) financiou a construção do Santuário do Bom Jesus (*Figura 4*), projetado por Frei Afonso da Piedade, que se tornaria seu ermitão. O Santuário, “huma obra digna de memoria [...] ao lado esquerdo do Convento” (Piedade, 1728, p. 101), integra uma capela octogonal com quatro portas viradas para os quatro pontos cardeais, cercada por um jardim barroco vedado por muros que repetiam a forma ortogonal da ermida (e que, portanto, não segue o desenho quadrangular típico desta época) com fontes de repuxo alimentadas por uma cisterna¹¹, e “a quem o artificiojo das murtas, e a variedade das flores, fazem agradável objecto da vista” (*Ibidem*, p. 101).



Figura 4 - Santuário do Bom Jesus. Fonte: Fotografia de Patrícia Varela, 30 de setembro de 2020

¹¹ A cisterna armazenava a água captada por duas valas, que era depois conduzida por um aqueduto até uma câmara de distribuição que alimentava as quatro fontes e as caleiras de rega do jardim. (cf. Cardoso *et al.*, 1996, pp. 357/358)

As fontes de repuxo estão atualmente desligadas para poupança da água na área. A cisterna do Bom Jesus é uma das poucas fontes de abastecimento de água disponíveis que, juntamente com os tanques do Convento Novo, é utilizada pelos bombeiros no caso de incêndios na Serra.

Depois da extinção da Casa de Aveiro em 1760, o Convento foi propriedade da Casa do Infantado (a partir de 1792). Mais tarde, aquando da extinção desta Casa e das Ordens Religiosas (1834), o Convento foi abandonado pelos frades¹², sendo adquirido uns anos depois pela Casa de Palmela. Os Duques, “não permitindo que se fizesse qualquer alteração no que existia” (Pimentel, 1992, p. 180), encarregaram Frei Manuel de Jesus Maria de vigiar o edifício e terrenos envolventes. Esta Casa foi responsável por obras de recuperação dos edifícios (ordenadas pela Duquesa D. Maria Luísa em 1876), bastante necessárias, especialmente após a degradação a que esteve sujeito durante anos de abandono. Mais tarde, já no século XX, foram restauradas a igreja, as capelas¹³ e a Fonte da Samaritana, e D. Domingos de Sousa Holstein, 5º Duque de Palmela, introduziu ainda canalizações no sistema hidráulico. (cf. Pimentel, 1992, p. 180)

A água aqui é limitada, como em toda a Serra, a razão mais provável para a implementação do Conventinho encaixado entre elevações a meia encosta. Uma das poucas nascentes localiza-se precisamente na área do convento, onde está implantada a Fonte da Samaritana (esta e as restantes nascentes encontram-se localizadas na carta do Anexo II.3, p. 150). A escassez de nascentes obrigou à construção de galerias para captação de água subterrânea, que era então conduzida a partir de caleiras e condutas para o uso doméstico e abastecimento dos fontanários. A água sobranada era armazenada em tanques para rega da horta, mais abaixo na encosta. (cf. Cardoso *et al.*, 1996, p. 349)

O Convento e os seus frades foram muito respeitados e protegidos por alguns monarcas. A rainha consorte de D. João IV, D. Luísa de Gusmão, confessou uma vez aos frades “que lhe parecia o Convento hum Ceo na terra” (Piedade, 1728, p. 115). Este respeito provinha da notoriedade dos frades, “totalmente isentos de crítica, [...] pelo seu procedimento patriótico e humanitário” (Pimentel, 1992, p. 67), como quando estiveram ao serviço dos doentes leprosos durante a peste do século XVI, ou mais uma vez arriscando a própria vida em Alcácer Quibir, onde se recusaram a abandonar o seu rei, lutando e morrendo a seu lado. Outra monarca com ligação aos religiosos arrábidos foi D. Catarina de Bragança, filha de D. João IV. A infanta tornar-se-ia rainha¹⁴ depois de casar com o rei Carlos II de Inglaterra, levando para Londres um corpo de religiosos arrábidos com os quais tentou restituir a Igreja Católica na Grã-Bretanha, ainda que sem

¹² Depois da extinção das Ordens Religiosas, a livraria do Convento foi saqueada, tendo o pouco que restou sido guardado no Palácio do Calhariz.

¹³ Desde o patamar mais alto: Capela do Alto, Capela de Nª Senhora da Penha de França, Ermida do Senhor dos Passos, Capela da Senhora da Piedade, Capela da Flagelação.

¹⁴ Nunca foi coroada, por ser católica.

sucesso. O seu capelão, Frei Manuel de Jesus, mandou construir uma capela integrada no conjunto do Convento Velho, a Capela de Santa Catarina. (cf. Marques, 2009, p. 81)

Do lado exterior da cerca do Convento, são ainda de referir a Ermida de S. João do Deserto (cf. Anexo III.3 - foto nº 8, p. 196), onde os frades festejavam o S. João, uma pequena capela situada na encosta íngreme e rochosa perto da Mata com o mesmo nome, a nascente do caminho que sobe até ao Formosinho, e que está hoje em ruínas; e a Ermida de S. Paulo, escondida entre a vegetação um pouco abaixo da última capela “imperfeita” da encosta.



Figura 5 - O Convento Novo, ainda com o horto na encosta em socalcos e as videiras nas latadas. Fonte: “Panorâmica do Conventinho da Arrábida”. Fotografia de Artur Pastor, c. 1954-55. Arquivo Municipal de Lisboa

Atualmente, o estado de conservação do Convento Velho (em especial) é preocupante. Os jardins do Bom Jesus estão também ao abandono, e outras áreas do Convento Novo foram sendo descaracterizadas com o tempo, talvez devido à falta de recursos para a sua recuperação e manutenção. Das latadas, assentes em estruturas de madeira nos corredores e terraços, restam apenas as estruturas. Os canteiros e alegretes encontram-se empobrecidos ou sem planta alguma, e a vegetação espontânea prolifera nos socalcos da antiga horta e pomar (comparação entre as Figuras 5-6 e 7-8).



Figura 6 - Convento Novo, atualmente. Fonte: Fotografia de Patrícia Varela, 30 de setembro de 2020



Figura 7 - Pastagens na encosta e pomar do Convento da Arrábida. Fonte: “Arrábida”. Litografia de G. Vivian, impressa por L. Haghe em 1839. Biblioteca da Ajuda



Figura 8 – Fotografia atual do Convento. Depois do abandono da atividade, a encosta foi sendo reocupada pela vegetação endémica. Foi ainda construído um edifício perto do Convento Novo, recentemente, que levanta algumas questões relativamente à sua integração no conjunto religioso. Fonte: Fotografia de Patrícia Varela, 23 de junho de 2020

1.1.2 A Mata

A singularidade da Paisagem da Arrábida deve-se, em grande parte, à riqueza ecológica das suas matas reliquiais de vegetação mediterrânica, sendo “um dos raros locais na Europa onde a vegetação se apresenta próxima da sua forma primitiva, composta por antigas associações florísticas mediterrânicas anteriores às últimas glaciações” (CM Palmela, s.d.).

A vegetação que admiramos hoje é o resultado das ações antrópicas a que as matas foram sujeitas no passado, nomeadamente a desflorestação da Serra para práticas de pastoreio, produção de madeira e uso da lenha para combustível; a atividade agrícola; e a caça. Estas ações, acompanhadas pelos incêndios florestais (iniciados naturalmente ou pela influência humana) e pelas alterações climáticas, traduziram-se numa degradação do solo, influenciando assim o sistema da vegetação. A floresta primitiva dominada pelos carvalhos foi então sendo substituída por formações vegetais arbustivas que compõem o *maquis* (machiais) e, em casos mais graves de degradação, o *garrigue*. Ainda se encontram, no entanto, em algumas áreas da Serra, núcleos de carvalho-português ou carvalho-cerquinho (*Quercus faginea* subsp. *broteroi*), acompanhado do aderno (*Phillyrea latifolia*), medronheiro (*Arbutus unedo*), carrasco (*Quercus coccifera*), urze-branca (*Erica arborea*), sanguinho (*Rhamnus alaternus*), aroeira (*Pistacia lentiscus*), loureiro (*Laurus nobilis*), folhado (*Viburnum tinus*), entre outras espécies que formam os carvalhais (cf. Pedro, 1991, p. 120). (*vide infra*, pp. 38/39)

É esta vegetação mediterrânica que compõe as três grandes matas da Arrábida (representadas na carta do Anexo II.3, p. 150) – as Matas do Solitário¹⁵ e Coberta, nos vales da encosta sul, e a Mata do Vidal, a norte. A Mata densa concede um silêncio quase absoluto, interrompido somente pelo canto das aves (*Figura 9*).

Até ao século XVI, a **Mata do Solitário** era conhecida como “Mata do Carvalho”, situada no vale entre as colinas do Monte Abraão e a costa da Arrábida, onde passa a estrada que liga a Brecha da Arrábida ao cruzamento de Alpertuche. Assim era conhecida pelos seus carvalhos, adquirindo o nome “Solitário” no século XVII, que se

¹⁵ A Mata do Solitário não é exatamente uma mata de carvalhal, mas sim “um mosaico de machial e mata”. (Pedro, 1991, p. 97)

diz dever-se a um senhor que lá viveu sozinho e aí construiu a sua habitação¹⁶, próxima de uma das poucas fontes da Arrábida, a Fonte do Solitário, onde também os frades do Convento se abasteciam, pois a água na serra calcária é escassa. Um morador de Alpertuche, João Bénard da Costa (2004), conta que havia na mata uma clareira que, com as restrições impostas pelo PNA, acabou por ser invadida pela vegetação, tal como um caminho antigo que “só mesmo quem o conheça bem ainda é capaz de o achar”. Mas isto foi referido em 2004, o que significa que, provavelmente, o caminho já terá desaparecido por completo.

A **Mata Coberta**, antiga “Mata do Menasar” é, segundo se diz, o “último vestígio na Europa das matas pré-glaciares” (Costa, 2006). Reveste o velho caminho por onde se chegava ao Convento a partir de *El Carmen*, ladeada a norte por “varios rochedos, que quanto admiraõ por eminentes, tanto aŷŷombraõ por toŷcos”, descreveu Frei António da Piedade (1728, pp. 68/69). Para sul, estende-se até ao Monte Abraão (cf. Anexo III.3 - foto nº 5, p. 193), onde Frei Pedro de Alcântara mandou colocar três cruces de madeira que, ao que consta, fariam parte de uma série iniciada em *El Carmen* para que os peregrinos que visitavam o Convento fossem rezando a Vila Sacra pelo caminho (Pimentel, 1992, p. 58). O valor da mata reliquial foi referido por muitos outros autores que a admiravam. Joaquim Rasteiro, em 1896, dizia que “há séculos que o sol vãmente se esforça por penetrá-la e nem um raio da sua luz finíssima e viva ali conseguiu entrar” (cf. Albino, 1939), sem rival na espessura dos arvoredos entrelaçados que formam uma “catedral de sombra” (Gama, 1949).

O maciço vegetal é impenetrável: as copas tocam-se, os troncos entrelaçam-se, os arbustos prendem-se uns nos outros, as trepadeiras e silvas enleiam-se, de tal forma que há plantas mortas e desenraizadas, com o tronco a apodrecer, que se conservam de pé por não terem espaço para onde cair. Reina um silêncio profundo e uma luz amortecida. Na camada de húmus, abrigados pela sombra da folhagem, medram alguns fetos. Tudo isto evoca a ideia de floresta virgem [...]. (Ribeiro, 1986, p. 97)

¹⁶ O “Solitário” é também associado à Lapa do Médico, um pouco acima na encosta. Diz-se que quando a gruta foi descoberta, no século XVIII, foi lá encontrado um esqueleto que alguns terão associado ao Solitário que desapareceu na Serra, sem nunca se descobrir o que lhe aconteceu. O senhor seria curandeiro, segundo se crê, daí o nome com que batizaram a gruta. (cf. Costa, 2004)

A **Mata do Vidal**, por alguns também conhecida como “da Mourinha” ou “do Lobo”, encontra-se no vale perto do Castelo dos Mouros, uma fortificação da Idade do Bronze. Nesta mata havia também um caminho antigo utilizado pelos mais corajosos que por aí subiam a Serra, vindos de Azeitão. À semelhança dos caminhos da Mata do Solitário, este terá sido “engolido” pela vegetação depois de se fecharem as matas com as restrições do Parque Natural.

Além das três grandes matas protegidas pelo valor inestimável que encerram, são ainda de referir: a Mata de S. Paulo, a nascente da Mata Coberta; a Mata de S. João do Deserto, no caminho que sobe pelo vale encaixado até ao Alto do Formosinho; e as pequenas Matas do Bom Jesus, junto ao Santuário, e de Nossa Senhora, entre o Convento e o Portinho (cf. Albino, 1939).



Figura 9 - Vegetação da Mata no caminho entre El Carmen e o Conventinho. Fonte: Fotografia de Patrícia Varela, 13 de maio de 2021

1.1.3 O Portinho

O Portinho da Arrábida, engasgado como uma esplêndida jóia entre a enorme escarpa aguda e uma enseada de águas plácidas dum admirável azul mediterrâneo, dá logo ao abordar-se uma impressão de rara beleza penetrante. [...] é um milagre de suavidade e transparência. (Proença, 1924/2006, pp. 680/681)

Na base da encosta sul da Serra da Arrábida, disposta em forma de anfiteatro a “abraçar” a baía, encontra-se a praia do Portinho, considerada uma das mais belas de Portugal¹⁷ pelo seu valor natural. Nas águas calmas da baía eleva-se um rochedo miocénico, “resíduo de um litoral desaparecido” (Ribeiro, 1986, p. 49) e que integra uma importantíssima fonte de biodiversidade marinha, a Pedra da Anixa. A baía foi primeiramente ocupada pelos Romanos, pelo que se sabe, que tiraram partido da sua localização para a exploração dos recursos marinhos nas cetárias do Creiro, local onde construíram uma fábrica de salga de peixe que seria utilizada até ao período muçulmano (cf. Anexo III.2 - vista nº 8, p. 175; III.3 - fotos nº 11, pp. 202/203). Com o passar dos séculos, a importância deste porto cresceu tanto que no século XVII o rei D. Pedro II ordenou que se construísse o Forte de Santa Maria da Arrábida, para controlar as suas entradas e saídas, bem como para proteger os religiosos na encosta da Serra contra possíveis ataques de inimigos vindos da costa. (cf. Pimentel, 1992, p. 113)

Foi nos terrenos do Forte que se edificou a primeira habitação no Portinho, em 1898, o *Chalet* de D. Mary. Até então, a única construção existente era o posto da Guarda Fiscal, construído uma década antes, para além dos apoios às atividades portuárias. Conta-se, no entanto, uma história de um pescador que se recolhera com a esposa numa gruta junto à praia, por volta de 1872, que aí teriam criado uma família de nove filhos. Construíram então (clandestinamente) uma casa de madeira e, mais tarde, em alvenaria, que seriam forçados a abandonar, dado os terrenos serem pertença dos Ministérios da Fazenda e da Guerra, até lhes ser concedida uma licença para aluguer do terreno onde haviam construído a sua habitação, anos mais tarde. (cf. Pimentel, 1992, p. 120)

Com a construção das estradas de acesso à Serra, dá-se início à construção desregulada de novas habitações e infraestruturas de apoio ao turismo em crescimento. A procura turística do Portinho aumentou de tal forma durante o século XX que “excedeu

¹⁷ O Portinho da Arrábida é considerado uma das 7 Maravilhas Naturais de Portugal desde 2010.

os limites do aceitável”, passando de 33 edificações em 1933, para 305 em 1978 (Rebêlo & Nave, 2018, p. 112). Esta pressão turística teve, naturalmente, consequências desastrosas na qualidade ambiental do Portinho, então coberto de “barracas” que se estendiam pelo areal até às encostas menos inclinadas da Serra. Apesar da criação do Parque Natural em 1976, a eficácia das restrições e fiscalização das construções no Portinho foi fraca, no mínimo, focando-se especialmente na interdição dos acessos às matas e proibição do pastoreio na Serra, e o resultado estava à vista (*Figura 10*). Mesmo depois da demolição das casas clandestinas, em 1987, um ato de grande coragem do Secretário de Estado do Ambiente Carlos Pimenta¹⁸, o problema não ficaria resolvido, devido aos destroços resultantes das demolições, além de que não foi retirada a totalidade das fundações das habitações (Rebêlo & Nave, 2018, p. 127).

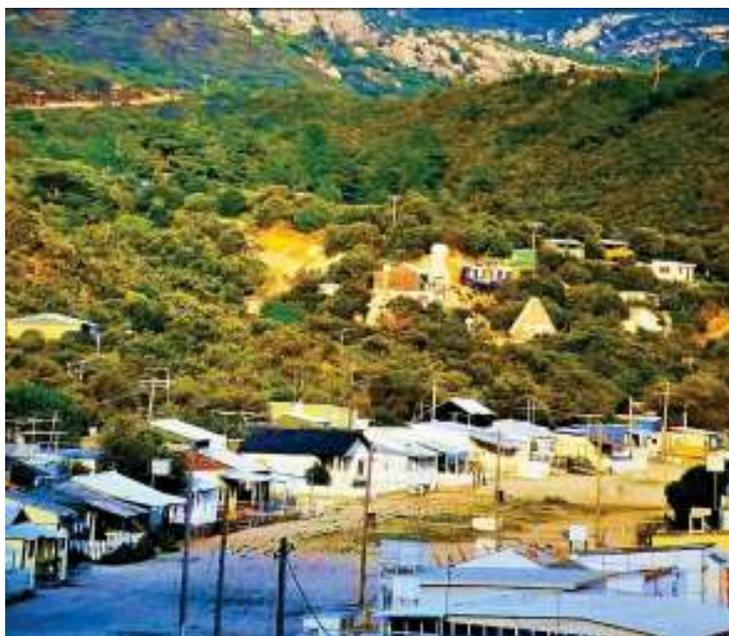


Figura 10 - Clandestinos no Portinho nos anos 80. Fonte: Arrábida, em contínuo (Carqueijeiro & Henriques, 2018, p. 83)

Os problemas decorrentes da errada gestão do espaço no passado, acompanhados da construção de infraestruturas necessárias à segurança pública (“paredão cimentado” para proteção das casas e do parque de estacionamento), bem como a própria evolução geológica e erosão costeira, têm impactos na dimensão da praia e na qualidade da água e dos sedimentos. Estudos recentes mostraram que “o areal diminuiu de forma acentuada, desde o início do século passado” (Rebêlo & Nave,

¹⁸ O “ato de coragem” deve-se ao facto de algumas das casas pertencerem a pessoas influentes na região e que estavam (obviamente) contra a demolição. (cf. Vieira, 2018, p. 46)

2018, p. 111), e calhaus acumulam-se junto ao muro de cimento e em algumas partes da praia. Inclusive algumas construções que foram anteriormente implantadas sobre o areal encontram-se hoje elevadas sobre estacas, como o restaurante “Galeão”. Também a abertura da estrada e implantação do parque de estacionamento na encosta do Creiro contribuíram significativamente para o aumento da erosão do solo, na medida em que provocaram alterações no escoamento superficial da encosta (impermeabilização do solo, alterações na morfologia do terreno,...), propiciando assim a um “incremento do caudal da ribeira e da carga sólida que chega à praia” (*Ibidem*, p. 128).

Porém, uma análise de dados desde o início do século passado remete para a consideração do facto de as variações da dimensão do areal serem também decorrentes de fenómenos naturais, ou seja, a diminuição de grande parte da área de praia pode ser temporária (“períodos de abundância/escassez sedimentar”), como já aconteceu antes¹⁹, não obstante a amplificação dessa “pulsção natural do sistema” pelas ações antrópicas (*Ibidem*, p. 131). Exemplo disso são algumas ações recentes que poderão interferir com a evolução natural do sistema. O Portinho tem sido alvo de grandes discussões sobre os possíveis impactos negativos que as últimas dragagens do Sado terão na praia²⁰, uma vez que a extração de sedimentos tem, inevitavelmente, consequências na dinâmica do estuário e morfologia do delta que, por sua vez, poderá ter influência na praia do Portinho, pelo que é importante sublinhar a necessidade de novos estudos que permitam compreender as consequências das dragagens nas praias do Sado e no Portinho, para além da elaboração de um plano de recuperação adequado com vista a tentar corrigir os erros do passado. (cf. Rebêlo & Nave, 2018, p. 132/133)

Tendo em conta todos os problemas referidos que constituem uma ameaça à paisagem do Portinho da Arrábida, é essencial reforçar a sua proteção, sob o perigo eminente de perda do que resta da sua identidade.

¹⁹ “*Desaparecimento do Monte de Areia*” – localizado no extremo este da baía, está relacionado com o regime de ventos local e com o posicionamento da linha de costa, sendo que a sua formação só terá sido possível num período em que a praia apresentasse uma dimensão suficiente para a sua formação, criando um espaço de acomodação para a formação da duna: “De acordo com a análise de fotografias históricas (Portinho da Arrábida – 100 Anos de Memórias), é possível verificar que o Monte de Areia nem sempre existiu. Uma fotografia tirada nos anos 10, mostra que o Monte de Areia não está presente, sendo a costa formada por uma estreita praia. No entanto, nas fotografias tiradas na década de 30 a acumulação eólica é já observável. A duna parece ter atingido a sua máxima dimensão nos anos 50, e o seu desaparecimento, ocorrido já na presente década, será o resultado de um processo erosivo iniciado após 2000.” (Rebêlo & Nave, 2018, pp. 122-124)

²⁰ Apesar da falta de estudos sobre os impactos das alterações dessas dinâmicas naturais nas praias do estuário do Sado, a APA deu um parecer favorável às dragagens do Sado.

1.1.4 A Lapa

As grutas naturais encontram-se em abundância em toda a área de estudo, devido à natureza calcária dos solos, contribuindo em grande parte para o misticismo da Serra. Uma delas, em especial, tem tido um papel importante para as comunidades que vivem nos arredores da Arrábida, pelo que merece ser destacada, a Lapa de Santa Margarida (cf. Anexos II.3 a II.5 - cartas, pp. 150-163; III.3 - fotos nº 10, pp. 199-201). Hoje em dia, o acesso faz-se a partir de uma grande escadaria na rocha da vertente inclinada para sul, passando pelo penedo apelidado “do Duque”, que ali se dedicava à pesca²¹ (cf. Anexo III.3 - fotos nº 9, pp. 197/198), assinalado com um cruzeiro. (cf. Piedade, 1728, p. 21) Terá sido descoberta por pescadores que procuravam refúgio na Serra, em fuga dos corsários mouros. Ao encontrarem a lapa que se abre para o mar e lhes serviu de abrigo, estes terão criado nela um santuário (*Figura 11*) que tem sido utilizado como lugar de oração desde o século XVII, uma paragem obrigatória do Círio da Arrábida nas suas romarias à Serra. (cf. Marques, 2009, pp. 161-164)



Figura 11 - Capela da Lapa de Santa Margarida. Fonte: Fotografia de Patrícia Varela, 5 de janeiro de 2020

²¹ D. Álvaro de Lencastre, 3º Duque de Aveiro

A gruta, disposta em forma de cúpula com grandes pilares de formação natural (*Figura 12*), foi descrita por Hans Christian Andersen em 1866 como uma “perfeita capela de montanha” (*apud* Marques, 2009, p. 163), capaz de acolher cerca de 500 pessoas. No seu interior, o rebentar das ondas do mar é quase inaudível, apesar da sua proximidade. Alberto Pimentel, descreve-a da seguinte forma: “De repente arquea-se sobre vós a grande gruta silenciosa, cheia de uma frescura e de uma suavidade inalteráveis, sepultada n’um silencio religioso que o roçar das ondas parece não interromper. [...] Ao fundo da gruta tremeluz a lâmpada no singelo altarsinho de Santa Margarida, que o mar parece respeitar, desenrolando-lhe aos pés um tapete de espuma” (*apud* Marques, 2009, pp. 162/163).

Não tanto pela capela construída no seu interior, mas pelo valor que a população atribuiu ao “santuário natural” no decorrer dos séculos, esta gruta encaixa-se na perfeição na paisagem religiosa da Arrábida. O próprio nome da lapa, *Lapa de Santa Margarida*, que se diz significar “mar dá guarida” (Marques, 2009, p. 161), constitui um encontro ideal entre natureza e cultura.



Figura 12 - Pilares da Lapa de Santa Margarida, vista da entrada do lado do mar. Fonte: “Lapa de Santa Margarida” - Sesimbra (Pinto, 2014)

1.1.5 O Cabo

No seu limite ocidental, o maciço calcário da Arrábida termina no Cabo Espichel. Os machiais e matas da Serra são aqui condicionados pelas características mais agrestes do Cabo (completamente desabrigado dos ventos dominantes, maior influência atlântica e solos mais pedregosos), sendo então substituídos pelos matos rasteiros (cf. Pedro, 1991, p. 108). Estas características conferem-lhe um ar inóspito, com uma personalidade bastante diferente da Arrábida. Em contraste com o “abraço” caloroso da Serra, o promontório não oferece qualquer tipo de proteção. As altas vertentes escarpadas e praticamente despidas de vegetação são intimidantes (cf. Anexo III.2 - vistas nº 1 e 2, pp. 168/169), negando o acesso direto ao mar e aos seus recursos, ao contrário das baías recortadas da Serra. Tais adversidades encontram-se espelhadas na evolução de ocupação do espaço pelas comunidades, com uma preferência clara e crescente da Serra em relação ao Cabo, este suplantando-a apenas pela antiguidade da sua ocupação por conservar a maior concentração de vestígios paleolíticos de toda a área de estudo (cf. Anexo II.4.1 - carta “Paleolítico-Mesolítico”, p. 153).

Apesar das diferenças incontestáveis, o Cabo e a Serra apresentam duas paisagens impressionantes, ambas engrandecidas como “Paisagem-Santuário”, ligadas pela atração espiritual e religiosa representada nos cultos marianos e romarias que chegaram aos dias de hoje (*Figura 13*; cf. Anexo III.3 - fotos nº 1-3, pp. 188-191).



Figura 13 - Vista para o Santuário do Cabo Espichel, com a Ermida da Memória (à esquerda) e a Casa da Água, ao fundo. Fonte: Fotografia de Patrícia Varela, 23 de junho de 2020

1.2 O MISTICISMO DA SERRA

A Arrábida é considerada como lugar sagrado desde há séculos, o seu espírito definido por um “carácter de transcendência” (Pato, 2016, p. 197) nascido da terra que se ergue como um anfiteatro sobre o mar, este remetido para segundo plano perante a eminência da Serra. É possuidora de uma força mística que se sente logo na primeira vez em que se visita, antes de qualquer estudo que nos ajude a compreender de onde vem essa força, o seu significado ou a sua história. Sebastião da Gama (1949), o poeta da Arrábida e criador da “Serra-mãe”, afirmou mesmo que o visitante que não apreenda esse “alor místico” que caracteriza a essência da Serra, “saiu da Arrábida sem sequer ter entrado nela verdadeiramente”. A sacralização continuada de lugares da Arrábida (templos romanos, *ribat* muçulmano, Convento e Lapa de Santa Margarida) e do Cabo Espichel (Ermida e Santuário), inspirada pelos seus atributos naturais, é prova dessa atração espiritual decorrente do espírito do lugar. É ainda reforçado por outras construções fora da Serra, por exemplo a Capela de Nossa Senhora de Tróia que foi implantada com a porta voltada para a Arrábida, “como se a esta prestasse homenagem” (Pato, 2016, p. 187).

Se há, de facto, “algo maior do que nós” a reger tudo, então a montanha serve como seu porta-voz, com um poder capaz de converter até os mais céticos. Os religiosos, por sua vez, vêem-na como o Paraíso na terra, um lugar mais próximo de Deus, daí terem-na elegido para os seus retiros e, com o apoio e incentivo dos proprietários ducais, aí se ter implantado o convento. Prova disso é o comentário que Frei Martinho de Santa Maria faz ao chegar à Arrábida, “*se não estou no Céu, estou nos seus arrabaldes*” (Piedade, 1728, p. 70), assim como alguns versos das Elegias de Frei Agostinho da Cruz, escrevendo que “*Aqui com mais suave compostura / Menos contradição, mais clara vista / Verei o Criador na criatura*”²².

O valor imensurável da região da Arrábida tem sido continuamente reconhecido pelos que por lá passam. Ainda do final do século XVIII, chegam-nos alguns testemunhos que evidenciam a força espiritual emanada pela Serra. Um protestante sueco, Carl Ruders, considera a sua “superlativa beleza”, impossível de descrever a “quem nunca pôs os pés nestas paragens”, e escreveu em *Viagens em Portugal. 1798-1802. Carta V* que o ministro da Dinamarca, um homem viajado que o acompanhava na sua passagem pela Arrábida, teria comentado que “*Les moindres choses ici méritent d’être appelées grandes. Nous voilà complément récompensés de la fatigue que nous*

²² “Elegia VI – Da Arrábida”, em *Sonetos e Elegias*. (Vilhena & Pires [Coord.], 2002, pp. 32-35)

avons essayé en montant". Ruders afirmou que durante todo o trajeto nenhum deles "se deixou de sentir impressionado por um sentimento de profunda veneração" (*apud* Pimentel, 1992, p. 164). Da mesma forma conquistou o inglês Robert Southley que se exprime da seguinte forma: "*Never did I behold scenery so wild and so sublime as the mountain of Arrabida presented, and which continually varying as we advanced always displayed some new beauty*"²³.

Da Arrábida nasce uma espiritualidade que não desvanece, e que continua a sobrepor-se ao valor do seu património construído. Como disse Vitorino Nemésio, "a Arrábida não é deste mundo. Depois dos cabreiros, é dos eremitas e dos poetas" (*apud* Pimentel, 1992, p. 180).

²³ *Letters written during a short residence in Spain and Portugal* (1797, *apud* Pimentel, 1992, pp. 164/165)

**CAPÍTULO 2 – DA CARATERIZAÇÃO
PAISAGÍSTICA À IDENTIFICAÇÃO INTEGRADA
DE VALORES CULTURAIS**

As características biofísicas e culturais da paisagem definem a sua espacialidade a partir de pontos, linhas ou corredores, superfícies, volumes ou manchas com dimensão, forma, cor e textura variáveis. Estas características encontram-se assentes numa matriz, criando estruturas e bacias visuais delimitadas pelas linhas fundamentais da paisagem. Assim, a caracterização da paisagem a seguir descrita compreende a base para a definição das unidades de paisagem, a partir da sua interpretação ecológica e cultural²⁴.

2.1 INTERPRETAÇÃO ECOLÓGICA DA PAISAGEM

2.1.1 Morfologia do Relevo

Formada pela colisão de placas tectónicas durante o período Miocénico, a Serra da Arrábida eleva-se até ao Alto do Formosinho a uma altitude de 501 metros²⁵, que lhe confere um domínio visual por quilómetros de distância (cf. Anexo III.2 - vista nº 10, p. 177). Num dia de céu limpo, é possível ler a paisagem desde o Cabo Espichel até à baía de Setúbal, dividida em cenários menores pelas elevações da Serra de S. Luís que cortam a ligação visual com Palmela, e a própria Serra da Arrábida, que limita a vista para sul do festo até à Serra do Risco. A partir deste ponto é possível visualizar as três linhas de relevo (*Figura 14*), separadas por vales, referidas por Orlando Ribeiro (1986, p. 10), que consistem nos festos principais da área de estudo, do Cabo Espichel até Palmela. (cf. Anexo II.1 - carta “Relevo e Hidrografia”, p. 146)

O festo mais próximo do mar constitui uma “inexpugnável barreira natural” (Soares, 2012, p. 18) da Arrábida à Serra do Risco, onde se situa o Alto do Píncaro, a 380 metros de altitude, “quási a pique sôbre o mar” (Ribeiro, 1986, p. 31). Seguindo para oeste, o festo fecha a “concha” de Sesimbra, até ser interrompido pela Pedreira do Zambujal, a partir da qual perde expressão desde a Serra de Pinheirinhos até ao planalto do Cabo Espichel. A barreira orográfica mais a norte corresponde à titulada “Pré-Arrábida” de Orlando Ribeiro (*Ibidem*, p. 10), que parte da linha de cumeada que

²⁴ Denominação dos títulos baseada na *Estrutura Ecológica da Paisagem*, sob coordenação de Manuela Raposo Magalhães (2007, capítulos VA e VB, pp. 119-217).

²⁵ Algumas fontes consideram uma altitude de 499 metros (ICN, 1996; CM Setúbal, 2020). Porém, na Carta Militar nº 465 (1990), o Formosinho é marcado com 501 metros de altitude. Os dois metros de diferença corresponderão, provavelmente, à altura do marco geodésico.

separa as bacias hidrográficas do Tejo e do Sado, a partir da Serra da Arrábida em direção a nordeste até Palmela, passando pelas delgadas colinas das Serras de São Francisco e do Louro, entre as quais se “divide” e é redirecionada até à Comenda pela Serra de São Luís que conta com o segundo ponto mais alto da área de estudo (S. Luís, à altitude de 392 metros), constituindo um excelente miradouro para o estuário do Sado. Entre as barreiras visuais a norte (“Pré-Arrábida”) e a sul (Serra da Arrábida), encontra-se uma terceira linha de elevações entre as Serras de S. Luís e dos Gaiteiros que, ao bifurcar para sul, separa a Comenda de Setúbal.



Figura 14 - Esquema com as três principais linhas de relevo da área de estudo, vista do Formosinho para Nordeste. Fonte: Fotografia de Patrícia Varela, 17 de setembro de 2021

Hidrografia

Relativamente à rede hidrográfica, os cursos de água correm para as bacias do Tejo e do Sado, bem como para o mar, e são maioritariamente de regime temporário, dada a natureza calcária dos solos articulada com fenómenos de assoreamento. Destacam-se as Ribeiras da Ajuda e de Alcube, que correm nos vales entre as Serras da Arrábida, S. Luís, e S. Francisco, até que se unem e formam a Ribeira da Comenda – a única ribeira de regime permanente na área de estudo –, que desagua diretamente no mar, a foz a desenhar uma pequena baía com vista para a península de Tróia (cf. Anexo III.2 - vistas nº 15 e 16, pp. 182/183). Também desaguam no mar todos os pequenos cursos de água que correm para sul do fecho principal da área – nas Serras da Arrábida e do Risco, em vales “apertados e profundos, de *thalweg* irregularíssimo e vertentes abruptas” (Ribeiro, 1986, p. 39), da concha de Sesimbra e de toda a plataforma do Cabo Espichel, incluindo as ribeiras a norte do Cabo, das quais se destaca a Ribeira da Laje.

A norte de Sesimbra “até próximo do Calhariz quase toda a drenagem se faz para as três principais ribeiras que desembocam na lagoa de Albufeira” (*Ibidem*, p. 26),

antiga foz do Tejo – integrando as ribeiras de Aiana, da Ferraria e de Santo António-Pateira, que percorrem a extensa planície que se estende para fora da área de estudo. No centro desta, a Ribeira de Coina – também designada como “Vala Real” – recebe as águas que correm para norte da Serras do Risco e noroeste da Arrábida, e constitui um elo de ligação entre a Serra e o estuário do Tejo, pelo que foi assumida como a principal linha hidrográfica de toda a cordilheira por Orlando Ribeiro (1986, p. 27). Entre os cursos de água de menor expressão encontram-se ainda as ribeiras de Corva – que corre no Vale de Barris, entre as Serras do Louro e dos Gaiteiros – e do Livramento, que desagua no Sado, em Setúbal.

É importante referir que, apesar do carácter temporário da maioria das ribeiras, os amplos vales que se observam na área sugerem a ocorrência de caudais mais elevados no passado, que terão provocado a erosão das margens. Assim, é possível assumir que, outrora, alguns cursos de água terão tido maior importância, na medida em que poderão ter constituído um obstáculo que funcionaria como linha de divisão de territórios, ou até mesmo ter tido “admissível apetência para a navegação” (Soares, 2012, p. 21).

Exposições

As variações de exposição provocam sensações distintas a partir da luz, temperatura e humidade. Contudo, a maior diferença entre os dois lados da Serra da Arrábida é a ligação ao mar que, apesar da forte relação com a encosta-sul, é completamente inexistente a norte.

Não sendo a Arrábida uma Serra “alta”, esta destaca-se por uma série de características únicas: a morfologia da cordilheira e proximidade com o mar “que ora adoça e regulariza a temperatura, ora origina ventos impetuosos e carregados de humidade” (Ribeiro, 1986, p. 51) conferem-lhe condições climáticas especiais, e criam profundos contrastes entre a vertente norte e sul, que se refletem na vegetação. Foram as particularidades da encosta sul da Arrábida, protegida dos ventos dominantes e da exposição solar direta²⁶, com um relevo acidentado desfavorável ao estabelecimento do Homem, que permitiram à vegetação autóctone dominar a Serra até hoje.

²⁶ Estando exposta a sudeste, a encosta sul recebe menos radiação solar, a que se acresce o ensombramento gradual das elevações a poente.

2.1.2 Solos

A carta de solos permite descobrir quais as aptidões dos solos, consoante a sua natureza, e em consequência compreender a sua relação com os usos passados e atuais. São estas características matriciais que definem o contraste entre as áreas agrícolas que compartimentam os vales e as manchas florestais que cobrem as serras.

Como se pode verificar a partir da carta síntese presente no Anexo II.2 (p. 148), os solos calcários dominam a área de estudo, com afloramentos rochosos ao longo de toda a costa, com destaque para o maciço calcário da Serra da Arrábida, que reforça as razões da presença limitada do Homem na cordilheira, pois os “calcários das serras, compactos, aflorando em extensos campos rochosos, não se prestam à cultura” (Ribeiro, 1986, p. 61). Ainda assim, nos terrenos do Convento havia uma horta e pomar e os antigos casais de Alpertuche foram cultivados até ao século XX (cf. Pimentel, 1992, pp. 125, 129-131).

Nos vales mais largos, os aluviossolos e coluviossolos (ou solos de baixa) acompanham as ribeiras. As areias surgem nas terras baixas a norte do Cabo Espichel²⁷, e a nordeste de Sesimbra até ao Vale de Picheleiros, continuando pelo Vale de Alcube até ao Vale de Barris, onde dão lugar aos barros e argilas, dominantes nas zonas que drenam para o Tejo e Sado. Perto do Vale da Comenda, surgem algumas áreas com formações sedimentares especiais, as *rañas*. Ao contrário da rocha calcária, estes solos têm aptidão para agricultura, como se observa na “planície que se encosta aos relevos pré-arrábidos, os terrenos da Baixa de Palmela e arredores de Setúbal, [...] e as terras que baixam para a Lagoa de Albufeira” (*Ibidem*, p. 62).

Valor Ecológico do Solo

Algumas áreas acima referidas são consideradas “excepcionais” no POPNA – litoral do Cabo Espichel e do Risco, e Serras da Arrábida e S. Luís – pelo seu valor geológico, científico, cultural e estético, pela sua raridade e riqueza geológica, coerência e interligação, e ainda a consideração pela fragilidade do sistema que, pela sua composição juntamente com a ação de forças externas, sofre de intensos processos erosivos. (ICN, 2000, p. 6)

²⁷ Areias antigas do leito do Tejo, quando desaguava na Lagoa de Albufeira.

A disposição das camadas, inclinadas para terra, favorece a conservação das arribas e o desprendimento de enormes blocos; é esta disposição que dá maior importância à costa meridional, embora a violência do mar seja aí menos do que na ocidental. As furnas ou grutas marinhas, as estreitas plataformas de abrasão, os extensos desabamentos de porções da arriba, os ilhéus e rochedos separados do continente, são o resultado da acção contínua das vagas impelidas pelo vento e arremessadas com força sobre a terra firme. (Ribeiro, 1986, pp. 44/45)

Ainda no grupo dos calcários, é fundamental realçar a singular Brecha da Arrábida (*Figura 15*), localizada no Alto do Jaspe (cf. Anexo III.2 - vista nº 5, p. 172). A pedreira foi explorada desde o período romano, sendo a pedra vermelha também conhecida como o “mármore vermelho da Arrábida” ou “jaspes da Arrábida” (Pereira & Benito, 2018, p. 23). Foi muito utilizada por toda a região²⁸, onde era vulgar vê-la “simplesmente aparelhada, nas soleiras e cantarias das portas e janelas de casas populares” (Ribeiro, 1986, p. 66), até a exploração ter sido cessada em meados do século XX, dada a raridade geológica da rocha ornamental. (CM Setúbal, 2009)



Figura 15 - Antiga pedreira da Brecha da Arrábida. Fonte: Fotografia de Patrícia Varela, 13 de maio de 2021

²⁸ Por exemplo, na edificação do Convento de Jesus e em revestimentos e pavimentos do Forte de São Filipe, em Setúbal.

Hidrogeologia

Os calcários carsificados e muito fissurados são também responsáveis pela reduzida quantidade de água na região que, aliados a uma baixa precipitação, justificam a escassez de água superficial e portanto os poucos cursos de água permanentes, bem como o pequeno número de nascentes na área de estudo. (cf. Cardoso *et al.*, 1996, p. 349)

Espeleologia

A natureza destas rochas calcárias acompanhada por uma forte erosão característica das formações carbonatadas, sob a influência da ação tectónica, conduziram à formação de grutas naturais que contribuíram para a origem do misticismo da Arrábida (cf. Anexo II.3 - carta “Valores naturais”, p. 150).

Grande parte das cavidades naturais foi ocupada desde a pré-história, mas algumas destacam-se exclusivamente pelo seu interesse espeleológico, como a Gruta do Frade – situada na Cova da Mijona, na base da Serra dos Pinheirinhos – considerada por alguns como um dos sistemas subterrâneos “mais raros e belos de Portugal, e até do Mundo” (Quinta & Guerreiro, 2013). À semelhança desta, a Gruta do Zambujal (descoberta devido a uma explosão de uma pedreira em 1978) foi anteriormente classificada como *Sítio de Interesse Espeleológico*²⁹, o que não impediu a sua degradação. Sofreu tal derrocada em 2009 (devido à construção de uma estrada na proximidade), que formações únicas foram completamente destruídas, o cenário descrito como “desolador” (Dores, 2009), a entrada bloqueada por blocos soltos da derrocada. Pouco ou nada foi feito para proteger a gruta antes da derrocada (e depois menos se fez), e assim continua até hoje, um património natural valioso perdido sob os escombros.

Muitas das grutas naturais presentes na área foram-se perdendo ao longo do tempo, algumas por ações antrópicas, como a exploração de pedreiras, e outras pela evolução natural da vegetação que cobriu entradas e acessos antigos de grutas ocupadas no passado. Ainda assim, a sua concentração ao longo do maciço calcário acrescenta um enorme valor à Paisagem da Arrábida, tanto natural como cultural, pela apropriação das grutas como locais de culto.

²⁹ Decreto-Lei nº 140/79 de 21 de maio (DR nº 116/1979, I Série) – revogado

2.1.3 Flora e Vegetação

A vegetação mediterrânica da Arrábida é resultante do clima juntamente com natureza calcária do solo (Ribeiro, 1986, p. 54) que, apesar das pressões antrópicas e da proximidade com “as maiores metrópoles e cintura industrial o país” (Mira, 2018, p. 52), se tem conseguido preservar. Jaime Cortesão, em 1924, descreveu este valor como “a pérola do Oceano lançada ao rebanho de Panurgo” (*apud* Costa, 2002).

A comunidade dominante é o carrascal de *Quercus coccifera*, acompanhado pela aroeira (*Pistacia lentiscus*), o medronheiro (*Arbutus unedo*), a urze branca (*Erica arborea*), o aderno (*Phillyrea latifolia*), o sanguinho-das-sebes (*Rhamnus alaternus*), a murta (*Myrtus communis*), e outros arbustos, assumindo portes impressionantes na Serra da Arrábida, devido às suas características biofísicas. Um exemplo disso é o Vale do Solitário, composto por um machial até oito metros de altura, numa fase de transição para mata, onde aparece também o carvalho-português (*Quercus faginea* subsp. *broteroi*) (Pedro, 1991, p. 119). Em contraste, no Cabo Espichel ocorrem formações de “carrascal amoitado”, onde surgem o tojo (*Ulex densus*) e outras espécies de menor porte, dando então lugar aos sabinais de *Juniperus phoenicea* que se estendem para norte do Cabo (*Ibidem*, pp. 108, 116).

Nas brenhas dos vales e locais mais abrigados da encosta sul da Arrábida, ocorrem formações com o zambujeiro (*Olea europaea* var. *sylvestris*), nomeadamente na área entre o Outão e o Convento. O zambujal mais notável encontra-se na encosta do Conventinho, com zambujeiros até seis metros de altura³⁰. Por sua vez, a alfarrobeira (*Ceratonia siliqua*) domina os “escarpados rochoso-pedregosos” dos montes de Azeitão até Palmela, e da Serra de S. Luís (*Ibidem*, pp. 116-119).

Os sobreirais “teriam ocupado outrora a maior extensão do território da Arrábida”, acompanhados do medronheiro, urze-branca, carrasco, aroeira, murta, entre outros. Porém, devido à grande influência da atividade humana, encontram-se atualmente limitados às vertentes mais acentuadas do terço inferior da encosta norte da Serra da Arrábida, nas Serras de S. Luís e dos Gaiteiros, nos montes da Comenda (associados a pinhais), e em algumas colinas do Vale dos Picheleiros. Em áreas de relevo mais suave, algumas áreas de sobreiral foram mantidas sob a forma de Montado, como na Quinta da Serra e no Calhariz (*Ibidem*, p. 96), o que transformou a mancha contínua formada pela mata cerrada em áreas mais abertas, dando lugar às pastagens.

³⁰ Nas imediações dos conventos, era comum a transformação dos zambujais em olivais, a partir do método de enxertia.

As formações seminaturais de pinhal (*Pinus pinea* e *Pinus pinaster*), na sua maioria acompanhadas por matagais de vegetação autóctone (carrasco, zambujeiro, medronheiro, sabina, etc.), ocorrem nos montes de Azeitão (os pinhais-mansos mais notáveis) e da Comenda, no cimo das Serras de S. Francisco e do Louro, e formam manchas extensas nos “flancos soalheiros” das Serras de S. Luís e Gaiteiros (*Ibidem*, pp. 122-124).

Nas linhas de água de carácter torrencial são frequentes os matagais de pilriteiro (*Crataegus monogyna*), e em estações de maior concentração de água aparecem o ulmeiro (*Ulmus minor*), o freixo (*Fraxinus angustifolia*), o loureiro (*Laurus nobilis*) e silvas (*Rubus ulmifolius*) (ICN, 1996, p. 52). A norte da Arrábida, as galerias ripícolas de carvalho-cerquinho da ribeira de Coina (Pedro, 1991, p. 91) formam corredores verdes entre as áreas de exploração agrícola, além da sua importância para a conservação das margens dos cursos de água; a nordeste, estas formações acompanham as ribeiras da Ajuda, de Alcube e de Corva (*Ibidem*, p. 97); e no Vale do Solitário aparece ainda a sorveira (*Sorbus domestica*), uma espécie muito rara que ocorre junto à ribeira que atravessa a Mata, entre o Alto do Jaspe e Alpertuche (*Ibidem*, p. 99).

Alguns endemismos a destacar nesta unidade biogeográfica são o *Convolvulus fernandesii* e *Euphorbia pedroi*. Outras espécies que, em Portugal, apenas ocorrem no maciço arrábico são a *Whitania frutescens*, a *Lavatera maritima* e a *Fagonia cretica* (flora Macaronésica das arribas), e uma outra espécie muito rara, apenas conhecida na Chã dos Navegantes (Cabo Espichel), é a *Orobanche rosmarina* (ICN, 2003, pp. 37-39). É ainda de referir a presença abundante de orquídeas nos prados circundantes.

2.1.4 Valores Paleontológicos

A presença de jazidas de icnofósseis no Cabo Espichel originou lendas e cultos no passado, conferindo-lhe um carácter especial que apela ao misticismo da área. Estas jazidas foram classificadas como *Monumento Natural*³¹ em 1997, e constituem sítios muito raros a nível nacional pelo que a sua concentração em tão pequeno espaço nas arribas do Cabo contribui em grande parte para o seu valor excepcional, dado o seu interesse científico.

São estas: a Jazida de Icnofósseis da Pedra da Mua (período Jurássico), associada às lendas da Nossa Senhora do Cabo Espichel, e a Jazida de Icnofósseis dos Lagosteiros (período Cretácico)³², onde há centenas de milhões de anos terão caminhado os dinossauros numa superfície outrora plana e pantanosa, depois transformada em rocha calcária (CM Sesimbra, s.d.). Há ainda um terceiro *Monumento Natural* localizado perto de Sesimbra, a Jazida de Icnofósseis da Pedreira do Avelino.

³¹ Decreto n.º 20/97 de 7 de maio (DR n.º 105/1997, I Série-B)

³² O único conjunto de pegadas de dinossauro do período Cretácico no País.

2.2 INTERPRETAÇÃO CULTURAL DA PAISAGEM

Um povo está sempre intimamente ligado ao território em que vive. Começa por adaptar-se ao meio, procura e obtém alimentos, vestuários, utensílios, cria possibilidades de maior conforto, permuta bens, constrói a rede de comunicações que o relaciona com o mundo circundante, faz nascer uma cultura. (*Preâmbulo do Decreto-Lei nº 550/75 de 30 de setembro, DG nº 226/1975, I Série*)

2.2.1 Dinâmicas antrópicas e testemunhos culturais do passado

As características da Arrábida, contígua ao mar e próxima do estuário do Sado, conferiram a este *sítio* uma rara diversidade e abundância de recursos naturais que incentivaram a fixação do Homem na península desde tempos pré-históricos. O clima especial resultante da sua situação geográfica e orográfica, o relevo acidentado da Serra que oferecia condições naturais de defesa, a fertilidade dos solos nos vales vizinhos, e ainda o encontro entre as vias fluvial e marítima que compensavam a rudeza da Serra em termos de acessibilidade, facilitando uma maior diversidade de rotas comerciais, constituíram motivações para que comunidades se estabelecessem na região de modo contínuo. (cf. Anexo I.1 - inventário, pp. 132-141)

Começaram por habitar as **áreas litorais**, em especial a plataforma do Cabo Espichel onde foram encontrados vários vestígios do **Paleolítico**, seguindo para Norte possivelmente pela caça facilitada nas zonas mais pantanosas dos afluentes do Tejo (ICN, 1996, p. 104), e para Este, até à baía junto à qual milhares de anos mais tarde nasceria Sesimbra³³. As **grutas naturais** da encosta sul da Arrábida providenciavam **abrigo contra o clima mais frio** decorrente das glaciações, nomeadamente a Lapa de Santa Margarida e a Figueira Brava, perto do Portinho, e outras cumpriam ainda a função de necrópole, de que são exemplo as grutas da Ribeira do Cavalo³⁴ que foram ocupadas até ao período neolítico. (cf. Anexo II.4.1 - carta “Paleolítico/Mesolítico”, p. 153)

Com o **nascimento da agricultura**, as comunidades deslocaram-se para as **encostas suaves e relevos mais planos** à procura de solos mais favoráveis, onde

³³ É importante referir que as conclusões tiradas desta análise se basearam na informação disponível em estudos arqueológicos, pelo que a concentração das comunidades pré-históricas pode não se restringir às áreas assinaladas. Uma realização de novos rastreios de eventuais vestígios ainda não descobertos poderá sugerir novas concentrações e ligações.

³⁴ Atualmente destruídas.

surtem vários povoados das comunidades agro-pastoris do **Neolítico**, tirando partido das condições naturais de defesa como acontece na “Pré-Arrábida” e nas Serras de S. Luís e Gaiteiros, sobranceiros aos vales que constituíam uma fonte importante de recursos, devido à fertilidade dos terrenos, disponibilidade de água e áreas para pastagens. Assim, começa a estabelecer-se uma nova estratégia de ocupação territorial em que o Homem atua diretamente na paisagem, transformando-a, não só com a introdução das práticas agrícolas mas na **construção de monumentos** que demonstravam uma nova “noção de domínio e posse de um território” (Neto, 2010, p. 94), de que são exemplo as grutas artificiais da Quinta do Anjo³⁵, uma necrópole constituída por quatro grutas escavadas no sopé da encosta norte da Serra do Louro, e que mostra claramente a importância que começava a dar-se aos **ritos funerários**. (cf. Anexo II.4.2 - carta “Neolítico”, p. 154)

Na passagem para o período **Calcolítico**, há uma preocupação renovada relativa à defesa das comunidades sedentárias bem como dos produtos das colheitas, verificando-se uma clara preferência de **lugares com grande domínio visual e condições de defesa natural**, alguns dos quais seriam reforçados com a construção de sistemas defensivos – os **povoados fortificados** – que vêm reforçar o sentimento de “posse” do território. A **intensificação económica** derivada do crescimento da prática agrícola e do comércio originou um “clima de instabilidade generalizado, bem evidenciado pela fortificação de alguns povoados mais importantes” (Cardoso, 2000, p. 57). A maior construção defensiva que chegou aos dias de hoje foi o Castro de Chibanes³⁶ que, presumivelmente, teria uma ligação direta com a necrópole das grutas da Quinta do Anjo. A importante localização geoestratégica deste povoado garantiu que seria ocupado até ao período romano. Nas proximidades de Chibanes, existiu outro povoado fortificado que beneficiava da proximidade ao mar e respetivos recursos – a Rotura³⁷ – que estaria em possível confronto territorial com Chibanes, “separando-se deste pela fronteira natural da Serra dos Gaiteiros” (Soares, 2009?, p. 36). (cf. Anexo II.4.3 - carta “Calcolítico”, p. 155)

Toda a área entre a Arrábida e Palmela proporcionava excelentes condições de defesa e aproveitamento de recursos (agricultura, pastagens, caça, pesca...): vales próximos tanto do estuário como do mar; entre serras que, dada a sua natureza calcária,

³⁵ Classificadas como *Monumento Nacional* (Decreto nº 23 740 de 5 de abril, DG nº 79/1934, I Série)

³⁶ Classificado como *Sítio de Interesse Público*, sem restrições (Portaria nº 420/2011 de 17 de março, DR nº 54/2011, II Série)

³⁷ Parcialmente destruído pela atividade de exploração de uma pedreira, que destruiu também as Lapas da Rotura e de São Luís.

ainda ofereciam o abrigo das grutas naturais, muitas vezes associadas a rituais e cultos religiosos. Tudo isto se reflete na concentração de vestígios nesta zona que cresce entre os períodos neolítico e calcolítico.

Nos redutos ou castros (como o da Rotura e o de Chibanes), cuja colocação obedecia principalmente às condições de defesa e cuja área era relativamente pequena, estariam armazenados os produtos das colheitas e haveres de maior importância, bem como a população industrial e aristocrático-militar a quem se confiava a guarda destes produtos. Disseminada pela costa marítima e pelos campos e serras, ficaria a população piscatória, agrícola e pastoril, que só recolheria com os gados e mais valiosos instrumentos móveis de trabalho aos castros por ocasião de guerra ou invasão de algum inimigo mais poderoso. (Costa, 1907, p. 210)

Na **Idade do Bronze** parece ocorrer um certo despovoamento desta área a favor duma **reaproximação com a Serra da Arrábida**, representada nos **povoados em altura** até ao Risco onde, não muito longe, é então construído o monumento megalítico da Roça do Casal do Meio³⁸, um monumento funerário de falsa cúpula (*tholos*), orientado a Sudeste para o povoado aberto das terras do Risco que, segundo a informação disponível, aparenta ter sido uma aldeia ou “um disperso conjunto de pequenos casais agrícolas, subsidiários de outros povoados de altura” (Soares, 2012, p. 58), como se pode ver a partir do desenho esquemático da *Figura 16*.



Figura 16 - Possível reconstituição do Povoado do Risco. Fonte: Desenho de Mariana Croft em *A Arrábida no Bronze Final* (Soares, 2012, p. 52)

Figura 17 – Exploração agrícola no Vale do Risco, atualmente. Fonte: Fotografia de Ricardo Soares em *A Arrábida no Bronze Final* (Soares, 2012, p. 52)

³⁸ Classificado como *Imóvel de Interesse Público* (Decreto nº 29/84 de 25 de junho, DR nº 145/1984, I Série)

O povoado do Risco, de base agro-pastoril e sem preocupações defensivas, contrasta com os restantes povoados do bronze final situados em **sítios naturalmente defensíveis**, que seriam possivelmente chefiados pela “elite” dos chefes guerreiros sediados no Castelo dos Mouros (Serra da Arrábida). Esta fortificação, “imponente e inexpugnável do ponto de vista defensivo, tanto no aproveitamento das condições naturais, como nas estruturas de defesa edificadas” (Soares, 2012, p. 54), detinha um vasto domínio visual sobre as planícies adjacentes e poderá ter governado uma complexa rede de povoamento durante este período (*Figura 18*), funcionando em relação com o povoado ou “atalaia” de Valongo, “implantado ao longo de um desnivelado esporão calcário” (*Ibidem*, p. 59) numa posição igualmente dominante que, por sua vez, garantia o controlo sobre a paisagem a sul, bem como dos vales a norte até à “Pré-Arrábida”. Além destes povoados, tendo em conta a **importância do Portinho como porto de pesca e de comércio**, outro povoado eleva-se para defender a baía, a Serra da Cela³⁹, em intervisibilidade com ambos os povoados de Valongo e do Bico dos Agulhões (Alto do Jaspe/Brecha da Arrábida), este último do lado oposto da Serra. (cf. Soares, 2012, pp. 62/63)

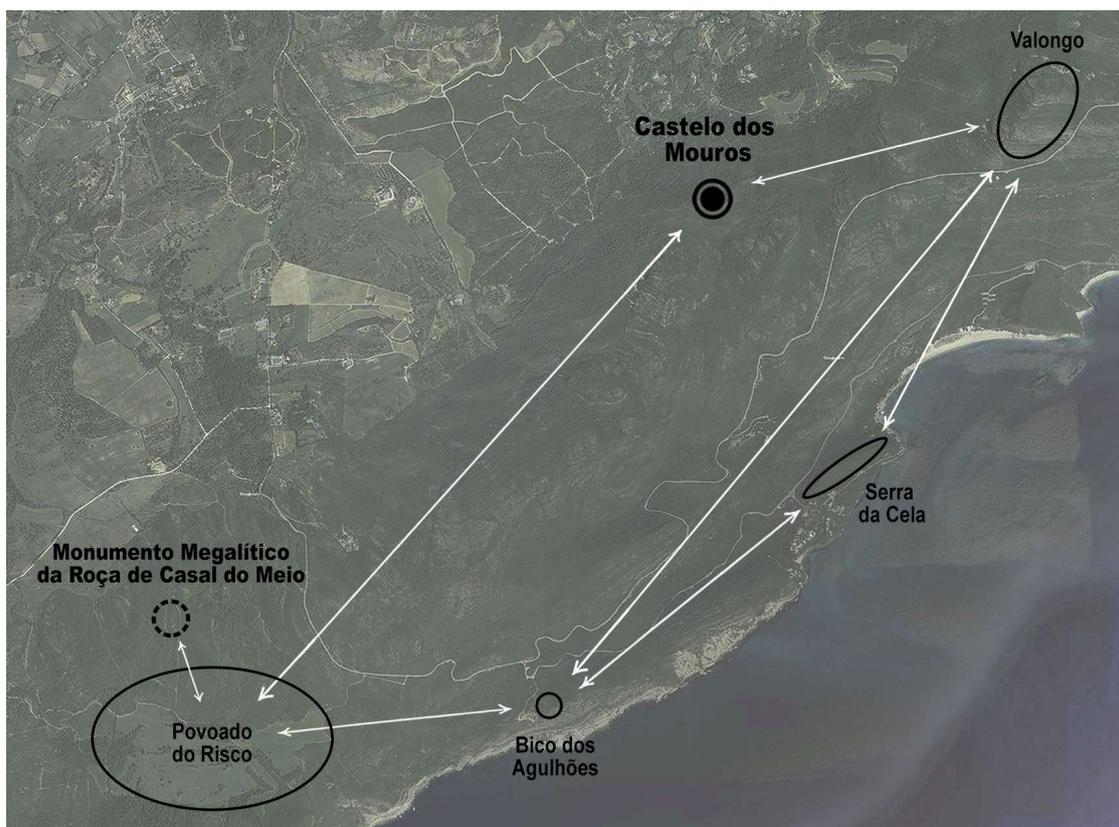


Figura 18 - Esquema de ocupação da Serra da Arrábida-Risco na Idade do Bronze. Fonte: Imagem aérea do *Google Earth* (base adaptada)

³⁹ Segundo a informação disponível no *Portal do Arqueólogo*, a Serra da Cela está classificada como um “habitat” de “período indeterminado”. (DGPC, s.d.)

Alguns povoados mantiveram a sua ocupação durante a **Idade do Ferro**, mas no geral este período tem uma fraca expressão na área de estudo, talvez por falta de documentação até à data. (cf. Anexo II.4.4 - carta “Idade do Bronze-Idade do Ferro”, p. 156)

Em resumo, a ocupação ao longo da pré-história revela uma tendência de **movimento “do mar para a montanha”**, possivelmente devido à atração pela Serra como um “*interior* simultaneamente geográfico e espiritual” (Pato, 2016, p. 187). Esta ligação com a Serra verifica-se também no aproveitamento das grutas naturais como santuários, para fins religiosos e funerários, que seriam preferidas à construção de monumentos megalíticos (cf. Pereira & Benito, 2018, p. 29), com destaque para a Lapa do Fumo⁴⁰ (Serra dos Pinheirinhos), ocupada desde o neolítico ao bronze final e que terá servido novamente como local de culto muçulmano, sugerido pela descoberta de moedas árabes na gruta (cf. Serrão, 1959, p. 200), possivelmente “oferendas”.

Os espaços subterrâneos, onde os homens procuravam o contacto com o transcendente e as forças da fertilidade, capazes de originarem e de manterem a vida, ou de reproduzirem a cultura, tornando-se verdadeiras grutas-santuário, continuaram longa tradição que remonta, pelo menos, ao Paleolítico Médio, quando ali se desenvolveram os primeiros enterramentos e outras práticas de carácter ritual. (Gomes & Calado, 2007, p. 150)

A antiguidade da **relação espiritual com a natureza**, associada à divindade feminina como “Mãe-Natureza” que dá vida, é ainda comprovada por vestígios encontrados numa gruta natural em Albarquel de “uma pequena estatueta da Deusa-Mãe do Paleolítico Superior” (Santos, 1980-81, p. 31), uma relação antiga com a Terra-Mãe que mais tarde evoluiria para os cultos Marianos⁴¹ que se estendem até aos dias de hoje.

Antes da chegada dos Romanos, há registos de uma colónia fenícia que terá ocupado a Arrábida, os Tsarah da Lusitânia (Pimentel, 1992, p. 7) que se dedicavam à colheita da grã-dos-tintureiros⁴².

⁴⁰ Classificada como *Imóvel de Interesse Público (Decreto n.º 28/82 de 26 de fevereiro, DR n.º 47/1982, I Série)*

⁴¹ Cultos à Nossa Senhora da Arrábida, Nossa Senhora do Cabo e Santa Margarida.

⁴² A “Grã-dos-tintureiros” consistia num corante utilizado na tinturaria, proveniente de larvas vermelho-vivo pertencentes a uma espécie de inseto parasita que habita em carvalhos de folha persistente mediterrânicos, como o carrasco. A tinta púrpura é frequentemente associada à

A concha do Portinho da Arrábida teve um destaque renovado durante o **Período Romano**, com fácil acesso ao mar e, portanto, numa situação perfeita para a **exploração dos recursos marinhos nas cetárias** romanas, uma atividade pré-industrial (marcante em toda a região do estuário do Sado) em fábricas para salga de peixe e preparação de uma especiaria muito apreciada na antiguidade – o *garum* (ICN, 1996, p. 106). A fábrica do Creiro, junto à praia do Portinho, bem como as cetárias na Rua da Fortaleza, em Sesimbra, e da Rasca, perto da Praia da Comenda, seriam parte da grande rede de salga de peixe que se estendia pela costa da Arrábida até ao estuário do Sado. O maior centro industrial desta “rede” encontrava-se em Tróia, que operaria em contacto com *Caetobriga* (Setúbal). (cf. Anexo II.4.5 - carta “Período Romano”, p. 157)



Figura 19 - Serra da Arrábida representada num mapa antigo como “Barbarii Arabrica” e o Cabo Espichel como “Promontorium barbaricum”. Fonte: “Tabula veteris Lusitanae celticae”. Mapa de António Ribeiro dos Santos, século XVIII, década desconhecida - Biblioteca Nacional Digital

Alguns povoados em altura continuaram a ser utilizados pelos romanos, em particular o Castro de Chibanes que manteve alguma importância como sede militar. Ainda assim, a tendência geral da sua ocupação foi “a de fazer descer a população das eminências fortificadas para os vales e terras baixas” (Ribeiro, 1986, p. 70), estabelecendo um povoamento disperso de pequenos casais agrícolas – as **villae**

realeza, e talvez por isso a grã adquiriu tal distinção que, até ao reinado de D. Manuel I, a sua colheita e comercialização era um privilégio da Casa Real, crescendo em importância económica durante os séculos XVII e XVIII, até que a sua colheita “intensiva e desregrada” conduziu à sua “quase completa extinção nos habitats mediterrâneos”. (Guerreiro, 2008, pp. 28/29)

rusticae – de onde provinham os cereais, o vinho, o azeite, os frutos e a carne (Neto, 2010, p. 104). As *villas* foram implantadas principalmente na periferia de *Caetobriga*, ao longo das principais vias que ligavam a povoação a *Olisipo* (Lisboa), passando por Azeitão, e a *Salacia* (Alcácer), vias das quais resta apenas um pequeno troço⁴³ à saída de Setúbal – a “**Calçada do Viso**”. (cf. Pimentel, 1992, p. 12)

No plano religioso, foram encontrados vestígios de um **templo**, dedicado a Neptuno, no sítio em que se encontra hoje o Outão, a que teriam chamado “Promontório de Neptuno”. Há ainda referências do século XVIII a um outro templo situado no Alto do Formosinho, este dedicado a Apolo. (cf. Cardoso, 1747, pp. 584-585) Não havendo evidências materiais que possam atestar que de facto existiu um templo no alto da Serra, ainda assim seria algo credível, dada a ligação das divindades romanas com as forças da natureza, claramente presentes na Arrábida, a Serra que intitulavam *Mons Barbaricus*. Aqui entra também o lado místico das **finis terrae**, o “fim do mundo” ou “porta do além”, representado no limite da península, o *Promontorium Barbaricum*. O Cabo é facilmente perceptível a partir do ponto mais alto da Serra e situa-se a oeste-sudoeste do Formosinho, ou seja, na mesma direção do sol poente, uma situação que poderá ter contribuído para a construção de um templo dedicado ao deus do sol.

A **toponímia** dos lugares foi fortemente marcada pela **ocupação árabe**, a partir do século VIII, em especial na região de Azeitão – “*Az-zaytun*”, que significa “olival” – cujo nome descende dos **extensos olivais** que a caracterizavam neste período. Uma das árvores de interesse público existentes no limite da área de estudo é precisamente uma das oliveiras milenares “consideradas as mais antigas de Portugal” (Ribeiro, 1986), introduzidas pelos povos do oriente, que terão também expandido a cultura da vinha. Outros nomes de povoações que ficaram deste período foram a Azóia (de “*Al-zâwiya*”, que faz alusão a um edifício religioso, possivelmente ligado a algum culto relacionado com o Cabo Espichel) e Palmela (“*Balmalhaf*”, também ligado à religião). Também o topónimo “Arrábida” pode ter surgido de “*Al-râbita*”, que significa “**convento fortificado**” (cf. Pato, 2016, pp. 192/193), o que sugere que terá existido algum local de culto na Serra, possivelmente onde, mais tarde, foi construído o Convento da Arrábida, como aconteceu com muitos edifícios religiosos que foram reconvertidos ao cristianismo.

É no período medieval islâmico que surgem os **primeiros castelos** ou “praças-forte”, os **hisn**, encarregues da administração dos povoados rurais, em Palmela e Sesimbra, ambos numa excelente situação estratégica. Em articulação com estes, e talvez menos conhecido, encontrava-se outro castelo em Coina-a-Velha, situado no

⁴³ Considerando apenas os vestígios que se encontram dentro dos limites da área de estudo.

mesmo cabeço onde já tinha existido um povoado calcolítico (que seria depois reocupado pelos romanos), o “Casal do Bispo”. Este castelo terá sido destruído durante a **Reconquista**, tal como aconteceu com os castelos de Palmela e Sesimbra que, ao contrário de Coima-a-Velha, foram reconstruídos mais tarde (séc. XIII) e confiados à Ordem de Sant’Iago, tendo um papel fundamental durante o período de instabilidade política e religiosa que se sentiu ainda durante alguns séculos⁴⁴.

Com a guerra, veio a destruição, não só dos edifícios mas dos campos que eram arrasados pelos exércitos. Sentia-se um clima de instabilidade e insegurança resultante de ataques dos mouros que continuaram ainda durante algum tempo, especialmente vindos da costa. Finda a guerra, os cristãos cimentaram o seu domínio com a **reconversão dos locais de culto muçulmanos em igrejas cristãs**, bem como a construção de novos edifícios religiosos, e o **reforço das bases militares** administradas pelos cavaleiros da Ordem de Sant’Iago. (cf. Anexo II.4.6 - carta “Idade Média”, p. 158)

Na orla da Arrábida surgiam as primeiras quintas que formariam as aldeias de Azeitão que, ainda em meados do século XIV, se tornara “conhecida por ser o lugar de veraneio preferido pela melhor nobreza do Reino” (Pimentel, 1992, p. 14), e que contava nada menos do que com os infantes D. Pedro (futuro D. Pedro I) e D. Constança, com todos os benefícios que daí adviriam⁴⁵. A preferência pela “fidalga” Azeitão devia-se especialmente ao clima ameno da região, acrescida a fertilidade dos terrenos protegidos pela Serra da Arrábida que providenciava ainda a caça⁴⁶, eleito “desporto” da nobreza e, claro, a sua proximidade com a capital. Aí se encontrava a Quinta de D. Constança⁴⁷, ou **Quinta da Nogueira**⁴⁸, que influenciou grandemente o antigo limite da povoação e daria origem ao nome da aldeia, hoje Vila Nogueira de

⁴⁴ Durante o período da Reconquista, por vezes, os mouros voltavam a conquistar áreas que tinham perdido. Além disso, muitos continuaram a viver entre o povo cristão.

⁴⁵ Ambos os reis D. Pedro I e D. Fernando I, seu filho e sucessor, favoreceram Azeitão ao conferir-lhe autonomia judicial e, conseqüentemente, económica. Este favoritismo era especialmente direcionado à Quinta de D. Constança, consorte e mãe dos monarcas. Os privilégios reais concedidos aos caseiros e foreiros da quinta motivaram outros a trabalhar na aldeia que começava a formar-se ao longo da estrada, em constante desenvolvimento dada a sua localização numa via importante entre Lisboa e Setúbal-Algarve. No entanto, esta migração para a privilegiada Azeitão prejudicou outras povoações, nomeadamente Sesimbra. (cf. Pimentel, 1992, pp. 14-16)

⁴⁶ As matas da Arrábida albergavam veados, gamos, javalis, lobos e raposas. Os veados e javalis eram inclusivamente considerados “dos maiores de todo o Reino em quantidade que excedia a existente noutras coutadas do país” (Pimentel, 1992, p. 43).

⁴⁷ Também conhecida como Palácio do Salinas. Foi reconstruída em 1947 para a instalação da Casa do Povo de Azeitão.

⁴⁸ Alguns membros de uma nobreza “recente” tomaram posse de terras em Azeitão, no desejo de afirmar a sua nova posição social. Foi esse o caso da família “dos Nogueiras” a quem (provavelmente) pertenceria a Quinta antes de ser adquirida por D. Constança. (cf. Pimentel, 1992, p. 32)

Azeitão. Segundo uma descrição do século XVII, que se pensa ser a descrição mais antiga da quinta, a propriedade contava com olival e vinha, e com um “pomar que se estendia até à azinhaga que conduzia à Arrábida” (*Ibidem*, p. 16). E, quem sabe, não terá Azeitão sido testemunha do amor condenado entre D. Pedro e Inês de Castro.

Depois da crise dinástica que culminou com a coroação do Mestre de Avis, D. João I, este ordena a construção da **Torre do Outão**, em 1390, no promontório onde outrora se erguera o templo romano dedicado a Neptuno. Diz-se que a torre foi construída sobre a base do templo antigo, e teria como objetivo “controlar as entradas e saídas do porto de Setúbal e restantes portos do Sado” (Neto, 2010, p. 151). É também este monarca que, em 1423, promove a construção do Convento de Palmela, dentro das muralhas do Castelo, para o qual foi transferida a sede da **Ordem de Sant’Iago** que se revelaria um **grande impulsionador para o desenvolvimento da região**, dada a sua importância a nível religioso, militar e político. (cf. Pimentel, 1992, p. 73)

Por esta altura iniciavam-se também as viagens dos **Descobrimentos**, que dariam origem a uma nova fase de prosperidade, e chegava o **movimento renascentista** da Europa, com novas ideias de construção. Os palácios e as quintas aumentaram em número, ocupando as planícies em redor de Sesimbra e da Arrábida-Azeitão. Uma imensa diversidade de plantas chegava de várias partes do mundo, que se traduz num **incremento de jardins**. As casas senhoriais das quintas renascentistas são então agraciadas com um novo estilo de jardins que tentavam recriar a paisagem ideal do Paraíso. (cf. Anexo II.4.7 - carta “Idade Moderna”, p. 159)

A quinta mais emblemática é a **Quinta da Bacalhoa**⁴⁹, primeiramente denominada *Ville Fraiche*, a partir da qual nasceu Vila Fresca de Azeitão. A primeira casa de campo da quinta pertenceu a um dos filhos de D. João I, o Condestável D. João (Mestre da Ordem de Sant’Iago), e mais tarde a D. Brites, sua filha. Mas a quinta dita renascentista, como a conhecemos hoje, deve-se a Brás de Albuquerque que, de tão impressionado com a arquitetura renascentista que presenciara na sua visita a Itália, promoveu várias alterações no antigo paço medieval seguindo o harmonioso traçado do renascimento – na casa e nos jardins – no espaço que ficaria conhecido como a “Quinta do Paraíso”. Segundo Pimentel (1992), “a mansão quinhentista é considerada como o mais importante repositório da azulejaria em Portugal”. A notoriedade da quinta atrairia

⁴⁹ Classificada como *Monumento Nacional* (Decreto nº 2/96 de 6 de março, DR nº 56/1996, I Série-B)

alguns monarcas⁵⁰ ao longo dos séculos e, com eles, influência e prestígio para a região. (cf. Pimentel, 1992, pp. 22-29) Em “competição” com a Bacalhoa, surgiu outra quinta nas proximidades também inspirada no renascimento italiano, a **Quinta das Torres**⁵¹ (cf. Anexo III.3 - fotos nº 16, pp. 208/209).

Este período abrangeu também o início da **Casa de Aveiro** (1547), “talvez a mais opulenta de Portugal, em bens, direitos e honrarias, depois da Casa de Bragança” (Pimentel, 1992, p. 37), e um dos maiores promotores da Arrábida. O título do Duque seria concedido ao primogénito do último mestre da Ordem de Sant’Iago, D. Jorge de Lencastre⁵², pelo rei D. João III. D. Jorge passava algum tempo em Azeitão, pernoitando no Convento de S. Domingos, até que lhe foi cedido um terreno junto ao convento pelos frades dominicanos, onde se edificaria uma nova mansão quinhentista, o Palácio dos Duques de Aveiro. O palácio tinha “uma grande quinta com quatro ruas muito compridas povoadas de árvores silvestres, agradáveis bosques, boas vinhas e pomares de todo o género de fruta” (*Ibidem*, p. 38). Pouco depois, o seu filho e 1º Duque de Aveiro, D. João de Lencastre, financiaria a fundação do Convento da Arrábida, que durante os dois séculos seguintes ficaria sob a proteção desta família (*vide supra*, pp. 11-15).

A Casa de Aveiro era então proprietária de toda a Serra da Arrábida, por via de D. Jorge que, como grão-mestre da ordem religiosa, administrava a Comenda de Santa Maria da Arrábida. Com a união dos mestrados das ordens militares com a Coroa, os duques, seus donatários, ficaram na posse da Coutada da Arrábida. (cf. Pimentel, 1992, pp. 37-47)

A serra da Arrábida, durante o período em que pertenceu à Casa de Aveiro, possuía uma vegetação cujo maciço florestal era muito mais extenso do que atualmente, atingindo, como se sabe, os montes de Azeitão. Constituíram-no, tal como hoje, embora de forma muito menos degradada, densas brenhas e mato rasteiro, arbustos crescendo em fendas de calcários pedregosos, um sub-bosque situado a meia encosta meridional do monte do Formosinho, entre a Capela de São João do Deserto e o monte de Abraão e ao longo do vale do Solitário e ainda algumas matas de certa extensão nos vales da vertente oposta. (...) Os incêndios repetidos a que esta floresta esteve sujeita

⁵⁰ Era na Quinta da Bacalhoa que permanecia “O Vitorioso” D. Afonso VI quando visitava Azeitão. Mais tarde, foi durante a sua estada na quinta, em 1767, que D. José I promoveu o descoutamento da parte norte da Arrábida.

⁵¹ Classificada como *Imóvel de Interesse Público* (Decreto nº 2/96 de 6 de março, DR nº 56/1996, I Série-B)

⁵² Filho bastardo de D. João II. O apelido Lencastre provém da sua trisavó, a princesa inglesa Filipa de Lencastre, primogénita de João de Gante, fundador da “rosa vermelha” da Casa de Lencastre.

foram-lhe diminuindo no entanto, progressivamente, a sua extensão e aspeto frondoso. (Pimentel, 1992, p. 43)

O povoamento rural disperso composto pelas quintas e casais agrícolas prevalecia, sob a proteção da cordilheira, que se tornara lugar de eleição para os religiosos. O povoamento mais afastado da costa devia-se não só às condições de habitabilidade mais agrestes da Serra, mas também pelo perigo de ataques vindos do mar, nomeadamente de corsários e piratas. Os acessos à Serra eram também praticamente inexistentes, e os **poucos caminhos que existiam eram difíceis**, contando por exemplo com “um velho carreteiro que conduzia à Ermida da Memória e ao Portinho, passando pelo sítio do Panasco, Rocha do Coelho Esfolado e parte superior do Creiro”, (Pimentel, 1992, p. 44) que daí seguia para a Torre do Outão, e desta para Setúbal. Entre Azeitão e a Arrábida, o acesso principal fazia-se pela estrada que seguia da Aldeia de Irmãos até *El Carmen*, onde encontrava o caminho de pé posto que contornava a encosta, atravessando a Mata Coberta até chegar ao Conventinho. Os acessos na Serra só viriam a receber melhorias a partir de finais do século XIX, como se verá mais à frente.

Em Setúbal principiava-se um caminho mais seguro e muito mais movimentado do que os carreteiros de acesso à Serra, a “antiquíssima Estrada Real” representada na *Figura 20* (cf. Pimentel, 1992, pp. 43/44) que interligava Setúbal com Lisboa e Sesimbra, bifurcando perto de Azeitão, onde passava pela “rua” das quintas. Foi especialmente nas imediações dessa estrada que se implantaram as quintas, na ligação entre as **povoações das baías de Sesimbra e Setúbal que prosperavam a partir da pesca e exploração salina no estuário do Sado**, em crescente urbanização⁵³.

No fim do século XVI, a Coroa sofre uma nova crise de sucessão com a morte de D. Sebastião em Alcácer-Quibir⁵⁴, levando o país já enfraquecido a um novo período de instabilidade social, política e militar que conduziria à **ocupação espanhola**. Num tempo marcado pela incerteza, D. Filipe I ordenou que se construísse uma fortaleza à

⁵³ O desenvolvimento do porto de Setúbal levaria a um enorme crescimento da população que habitava a baía.

⁵⁴ D. Sebastião não deixou descendência. O trono passou então para o Cardeal D. Henrique, filho de D. Manuel I, que morreu dois anos depois, também sem descendentes diretos. Apesar do problema de sucessão que tinha em mãos, recusou-se a aceitar o Prior do Crato, seu sobrinho, como seu sucessor. Ainda assim, D. António foi aclamado rei de Portugal (inclusive em Setúbal), mas viria a perder o trono a favor de Filipe de Espanha depois da sua derrota na Batalha de Alcântara.

entrada de Setúbal, o **Forte de S. Filipe**⁵⁵, para controlar a vila que se mantinha leal ao Prior do Crato, D. António, um dos pretendentes ao trono português.

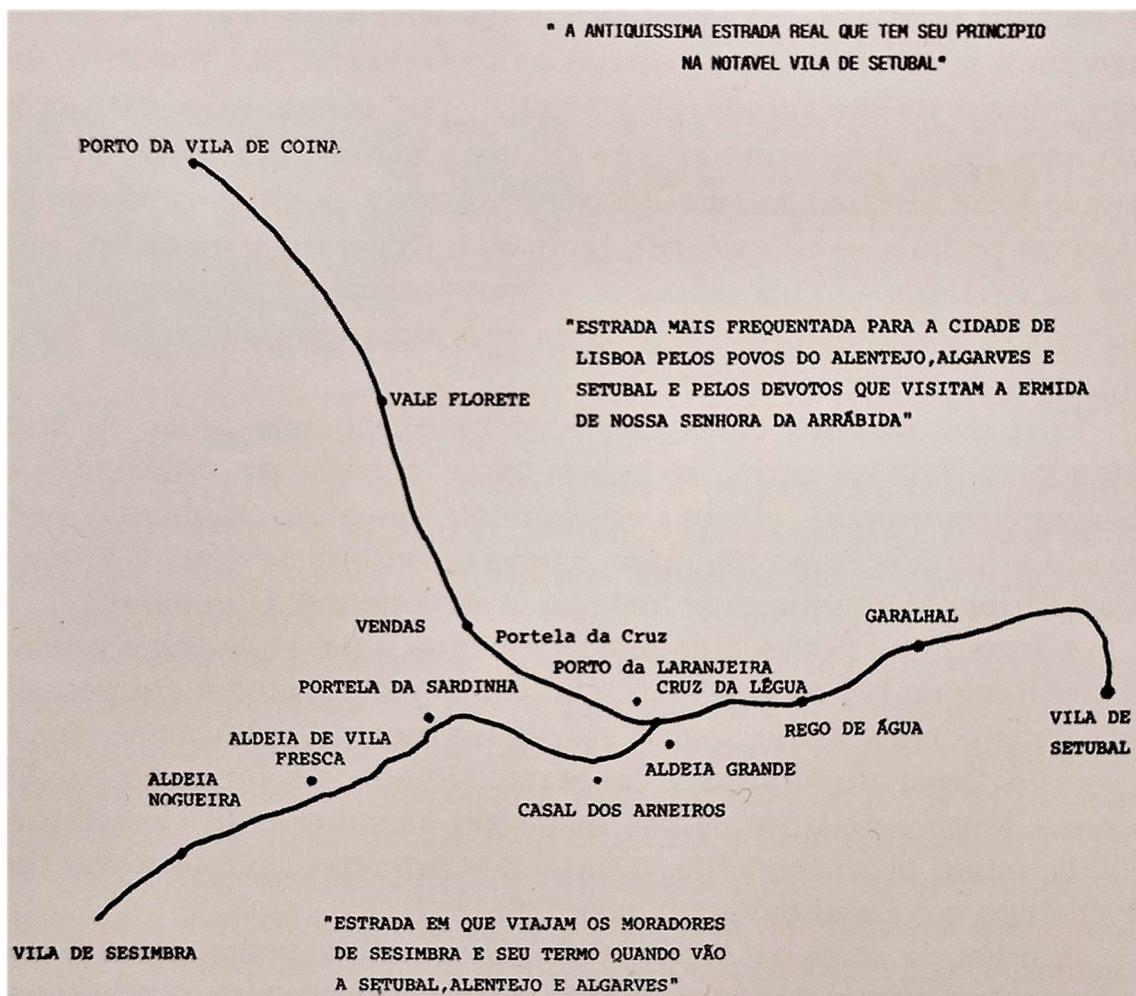


Figura 20 - Esquema com a "antiquíssima estrada real" que ligava Setúbal a Lisboa, bifurcando para Oeste pelas Aldeias de Azeitão até Sesimbra. Fonte: *Arrábida: História de uma Região Privilegiada* (Pimentel, 1992, p. 43)

Contrariamente a Setúbal, grande parte da nobreza com propriedades em Azeitão tomou o partido de D. Filipe de Espanha⁵⁶, incluindo os Duques de Aveiro que durante a ocupação espanhola se fixavam, quase continuamente, no seu palácio em Azeitão, vivendo "uma vida principesca, quase própria de um rei" (Pimentel, 1992, p.

⁵⁵ Classificado como *Monumento Nacional* (Decreto nº 23 007 de 30 de agosto, DG nº 196/1933, I Série)

⁵⁶ Um dos maiores apoiantes de Filipe de Espanha que atuou em Azeitão foi Cristóvão de Moura, irmão de D. Francisca de Távora, esta casada com D. Álvaro de Sousa, a quem D. Filipe I instituiu o morgadio de Alcube. (cf. Pimentel, 1992, p. 39)

39), favorecidos pelos “Filipes” que tentavam fortalecer o poder do seu reinado, elevando por isso a Casa de Aveiro em detrimento da Casa de Bragança.

Rodeia a cidade uma cinta de hortas, quintas e pomares. À riqueza da terra junta-se a das águas do mar e do estuário: uma e outra fizeram a prosperidade de Setúbal. (...) Desde a época romana se explorou o sal, cujo imposto constituía no século XVII o tributo mais importante pago pela vila (...) Então o pôrto era muito frequentado por barcos estrangeiros e nacionais, e os seus marinheiros corriam as cidades marítimas da Europa Setentrional transportando os afamados vinhos de Azeitão e a laranja, que parece ter sido primacial importância na história da cidade. (Ribeiro, 1986, p. 78)

Com a **restauração da independência**, em 1640, muitos apoiantes da dinastia Filipina seriam perseguidos, e assim **abandonavam as quintas e os solares**, “que então foram espoliados de grande parte do riquíssimo espólio que possuíam” (ICN, 2003, pp. 116/117). Azeitão recuperaria ainda antes do final do século, pois as características que haviam atraído a fidalguia no passado voltariam a exercer o seu encanto, e **rapidamente a região se viu novamente ocupada pelos nobres da nova ordem nacional e pela alta burguesia** que “usufruíam do benefício de Cavaleiros da Ordem de Cristo, os quais haviam adquirido terrenos ou quintas em abandono onde construíam de novo sumptuosos solares” (Pimentel, 1992, p. 73). Deste período de “regeneração” data a **Quinta do Calhariz**, propriedade da família Sousa, ancestrais dos Duques de Palmela.

Enquanto isso, os conflitos com Espanha continuavam. Assim, D. João IV estabelece um novo plano estratégico para reforçar a defesa da costa, que iria integrar uma **linha de fortes militares desde o Cabo Espichel a Setúbal**. A situação geoestratégica da cordilheira, para além de proporcionar ela própria um reforço na defesa pelas suas características naturais, constituía uma excelente oportunidade para a implantação desta linha de fortes seiscentistas⁵⁷. Estes contam com o Forte de São Domingos da Baralha (Porto da Baleeira, Cabo Espichel), os Fortes do Cavalo e de Santiago (Sesimbra), o Forte do Cozinhador (Serra do Risco), o Forte de Santa Maria da Arrábida (Portinho), e os Fortes de Santiago do Outão e de Albarquel. A Arrábida exercia então uma **nova função militar, acompanhada pela vida religiosa** dos frades

⁵⁷ Classificados como *Imóvel de Interesse Público*: Forte do Cavalo (*Decreto n.º 95/78 de 12 de setembro, DR n.º 210/1978, I Série*), Forte de Santiago, Forte de Nossa Senhora da Arrábida e Forte do Outão (*Decreto n.º 129/77 de 29 de setembro, DR n.º 226/1977, I Série*)

na Serra, que daí em diante beneficiavam da proteção da guarnição militar instalada no Forte de Santa Maria da Arrábida.

O século XVIII iria trazer alterações na administração da Arrábida. Aproximava-se o **fim da Casa de Aveiro**, a maior rival da Casa de Bragança, desta vez envolvida na alegada tentativa de assassinato do rei D. José I em 1758, que faria parte de uma conspiração para colocar D. José de Mascarenhas, 8º Duque de Aveiro, no trono, um escândalo político controverso conhecido como “Processo dos Távoras”, que terminaria com a execução do último Duque de Aveiro e a extinção da sua Casa. A “base” do poder da Casa de Aveiro em Azeitão (Palácio dos Duques de Aveiro) foi arrasada e pilhada, o brasão picado, e os terrenos salgados. Todos os bens que lhe haviam pertencido estavam então na posse da Coroa, incluindo a Serra da Arrábida que sofreria grandes transformações com o **descoutamento da encosta norte** (*Figura 21*). (cf. Pimentel, 1992, pp. 123-125) A mata que “se estendia até aos montes de Azeitão” (Pimentel, 1992, p. 123) foi então desbastada, e toda a área dos vales de Picheleiros e da Ramada **passou a ser utilizada para a agricultura e pastoreio**, novos usos que geraram conflitos entre pastores e couteiros nobres, “defensores da floresta” (Neto, 2010, p. 196), e que nada podiam fazer contra as queimadas que renovavam as pastagens na antiga coutada, estatuto que lhe permitira a conservação das matas até à data.

Dom José, por ocasião dos exercícios militares efetuados em 1767 no acampamento dos Olhos-d’Água, estabeleceu-se com a corte e ministros em Vila Fresca de Azeitão e alojou-se no Palácio da Bacalhoa. Os agricultores que possuíam terrenos situados na zona da coutada da Arrábida aproveitaram a presença do rei na localidade para se queixarem dos prejuízos que as suas plantações sofriam, causados pela caça e pelos animais bravios criados no defeso. Lembraram-lhe também que o rendimento do seu trabalho poderia aumentar se lhes fosse permitido, na área coutada, apascentar os animais que necessitavam para as suas culturas. O rei concordou e mandou passar, no dia 10 de Dezembro, um alvará em que promoveu o descoutamento da parte norte da serra da Arrábida [...] (Pimentel, 1992, p. 123)

**DESMEMBRAMENTO DA COUTADA
DA ARRÁBIDA APÓS A EXTINÇÃO
DA CASA DE AVEIRO (1767-1776)**

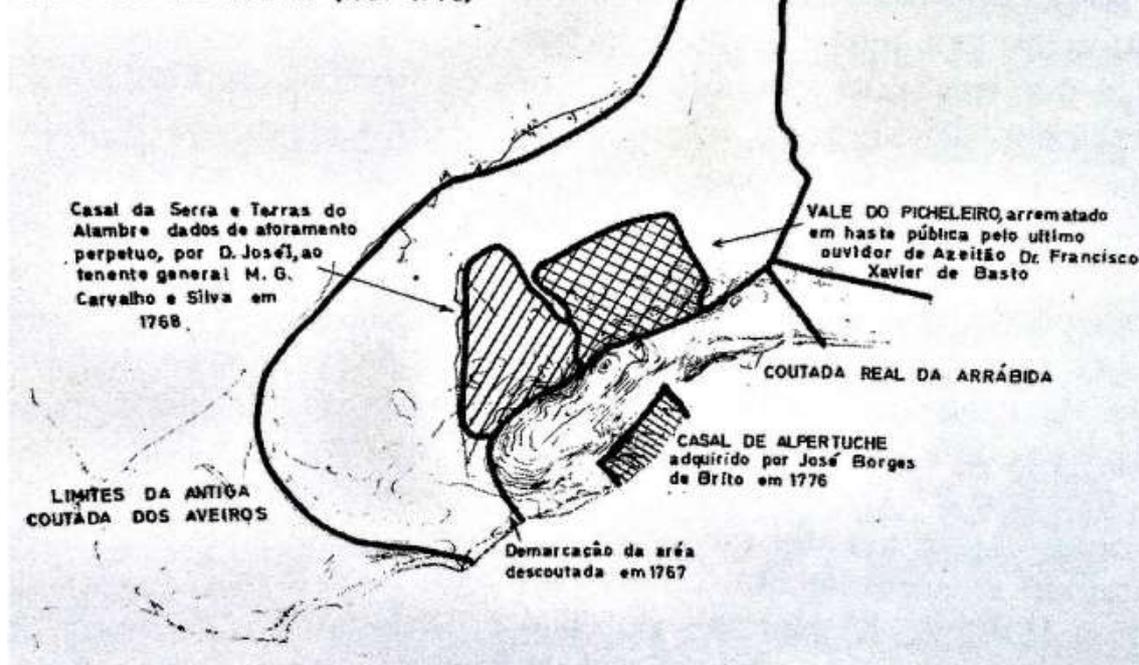


Figura 21 – Situação da Arrábida depois do descoutamento da encosta norte da Serra até aos “montes de Azeitão”. Fonte: *Arrábida: História de uma Região Privilegiada* (Pimentel, 1992, p. 125)

Em Aldeia Nogueira, o Palácio dos Duques de Aveiro acomodaria a primeira fábrica de chitas em Portugal que antes do fim do século XVIII chegaria a empregar “cerca de quatrocentos trabalhadores” (Pimentel, 1992, p. 132). Entretanto, Aldeia Fresca era elevada a “Vila” e sede do concelho recém-criado de Azeitão, uma clara demonstração do rancor que D. José I sentia em relação às terras dos Aveiros em Aldeia Nogueira que, apesar de tudo, continuava a ser “a povoação mais importante das que constituíram o limite de Azeitão” (*Ibidem*, p. 135). Tal foi posto em evidência quando a rainha D. Maria I decretou que a sede do concelho fosse transferida para Aldeia Nogueira, em 1786, uma decisão fundamentada pelo facto de “se achar nela a praça onde se fazia os leilões, a Santa Casa da Misericórdia e o Hospital, um convento de religiosos dominicanos e a Real Fábrica de Chitas e Tecidos de Azeitão” (Pimentel, 1992, p. 138)⁵⁸.

⁵⁸ A fábrica entraria mais tarde numa fase de decadência, e cessaria atividade em 1846, quando os trabalhadores da fábrica formaram um corpo militar (liderado pelo diretor da fábrica) para participar na Revolta da Maria da Fonte, que aconteceu na sequência das tensões sociais e políticas decorrentes das guerras liberais. (cf. Pimentel, 1992, p. 133)

Uma figura que merece ser mencionada pela importância que teve no desenvolvimento urbanístico de Azeitão é Dr. Agostinho Machado Faria, juiz de fora do concelho⁵⁹ durante a segunda metade do século XVIII. O juiz de fora seria o promotor de várias obras de água públicas, pontes e melhoria de acessos para a população que trabalhava nos campos e nos moinhos. Foi ainda responsável pela plantação de uma alameda de árvores que se estendia desde a Quinta das Torres até a Aldeia de Irmãos (*Figura 22*), uma ação de planeamento que, talvez sem o compreender, promovia o contínuo natural e cultural. A imagem pitoresca que então caracterizava a “nobre” Azeitão viria a perder-se com o tempo, constituindo hoje pouco mais que um eco da sua antiga magnificência. (cf. Anexo II.4.8 - carta “Idade Contemporânea”, p. 160)

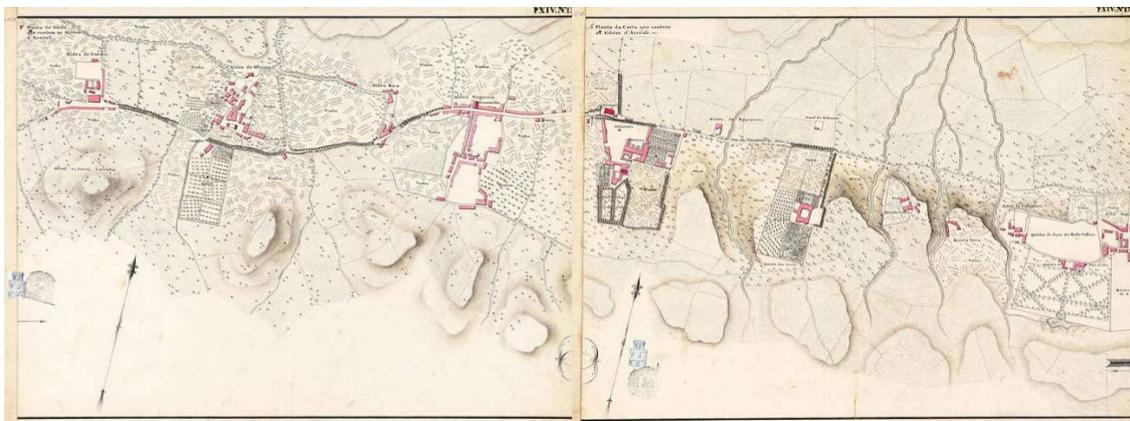


Figura 22 - Levantamento com a alameda de árvores promovida por Dr. Agostinho Machado Faria. Fonte: “*Planta da carta que contem as aldeas d'Azeitão*”. Carta de Maximiano José da Serra, levantada em 1790. - Biblioteca Digital do Exército

Na primeira metade do século XIX, o país atravessa uma nova fase crítica durante as **guerras liberais**. Mais uma vez, a nobreza de Azeitão está do “lado errado” na disputa pelo trono português, dada a maioria dos nobres da região serem Miguelistas, e cujo resultado seria o fim da “fidalga Azeitão” (Pimentel, 1992, p. 73). Com a vitória dos liberais, os **solares tornariam a ser abandonados**, entrando numa fase de degradação que se prolongaria até ao final do século, apenas recuperando um pouco do seu prestígio nas últimas décadas. A guerra culminaria na Patuleia, que traria novamente forças militares para a região, em marcha sobre Setúbal. Azeitão “foi frequentemente invadida, nessa ocasião, por soldadesca indisciplinada que tudo

⁵⁹ O concelho de Azeitão seria extinto e anexado ao concelho de Setúbal, em 1855.

roubavam aos camponeses” que, desesperados, fugiam para se refugiar nas brenhas da Serra da Arrábida (Pimentel, 1992, p. 133).

À semelhança de Azeitão, a Arrábida enfrentaria também as consequências da vitória liberal, em 1834. A **extinção das ordens religiosas**⁶⁰ levaria a que os frades arrábidos fossem obrigados a abandonar o Convento, abandonando os seus bens (que seriam depois confiscados pelo Estado) e procurando refúgio nas casas nobres da região⁶¹.

Apesar de tudo (e felizmente), a Arrábida cairia nas mãos de proprietários com a visão certa para garantir a sua preservação, a **Casa de Palmela**, uma família poderosa e abastada. Como agradecimento pelo seu apoio e pelo importante papel que desempenhara na restituição da rainha D. Maria II ao trono, Pedro de Sousa e Holstein, 1º Duque de Palmela, recebe então grande parte da Serra, incluindo a área do Convento e do Portinho. Os Duques de Palmela eram os senhores do Morgadio do Calhariz, uma quinta que era considerada “huma das melhores, que tem o Reyno, pelo jumptuofo dos edificios, pelo dilatado das terras, pela abundancia de frutos, como de pão, vinho, e azeite, pelo dilatado dos pomares [...] e pelo deliciofo dos jardins” (Piedade, 1728, p. 112).

[...] o novo proprietário da serra da Arrábida requereu à Câmara de Azeitão em 1848 que a propriedade fosse “encoimada”, evocando estar em grande parte coberta por espesso mato e árvores silvestres, ter muita caça grossa e miúda e por não ser fechada, “o que motiva a sua fácil e continua invasão por toda a qualidade de pessoas e gado, tornando-a assim sujeita a incêndios, filhos da casualidade, desleixo e perversidade”. Esta pretensão foi deferida e

⁶⁰ O objetivo da reforma das ordens religiosas era acabar com o poder social e económico que estas detinham no país. Esse poder do clero foi justamente a razão pela qual foi fundada a Província da Arrábida, num afastamento (e ao mesmo tempo uma reaproximação) dos frades arrábidos com a Ordem Franciscana a que pertenciam. Os arrábidos seguiam os princípios de São Francisco de Assis, fundador da ordem religiosa, que defendia valores como humildade, justiça, penitência ou pobreza. Com a evolução cultural do clero, a ordem franciscana sofreu um desvio em relação a esses valores, pelo que os frades arrábidos, assim como os capuchos, surgem em reação a esse desvio, relacionado com o crescente poder socioeconómico da ordem, restaurando a integridade da ordem “original”. Apesar disso, a Província da Arrábida não seria excluída da decisão do Ministro da Justiça, Joaquim António de Aguiar, e de D. Pedro IV, em extinguir as ordens religiosas, e o Convento padeceria assim do mesmo fim que tantas outras casas religiosas no país. É ainda de relembrar que o clero apoiou D. Miguel durante a guerra civil, o que possivelmente também terá tido influência na decisão.

⁶¹ Uma das quais descobriria o segredo do licor produzido exclusivamente pelos frades no Convento. Diz-se que o frade licorista, “guardião da fórmula” terá sido acolhido por uma família a quem passou o segredo de fabrico do vinho, antes de se retirar para um convento em Espanha. O segredo da fórmula assentava na flora da Serra da Arrábida, e o licor seria daí em diante conhecido como “Arrabidine”. (cf. Lima Fortuna, s.d.)

os terrenos da serra da Arrábida passaram de novo a constituir uma coutada. (Pimentel, 1992, p. 168)

A coutada da Arrábida, juntamente com os terrenos da Quinta do Calhariz, só seria submetida a regime florestal em 1914⁶², e o esplendor das matas mediterrânicas raras (que lhes valeu esse estatuto) deve-se às providências tomadas pelos seus proprietários que até aí evitaram a sua destruição. (cf. Ribeiro, 1986, p. 65) **O facto de uma grande extensão de terrenos na Serra da Arrábida ter sido propriedade de grandes Casas** – Casa de Aveiro, Casa do Infantado e Casa de Palmela – foi importante no sentido em que **evitou a divisão do espaço em pequenas propriedades** que, se tivesse sido o caso, teria provavelmente resultado numa maior área urbanizada na Serra, ainda que dispersa, acompanhada da deflorestação que lhe seria inevitavelmente associada.

Os últimos monarcas a conhecer e a atuar na Arrábida seriam D. Carlos I e a rainha D. Amélia, que desempenharam um papel importante em vários pontos da região. Suas Majestades deslocavam-se com frequência a Setúbal e Azeitão, e assim ordenaram que se adaptasse o Forte do Outão (cf. Anexo III.2 - vista nº 13, p. 180; III.3 - foto nº 15, p. 207) para passar a servir como a sua residência de veraneio. O edifício implantado junto ao mar, auxiliado pelo clima da Serra e pela flora, tinha pelas razões apresentadas um potencial enorme para o tratamento da tuberculose, chamando à atenção da rainha, fundadora da Assistência Nacional aos Tuberculosos, que patrocinaria novas adaptações, desta vez para a instalação do sanatório, inaugurado em 1900. **O Outão foi o primeiro sanatório do país a atuar no combate à tuberculose**⁶³ durante a epidemia que perturbou Portugal entre os séculos XIX e XX. (cf. Pimentel, 1992, p. 148)

A rainha D. Amélia tinha um carinho especial pela Arrábida, que visitava demoradamente transportada por mulas, os mesmos animais que eram utilizados para transportar o vinho fabricado na Quinta da Murteira para o Portinho (Pimentel, 1992, p. 178). De forma a melhorar os acessos à Serra tão estimada pela rainha, a Casa de Palmela ordenou em 1872 a construção de uma estrada entre o Calhariz e a Arrábida,

⁶² “O serviço público florestal existe, em Portugal, como entidade autónoma, desde 1824, data em que é criada a Administração Florestal das Matas do Reino [...] Em 1901, através do Decreto de 24 de Dezembro de 1901, é aprovado o regime florestal, diploma que incluía o conjunto de normas aplicáveis ao sector florestal e que se mantém vigente na nossa ordem jurídica desde então.” (Introdução do *Decreto-Lei nº 254/2009, de 24 de setembro, DR nº 186/2009, I Série*)

⁶³ A implantação da república e instabilidade económica que se seguiram dificultariam o funcionamento do sanatório.

pela Mata Coberta (*Figura 23*). Esta estrada, depois das obras de reparação em 1913, possibilitaria o **acesso dos primeiros automóveis à Serra da Arrábida**. Mais tarde, foi também esta Casa a promotora de uma nova estrada que ligava o Convento ao Calhariz, “atravessando entre as guaritas, tornejando o vale de S. Paulo para o lado do Solitário, a meia distância o Monte Abraão e a Lapa do Médico e entroncando no caminho da Mata Coberta, próximo à estrada de *El Carmen* para o Risco” (*Ibidem*, p. 173). Este caminho seria melhorado e aumentado nas décadas seguintes, com a **construção da estrada pelo alto da Serra**, terminada em 1940. Além destas, a Casa de Palmela contribuiu financeiramente para completar os trabalhos de terraplenagem ordenados pelo professor Francisco Gentil, na estrada iniciada no Alto do Jaspe, atravessando a Mata do Solitário até aos casais de Alpertuche e outras propriedades na direção do Portinho. (cf. Pimentel, 1992, p. 173)

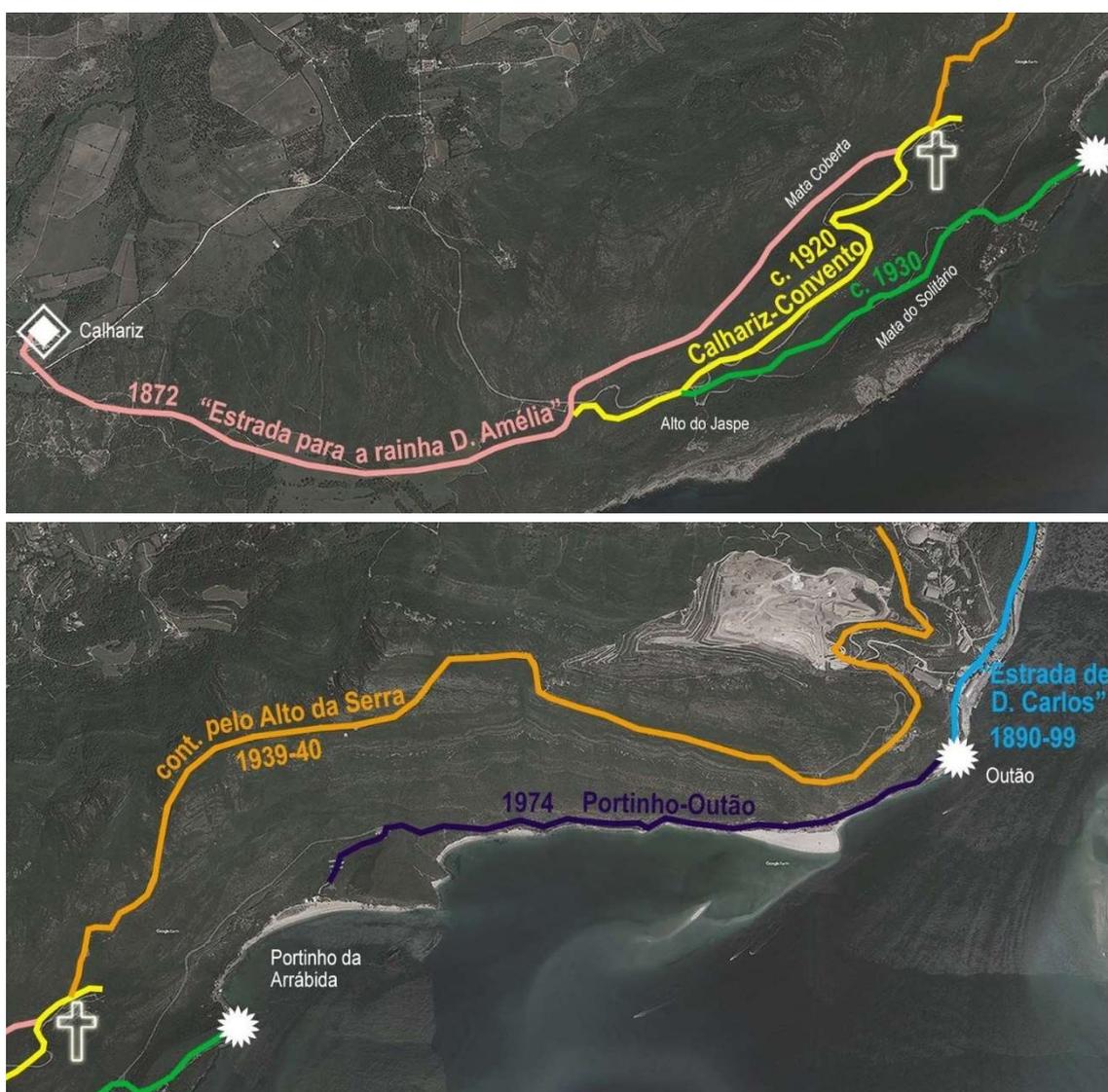


Figura 23 - Esquema hipotético dos acessos à Serra da Arrábida. Fonte: Descrições em *Arrábida: História de uma Região Privilegiada* (Pimentel, 1992, pp. 172/173); Cartas Militares nº 454, 464 e 465 (1937); Imagem aérea do *Google Earth* (base adaptada)

Por sua vez, o rei D. Carlos promoveu a **construção da estrada que ligava Setúbal ao Outão** (1890-1899), um projeto que levantou objeções por parte de muitos. Os jornais diziam que a estrada para nada serviria, como na *Gazeta Setubalense* que referia ser apenas “a satisfação de um capricho” (1890, *apud* Pimentel, 1992, p. 172), mas na verdade acabou por se tornar num dos principais acessos à Serra, ainda hoje. A continuação da estrada do Outão até ao Portinho só seria concluída em 1974, altura em que a costa da Arrábida começa a ser mais procurada para veraneio.

Em inícios do **século XX**, a região recuperara com a construção de novas quintas, **nos campos cresciam as vinhas para produção do vinho moscatel**, ovelhas pastavam na “garrigue calcárea” da Serra (Ribeiro, 1986, p. 62), cuja flora constituía a base para o sabor distinto do afamado queijo de Azeitão, e nas cristas das serras entre Azeitão e Palmela funcionavam os moinhos de vento⁶⁴. Nas baías de Sesimbra, Setúbal e do Portinho a exploração dos recursos marinhos mantinha-se como principal meio de subsistência. E no centro de tudo, a Serra da Arrábida conservava a sua grandeza, permanecendo como um **símbolo para as comunidades** e inspirando os visitantes, tendo sido continuamente retratada por escritores prestigiados como Alexandre Herculano⁶⁵ e Hans Christian Andersen⁶⁶.

Este século foi marcado por um longo período de sangue, guerra e tirania, iniciado pelo Regicídio em 1908, consequência de um povo descontente que gritava pela república, incentivado pelas ideias dos políticos republicanos, dos quais muitos atuaram em Azeitão onde “promoveram vários comícios de propaganda eleitoral republicana” (Pimentel, 1992, p. 156), ações que culminariam na **Implantação da República** em 1910 e exílio do jovem rei D. Manuel II.

À implantação do novo regime seguir-se-iam duas guerras mundiais, tornando-se **necessário reforçar a defesa da costa**, em especial a barra dos estuários do Tejo e Sado. Para isso, o Regimento de Artilharia de Costa do exército português mandou construir oito **baterias militares**, duas das quais na costa da Arrábida – a Bateria do

⁶⁴ Os moinhos perderiam importância com o rápido desenvolvimento industrial que o país atravessava desde o século anterior, até serem desativados nos anos sessenta.

⁶⁵ “Salve, oh valle do sul, saudoso e bello! / Salve, oh patria da paz, deserto sancto, / Onde não ruge a grande voz das turbas! / Sólo sagrado a Deus, podesse ao mundo / O poeta fugir, cingirse ao ermo, / Qual ao freixo robusto a fragil hera, / E a romagem do tumulo cumprindo, / Só conhecer, ao despertar na morte, / Essa vida sem mal, sem dór, sem termo, / Que íntima voz contínuo nos promete / No transitio chamado o viver do homem.” – “A Arrábida”, em *A Harpa do Crente*, 1838. (Vilhena & Pires, 2002, pp. 80-96)

⁶⁶ “Senti-me penetrado por toda a beleza da natureza, naquela atmosfera suave e quente. Era como a nave de uma igreja no mundo grandioso e estranho de Deus.” em *Uma visita a Portugal em 1866* (*apud* Medeiros, 2016)

Outão, junto ao Forte Velho (cf. Anexo III.3 - fotos nº 12 e 13, pp. 204/205), e a Bateria de Albarquel, à sombra do Forte de S. Filipe na entrada de Setúbal. (cf. Belo, 2006)

Outra das consequências da guerra foi a necessidade de carvão vegetal para combustível, o que levou a que alguns proprietários de terrenos na Serra desflorestassem áreas para utilizar a madeira no seu fabrico. Em 1947, estas **ações de desflorestação** alertaram o criador da “Serra-mãe”, **Sebastião da Gama**, um “verdadeiro apaixonado pelas belezas da Serra, de que conhecia todos os segredos” (Pimentel, 1992, p. 116). O poeta permanecia então no Forte de Santa Maria da Arrábida e rapidamente saiu em defesa da Serra, escrevendo ao Engenheiro Miguel Neves a pedir ajuda. Tal chamou à atenção do Professor Baeta Neves que interveio na situação, conseguindo-se assim salvar a Mata do Solitário. Este pedido de socorro do poeta da Arrábida (*Figura 24*) resultaria, apenas um ano depois, na **criação da Liga para a Proteção da Natureza** (1948).

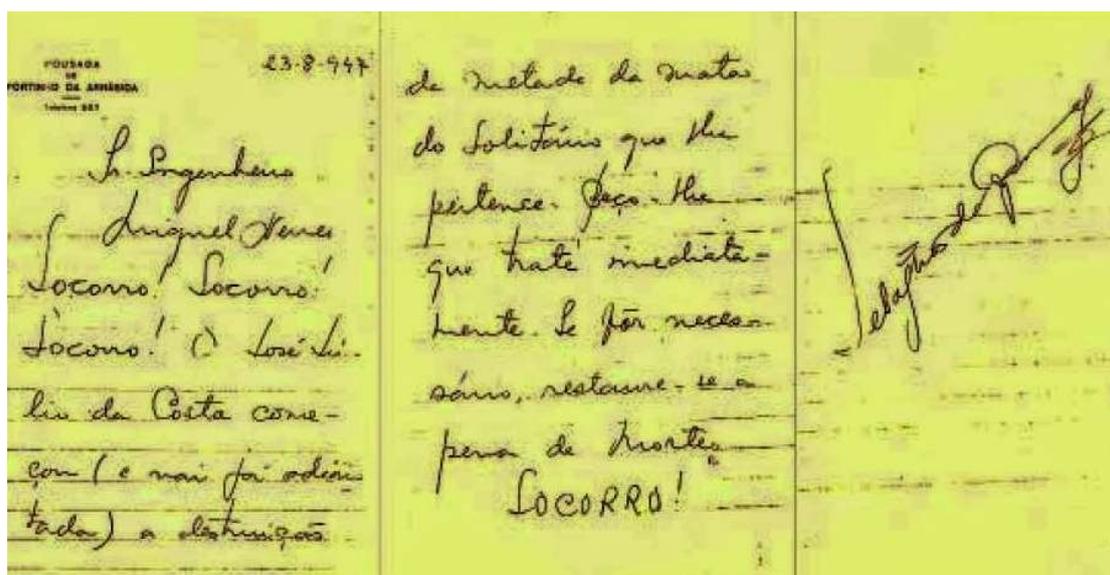


Figura 24 - Carta com pedido de socorro de Sebastião da Gama: “Sr. Engenheiro Miguel Neves. Socorro! Socorro! Socorro! O José Júlio da Costa começou (e vai já adiantada) a destruição da metade da Mata do Solitário que lhe pertence. Peço-lhe que trate imediatamente. Se for necessário, restaure-se a pena de morte. SOCORRO!”. Fonte: “Sebastião da Gama e a Salvaguarda da Serra da Arrábida”. Setúbal Digital, s.d.

Enquanto isso, vigorava o **Estado Novo** e a ditadura, uma época de **valorização do património cultural** nacional, pela importância que se dava à pátria. Uma das construções decorrentes desse período, a Ponte Salazar, inaugurada em 1966, teve repercussões na Arrábida por facilitar os acessos à margem sul, dando início a uma

crecente pressão demográfica que se sentiria especialmente no Portinho, onde foram construídas várias infraestruturas clandestinas, que gerariam um grande problema ambiental, não inteiramente resolvido, mesmo após a sua demolição uns anos depois. (*vide supra*, pp. 23-25)

Especialmente depois da revolução do **25 de abril** em 1974, dá-se início a um **conjunto de ações com vista à conservação da natureza**⁶⁷ e melhoramentos no ordenamento da paisagem, grandemente influenciado por um dos pais da Arquitetura Paisagista em Portugal, Professor Gonçalo Ribeiro Telles, enquanto Secretário de Estado do Ambiente.

Em 1976 foi criado o **Parque Natural da Arrábida**⁶⁸, um estatuto que garantiria a conservação dos valores naturais da região, com vista a recuperar o equilíbrio dos ecossistemas em risco.

Não obstante, o património da Arrábida vai muito além dos seus valores naturais. Considerando isso, foi feita uma “tentativa” de **reconhecimento do seu património cultural em 1977**, em que foi decretado que se classificasse “Toda a zona que rodeia o Portinho da Arrábida, incluindo o Conventinho e a mata de carvalhos” como *Imóvel de Interesse Público*⁶⁹. Sem limites definidos ou regulamentação apropriada⁷⁰, a proteção da Arrábida tem-se devido principalmente às ações do ICNF e de alguns clubes formados pela população local, sempre atentos ao que possa pôr em risco a sua adorada Serra.

⁶⁷ A nova visão política levou à criação da Secretaria de Estado do Ambiente, com vista à “conservação da Natureza, a proteção de paisagens e sítios, a gestão racional dos recursos naturais e a salvaguarda da sua capacidade de renovação”. (Introdução do *Decreto-Lei n° 613/76 de 27 de julho, DR n° 174/1976, I Série*)

⁶⁸ *Decreto-Lei n° 622/76 de 28 de julho (DR n° 175/1976, I Série)*

⁶⁹ *Decreto-Lei n° 129/77 de 29 de setembro (DR n° 226/1977, I Série)*

⁷⁰ Apesar da existência de algumas políticas para proteção do património desde 1932, a primeira lei do Património Cultural só seria decretada em 1985 (*Lei n° 13/85 de 6 de julho, DR n° 153/1985, I Série*).

2.2.2 A Paisagem no presente

Mais do que os valores naturais, a paisagem integra a ação do Homem que é, na realidade, o que a torna “paisagem”. A análise dessa ação cultural permite distinguir diferentes paisagens na área de estudo, com vários graus de humanização. (cf. Anexo II.5 - carta “Humanização da Paisagem”, p. 163)

Os vales e encostas mais suaves são marcados pelas áreas de produção agrícola, com destaque para as vinhas, muitas das quais exploradas para a produção do reconhecido Moscatel de Setúbal. Cultivados principalmente nas encostas da “Pré-Arrábida”, os olivais conservam uma tradição agrícola antiga, a que se deve o topónimo “Azeitão”⁷¹, uma região também associada ao seu queijo de ovelha tradicional. Azeitão cresceu em profunda ligação com a Serra da Arrábida, a sua fonte principal de recursos a nível da caça, lenha e pastagens. São precisamente as características biofísicas da Serra, devido à natureza dos solos e vegetação endémica da área que dão um sabor distinto ao queijo de Azeitão.

Em solos “mais cascalhentos, que a agricultura não conseguiu conquistar” (Ribeiro, 1986, p. 97), perseveraram os povoamentos florestais, maioritariamente pinhais, que aparecem associados à vegetação espontânea em algumas áreas, em especial na encosta norte da Serra da Arrábida, Comenda, e Serras de S. Luís e Gaiteiros.

Tôda a vertente meridional da Serra da Arrábida é, pelo seu clima, dotada de ótimas aptidões agrícolas. A oliveira, por exemplo, frutifica aí 15 dias mais cedo do que em Azeitão. Porém o brávio do relêvo e a dificuldade de comunicações deixam as serras abandonadas ao pasto e à floresta. (Ribeiro, 1986, p. 62)

As condições naturais adversas do Cabo Espichel e de toda a costa até à Serra da Arrábida, à exceção da baía de Sesimbra (pela situação especial de acesso aos recursos marinhos), resultaram em paisagens com um povoamento maioritariamente disperso e com uma estrutura de circulação interna reduzida ao mínimo essencial (Soares, 2012, p. 107). No entanto, com o crescimento urbanístico e turístico, tornou-se necessário criar acessos mais seguros até às propriedades que cresciam junto às belas praias da Arrábida, bem como para os visitantes e romeiros que “lutavam” para subir a

⁷¹ Topónimo de origem árabe: *Az-zeitum* (“olival”).

Serra até ao Convento. Assim, foram abertas as estradas que atravessam a Serra, recebendo melhorias até às estradas de que usufruímos no presente, apresentando-se como linhas fortemente definidas entre a vegetação, como “fendas” na paisagem da encosta sul (*Figura 25*). Em 1935, o geógrafo Orlando Ribeiro temia já o inevitável, a prolongação da velha estrada do Outão até ao Portinho⁷², e estava certo ao afirmar que consistiria na mais importante via da Arrábida. Será também, talvez, a mais bela de percorrer, pelos efeitos-surpresa que proporciona ao contornar as dificuldades causadas pelo relevo acidentado. Ou, quem sabe, seja superada pela irmã, mais acima na encosta, que beneficia de altitudes que lhe conferem um amplo domínio visual sobre a paisagem a norte e a sul (cf. Anexo III.2 - vistas nº 9 e 11, pp. 176, 178).



Figura 25 - As linhas das estradas fortemente marcadas na encosta da Serra da Arrábida. Fonte: Fotografia de Patrícia Varela, 5 de janeiro de 2020

Em contraste com a Serra da Arrábida, o Vale de Picheleiros e as terras de Azeitão apresentam um carácter bem mais humanizado, tendo sido descaracterizadas nas últimas décadas devido à expansão urbana desordenada, a partir das antigas quintas. Ainda assim, sofreram pressões menores quando comparadas à zona de Santana e

⁷² “Quando, além do Portinho, fôr prolongada até ligar com a estrada do Outão será, pelas belezas naturais do seu percurso, a mais importante via da Arrábida, destinada sobretudo a servir os excursionistas. É de desejar que isso aconteça o mais tarde possível: a serra é pequena e pode bem correr-se a pé!” Originalmente publicado em 1935. (Ribeiro, 1986, p. 81)

arredores que, altamente urbanizada e detentora de uma estrutura viária complexa, compreende a paisagem com maior nível de construção na área de estudo.

Os centros urbanos mais importantes da região são a antiga vila piscatória de Sesimbra, nascida ao abrigo da baía como porto de pesca; Palmela, “o tipo de aglomeração humana que, tendo cumprido a sua finalidade – a de defesa, neste caso – vive apenas mercê do impulso histórico: de notável vila-fortaleza passou a modesto centro rural” (Ribeiro, 1986, p. 62); e Setúbal, sede de distrito, com um porto que lhe confere uma grande importância a nível nacional⁷³.

Um elemento (muitas vezes esquecido a nível do seu valor patrimonial) que representa um dos marcos culturais mais importantes na Paisagem da Arrábida, é o caminho. O caminho é a marca mais antiga do Homem, a primeira transformação que este exerceu na paisagem.

Alguns caminhos antigos evoluíram para serem transformados nas estradas nacionais que se conhecem hoje, como a “antiquíssima estrada real” (EN 10 e 379), ainda que a maioria dos acessos continue a ser constituída por caminhos rurais. Porém, nos terrenos mais bravios ainda se descobrem os velhos caminhos de pé posto, aqueles que a vegetação (ainda) não conquistou, e que continuam a ser utilizados até aos dias de hoje, como o caminho entre o Convento e as Terras do Risco, pela Mata Coberta.

Abaixo das estradas vem a complicada rede dos velhos caminhos rurais, destinada a ligar pequenas povoações, casais dispersos ou culturas distantes, de traçado caprichoso, que ora segue o curso das ribeiras, ora galga a encosta das serras, adaptando-se quanto possível às desigualdades do relêvo. [...] O traçado dos caminhos é, quasi sempre, precedido pela simples utilização das linhas naturais de trânsito mais fácil. (Ribeiro, 1986, p. 81)

É ainda importante referir alguns elementos da Paisagem da Arrábida que levantam algumas preocupações ambientais. A área industrial da Fábrica de Cimento da Secil e respetiva área de exploração das pedreiras têm sido uma das maiores ameaçadas à biodiversidade da Serra, para além do impacto visual negativo que

⁷³ A cidade de Setúbal encontra-se fora dos limites da área de estudo. Ainda assim, é importante ser referida, dada a sua influência no desenvolvimento da região.

acarretam. Apesar das inegáveis perturbações causadas pela exploração das pedreiras, é louvável o empenho do grupo Secil na recuperação paisagística das áreas já exploradas. Além destas, acrescentam-se as pedreiras do Calhariz e do Zambujal, nos arredores de Sesimbra. (*vide infra*, pp. 73-77)

No Cabo Espichel, a concentração de valores culturais é marcada pela arquitetura religiosa que se deve especialmente ao seu caráter de finisterra e às lendas que, por isso, lhe estão associadas (*vide infra*, p. 82/83). O mesmo acontece na Serra da Arrábida, onde o Convento e as capelas reforçam o misticismo da paisagem serrana que integra ainda uma grande aglomeração de grutas naturais, na sua maioria ocupadas pelas comunidades na antiguidade. Em Sesimbra e Setúbal, aos valores religiosos é acrescentada a arquitetura militar dos castelos e fortalezas para proteção das povoações portuárias, à semelhança da baía do Portinho. A região de Azeitão é especialmente marcada pela presença de quintas, muitas delas quintas de recreio da antiga nobreza, acompanhadas de capelas e igrejas. É também nesta área que se encontram duas árvores de interesse público, um pinheiro-manso bicentenário e uma oliveira “verdadeiramente monumental” (ICNF, s.d.). Nos cabeços dos montes de Azeitão, na crista da Serra do Louro até ao morro de Palmela (coroado pelo Castelo da Ordem de Sant’Iago), e nas elevações em redor de Setúbal, encontram-se os maiores agrupamentos de moinhos de vento, a tirar partido da topografia.

Os valores culturais construídos constituem, todos eles, representações do património cultural da região da Arrábida, independentemente de serem classificados por lei ou não. Nesta fase, o objetivo foi observar a concentração de marcos culturais nas diferentes paisagens da área de estudo, e não atribuir maior destaque a um ou a outro pelo seu estatuto de proteção.

Em resumo, a grande unidade de paisagem que integra a área de estudo apresenta paisagens com personalidades distintas que lhe conferem uma certa heterogeneidade. Assim, podem distinguir-se paisagens mais “naturais” (Serras e Cabo Espichel), rurais (Azeitão e alguns vales), e urbanas (Sesimbra e Santana).

CAPÍTULO 3 – UNIDADES DE PAISAGEM

A partir da análise anterior, identificaram-se na área de estudo cinco unidades de paisagem representadas na *Figura 26* (cf. Anexo III.1 - carta e tabela síntese, pp. 165/166), definidas a partir de fatores naturais como o relevo, a água, os solos e a vegetação, e culturais, nomeadamente a ocupação do solo, tipos de povoamento e grau de urbanização, e a concentração de valores culturais a nível do património arquitetónico e arqueológico. As unidades definidas nesta fase consistem, na verdade, em subunidades da grande unidade de paisagem definida pela equipa da Universidade de Évora (cf. Cancela d'Abreu *et al.*, 2004, pp. 151-156).

É importante referir que, apesar dos limites desenhados na carta, os limites “reais” das unidades de paisagem podem não ser lineares ou fixos, diluindo-se como zonas de transição que podem ocupar áreas mais extensas “entre unidades”. Por exemplo, a transição entre a zona de Santana (III) para o Cabo Espichel (V) estende-se pela Aldeia do Meco até aos Casalinhos da Azóia (diluição dos aglomerados urbanos até ao povoamento disperso). Por vezes, as zonas de transição podem ser mais claras, bem definidas por elementos físicos naturais (por exemplo uma ribeira ou um festo) ou culturais (como a alteração dos usos do solo ou os limites de uma povoação). Destes casos, dão-se os exemplos: de Sesimbra (IV), cuja unidade de paisagem foi delimitada pelo festo que fecha a “concha” do vale em que está implantada a vila; do limite entre as unidades da Serra da Arrábida (I) e Azeitão (IIa), na transição da vegetação espontânea para as áreas agrícolas; e da passagem da unidade de Santana para Azeitão, delimitada pelos aglomerados urbanos da Cotovia e Quintola da Maçã.

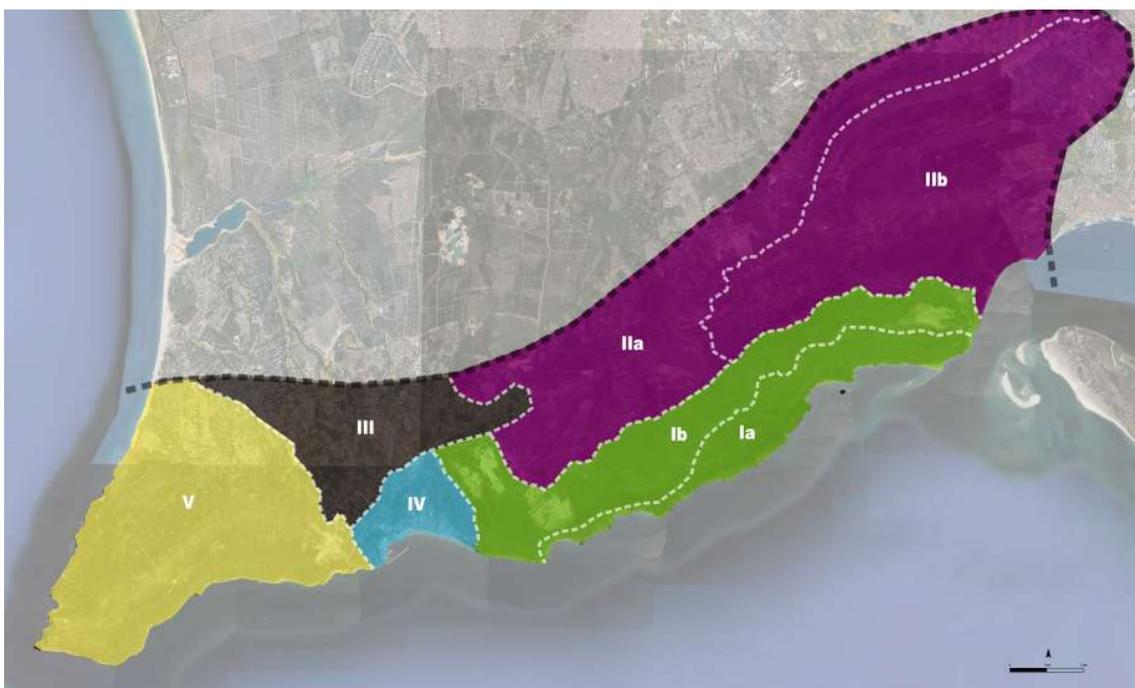


Figura 26 - Unidades de Paisagem

3.1 UNIDADE I – ARRÁBIDA, “SERRA-MÃE”

A pureza e serenidade da atmosfera e admirável limpidez e brilho das águas marinhas são traços inseparáveis da paisagem do mais belo trecho da Arrábida. (Ribeiro, 1986, p. 52)

A unidade I integra o foco principal da área de estudo, a Serra da Arrábida⁷⁴, e como tal foi denominada “Serra-mãe”. Esta integra todo o maciço calcário entre as Serras da Arrábida e do Risco, dominadas pela vegetação autóctone. Eleva-se a pique sobre o mar, como um grande abraço que acolhe as matas mediterrânicas, estas atingindo o seu auge na Mata do Solitário e Mata Coberta, nos vales da vertente sul, e Mata do Vidal, na vertente norte. Vale lembrar a raridade destas formações vegetais a nível (inter)nacional, que integram as matas e os machiais. Apesar dos aspetos geomorfológicos que lhe conferem uma matriz comum, alguns fatores levaram a que fosse dividida em duas subunidades. O que mais separa as duas encostas é a ligação com o mar que, apesar de ser uma presença constante a sul, não é sequer perceptível na encosta orientada a norte, como se pode verificar a partir das *Figuras 27 e 28*.

A encosta sul (subunidade Ia) é a Arrábida mística, “com a identidade mais forte” (Cancela d’Abreu *et al.*, 2004, p. 151). Esta subunidade representa um importante testemunho simbólico e religioso⁷⁵, substanciado pela presença do Convento, com as capelas que formam uma linha pontuada na cumeada, e do santuário da Lapa de Santa Margarida. Trata-se de uma paisagem de carácter marcadamente natural, desde as escarpas da Serra do Risco à Serra da Arrábida que se dispõe em forma de anfiteatro sobre o mar. As elevações da Serra proporcionam “efeitos-surpresa” à medida que é atravessada, e a sua natureza calcária originou a formação de grutas naturais que contribuem para a sua atração espiritual (*vide supra*, pp. 29-30). (cf. Anexo III.2 - vistas nº 9 e 12, pp. 176, 179)

⁷⁴ Segundo os critérios do POPNA, esta é a unidade mais bem classificada em termos de diversidade, harmonia e identidade, e portanto considerada de valor excecional. (cf. ICN, 2000, p. 122)

⁷⁵ Critérios genéricos de apreciação do *Artigo 17º da Lei nº 107/2001 de 8 de setembro (DR nº 209/2001, I Série-A)*.



Figura 27 - Vista da encosta sul: subunidade de paisagem Ia. Fonte: Fotografia de Patrícia Varela, 23 de junho de 2020



Figura 28 - Vista da encosta norte: subunidade de paisagem Ib. Fonte: Fotografia de Patrícia Varela, 23 de junho de 2020

Por outro lado, na encosta orientada a norte (subunidade Ib), os matos de vegetação autóctone que recuperam do pastoreio intensivo são acompanhados pelo pinheiro a meia encosta, numa transição da paisagem diga-se “natural”⁷⁶, da vegetação mediterrânica, a *silva*, para o *ager* da paisagem rural. Pode dizer-se que a Arrábida-norte constitui o antigo *saltus*, ou uma passagem deste para a *silva*. Nesta subunidade, a ligação com o mar perde-se em troca dos vales compartimentados pela exploração agrícola que se estendem até aos montes de Azeitão, para noroeste da Serra da Arrábida. (cf. Anexo III.2 - vistas nº 18 e 19, pp. 185/186) Para nordeste, continua a paisagem dos vales entre as elevações verdes rochosas das Serras, até Palmela. (cf. Anexo III.2 - vista nº 11, p. 178)

3.1.1 O coração da Arrábida

O Convento da Arrábida (em paz absoluta, encaixado entre elevações) e a baía do Portinho, formam uma área de grande valor cultural. A estes acresce o valor da Mata na encosta, e da Lapa de Santa Margarida, situada na base da Serra. Apresentam-se como lugares unidos pela história e evolução cultural da região, compondo assim um grupo de elementos significativos que guarda o “coração” da Serra e que, como tal, merece o seu destaque na unidade I (*vide supra*, pp. 9-28). Geralmente, quando se pensa na Arrábida, são estes os elementos que primeiro vêm à memória. São também os mais destacados nas descrições do lugar, na poesia, e nas histórias que contam os habitantes da região. Considerando essa perceção, pode dizer-se que este grupo de elementos, presentes na encosta virada para o mar, simbolizam a “verdadeira” Arrábida.

3.1.2 Serra e Vale do Risco

O Vale, uma pequena unidade de feição agrícola nas Terras do Risco, apresenta-se como uma “ilha” isolada, protegida pelas Serras do Risco (a sul) e da Arrábida (a este). A “ilha” consiste numa clareira que muda de cor ao longo do ano, em contraste com o verde perene da vegetação das Serras que a envolvem (*Figura 29*),

⁷⁶ “Paisagem é a unidade geográfica, ecológica e estética resultante da ação do homem e da reação da Natureza, sendo primitiva quando a ação daquele é mínima e natural quando a ação humana é determinante, sem deixar de se verificar o equilíbrio biológico, a estabilidade física e a dinâmica ecológica.” (*Lei nº 11/87 de 7 de abril, DR nº 81/1987, I Série*)

sendo essa a principal razão para ter sido considerada como um elemento singular⁷⁷ na unidade I. (cf. Anexo III.2 - vista nº 4, p. 171)



Figura 29 - As Terras do Risco, com a “ilha” no vale, em contraste com as matas verde-escuro das encostas da Serra. É curioso ver que a linha de cumeada da Serra do Risco forma o perfil de uma cara. Fonte: Fotografia de Patrícia Varela, 17 de setembro de 2021

A fertilidade dos solos de “terra vermelha” (ICN, 2000, p. 124) potenciou a ocupação do vale desde a idade do bronze. Séculos mais tarde, conseqüente da sua posição estratégica, testemunhou o confronto entre as forças cristãs de D. Afonso Henriques e os mouros, durante a reconquista da península, sendo por isso também conhecido como “Vale da Vitória”. Este capítulo da história encontra-se representado na épica obra de Luís Vaz de Camões, a Epopeia “Os Lusíadas” (Canto III, v.65, 1572, Ramos [org.], 1978, p. 143):

Com estas *sojugada* foi Palmela,
E a piscosa *Cizimbra*, e juntamente,
Sendo ajudado mais de sua estrela,
Desbarata um exército potente
(Sentiu-o a vila, e viu-o a serra dela),
Que a socorrê-la vinha diligente
Pela fralda da serra, descuidado
Do temeroso encontro inopinado.

⁷⁷ No POPNA, esta unidade foi classificada como paisagem relevante, denominada “Chã da Freira”. (cf. ICN, 2000, p. 124)

É também neste vale (igualmente conhecido como Chã da Freira) que passa o antigo caminho do Calhariz em direção à Arrábida. Contiguamente ao vale, ergue-se a Serra do Risco no horizonte, um “corte” que nos faz esquecer a proximidade com o mar.

A fechar a costa da “Serra-mãe” a oeste, as escarpas do Risco assumem uma postura mais “agressiva” na transição da terra para o mar, sendo esta a falésia calcária mais alta da Europa (Rolão, 2021). A linha formada pelas arribas da Serra do Risco⁷⁸ constitui também um elo de ligação com as paisagens a oeste, como se fosse uma “preparação” para o inóspito Cabo Espichel. Sebastião da Gama (1949) descreveu esta Serra como uma “onda gigante que avança impetuosa e subitamente estaca e se esculpe no ar, é uma onda de pedra e mato, é o fóssil de uma onda”, um claro ênfase da sua postura imponente.

3.1.3 Secil e Pedreiras de Sesimbra

A pedreira e a zona industrial da fábrica da Secil, situadas “às portas” da Arrábida, são consideradas uma ameaça à unidade da “Serra-mãe” na medida em que comprometem a qualidade visual e ambiental da paisagem na qual estão inseridas (mas será que também fazem parte da sua identidade?). Apesar de se apresentarem como um elemento visualmente “degradantes” (ICN, 2000, p. 125), a área de exploração administrada pelo grupo da Secil tem sido alvo de trabalhos de recuperação paisagística desde há 40 anos (Secil, 2009, p. 2). Providos do seu próprio viveiro (instalado na Serra, perto da fábrica), onde são cultivadas plantas autóctones da Arrábida, atingiram cerca de 45 hectares de área recuperada em 2018. Além disso, com as restrições impostas pelo Parque Natural, as perspetivas para o futuro relativamente a esta área são a sua progressiva e eventualmente completa recuperação. (cf. Anexo III.2 - vista nº 14, p. 181)

Esta área de exploração é dos temas mais polémicos de toda a área de estudo. Tem sido alvo de críticas desde há décadas, sempre considerada como um “cancro” na Serra da Arrábida, nunca parte desta. Contudo, tratando-se de uma área explorada desde tempos antigos, é importante conhecer a sua história, as suas origens e o seu processo de evolução. Sabendo isso, e tendo em conta que estão a ser tomadas medidas para minimizar os impactos ambientais e visuais da exploração, pode então considerar-se a indústria, ainda em funcionamento, como parte integrante da Paisagem

⁷⁸ NO POPNA, as “Arribas Litorais” (que incluem a Serra do Risco) foram classificadas como tendo valor excepcional. (cf. ICN, 2000, p. 123)

da Arrábida. A antiguidade da exploração contribui também para a sua inclusão na identidade da Serra, como parte da sua história.

Existem registos de exploração de calcário na zona da actual Fábrica Secil-Outão, desde meados do Séc. XVIII, tendo daí sido extraída rocha que alimentou as fábricas de cal hidráulica existentes no Vale de Alcântara, em Lisboa, cuja matéria prima foi essencial para a reconstrução da Baixa Pombalina, após o grande terramoto de 1755. (Secil, 2009, p. 2)

Se a exploração da área foi iniciada para ajudar a reconstruir Lisboa e arredores depois do devastador terramoto de 1755 (ou, pelo menos, terá sido a partir daí que ganhou maior força), então merece alguma consideração – a “Serra-mãe” em socorro da capital. É verdade que, como diz o ditado, “de boas intenções está o inferno cheio”, e o resultado foi a exploração desregulada ter destruído parte da Serra.

No entanto, desde a classificação da Serra como Reserva Nacional e, mais tarde, como Parque Natural, a recuperação da vegetação tem progredido rapidamente, por ser impedida a continuação de algumas práticas (como o pastoreio), assim como o livre acesso a determinadas áreas. E, à semelhança dessas áreas recuperadas, também o serão as áreas de exploração das pedreiras. Já têm, inclusive, data de conclusão, uma vez que foi decretado pelo regulamento do PNA que a área de exploração não seja ampliada, pelo que em algum momento nos próximos 50 anos, aproximadamente, a pedreira estará esgotada (Ventura, 2020) e a área poderá ser adaptada a outros usos que não comprometam a continuidade dos valores naturais.

Em 1904, instalou-se a fábrica do Outão. Mais tarde, a partir da fusão de duas empresas que operavam na área, é fundada a Secil que, em 1930, ficou oficialmente à frente da exploração (Secil, s.d.). O primeiro estudo de recuperação data de 1964/65, por um dos arquitetos paisagistas portugueses da primeira geração – Arquiteto Paisagista Edgar Fontes. No início da década de 80, foram iniciados os trabalhos de recuperação paisagística da área explorada (comparação entre as *Figuras 30-31 e 32-33*), recebendo certificação ambiental antes do final do século (cf. Secil, 2009, pp. 2-3). É importante frisar que estes planos foram desenvolvidos pela sua própria iniciativa e, portanto, em consciência do valor da Paisagem da Arrábida que merecia ser

preservada, antes da criação da primeira Reserva da Arrábida⁷⁹ (1971), e antes de a recuperação das pedreiras ser regulamentada por lei⁸⁰ (1990).



Figura 30 - Área industrial da Secil nos anos 70. Fonte: “Uma Homenagem ao Passado, a Olhar Sobre o Futuro” em Valorizar, nº7 (Secil, 2010, p. 1)

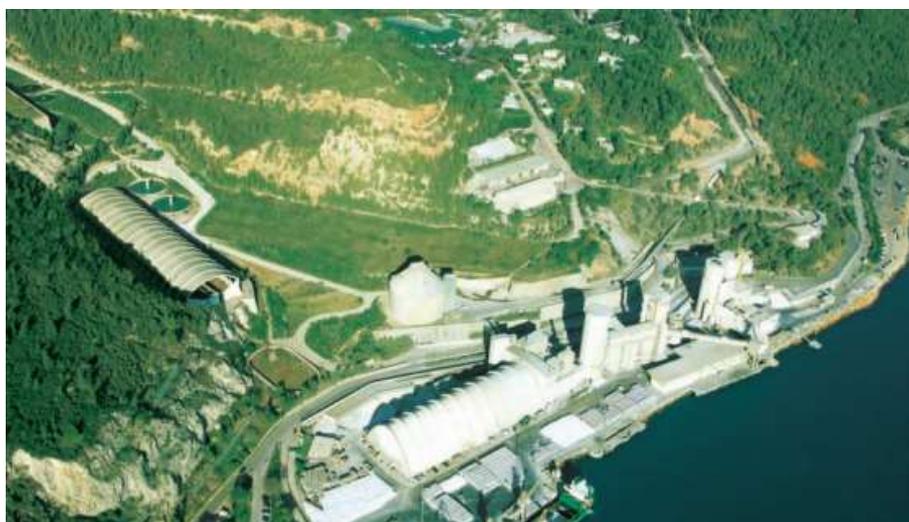


Figura 31 - Área industrial da Secil em 2010 Fonte: “Uma Homenagem ao Passado, a Olhar Sobre o Futuro” em Valorizar, nº7 (Secil, 2010, p. 1)

⁷⁹ Decreto nº 355/71 de 16 de agosto (DG nº 192/1971, I Série)

⁸⁰ Decreto-Lei nº 89/90 de 16 de março (DR nº 63/1990, I Série), que aprovou o primeiro regulamento de pedreiras, considerando a sua recuperação paisagística. (revogado pelo Decreto-Lei nº 270/2001 de 6 de outubro, DR nº 232/2001, I Série-A)



Figura 32 - Entrada da Secil e exploração na encosta, ao fundo, no século XX, década desconhecida. Fonte: "História". Secil, s.d.



Figura 33 - Entrada da Secil e encosta recuperada, ao fundo, atualmente. Fonte: Fotografia de Patrícia Varela, 5 de janeiro de 2020

Além da área de exploração da Secil, as pedreiras a oeste da Arrábida ocupam uma área significativa nas imediações de Sesimbra. As três áreas de exploração comprometem o “equilíbrio biológico da paisagem e a própria dinâmica da Natureza” (*Preâmbulo do Decreto-Lei nº 550/75 de 30 de setembro, DG nº 226/1975, I Série*), nomeadamente na interrupção de linhas de água e continuidade do festo principal da área de estudo que foi “quebrado” pelas escavações a oeste de Sesimbra, perto da jazida de icnofósseis da Pedreira do Avelino. A partir de um ponto alto, como na cumeada da Serra do Risco ou até de um ponto mais longe, no Alto do Formosinho, é possível ver as enormes crateras “fumegantes” (*Figura 34*).



Figura 34 - Crateras fumegantes das pedreiras de Sesimbra, vistas do Alto do Formosinho.
Fonte: Fotografia de Patrícia Varela, 17 de setembro de 2021

3.2 UNIDADE II – AZEITÃO-PALMELA

A unidade II é constituída pela paisagem de carácter rural que se estende desde as bases da encosta da Arrábida até para lá dos “montes de Azeitão”, a norte, e pelos vales entre as serras até Palmela, a nordeste. Esta unidade integra também duas subunidades, divididas pelo festo que separa as bacias hidrográficas do Tejo (IIa) e do Sado (IIb), o mesmo festo que forma a “Pré-Arrábida” de Orlando Ribeiro, pela crista das Serras do Louro e S. Francisco até às elevações de Azeitão.

Azeitão, que designa de forma abrangente esta série de lugares dispostos a cerca de 100 metros de altitude entre as colinas que antecedem a Serra da Arrábida e a vasta planície que se estende até ao Tejo, era a “terra preferida da fidalguia”. (Dias & IGeoE, 2008, p. 72)

A subunidade IIa (*Figura 35*) trata-se de uma paisagem compartimentada pela diversidade de culturas na periferia urbana, por vezes separadas por linhas formadas pelos muros ou sebes de compartimentação. O inicial povoamento disperso das quintas cresceu para formar uma área urbana quase contínua ao longo da “antiquíssima Estrada Real” que passava pelas aldeias de Azeitão. A partir desta, nasceu uma rede de caminhos rurais entre as áreas agrícolas, em contraste com os acessos limitados que atravessam a mancha verde homogénea da Serra da Arrábida. Na base da Serra das Torres Altas, a malha urbana estende-se pela Quinta do Anjo, até Palmela. Uma das ameaças a esta paisagem é precisamente a pressão urbanística que está a descaracterizar a pitoresca “fidalga Azeitão”, com um imenso valor cultural que carece da devida proteção e que, por esse motivo, se encontra cada vez mais distante do seu antigo esplendor. Esta região manteve uma ligação forte das suas gentes com a Serra da Arrábida ao longo de vários períodos da história. Apesar de constituírem paisagens separadas pela diferença entre o seu carácter natural (Arrábida) e rural (Azeitão), com uma ocupação do solo e morfologia totalmente diferentes, estão conectadas pela sua história e evolução cultural em comum.

Embora o nome da região se deva aos olivais que caracterizavam Azeitão na idade média, estes perderam dimensão a favor da exploração da vinha, uma cultura que ganhou expressão com o crescimento da importância cultural e económica do Moscatel de Setúbal. Tais alterações nos usos do solo transformaram a antiga paisagem marcada pela quadrícula verde-cinza composta pelos olivais tradicionais, para dar lugar às linhas das videiras, ora verdes, ora vermelhas. (cf. Anexo III.2 - vistas nº 18 e 19, pp. 185/186)



Figura 35 - Desenvolvimento urbanístico para lá dos “montes de Azeitão” e da “Pré-Arrábida”: subunidade de paisagem IIa. Fonte: Fotografia de Patrícia Varela, 17 de setembro de 2021

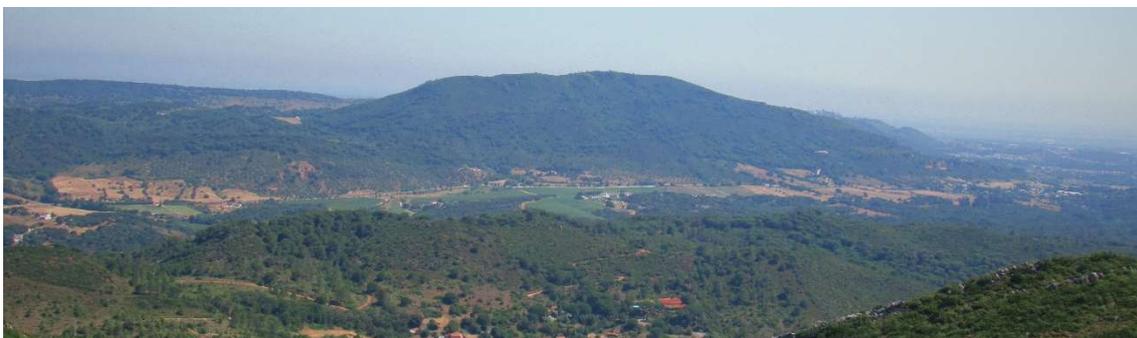


Figura 36 - A “ilha”, Serra de S. Luís, sobre os vales marcados pela exploração agrícola: subunidade de paisagem IIb. Fonte: Fotografia de Patrícia Varela, 23 de junho de 2020

Na subunidade IIb, as Serras de S. Luís e Gaiteiros erguem-se como uma “ilha” rochosa sobre os vales de Barris, Alcube e da Comenda⁸¹. Prevalece um tipo de povoamento disperso, harmonioso, que integra algumas quintas e pequenas áreas urbanas nas zonas mais baixas. À semelhança da situação das Terras do Risco, nesta paisagem as variações cromáticas das culturas agrícolas e dos prados nos vales contrastam com o verde-perene das Serras (*Figura 36*). Estas, de solos mais pobres, são ocupadas pelas comunidades de pinheiro-manso (acompanhado pela vegetação espontânea), uma espécie resistente e volumosa a dominar a grande mancha contínua, somente interrompida por algumas construções, maioritariamente com funções religiosas. A orografia apela também aos moinhos de vento, presentes em grande número nas colinas à entrada de Setúbal, perto da Fortaleza de S. Filipe, e na crista das Serras do Louro e S. Francisco.

⁸¹ No POPNA, a “Serra de S. Luís/Gaiteiros”, o “Vale de Barris e costeiros da Serra do Louro” e a “Comenda” foram classificadas como unidades de paisagem com valor relevante. (cf. ICN, 2000, pp. 123/124)

3.3 UNIDADE III – SANTANA

A unidade III integra a paisagem mais humanizada da área de estudo, incluindo os aglomerados urbanos de Santana até Caixas-Aldeia do Meco. É uma unidade que funciona como “colo de passagem” (Cancela d’Abreu *et al.*, 2004, p. 152) entre o planalto do Cabo Espichel (a oeste), o vale de Sesimbra (a sul), Azeitão (a este) e as terras do Calhariz (a sudeste) que, por sua vez, se interligam com a Serra da Arrábida. Assim, esta unidade conecta todas as outras.

É uma área de relevo muito suave, na transição dos calcários da cordilheira para as areias do Tejo. Apresenta-se como uma paisagem conturbada, de caráter marcadamente urbano, com uma rede complexa de estradas integrada numa malha urbana quase uniforme (Figura 37). À exceção de alguns campos de policultura na periferia, insuficientes para atingir um equilíbrio na paisagem, a unidade de Santana é marcada por volumes construídos entre algumas linhas verdes formadas pelas galerias ripícolas das ribeiras que desaguam na Lagoa de Albufeira. No entanto, grandes extensões das ditas “galerias ripícolas” são apenas caniçais, pelo que nem podem ser consideradas verdadeiras galerias (com os diferentes extratos de vegetação ripícola). A ribeira da Laje “fecha” esta unidade a oeste, começando uma zona de transição com aglomerados urbanos que vão perdendo expressão entre as manchas florestais e os campos agrícolas até ao povoamento disperso dos Casais da Azóia.

A concentração de construções (com pouco valor em termos patrimoniais, a nível regional) descaracterizaram a antiga paisagem rural, pontuada pelas quintas e casais, à semelhança do que aconteceu em Azeitão. Ainda assim, há que destacar a presença de um monumento natural valioso, com pegadas de dinossauros fossilizadas na rocha – a jazida de icnofósseis da Pedreira do Avelino (Zambujal).



Figura 37 - Crescente urbanização na unidade de paisagem da zona de Santana. Fonte: Imagem aérea do Google Earth

3.4 UNIDADE IV – SESIMBRA

A unidade de Sesimbra tem um limite bem definido pela linha de cumeada que segue a rocha calcária e lhe dá a forma de concha protetora da antiga vila de pescadores (cf. Anexo III.2 - vista nº 3, p. 170). Esta paisagem compreende um tipo de geomorfologia particular que a separa das áreas circundantes – o vale tifónico de Sesimbra. O vale é rodeado por “cerros agrestes” (Ribeiro, 1986, p. 48) cobertos pela vegetação espontânea, alguns coroados por moinhos de vento. Na elevação mais alta encontra-se o Castelo, parte da história militar da povoação, que integra também os fortes seiscentistas de Santiago (junto à praia) e do Cavalo (no cabo que fecha o vale a oeste).

Apesar de ser uma área cercada por ameaças, desde a área congestionada de Santana à exploração das pedreiras extremamente próximas do vale, a disposição em concha corta a ligação visual com ambas as situações, a que se acresce a proximidade com o mar. A baía proporciona então uma sensação de calma e frescura que, em conjunto com a morfologia do vale, entrega a vila a um mundo à parte, desligando-a um pouco do “caos” que a rodeia (*Figura 38*).



Figura 38 - Vale e baía de Sesimbra, com o Castelo no cimo da encosta. Fonte: Imagem do *Google Earth (Street View)*

3.5 UNIDADE V – CABO ESPICHEL

A última unidade de paisagem abrange toda a área desde o planalto do Cabo Espichel até à Aldeia do Meco (a norte) e Zambujal (a este), situando-se no limite ocidental do maciço calcário que se estende até Palmela. O largo promontório, assente em arribas quase verticais⁸², encontra-se completamente desprotegido de ventos, que o invadem por todos os lados, tornando-o num sítio inóspito e agreste. Por isso, as manchas de vegetação espontânea junto às arribas não são mais do que matos rasteiros (cf. Anexo III.2 - vistas nº 1 e 2, pp. 168/169). Por outro lado, essas mesmas características conferem-lhe uma grande amplitude visual. Seguindo para norte, pela costa, os matos são substituídos (ou acompanhados) pelo resistente pinheiro, a ocupar áreas com alguma expressão, contíguas aos aglomerados da Aldeia do Meco, que constituem já uma transição para a paisagem da zona de Santana. Além dos povoamentos florestais, a extensa planície é principalmente caracterizada pelas áreas de exploração agrícola que rodeiam o povoamento disperso da Azóia, distribuído ao longo da estrada de acesso à finisterra.

A substanciar o carácter naturalmente monumental do Cabo, as arribas guardam a memória de um tempo anterior à formação da cordilheira, as jazidas de icnofósseis dos Lagosteiros e da Pedra da Mua, esta última com um nome originário de lendas associadas à Nossa Senhora do Cabo Espichel⁸³, a quem se ergueu um Santuário.

3.5.1 A Finisterra

No extremo oeste da unidade, espera-nos uma paisagem assombrosa que, em dias mais ventosos ou com o mar agitado, pode mesmo tornar-se “violenta”. Sem qualquer tipo de proteção natural, o Cabo torna-se perigoso, impondo um certo respeito ou veneração pelo “natural” indomável e incontrolável, como algo sobrenatural. É nesta área que se concentra a identidade do Cabo Espichel – a “finisterra”, que era vista como uma “promessa do além”, um promontório cuja grandiosidade e imponência “nos reduz

⁸² NO POPNA, as “Arribas Litorais” (que incluem o Cabo Espichel) foram classificadas como tendo valor excepcional. A “Plataforma do Espichel” foi classificada com valor relevante. (cf. ICN, 2000, p. 123)

⁸³ Na lenda da Nossa Senhora do Cabo Espichel, a Nossa Senhora terá subido até ao promontório (onde se encontra hoje o Santuário) montada numa mula, esta deixando o rasto das pegadas que se veem na rocha inclinada, cenas que estão representadas em painéis de azulejos na Ermida da Memória, construída no século XV (inspirada nos morabitos muçulmanos), lugar onde se concentravam os peregrinos antes da construção do Santuário. No nome da jazida da Pedra da Mua, “Mua” deriva de “mula”, a mula que carregou a Nossa Senhora encosta acima. (cf. Pereira, 2014, pp. 117-119)

a uma insignificância terrena e nos amplia a consciência até à fruição do sublime” (Pereira, 2014, p. 116).

O Cabo era denominado pelos Romanos como *Promontorium Barbaricum*, uma fronteira geográfica e espiritual, o “fim do mundo” (*Figura 39*). A sua cultura atribuía valores simbólicos aos cabos que seriam considerados sítios sagrados, “onde os Deuses se reuniam à noite” (Figueiredo & Antas, 2011, p. 15), o que explica também a sua ausência na zona do Cabo, durante a sua ocupação da região da Arrábida. Mais tarde, a finisterra tornou-se num poderoso foco de lendas e cultos populares, documentados desde o século XIV, que evoluiriam para os Círios da Nossa Senhora do Cabo. As romarias ao Cabo atraíam os devotos de Lisboa e os pescadores da Costa da Caparica e de Sesimbra, até a tradição perder força e terminar no século XIX. Atualmente, ainda é realizada uma festa anual, mas conta apenas com os pescadores de Sesimbra. (cf. Figueiredo & Antas, 2011, pp. 48, 63)

Da identidade desta paisagem advém, portanto, uma atração espiritual antiga, à semelhança da Serra da Arrábida. É na devoção religiosa que o Cabo e a Serra se aproximam, dois santuários naturais que inspiraram as populações. Apesar de serem paisagens completamente diferentes, essa atração deve-se, em grande parte, a algo que ambas têm em comum – a rocha calcária. (*Tabela 1*)

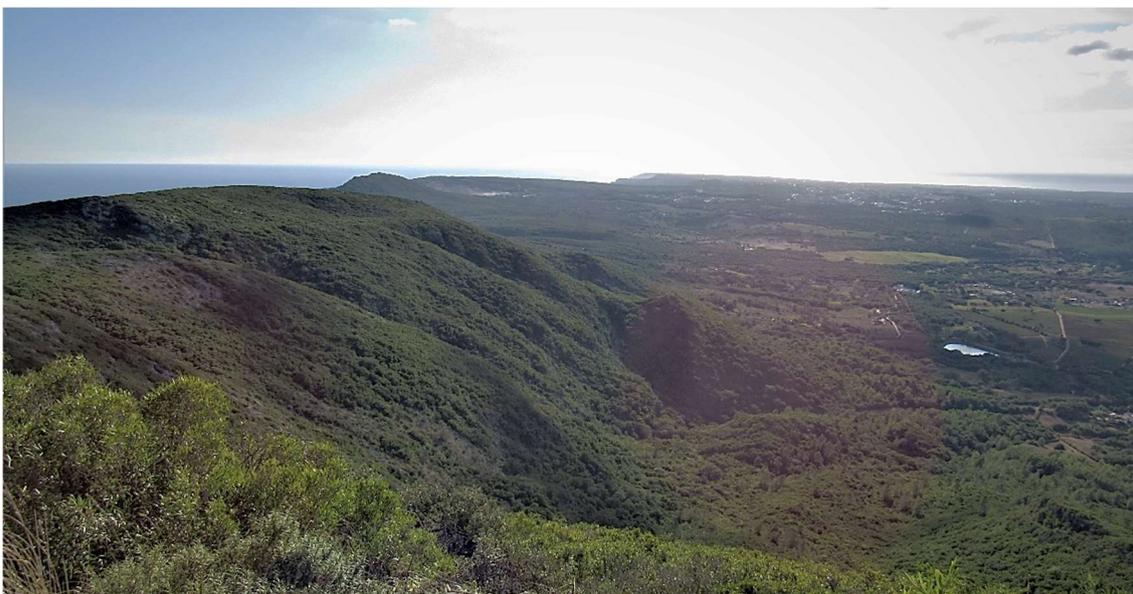


Figura 39 - Vista a partir do Alto do Formosinho, na direção ao Cabo Espichel (“finisterra”), situado no limite ocidental da cadeia montanhosa. Fonte: Fotografia de Patrícia Varela, 17 de setembro de 2021

SERRA DA ARRÁBIDA	CABO ESPICHEL
Superdistrito Arrabidense	
Clima: Temperado mediterrâneo quente com influência atlântica	
Ventos dominantes:	
Maior proteção	Maior exposição
Relevo:	
Serra Mais quente/"abafado" (disposição em anfiteatro)	Planalto/Arribas Mais fresco (relevo plano)
<u>Ligação a partir do fecho principal</u> (interrompido pela pedreira do Zambujal)	
<u>Morfologia cársica – Rocha calcária</u>	
Vegetação/Usos do solo:	
Matas/ <i>Maquis</i> (v. Sul) Pinhal (v. Norte)	Matos rasteiros/Charneca Áreas agrícolas (Azóia)
Comunidade dominante:	
Carrascal	Tojal/urzal
Acesso ao mar:	
Fácil	Difícil
Sistema de Vistas:	
Sensações de surpresa	Grande amplitude visual
<u>Lendas e Cultos – Religião popular:</u>	
Círios da Arrábida	Festas de N ^a Sr. ^a do Cabo

Tabela 1 - Comparação entre as paisagens da Serra da Arrábida e do Cabo Espichel

3.6 CONCLUSÕES

O valor cultural da Paisagem da Arrábida deve ser avaliado de forma integrada. Neste contexto, a abordagem desenvolvida, de expressão territorial, procurou ultrapassar obstáculos e preencher lacunas, permitindo:

- Delimitar diferentes unidades de paisagem, reconhecendo os valores que encerram, e destacar as ameaças que comprometem a sua integridade;
- Identificar os principais valores representativos da sua identidade, qual a sua relevância e papel que desempenham a nível regional, nomeadamente a nível da memória coletiva;
- Avaliar a premência das dinâmicas, conexões e ligações entre as várias unidades no âmbito da proposta;
- Ponderar o âmbito e extensão da proposta de classificação.

Assim, delimitaram-se cinco unidades:

- Serra da Arrábida, com subunidades que separam a vertente sul (Ia) da vertente norte (Ib);
- Azeitão-Palmela, com subunidades que separam as bacias hidrográficas do Tejo (IIa) e Sado (IIb);
- Santana (III);
- Sesimbra (IV);
- Cabo Espichel (V).

Para avaliação das unidades de paisagem, utilizaram-se os critérios paisagísticos considerados no POPNA (ICN, 2000, pp. 118/119) – diversidade (biológica e ecológica), harmonia (estética), e identidade (património natural e cultural), como apresentados na *Tabela 2* – e os critérios considerados na avaliação do património cultural (*vide infra*, pp. 100/101) – “Critérios genéricos de apreciação” presentes no *Artigo 17º da Lei nº 107/2001 de 8 de setembro (DR nº 209/2001, I Série-A)*, e o interesse cultural e valores descritos no *Artigo 21º do Decreto-Lei nº 309/2009 de 23 de outubro (DR nº 206/2009, I Série)*, apresentados na *Tabela 3*.

Os critérios definidos no POPNA são avaliados a partir de ponderações entre 0 e 3, sendo: 0 - “Nenhuma”; 1 - “Pouca”; 2 - “Razoável”; e 3 - “Muita”. Assim, seguindo

esse método, consideraram-se as mesmas ponderações (0 a 3) na adaptação da tabela às unidades do presente trabalho.

Unidades de Paisagem	Diversidade				Harmonia				Identidade				Total
	0	1	2	3	0	1	2	3	0	1	2	3	
I	la			•				•				•	9
	lb			•				•			•		8
II	Ila		•				•				•		5
	Ilb			•				•			•		7
III		•			•					•			1
IV		•					•				•		4
V			•					•				•	8

Tabela 2 - Avaliação do valor paisagístico das unidades de paisagem, segundo os critérios definidos no POPNA

Por questões de coerência, as mesmas ponderações foram também aplicadas à tabela com os critérios de apreciação referentes ao património cultural, de acordo com a sua relevância. No entanto, os critérios definidos na legislação do património não são facilmente aplicáveis à paisagem. Por exemplo, os valores considerados no *Artigo 21º do Decreto-Lei nº 309/2009 de 23 de outubro* são intrínsecos à paisagem. Alguns podem mesmo ser considerados sinónimos, como a originalidade, raridade, singularidade e exemplaridade.

Relativamente ao interesse cultural, foram deixados alguns pontos em branco: o interesse etnográfico poderá talvez ser ligado ao património imaterial (como os cários da Arrábida, ou as romarias ao Cabo Espichel), mas seriam necessários estudos mais aprofundados nesse sentido; e o interesse técnico, possivelmente associável à concentração de estradas e outros elementos construídos. Nas ponderações relativas: ao interesse histórico, considerou-se a importância de eventos históricos decorridos em cada unidade de paisagem, além do número de eventos; para o interesse paleontológico, consideraram-se as jazidas de icnofósseis, e situações geológicas especiais como a Pedra da Anixa e o vale de Sesimbra; no interesse arqueológico, foi

tido em conta a concentração de vestígios, bem como o seu atual estado de conservação; no interesse arquitetónico, considerou-se também a concentração de elementos construídos, além do seu valor arquitetónico e estado de conservação (ou descaraterização); o interesse artístico, no âmbito da paisagem, poderá ser equiparado (quanto muito) ao seu valor estético.

Quanto aos critérios de apreciação presentes na lei de bases do Património Cultural (*Artigo 17º da Lei nº 107/2001 de 8 de setembro*): “O carácter matricial do bem” foi considerado como a “base” da paisagem, ou seja, os solos e a vegetação; “O génio do respetivo criador” visando uma paisagem ordenada, em equilíbrio, tendo ainda em conta a questão estética – o que se repete, em parte, nos critérios e) “O valor estético, técnico ou material intrínseco do bem”, e f) “A conceção arquitetónica, urbanística e paisagística”; relativamente às “circunstâncias suscetíveis de acarretarem diminuição ou perda da perenidade ou da integridade do bem”, consideram-se não só as ameaças dentro da unidade, mas também na sua proximidade.

A partir da avaliação das unidades e estudos de caracterização anteriores, destacaram-se três unidades a nível da concentração de valores culturais. Por ordem crescente de relevância:

- Azeitão, particularmente o núcleo constituído pelas antigas quintas que lhe conferiram um carácter nobre, o qual lhe valeu a designação de “fidalga Azeitão” (hoje algo descaraterizada, o que lhe retira algum valor), e pela sua ligação histórico-cultural com a Serra;
- Cabo Espichel, pelo seu carácter de finisterra que originou lendas e cultos populares, dos quais nasceu o Santuário;
- Serra da Arrábida, em particular a vertente sul, pela sua força espiritual representada nos cultos populares e arquitetura religiosa (Conventinho, capelas “imperfeitas”, e Lapa de Santa Margarida); pela importância histórica dos fortes seiscentistas; e pela relevância cultural da baía do Portinho e do sistema de vegetação fortemente influenciado pela ação humana (Matas e machiais).

		Unidades de Paisagem						
		la	lb	IIa	IIb	III	IV	V
Crterios genricos de apreciao (Artigo 17º da Lei nº 107/2001 de 8 de setembro)	a) O carter matricial do bem	3	3	2	2	1	1	3
	b) O gnio do respetivo criador	3	2	1	2	0	1	3
	c) O interesse do bem como testemunho simblico ou religioso	3	1	2	1	0	2	3
	d) O interesse do bem como testemunho notavel de vivncias ou factos histricos	3	2	3	2	0	2	3
	e) O valor esttico, tcnico ou material intrnseco do bem	3	2	2	2	0	1	3
	f) A conceo arquitetnica, urbanstica e paisagstica	3	3	2	2	1	2	3
	g) A extenso do bem e o que nela se reflete do ponto de vista da memria coletiva	3	2	3	2	0	2	3
	h) A importncia do bem do ponto de vista da investigao histrica ou cientfica	3	2	3	2	1	3	3
	i) As circunstncias suscetveis de acarretarem diminuio ou perda da perenidade ou da integridade do bem	3	3	3	1	3	1	2
Interesse Cultural (Artigo 21º do Decreto-Lei nº 309/2009 de 23 de outubro)	a) Histrico	3	2	3	2	1	2	2
	b) Paleontolgico	2	0	0	0	2	2	3
	c) Arqueolgico	3	2	2	3	1	1	3
	d) Arquitetnico	3	1	3	2	0	1	2
	e) Artstico	3	3	2	2	0	1	3
	f) Etnogrfico	-	-	-	-	-	-	-
	g) Cientfico	3	2	1	2	0	3	3
	h) Social	3	2	3	2	1	3	3
	i) Industrial	2	3	0	2	1	2	2
	j) Tcnico	-	-	-	-	-	-	-
Valores (Artigo 21º do Decreto-Lei nº 309/2009 de 23 de outubro)	Memria	3	2	3	2	1	2	3
	Antiguidade	3	3	3	3	1	3	3
	Autenticidade	3	2	2	2	1	2	3
	Originalidade	3	2	1	1	0	1	3
	Raridade	3	2	1	1	0	1	3
	Singularidade	3	2	1	1	0	1	3
	Exemplaridade	3	2	1	1	0	1	3
Total		70	50	47	42	15	41	68

Tabela 3 - Avaliao do valor cultural das unidades de paisagem, segundo os critrios definidos na legislao do patrimnio cultural

Ao longo da história de Portugal, a Arrábida serviu o país a vários níveis. Além do seu valor natural excepcional, a “Serra-mãe” foi adorada por reis, religiosos, camponeses e homens viajados, acolheu eremitas que procuravam a sua paz, protegeu o povo em fuga durante períodos de caos provocados pela guerra, contribuiu para o tratamento de crianças com tuberculose, e ainda serviu como uma importante linha de defesa costeira em várias épocas. Da sua aura mística ergueram-se santuários e nasceram tradições ligadas à religiosidade popular.

O valor da região tem sido realçado por muitos ao longo do tempo, alguns chegando mesmo a considerá-la relevante a nível internacional, como José Cortez Pimentel, que estudou a região durante muitos anos:

A região da Arrábida encontra-se intimamente ligada à História de Portugal e nas suas faldas [...]. Este facto, aliado a motivos de ordem científica, cultural, paisagística e recreativa altamente significativos, conferem a esta zona um inegável valor não só nacional mas também além-fronteiras, que é necessário preservar. (Pimentel, 1992, p. 182)

A abordagem efetuada revelou uma estreita ligação entre a Serra da Arrábida e o núcleo urbano de Azeitão, que Sebastião da Gama (1949) dizia ter ficado no sopé da Serra “como quem não teve coragem de a subir”. Trata-se de uma ligação proveniente da sua evolução histórico-cultural, reforçada pela proximidade entre ambos os lugares e até pela preponderância regional da Casa de Aveiro e, mais tarde, da Casa de Palmela, dois grandes proprietários da região. No entanto, apesar de existir uma base cultural comum, que remete (entre vários) para o ordenamento da paisagem após a Reconquista, as dinâmicas antrópicas e distinto carácter paisagístico contribuíram para uma distinção das unidades dentro da área de estudo.

Em Azeitão, franja compreendida entre a Serra e os Brejos (que abrange os núcleos de Vila Nogueira de Azeitão, Vila Fresca de Azeitão, Aldeia de Irmãos e Vendas de Azeitão), a expansão urbanística, decorrente da proliferação de construções de segunda-habitação em sintonia com novas residências fixas, sobrepôs-se à antiga paisagem ordenada de quintas, muitas delas de recreio. Esta expansão, também associada à fraca viabilidade económica das antigas quintas com os seus jardins, horto, vinhas e pomares, conduziu à descaraterização da pitoresca “fidalga Azeitão”, interrompendo o contínuo cultural e reconvertendo o núcleo rural em povoação “dormitório” para os trabalhadores das cidades vizinhas como Lisboa, Almada e Setúbal.

Deste crescimento resultou, naturalmente, um incremento da estrutura viária que, por consequência, compromete a continuidade da paisagem.

Embora seja uma unidade que integra património relevante, a impressão crescente da suburbanidade, o seccionamento por vias e consequente descaraterização da paisagem rural, comprometem a integração deste aglomerado num imóvel potencialmente classificável pela concentração de valores culturais. Contudo, deve ser objeto de rastreio para identificação dos valores passíveis de inventariação e eventual classificação. Azeitão carece ainda de espaços verdes e de uma estrutura ecológica urbana adequada, pelo que é importante investir nesse ponto além da salvaguarda dos valores culturais edificados.

O Cabo Espichel comporta também um grande valor patrimonial, porém vertido apenas na classificação do Santuário como *Imóvel de Interesse Público*⁸⁴. O Cabo apresenta características paisagísticas distintas, além de estar afastado do principal objeto de estudo, a Serra da Arrábida, num trajeto interrompido pela vila de Sesimbra e por pedreiras. Será, por isso, inviável associá-lo de igual forma à classificação. Ainda assim, reconhecendo o seu valor excepcional como “finisterra”, deve considerar-se um novo estudo que proceda à revisão da classificação, procurando integrar todos os valores desta paisagem singular.

Não obstante o valor das Quintas de Azeitão e a da paisagem do Cabo Espichel, o valor cultural da Serra da Arrábida eleva-se acima de qualquer uma destas, possivelmente até reconhecido a nível internacional, de acordo com as cartas e convenções internacionais (*vide infra*, pp. 102-105). Os seus valores culturais encontram-se ameaçados a vários níveis, o que torna ainda mais premente que se tomem medidas no sentido da sua proteção.

As pressões industriais levantam algumas questões: põem em risco a qualidade ambiental; interrompem linhas fundamentais da paisagem (festos e talvegues); e condicionam a continuidade do coberto vegetal. Por outro lado, as suas ações encontram-se atualmente controladas por restrições, e seguem planos de recuperação paisagística. Além disso, tendo em conta outros fatores ligados à história e antiguidade da sua exploração, pode dizer-se que se integram, em parte, na paisagem da Serra da Arrábida. Afinal, durante os anos de exploração terão empregado milhares de

⁸⁴ “Conjunto da Igreja de Nossa Senhora do Cabo, casa dos círios e terreiro” (*Decreto nº 37 728 de 5 de janeiro, DG nº 4/1950, I Série*)

trabalhadores, e contribuído para o desenvolvimento económico da região. Reconhecendo o valor da Arrábida, o grupo Secil tem trabalhado para encontrar um equilíbrio entre a exploração e a recuperação paisagística da área. Não é, de facto, um objetivo fácil de atingir, mas é um processo que deve ser tido em conta.

As pressões turísticas são outra preocupação, também de difícil resolução, pois a Arrábida “vive” essencialmente do turismo. No passado, estas pressões (aliadas à falta de fiscalização e planos de ordenamento adequados) chegaram a tal descontrolo que habitações ilegais puseram em risco o Portinho, continuando a sentir-se os impactos destas, mesmo décadas depois da sua demolição. Atualmente, a procura das praias da Arrábida tem causado problemas pelas sobrecargas de estacionamento e circulação viária, que põem em risco não só os valores naturais e culturais da Serra, como a própria segurança do público, dificultando a circulação de viaturas de emergência nos poucos acessos à Serra.

A estas pressões acrescem ainda as restrições ambientais impostas pelo Parque Natural, que põem em causa a continuidade de alguns valores culturais, nomeadamente dos caminhos antigos nas Áreas de Proteção Total (Matas do Solitário, Coberta e do Vidal).

Tendo em vista a proteção, gestão e ordenamento da **paisagem** (como um todo), verifica-se um desequilíbrio entre a preservação dos seus valores naturais e culturais. De modo a equilibrar os dois, é importante que haja um reforço na proteção do valor cultural da Paisagem da Arrábida, que começa pela regularização da situação do imóvel classificado.

CAPÍTULO 4 – PROPOSTA: SALVAGUARDA DOS VALORES CULTURAIS

4.1 VALORES CULTURAIS

A partir do processo adotado, baseado numa leitura interescalar, e posterior exclusão de unidades (que não respondem na sua totalidade aos valores consignados para a classificação do património cultural integrado no objeto de estudo), reforça-se a unicidade e singularidade da área que engloba o Convento, o Portinho, a Mata e a Lapa, situados na declivosa vertente sul da Serra da Arrábida, na qual se integram outros valores culturais que reforçam a sua identidade. Em resumo, a Paisagem da Arrábida compreende os seguintes valores:

- Arqueologia⁸⁵: Lapa do Médico, Lapa de Alpertuche, Lapa de Santa Margarida, Lapa da Figueira Brava, Lapa Verde, Lapa dos Morcegos, Povoado de Bico de Agulhões, Povoado da Serra da Cela, Praia de Galapos (Habitat), Fábrica de Salga de Peixe do Creiro, registos de templos romanos no Formosinho e Outão, e outros vestígios de ocupação pré-histórica (Outão) e romana (Chã da Anixa);
- Arquitetura militar: Forte de Nossa Senhora da Arrábida, Forte de Santiago do Outão, Bateria e Forte Velho do Outão;
- Arquitetura religiosa: Convento da Arrábida (que inclui a Ermida da Memória, Convento Velho, Convento Novo, Santuário do Bom Jesus, e as sete Capelas “imperfeitas”), Ermida de São João do Deserto, Ermida de S. Paulo, e Cruzes do Monte Abraão;
- Valores culturais: Círios da Arrábida;
- Valores de “origem natural”: Matas, baía do Portinho, e Brecha da Arrábida.

Como evidenciado e detalhado anteriormente: a Arrábida, pelas suas características biofísicas especiais, foi ocupada desde tempos antigos pelas comunidades que tiraram partido das suas condições naturais de defesa (idade do bronze: povoados de Bico de Agulhões e Serra da Cela), bem como pela disponibilidade e diversidade de recursos naturais. Durante o período romano, a baía do Portinho da Arrábida teve um destaque especial, onde foram explorados os recursos marinhos na Fábrica de salga de peixe do Creiro.

⁸⁵ Dos quais estão classificados como *Sítio Arqueológico*: a Lapa de Santa Margarida, Figueira Brava e Lapa dos Morcegos (Outão), o povoado de Bico de Agulhões, os habitats da Serra da Cela (Portinho da Arrábida) e da Praia de Galapos, a Fábrica de salga de peixe do Creiro, os vestígios de materiais e muros do período romano na Chã da Anixa, e outros vestígios diversos no Outão e Praia dos Coelho/Portinho da Arrábida.

As grutas naturais foram também ocupadas pelas comunidades pré-históricas, algumas desde o Paleolítico, nomeadamente a Lapa de Santa Margarida (*vide supra*, pp. 26-27), a que se deve particular distinção pela sua evolução cultural e importância crescente que teve para os habitantes da região até ao presente. Nela construíram uma capela, e tem sido paragem obrigatória nas romagens à Nossa Senhora da Arrábida (Círios da Arrábida), tal como o Portinho, a primeira paragem quando se chega à Serra, e de onde embarca o Novo Círio de Setúbal para o cortejo marítimo de volta a Setúbal, no final das festas, uma tradição que foi interrompida durante algumas décadas, e reposta em 2015. Durante as festas, a procissão segue até ao Convento com a imagem da Nossa Senhora da Arrábida, lugar onde celebram a missa e antigamente pernoitavam os festeiros. (cf. Marques, 2009, pp. 291: *nota 121*)

O Convento da Arrábida, fundado por D. João de Lencastre (1º Duque de Aveiro) e Frei Martinho de Santa Maria, em meados do século XVI, foi refúgio de eremitas que procuravam a solidão da Serra e das suas Matas. O Convento Velho espelha na perfeição os valores da Ordem criada por S. Francisco de Assis, com as mínimas celas escavadas na rocha, sem qualquer tipo de conforto. Durante o século seguinte, foi sendo expandido por benesse dos proprietários da Arrábida, a Casa de Aveiro, que promoveram a construção do Convento Novo, da sua cerca, das capelas na encosta e do Santuário do Bom Jesus. Mais tarde, ficaria à guarda da Casa de Palmela, que o salvaria da destruição até ser adquirido pela Fundação Oriente. (*vide supra*, pp. 9-19) Constituindo um foco de confrarias populares de tradição secular, o Conventinho franciscano e as suas capelas reforçam a espiritualidade característica da Serra da Arrábida, substanciando o seu convite à meditação. Situado na meia encosta, é ainda um lugar importante pelo seu sistema de captação e armazenamento de água, muito escassa na área (dada a rápida infiltração decorrente da natureza calcária dos solos). Contém uma das poucas nascentes da Serra, no local onde foi construída a Fonte da Samaritana. Outra nascente pode ser encontrada da Mata do Solitário, no vale abaixo do Convento, local onde os monges também se abasteciam, seguindo por um caminho de pé posto que desce a encosta até à ilustre Mata do Carvalho, como era então denominada. Para oeste do Convento, estende-se a Mata Coberta, passando pelo Monte Abraão na direção de *El Carmen*. Nesta mata cerrada abre-se também um caminho antigo, utilizado pelos que visitavam o Convento para agradecer à Senhora da Arrábida, vindos de Azeitão. (*vide supra*, pp. 20-22)

A situação topográfica do Portinho da Arrábida (*vide supra*, pp. 23-25), protegido pelo abraço da Serra, contribuiu para o aumento da sua importância como porto. Esse

facto viria reforçar a necessidade para a sua defesa, bem como a do Conventinho na encosta, sujeito a ataques dos piratas vindos do mar que cobiçavam as poucas riquezas que lá existiriam. Construiu-se então o Forte de Santa Maria da Arrábida (onde residiria, mais tarde, o poeta Sebastião da Gama), por ordem do príncipe D. Pedro, fazendo parte da linha de fortalezas seiscentistas ao longo da costa, desde o Cabo Espichel até Setúbal.

Nessa linha de defesa costeira, inclui-se também o Forte de Santiago do Outão, que serviu o País durante cerca de 500 anos. Quando a sua função militar deixou de ser necessária, foi adaptado e ampliado para a instalação de um Sanatório marítimo, o primeiro a operar no combate à tuberculose em Portugal, promovido pela rainha D. Amélia. Ainda que, à primeira vista, aparentem ser usos completamente diferentes – militar e “sanatorial” – convergem, na verdade, numa mesma função de defesa. No início, a defesa consistia numa força militar contra ataques inimigos vindos do mar. Mais tarde, como Sanatório, o Outão continuou a operar, desta vez contra um novo inimigo “invisível” – a tuberculose. Foi ainda casa de veraneio dos monarcas D. Carlos I e D. Amélia, até à instalação do Sanatório.

Neste contexto, segue-se a definição de limites da Paisagem da Arrábida, com a proposta de alteração do âmbito e extensão do imóvel classificado.

4.2 DELIMITAÇÃO DO IMÓVEL

A classificação atribuída pelo Ministério da Cultura é atualmente pouco eficaz pela ausência de limites, dificultando a compreensão do imóvel classificado; da respetiva zona de proteção; da identificação dos valores culturais abrangidos; e de quais as intervenções que deverão ser submetidas a parecer da tutela.

O limite do objeto em estudo pode ser definido a partir de referências fixas e duradouras, nomeadamente pelas linhas fundamentais da paisagem (festos e talwegues), limites construídos (edifícios, marcos e estremas de propriedade, muros, estradas e caminhos) e registos cadastrais. Contudo, considerando o âmbito da *paisagem* (subunidade Ia: Arrábida, “Serra-mãe – encosta sul), propõe-se que os seus limites sejam exclusivamente “naturais”, contemplando as linhas de cumeada e de costa.

O limite norte é definido por um dos festos principais da área de estudo (*vide supra*, pp. 32), que separa as duas vertentes da Serra: desde a Brecha da Arrábida, circunscrevendo o objeto a oeste (festo secundário), subindo a encosta até ao Alto do Formosinho (ponto mais alto da área de estudo), voltando então a descer a partir de Valongo até ao promontório do Outão. Contornando o Outão, o limite continua pela costa recortada, abrangendo as praias, a baía do Portinho, e as construções do morro de Alpertuche (optou-se por incluir esta área na classificação pela antiguidade de ocupação do lugar e pela presença de algumas lapas junto à costa), fechando a área no sopé da Serra, junto à Gruta dos Morcegos. (*Figura 40*; cf. Anexo IV, p. 245)



Figura 40 - Delimitação do imóvel (área a verde) pelas linhas fundamentais da paisagem: linhas de cumeadas (tracejado) e de costa. Fonte: Imagem aérea do *Google Earth* (base adaptada); Carta Militar nº 465 de 1994 (curvas de nível - festos)

4.3 SALVAGUARDA DE VALORES CULTURAIS E INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL

Os instrumentos de gestão territorial poderão conferir alguma proteção aos valores culturais em jogo. Assim, tendo os valores listados e o objeto identificado, cumpre então avaliar a eficácia dos vários planos de natureza regulamentar e políticas setoriais, a nível de salvaguarda da sua identidade e da integridade.

O **POOC Sintra-Sado** (2003) admite a realização de obras de proteção e conservação do património arquitetónico e arqueológico, bem como ações de reabilitação paisagística, “desde que devidamente autorizadas pela entidade competente”, como enumerado no *Artigo 10º do Regulamento*⁸⁶. No *Relatório* que o acompanha, é realçada a importância dos sítios arqueológicos, devendo ser “protegidos, conservados e valorizados a todo o custo” (ICN, 2003, p. 12), assumindo-os assim como condicionantes à ocupação humana do território. Evidencia também a sensibilidade da área do Portinho da Arrábida, que se encontra em progressiva degradação e, portanto, em risco, devido às sobrecargas de estacionamento e algumas “pretensões de edificabilidade” em zonas mais sensíveis. Para resolução dessas questões, propõe a definição de Áreas de Uso Turístico e Áreas de Proteção, cujo programa consta numa UOPG⁸⁷ (cf. Anexo V.2.1, pp. 248/249). Nestas áreas deve ser privilegiado “o nível de equipamentos de carácter público ou turístico, tendo em conta a capacidade de carga e a vocação do local em detrimento da construção de carácter particular” (ICN, 2003, pp. 85, 90). Reconhece ainda a “Área Problema” da Pedreira da Arrábida, sobre a qual é reforçada a importância da sua recuperação paisagística, ao que se propõe “a minimização do impacte na paisagem, salvaguardando a linha estruturante da crista da arriba” (*Ibidem*, p. 89).

O regulamento⁸⁸ do **POPNA**⁸⁹ apresenta alguns objetivos direcionados aos valores culturais, como a sua salvaguarda e valorização, nomeadamente a partir do

⁸⁶ Aprovado pela RCM nº 86/2003 de 25 de junho (DR nº 144/2003, I Série-B)

⁸⁷ UOPG 21 - Portinho da Arrábida-Alpertuche (*Artigo 95º do regulamento do POOC Sintra-Sado*)

⁸⁸ Aprovado pela RCM nº 141/2005 de 23 de agosto (DR nº 161/2005, I Série-B)

⁸⁹ O POPNA está atualmente a ser reconvertido em Programa Especial, nos termos do *Despacho nº 3580/2017 de 27 de abril (DR nº 82/2017, Série II)*, à semelhança dos restantes Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas no âmbito nacional, como determinado pelo *Decreto-Lei nº 80/2015 de 14 de maio (DR nº 93/2015, Série I)*. O processo foi iniciado a 16 de maio de 2017, com um prazo de elaboração de 15 meses. Depois de concluída a sua elaboração pelo ICNF, o documento base do programa deverá ser submetido a discussão pública, após a qual o documento final deverá ser aprovado e publicado em Diário da República. No entanto, decorridos quase cinco anos, o processo continua em fase de acompanhamento, sem informações relativas à prorrogação do prazo de elaboração e, portanto, sem data prevista para a sua conclusão.

turismo, propondo ainda a promoção de ações “que potenciem o encerramento das pedreiras existentes”, garantindo a sua recuperação paisagística (*Artigo 2º*). Apresenta também algumas restrições relativas Património Arqueológico, no *Artigo 6º*, que remetem para as autoridades competentes.

Na *Proposta de Regulamento* do POPNA (2004), foram inicialmente contempladas áreas de proteção denominadas “Áreas de intervenção específica” (cf. ICN, 2004, pp. 19-26), correspondentes a “áreas com valor patrimonial, natural ou cultural que carecem de salvaguarda, recuperação, reabilitação ou valorização”, e para as quais seriam definidos programas operacionais de gestão.

Especificamente direcionadas à salvaguarda dos valores culturais, integravam-se as “Áreas de intervenção específica para valorização cultural e patrimonial”, para as quais foram propostas: a recuperação das estruturas tradicionais e sua afetação a atividades de turismo de natureza; ações de sensibilização ambiental e promoção dos valores culturais; e ações de apoio ao desenvolvimento local. No âmbito do objeto classificado, foram incluídos nestas áreas: a 7ª Bateria do Outão e os Sítios Arqueológicos (ICN, 2004, p. 22). As “Áreas de intervenção específica de utilidade pública” correspondiam maioritariamente a áreas com valor natural acompanhadas por “uma componente pública acentuada, associada ao facto de incidirem sobre áreas fortemente necessitadas de intervenções de requalificação” (*Ibidem*, p. 24), nas quais foi incluído o Portinho da Arrábida. No entanto, na versão final do regulamento (2005), não constam as áreas de intervenção específica descritas acima.

A respeito dos valores culturais cujas áreas carecem de programas operacionais de gestão, o Convento e os Fortes seiscentistas poderiam, talvez, ser incluídos nos projetos direcionados ao “Turismo da Natureza”, que “devem contribuir para a preservação, recuperação e valorização dos elementos do património construído existentes, designadamente através do aproveitamento de casas ou outras construções tradicionais” (ICN, 2004, p. 30).

Por outro lado, as restrições impostas pelo PO relativamente às áreas de proteção total mantiveram-se no regulamento final. Estas integram as áreas das Matas da Arrábida, e levantam questões relativas à continuidade de outros valores culturais, como os caminhos antigos, para além de que privam a população de áreas que terão importância nas suas memórias, principalmente dos mais velhos. Infelizmente, o que se verifica é que apesar das tentativas (teóricas) de integrar a proteção dos valores

culturais na regulamentação das Áreas Protegidas, os seus objetivos principais visam apenas a conservação da Natureza.

A revisão do **PDM de Setúbal** (2020), tendo em conta as orientações do PROTAML⁹⁰, POOC e POPNA, contempla vários princípios orientadores para intervenções nos valores culturais, no *Artigo 26º do Regulamento* (ainda não aprovado pelo Conselho de Ministros): “privilegiar o respeito pelas suas principais características morfológicas e tipológicas, mantendo todos os elementos arquitetónicos, estruturais e decorativos que o caracterizam”; visando a sua “conservação, beneficiação, valorização, e, sempre que necessário, a recuperação do bem cultural identificado”; e considera a adaptação de novas funções “desde que as mesmas sejam compatíveis com a preservação do imóvel nas suas principais características” (CM Setúbal, 2020, p. 31). Prevê ainda algumas intervenções relativas à requalificação de espaços (maioritariamente para uso turístico), dentro do âmbito do objeto classificado, nomeadamente a requalificação de acessos e equipamentos, recuperação de áreas de vegetação degradada, entre outras medidas integradas nas seguintes unidades operativas: UOPG 8 (Portinho da Arrábida/Creiro – Alpertuche), UOPG 9 (Galapos – Galapinhos) UOPG 10 (Figueirinha) e UOPG 12 (7ª Bateria do Outão), listadas no Anexo V.2.2 (pp. 249-253).

Apesar das tentativas de salvaguarda dos valores culturais da Arrábida nos referidos planos, muitos desses valores são apenas listados, com considerações vagas (ou sem qualquer consideração) quanto à sua preservação, sendo claramente privilegiados os valores naturais da Serra em detrimento dos valores culturais, pelo que se torna indispensável a regularização da situação atual do imóvel, recorrendo à legislação do Património Cultural.

⁹⁰ Aprovado pela RCM nº 68/2002 de 8 de abril (DR nº 82/2002, I Série-B).

4.4 ENQUADRAMENTO LEGAL

A salvaguarda do Património Cultural, a partir do seu reconhecimento, inventariação, classificação e recuperação, é determinada a partir da seguinte legislação:

- *Lei nº 107/2001 de 8 de setembro (DR nº 209/2001, I Série-A)*, que “estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural”;
- *Decreto-Lei nº 140/2009 de 16 de junho (DR nº 113/2009, I Série)*, que “estabelece o regime jurídico dos estudos, projetos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais classificados, ou em vias de classificação, de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal”;
- *Decreto-Lei nº 309/2009 de 23 de outubro (DR nº 206/2009, I Série)*, que “estabelece o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime de zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda”.

De acordo com a legislação em vigor, ponderou-se:

- Uma proposta de revisão ou retificação da classificação anterior, considerando a inscrição de todos os valores identificados e a alteração de limites dentro da designação atual de “Toda a zona que rodeia o Portinho da Arrábida, incluindo o Conventinho e a mata de carvalhos”;
- Ou, em alternativa, a abertura de um processo de classificação de um novo imóvel, com outra designação, que integre a anterior.

4.4.1 Valores e critérios

A Lei de Bases do Património Cultural define que o património cultural integra “todos os bem que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização” (*Artigo 2º*). Esse interesse cultural pode ser histórico, paleontológico, arqueológico, arquitetónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico, e a sua relevância é ainda substanciada pelos seus valores de memória,

antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade (*Artigo 21º do Decreto-Lei nº 309/2009 de 23 de outubro*).

A avaliação dos valores em presença é determinada a partir dos critérios de apreciação listados no *Artigo 17º* da referida Lei (e do *Decreto-Lei nº 309/2009 de 23 de outubro*, que a regulamenta), de que fazem parte:

- a) O carácter matricial do bem;
- b) O génio do respetivo criador;
- c) O interesse do bem como testemunho simbólico ou religioso;
- d) O interesse do bem como testemunho notável de vivências ou factos históricos;
- e) O valor estético, técnico ou material intrínseco do bem;
- f) A conceção arquitetónica, urbanística e paisagística;
- g) A extensão do bem e o que nela se reflete do ponto de vista da memória coletiva;
- h) A importância do bem do ponto de vista da investigação histórica ou científica;
- i) As circunstâncias suscetíveis de acarretarem diminuição ou perda da perenidade ou da integridade do bem.

Apesar da dificuldade de aplicação de alguns dos critérios à realidade complexa do objeto de estudo como *paisagem*, reconhece-se o seu valor a partir destes e dos valores e interesses previstos na legislação (*vide supra, Tabela 3, p. 88*), considerando especialmente:

- a singularidade e raridade da Paisagem da Arrábida a nível (inter)nacional;
- o seu interesse histórico, arqueológico, arquitetónico, científico e social;
- o interesse do bem como testemunho simbólico e religioso;
- o seu valor estético e paisagístico;
- a sua relevância na memória coletiva;
- a sua importância do ponto de vista da investigação histórica e científica;
- o perigo de comprometer a integridade da paisagem, se limitada à exclusiva proteção dos seus valores naturais, bem como pela ameaça vinda da ação das pedreiras e das pressões turísticas.

Tendo em conta o elevado valor cultural da Paisagem da Arrábida, considerou-se que se justifica uma nova classificação do objeto de estudo, preterindo a classificação em vigor, por insuficiente a nível da salvaguarda da sua identidade e integridade, e por indefinida em termos de limites.

4.4.2 Quanto à categoria

A *Lei nº 107/2001 de 8 de setembro (DR nº 209/2001, I Série-A)* estipula as categorias de *Monumento*, *Conjunto* e *Sítio*, procurando abranger realidades distintas, “nos termos em que tais categorias se encontram definidas no direito internacional” (*Artigo 15º*) nas quais, não sem algum esforço, se pode integrar a *paisagem*. Esta lei, já com duas décadas, tinha subjacente que a classificação de imóveis com as características do objeto de estudo (contexto mais abrangente) não seria suficiente a nível da sua proteção e salvaguarda, na medida em que as práticas restritivas excluem as dinâmicas da paisagem. Torna-se ainda mais complicada em termos de gestão, face às exigências de submissão de estudos, projetos e obras a parecer da tutela da Cultura.

Não obstante, considerando as três categorias, optou-se pela de *Sítio*, dada a descrição e associação prevista na *Carta de Burra* (1999) – “*Sítio* significa lugar, área, terreno, paisagem, edifício e outras obras, grupo de edifícios ou de outras obras, e pode incluir componentes, conteúdos, espaços e vistas” (*Artigo 1º*) – e na *Convenção de Granada*⁹¹ (1985) que no *artigo 1º* considera as seguintes definições:

- 1) “Os monumentos: todas as construções particularmente notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico, incluindo as instalações ou os elementos decorativos que fazem parte integrante de tais construções;
- 2) Os conjuntos arquitetónicos: agrupamentos homogéneos de construções urbanas ou rurais, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico, e suficientemente coerentes para serem objeto de uma delimitação topográfica;
- 3) Os sítios: obras combinadas do Homem e da Natureza, parcialmente construídas e constituindo espaços suficientemente característicos e homogéneos para serem objeto de uma delimitação topográfica, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico.”⁹²

Posto isto, propõe-se que o imóvel venha a ser reconhecido como *Sítio*, atualizando os seus conteúdos e valores, com os respetivos limites.

⁹¹ *Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitetónico da Europa*. Granada, 3 de outubro de 1985. Aprovada pela *Resolução da Assembleia da República nº 5/91 de 23 de janeiro (DR nº 19/1991, I Série-A)*.

⁹² Neste contexto, é ainda de notar que, em Portugal, apesar das definições apresentadas, a categoria de *Sítio* é tendencialmente aplicada ao património arqueológico.

4.4.3 Quanto ao interesse

O interesse do imóvel classificado pode ser nacional⁹³, público ou municipal. É considerado de interesse *nacional* “quando a respetiva proteção e valorização, no todo ou em parte, represente um valor cultural de significado para a Nação”, *público* quando “represente ainda um valor cultural de importância nacional, mas para o qual o regime de proteção inerente à classificação como de interesse nacional se mostre desproporcionado”, e *municipal* quando represente “um valor cultural de significado predominante para um determinado município” (*Artigo 15º da Lei nº 107/2001 de 8 de setembro*).

A hierarquização de interesses tem subjacente um reconhecimento do universo de inventariação e classificação de paisagens no território nacional. As unidades de paisagem listadas no SIPA⁹⁴ estão maioritariamente integradas em Parques e Reservas Naturais, sendo que apenas quatro se encontram classificadas como Património Cultural, e das quais três foram reconhecidas pela UNESCO⁹⁵ (cuja classificação remete para a categoria de *Monumento Nacional*, na legislação portuguesa). Além destas, é ainda de referir a Paisagem do Vale Sagrado do Luceférit, que se encontra em fase de estudo, decorrente da proposta da Câmara Municipal do Alandroal para a sua classificação como *Sítio de Interesse Municipal*. Estão então classificadas as seguintes paisagens como Património Cultural:

⁹³ Neste caso, independentemente da categoria, é designado *Monumento Nacional*.

⁹⁴ Alto Douro Vinhateiro (Património Mundial da UNESCO, 2001), Arco Ribeirinho Almada-Montijo, Barrocal Algarvio, Costa Alentejana e Sudoeste Vicentino, Floresta Laurissilva da Madeira/Parque Natural Madeira (Património Mundial da UNESCO, 1999), Foz do Guadiana, Ilha do Pico, Linha de Vila Franca de Xira, Litoral Alentejano e Vicentino, Litoral do Centro Algarvio, Maciços Calcários da Estremadura, Montes entre Larouco e Marão, Paisagem Cultural de Sintra/Serra de Sintra (Património Mundial da UNESCO, 1995), Paisagem Cultural do Sistelo (SIN/MN), Paisagem da Área Metropolitana de Lisboa – Norte, Paisagem da Área Metropolitana de Lisboa – Sul, Paisagem da Área Metropolitana do Porto, Paisagem da Beira Alta, Paisagem da Beira Interior, Paisagem da Beira Litoral, Paisagem da Costa do Sol – Guincho, Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico (Património Mundial da UNESCO, 2004), Paisagem da Estremadura – Oeste, Paisagem de Entre Douro e Minho, Paisagem de Trás-os-Montes, Paisagem do Alentejo Central, Paisagem do Algarve, Paisagem do Alto Alentejo, Paisagem do Baixo Alentejo, Paisagem do Douro, Paisagem do Maciço Central, Paisagem do Oeste, Paisagem do Ribatejo, Paisagem do Vale Sagrado do Luceférit (em estudo), Ponta de Sagres e Cabo de São Vicente, Serra da Arrábida-Espichel, Serra de São Mamede, Serras da Peneda-Gerês, Serras do Algarve e do Litoral Alentejano, Terra Fria Transmontana, Terras do Sado, Terras Fortes do Baixo Alentejo, Unidade de Paisagem da Terra Saloia, Vale do Mira, Vale do Tejo – Lezíria.

⁹⁵ Além das três paisagens culturais classificadas, a Floresta Laurissilva da Madeira foi também reconhecida pela UNESCO como Património Natural, em 1999.

- a Paisagem Cultural de Sintra, classificada pela UNESCO em 1995 como *Sítio*, de acordo com o *Artigo 1º da Convenção do Património Mundial (1972)*. Segundo as definições das *Orientações técnicas para a aplicação da Convenção do Património Mundial*, é considerada uma *Paisagem cultural intencionalmente concebida e criada pelo homem*⁹⁶, bem como *Paisagem evolutiva viva*⁹⁷. É caracterizada pela abundância de maravilhosas quintas e palácios românticos com jardins de plantas exóticas, distribuídos pela Serra de Sintra (cf. Marques *et al.*, 2004);
- o Alto Douro Vinhateiro, classificado pela UNESCO em 2001 como *Sítio – Paisagem cultural evolutiva viva*, uma paisagem de carácter rural representativa da região do Douro, composta pelo mosaico das vinhas em socalcos na encosta (cf. Noé, 2002);
- a Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico, classificada pela UNESCO em 2004 como *Sítio – Paisagem cultural*, marcada pelas vinhas exploradas em “milhares de lotes retangulares dispostos em rede conhecidos como currais”, protegidos por muros de pedra, representando uma tradição cultural secular (cf. Vale, 2016);
- e, por fim, a Paisagem Cultural do Sistelo, classificada como *Sítio/Monumento Nacional* em 2018, também de carácter marcadamente agrícola, com as culturas dispostas em patamares adaptados às curvas de nível, e os característicos espigeiros construídos em granito (cf. Noé, 2016).

De todas, Sintra é a que mais se aproxima da Arrábida, duas Serras vizinhas. No entanto, ao contrário dos machiais e matas autóctones da Arrábida, Sintra distingue-se pela vegetação maioritariamente exótica introduzida nos parques e jardins, muito mais marcada pela ação antrópica (ou marcada de forma diferente). À semelhança da Arrábida, Sintra “que é como que sua irmã” (Pereira & Benito, 2018, p. 21), também foi

⁹⁶ Primeira categoria das paisagens culturais, definidas nas *Orientações técnicas para a aplicação da Convenção do Património Mundial* – “paisagem claramente definida, intencionalmente concebida e criada pelo homem. Engloba jardins e parques construídos por razões estéticas que estão muitas vezes (mas não sempre) associadas com conjuntos religiosos ou outros edifícios monumentais.” (UNESCO, 2019, p. 93)

⁹⁷ Segunda categoria – “Resulta de uma exigência de origem social, económica, administrativa e/ou religiosa e atingiu a sua forma atual por associação e em resposta ao seu ambiente natural. Estas paisagens refletem esse processo evolutivo na sua forma e na sua composição. Subdividem-se em duas categorias: [...] uma paisagem viva é uma paisagem que conserva um papel social ativo na sociedade contemporânea, intimamente associado ao modo de vida tradicional e na qual o processo evolutivo continua. Ao mesmo tempo, mostra provas manifestas da sua evolução ao longo do tempo.” (UNESCO, 2019, p. 93)

Serra de eremitas. Então surgiram os palácios e as quintas que, na região da Arrábida, foram construídos em Azeitão, sob a proteção da Serra. Talvez por se encontrar mais próxima da capital e mais afastada da costa, mais protegida de ataques vindos do mar, ou talvez pela sua Serra ser mais disposta à ocupação humana do que a bravia e agreste Arrábida, Sintra revela-se com uma paisagem mais humanizada, mas igualmente bela. Por sua vez, a Arrábida manteve-se mais próxima das “origens”, de caráter mais natural, enquanto, como Alberto Pimentel gracejava, “a nobreza lisbonense fazia de Azeitão a sua Sintra” (Pimentel, 1992, p. 73).

Referidas as paisagens de interesse nacional, em comparação com a Paisagem da Arrábida, e face aos critérios analisados anteriormente, propõe-se que lhe seja concedida a mesma consideração, pelas suas características especiais que formam uma paisagem única no âmbito nacional.

4.4.4 Quanto à designação

Em reconhecimento das *Paisagens Culturais*⁹⁸ definidas pela UNESCO em 1992⁹⁹, e como “reforço” para a sua classificação de âmbito cultural, propõe-se uma nova classificação designada “**Paisagem Cultural da Arrábida**”, como **Sítio de Interesse Nacional**, equiparada a *Monumento Nacional* pelo artigo 15º da *Lei nº 107/2001 de 8 de setembro*, e pelo artigo 3º do *Decreto-Lei nº 309/2009 de 23 de outubro*.

4.4.5 Quanto à aplicação de eventuais restrições

O *Decreto-Lei nº 309/2009 de 23 de outubro* contempla, no artigo 54º, a aplicação de restrições para as categorias de *Conjunto* e *Sítio*, nomeadamente quanto à volumetria, morfologia, alinhamentos e cêrceas, cromatismo e revestimento exterior de edifícios. Porém, nem sempre a aplicação das restrições se afirma como pertinente no âmbito da gestão e da intervenção em *sítios* classificados, e ainda menos quando se trata da *paisagem*.

⁹⁸ Ainda que a designação “Cultural” possa ser omitida, por ser inerente ao conceito de “Paisagem”, como referido anteriormente.

⁹⁹ 16ª sessão do Comité para a Proteção do Património Mundial (Santa Fé, 7-14 de dezembro de 1992).

A visão tendencialmente negativa de restrições poderá ser substituída por orientações à sua gestão, que compreendam, no caso deste imóvel, alguns exemplos listados a seguir:

- Preservação das componentes construídas (Conventinho e capelas, Fortes, estruturas do Portinho, estação arqueológica do Creiro, etc.);
- Preservação das estruturas vivas ou inertes de compartimentação da paisagem (sebes e muros);
- Preservação das linhas de água e respetivas galerias ripícolas;
- Preservação da rede viária e valorização dos percursos pedestres (caminhos de pé posto antigos);
- Preservação do sistema de vistas, nomeadamente a partir da valorização de pontos notáveis da paisagem como miradouros ou outros associados a eventos históricos;
- Manutenção dos espaços ritualizados onde ainda hoje decorrem eventos de reconhecido interesse como património imaterial, como a Lapa de Santa Margarida.

As intervenções na paisagem integrada no imóvel devem ainda ser precedidas de estudos de impacte patrimonial, pelas componentes e dinâmicas que o justificam, ultrapassando assim as fragilidades do relatório prévio considerado no *Decreto-Lei nº 140/2009 de 15 de junho*.

4.4.6 Quanto à ZEP

Uma das questões prementes neste processo é que a inexistência de limites na atual classificação interdita a definição da Zona Geral de Proteção (50 metros), contada a partir dos limites do imóvel classificado, e que compreende na íntegra todos os artigos cadastrais mesmo que meramente seccionados. A nova classificação deverá então agilizar este processo e dotar o imóvel de uma zona de proteção geral imediata.

Não tendo sido considerado pela DGPC a apresentação de contributos relativamente a uma proposta de Zona Especial de Proteção, mesmo que provisória (ao abrigo dos *artigos 38º e 39º do Decreto-Lei nº 309/2009 de 23 de outubro*), deixa-se apenas uma proposta genérica que distingue algumas áreas a integrar, tendo presente que a ZEP consiste numa zona que protege o imóvel de ações que possam

comprometer a sua identidade e integridade, e que as áreas integradas na ZEP deverão ser objeto de parecer vinculativo do Ministério da Cultura.

Assim, sugere-se a integração das Terras do Risco, que servirão o imóvel como “zona tampão” das pedreiras de Sesimbra, bem como a área da Secil e de toda a encosta norte da Serra da Arrábida, de modo a assegurar a proteção e gestão da paisagem da Serra como um todo.

Numa eventual definição de limites para a ZEP, remete-se ainda para a necessidade de estudos mais aprofundados, e de planos de pormenor elaborados por equipas multidisciplinares, considerando o âmbito do imóvel classificado – a paisagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de estágio foi um desafio, não só pela complexidade da área de estudo, mas pelas condicionantes impostas pela situação pandémica em que nos encontramos presentemente. Apesar de tudo, foi um trabalho aliciante pela beleza da Paisagem da Arrábida, pela sua história, e pelos conhecimentos adquiridos durante todo o processo, nomeadamente sobre o processo de classificação e legislação do Património Cultural. Naturalmente, surgiram obstáculos pelo caminho, que nem sempre foram fáceis de contornar, mas a importância que a proposta de classificação – com limites – terá na salvaguarda dos valores culturais da Arrábida, constituiu uma forte motivação do início ao fim. É ainda essencial frisar que este tipo de trabalho nunca se encontra realmente finalizado, tendo em conta a contínua transformação da paisagem e as suas dinâmicas.

No início do processo, durante a inventariação dos valores culturais, verificaram-se várias lacunas e erros de localização nos geoportais do Património. Contudo, a pesquisa bibliográfica e geográfica efetuada para corrigir esses erros, acabou por contribuir para um conhecimento mais aprofundado sobre a área, descobrindo novos elementos (arqueológicos, arquitetónicos, etc.) que reforçam a proposta. Mais tarde, durante a elaboração da cartografia para a definição das unidades de paisagem, surgiram outros contratemplos. Na impossibilidade de estudar toda a área aprofundadamente (por exemplo, com mais saídas de campo ou com o apoio de uma equipa multidisciplinar), recorreu-se à cartografia existente dos IGT. A questão foi que dois dos PDM's (Sesimbra e Palmela) têm mais de vinte anos e, como tal, encontram-se desatualizados, além dos casos em que as cartas são praticamente ilegíveis. Isso obrigou a compensar essa falta de informação a partir de imagens aéreas (*Google earth*) e 3D, na medida do possível, o que por vezes se revelou insuficiente.

Inicialmente, considerou-se também a realização de entrevistas “informais”, não como inquéritos para recolha de dados específicos, mas para tentar compreender o que o público quer e o que sente relativamente à Arrábida, quais as áreas e/ou elementos que mais valorizam e porquê, tendo em conta a idade (memórias), a profissão (interesses), se é residente na região ou não, etc. Tal não foi possível, por várias razões, pelo que se recorreu a referências bibliográficas, crónicas em jornais, notícias, entre outros.

O maior desafio surgiu quando chegou a hora de aplicar a legislação do Património Cultural ao objeto de estudo. Como se referiu nas conclusões do capítulo 3, os critérios presentes na legislação são limitados, mais orientados à avaliação de elementos construídos, o que condicionou a sua aplicação ao âmbito da paisagem. Como tal, alerta-se para a necessidade de uma revisão dos diplomas legais, no sentido da revisão dos critérios, bem como das categorias. Apesar da atribuição da categoria de *Sítio* à paisagem, mesmo a partir das cartas e convenções internacionais, na prática, esta categoria e as respetivas restrições não se adequam corretamente à paisagem. Seria importante que, numa eventual revisão, fosse adicionada uma categoria específica que contemplasse a figura de *Paisagem Cultural*, tal como foi reconhecida e aprovada pela UNESCO em 1992, ou simplesmente (e, na verdade, mais corretamente) *Paisagem*, nos termos da Convenção Europeia da Paisagem (2000).

Além disso, as restrições aplicadas ao património cultural traduzem-se numa visão tendencialmente negativa, pelo que seria relevante considerar orientações específicas à sua gestão nas propostas de classificação de bens culturais (por exemplo, no âmbito da paisagem: preservação do sistema de vistas; valorização de miradouros; preservação de estruturas e outras componentes construídas; etc.).

Alerta-se ainda para a relevância da introdução de uma figura de Estudo de Impacte Patrimonial, como mecanismo de suporte à decisão sobre estudos, projetos e obras em imóveis classificados. Desta forma, seriam ultrapassadas algumas lacunas dos relatórios prévios, que nem sempre permitem uma avaliação correta das intervenções por se apoiarem numa base essencialmente descritiva sobre componentes, e não sobre dinâmicas.

Como foi referido algumas vezes ao longo do trabalho, as restrições do Parque Natural, se aplicadas de forma extrema, podem conduzir à perda de certos valores culturais (caminhos), por se encontrarem confinados ao perímetro das áreas de proteção total. Compreende-se que seja uma situação complicada de gerir, na medida em que as matas estão sujeitas a incêndios e outros tipos de destruição, e abri-las ao público só aumentaria esse risco, com perda consequente de parte de um valioso património natural. Esse risco é também aumentado devido à insuficiente educação ambiental do público em geral – e por vezes, infelizmente, também por simples falta de interesse ou respeito pela natureza. No entanto, com a situação atual, o que se verifica

é que os valores naturais da Arrábida são sempre favorecidos, por vezes protegidos à custa do sacrifício dos valores culturais.

Uma possibilidade para ajudar no crescimento do interesse e educação da população em relação à paisagem será, por exemplo, no desenvolvimento de visitas guiadas (e outras atividades) com temas que integrem ambas as partes como um todo – a paisagem, e a sua evolução. As visitas podem ser mais do que informativas, podem incitar e orientar o público no sentido de uma participação mais ativa na proteção do seu património paisagístico, que ainda é (erradamente) visto como algo separado do património natural e cultural. Esta perspetiva permitirá compreender a Serra de forma holística, e é importante dá-la a conhecer da mesma forma, no sentido em que abrange um público maior por englobar vários interesses. Pode mesmo propiciar uma aproximação do público em relação à Arrábida, o que também poderá refletir-se num maior número de iniciativas (públicas e privadas) com vista à sua proteção.

Alerta-se também para o facto de os Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas estarem a serem reconvertidos em Programas Especiais, o que constitui uma oportunidade para reforçar a visão integrada da paisagem, destacando ambos os seus valores naturais e culturais (refletidos ao longo do presente trabalho), e dessa forma cumprir efetivamente com o objetivo específico do programa que visa “salvaguardar património paisagístico” (*Despacho nº 3580/2017 de 27 de abril*).

Ainda que se reconheça o esforço que tem sido feito nas últimas décadas a nível da proteção dos valores naturais e culturais da Paisagem da Arrábida, é necessário abandonar esta visão dicotómica e encontrar um ponto de encontro entre os dois, e esse ponto de encontro é precisamente a paisagem, a qual deveria ser objeto de tutela e gestão partilhada, dessa forma aplicando efetivamente os princípios da Convenção Europeia da Paisagem. A verdade é que nem o Ambiente nem a Cultura conseguem, separadamente, assegurar uma gestão correta da paisagem (que integra ambos, juntamente com o Desenvolvimento Rural, a Economia, o Turismo,...), pelo que a classificação de paisagens cuja gestão é atribuída a um ou outro, nunca vai ser suficiente. Devem trabalhar em conjunto, para que cada paisagem atinja o seu potencial máximo sem comprometer a sua integridade.

A Serra da Arrábida sofreu alterações ao longo do tempo para servir as necessidades do Homem, o seu principal ator que tantas vezes cria lugares maravilhosos a partir dessas transformações, como o fez, por exemplo, na Serra de Sintra. Não foi bem esse o caso na Arrábida, cujo valor não se mede tão somente pelo encanto dos seus elementos construídos. Vem da própria Serra, nasce dela, e esses elementos são como um espelho disso mesmo, são um reforço do seu valor. A paisagem mudou várias vezes, claro, foi sendo transformada por incêndios, sofreu debastes e outras pressões antrópicas, e logo recuperou em força, e continua a recuperar. Mas o mesmo alor, a mesma “magia” que atraiu as primeiras comunidades, os eremitas e os romeiros, os reis e a nobreza, que impressionou os viajantes e inspirou os poetas, essa magia continua lá. É essa a sua verdadeira essência e o seu maior valor, que nos instiga a correr para a proteger.

A verdadeira Arrábida não se vê, sente-se.

Descobri-la, como o tesouro que é, foi um trabalho apaixonante, e ter oportunidade de contribuir para a sua proteção foi sempre um impulso para continuar, porque uma paisagem com a força da Arrábida representa um património nacional preciosíssimo, e como tal merece a atenção – e o carinho – de todos os portugueses.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Camões, L. V. de. (1978). Canto terceiro (v. 65). In E. P. Ramos (Ed.), *Os Lusíadas* (p. 143). Porto: Porto Editora. (Obra original publicada em 1572)
- Cancela d'Abreu, A., Botelho, M. J., Oliveira, M. do R., & Afonso, M. (2011). *A paisagem na revisão dos PDM: orientações para a implementação da Convenção Europeia da Paisagem no âmbito municipal*. Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.
- Cancela d'Abreu, A., Correia, T. P., & Oliveira, R. (Coords.). (2004). Serra da Arrábida-Espichel. In *Contributos para a identificação e caracterização da paisagem em Portugal Continental. Vol. IV* (pp. 149-156). Colecção Estudos 10. Lisboa: Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.
- Carapinha, A. (2018). Da necessidade da paisagem. In N. Crespo (Coord.), *Sobre a paisagem: A arte nas barragens portuguesas* (pp. 24-33). Matosinhos: MAG Editora. <https://www.academia.edu/38918794>
- Cardoso, J. L. (2000). Na Arrábida, do neolítico antigo ao bronze final. In *Trabalhos de arqueologia 14. Actas do Encontro sobre arqueologia da Arrábida* (pp. 45-70). Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. <http://hdl.handle.net/10400.2/3831>
- Cardoso, J. L., Quintela, A. de C., Mascarenhas, J. M., & Abecasis, M. H. (1996). A água no Convento da Arrábida. In *Actas do Simpósio Internacional. Hidráulica monástica medieval e moderna* (pp. 349-372). Lisboa: Fundação Oriente. <http://hdl.handle.net/10400.2/3701>
- Cardoso, P. L. (1747). Arrabida. In *Diccionario Geographico, ou Noticia Historica de todas as Cidades, Villas, Lugares, e Aldeas, Rios, Ribeiras, e Serras dos Reynos de Portugal, e Algarve, com todas as coufas raras, que nelles se encontraõ, affim antigas, como modernas. Tomo I* (pp. 584-588). Lisboa: Regia Officina Sylviana, e da Academia Real. <https://purl.pt/13938>
- Cruz, Fr. A. da. (2002). Elegia VI - Da Arrábida. In A. M. Vilhena & D. Pires (Coord.), *A Serra da Arrábida na poesia portuguesa* (pp. 32-35). Setúbal: Centro de Estudos Bocageanos.

- Figueiredo, S., & Antas, M. N. (Coord.). (2001). *Um olhar sobre a pré-História do Espichel*. Lisboa: Centro Português de Geo-História e Pré-História. <https://www.academia.edu/48138965>
- Guerreiro, S. R. (2008). *Contributo para a caracterização e gestão da vegetação da Serra da Arrábida*. [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa]. Repositório da Universidade Nova de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10362/1857>
- Herculano, A. (2002). A Arrábida. In A. M. Vilhena & D. Pires (Coord.), *A Serra da Arrábida na poesia portuguesa* (pp. 80-96). Setúbal: Centro de Estudos Bocageanos.
- Magalhães, M. R. (Coord.) (2007). *Estrutura Ecológica da Paisagem: conceitos e delimitação – escalas regional e municipal*. Lisboa: ISA Press.
- Marques, L. (2009). *Arrábida e a sua religiosidade popular*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Mira, A. (2018). A Serra da Arrábida. In E. Carqueijeiro, & M. Henriques (Eds.), *Arrábida, em contínuo* (pp. 51/52). Lisboa: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.
- Neto, J. L. (2010). *A idade do ouro branco: O contributo da arqueologia pós-medieval para o conhecimento de Setúbal, uma cidade portuária portuguesa*. [Tese de Doutoramento, Universidad de Salamanca]. Repositório Documental da Universidade de Salamanca. <http://hdl.handle.net/10366/83140>
- Pato, H. B. (2016). A sacralização da Arrábida. In A.A. Costa, A. C. Bento, I. G. de Pinho, & M. J. P. Coutinho (Coords.), *Casas religiosas de Setúbal e Azeitão* (pp. 183-205). Setúbal: LASA – Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão. <https://www.academia.edu/31072141>
- Pedro, J. G. (1991). *A vegetação e a flora da Arrábida*. Coleção Natureza e Paisagem nº10. Lisboa: Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza.
- Pereira, P., & Benito, P. (2018). *Convento da Arrábida: a porta do céu*. (2ª ed.). Lisboa: Fundação Oriente.
- Piedade, Fr. A. da. (1728). *Espelho de Penitentes e Chronica da Provincia de Santa Maria da Arrábida, da Regular, e mais Estreita Observância da Ordem do*

Serafico Patriarcha S. Francisco, no Instituto Capucho. Tomo Primeiro. Lisboa Occidental: Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impreſsor da Academia Real. <https://books.google.pt/books?id=3u15MJMW7UkC>

Pimentel, J. C. (1992). *Arrábida: história de uma região privilegiada*. Colecção O Espírito do Lugar. Lisboa: Edições Inapa.

Proença, R., Cortesão, J., & Rasteiro, J. (2006). À Arrábida. In R. Proença (Org.), *Guia de Portugal. Lisboa e arredores. Vol. I* (pp. 677-691). (4ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. (Obra original publicada em 1924)

Ribeiro, O. (1986). *A Arrábida: esboço geográfico*. Câmara Municipal de Sesimbra. (Obra original publicada em 1935)

Roca, Z., & Oliveira, J. A. (2005). A paisagem como elemento de identidade e recurso para o desenvolvimento. In *Actas do X Congresso Ibérico de Geografia*. Évora. http://apgeo.pt/files/docs/CD_X_Coloquio_Iberico_Geografia/pdfs/019.pdf

Rocha, L., & Fernandes, R. (2013). *Povoado da pré-história recente na Arrábida*. Repositório da Universidade de Évora. CHAIA. <http://hdl.handle.net/10174/9669>

Soares, R. (2009). *Povoados calcolíticos da região da Arrábida*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. <https://www.academia.edu/9455006>

Soares, R. (2012). *A Arrábida no bronze final: a paisagem e o homem*. [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/9928>

United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization [UNESCO]. (1992). Revision of the guidelines for the implementation of the World Heritage Convention - Cultural criteria. In *World Heritage Committee, sixteenth session - Report, December 7-14, 1992, Santa Fe* (pp. 54/55). Santa Fé: UNESCO. <http://whc.unesco.org/en/documents/940>

United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization [UNESCO]. (2019). *Orientações técnicas para a aplicação da Convenção do Património Mundial* [F. Agarez, Trad., C. B. Cabral, Rev.]. Lisboa: Comissão Nacional da UNESCO. <https://whc.unesco.org/document/186302>

Vieira, P. S. (2018). Parque Natural da Arrábida, 40 anos de avanços e retrocessos. In E. Carqueijeiro & M. Henriques (Eds.), *Arrábida, em contínuo* (pp. 45-48). Lisboa: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.

Artigos de publicações periódicas:

Besse, J-M. (2014). Entre a geografia e a ética: a paisagem e a questão do bem-estar. [E. Kuvásney & M. Nunes, Trad.] *GEOUSP – Espaço e Tempo (Online)*, 18 (2), 241-252. <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/84455>

Costa, A. I. M. da. (1907). Estações prehistoricas dos arredores de Setubal. *O Archeologo Português*, XII (1), 206-217. Lisboa: Museu Etnologico Português. http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publicacoes/o_arqueologo_portugues/serie_1/volume_12/206_estacoes_setubal.pdf

Gomes, M. V., & Calado, D. (2007). Conjunto de cerâmicas da gruta da Ladroeira Grande (Moncarapacho, Olhão, Algarve) e os santuários subterrâneos, da Idade do Bronze Final, no Sul de Portugal. *Revista portuguesa de arqueologia*, 10 (1), 141-158. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/revistaportuguesadearqueologia/10_1/6/08-p.141-158.pdf

Pereira, F. A. B. (2014). O santuário do Cabo Espichel: a lenda, o espírito do lugar e o modo de os dar-a-ver. *Revista Santuários*, 1 (1), 116-125. <http://hdl.handle.net/10451/12343>

Rebêlo, L., & Nave, S. (2018). Evolução recente da baía do Portinho da Arrábida: Contributos da geologia para uma correta gestão ambiental. *Revista de Gestão Costeira Integrada*, 18 (2), 111-133. <https://doi.org/10.5894/rqci-n158>

Santos, M. F. dos. (1980-81). Estatueta paleolítica descoberta em Setúbal (notícia preliminar). *Setúbal Arqueológica*, VI-VII, 29-37. Assembleia Distrital de Setúbal. http://maeds.amrs.pt/informacao/setubalarqueologica/setubalarqueologica67/03_estatuetapaleo.pdf

Santos, M. T. (2011, novembro – 2012, abril). O misticismo, a religiosidade e a problematização em torno do topónimo Arrábida. *+museu. Boletim do Museu*

Municipal de Palmela, 14, 11-14. Câmara Municipal de Palmela.
<https://www.academia.edu/1541211>

Secil. (2009, julho). Biodiversidade na Arrábida. *Valorizar, 6*. Secil. <http://www.secil-group.com/wp-content/uploads/2016/10/Valorizar-2009.pdf>

Secil. (2010, julho). 80 anos Secil: uma homenagem ao passado, a olhar sobre o futuro. *Valorizar, 7*. Secil. <http://www.secil-group.com/wp-content/uploads/2016/10/Valorizar-2010.pdf>

Serrão, E. da C. (1959). Investigações Arqueológicas na região de Sesimbra. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia, 17* (1-4), 187-203.
<http://aleph.letras.up.pt/index.php/tae/article/view/8696/7966>

Telles, G. R. (2004). A paisagem é tudo [Entrevista de L. Chaves e M. R. Aranha]. *Pessoas e Lugares, 16* (2), 4-5. <http://www.minhaterra.pt/IMG/pdf/jornalpl16.pdf>

Cartas e Convenções:

Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural. Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura [UNESCO]. Paris, 17 de outubro a 21 de novembro de 1972.
<http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>

Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitetónico da Europa. Conselho da Europa. Granada, 3 de outubro de 1985.
<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/granada.pdf>

Carta de Burra. Australian National Committee of International Council on Monuments and Sites [ICOMOS – Austrália]. Burra, 26 de novembro de 1999.
<https://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/carta-de-burra.pdf>

Convenção Europeia da Paisagem. Conselho da Europa. Florença, 20 de outubro de 2000. <https://rm.coe.int/16802f3fb7>

Legislação:

Decreto nº 23 007 de 30 de agosto – Classifica como monumento nacional o Castelo de S. Filipe, em Setúbal. *Diário do Governo nº 196/1933, I Série*. Ministério da Instrução Pública - Direção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes. <https://files.dre.pt/1s/1933/08/19600/15931593.pdf>

Decreto nº 23 740 de 5 de abril – Classifica como monumento arqueológico nacional as grutas da Quinta do Anjo, concelho de Palmela. *Diário do Governo nº 79/1934, I Série*. Ministério da Instrução Pública - Direção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes. <https://files.dre.pt/1s/1934/04/07900/04360436.pdf>

Decreto nº 37 728 de 5 de janeiro – Classifica como monumentos nacionais e como imóveis de interesse público diversos imóveis existentes em vários concelhos [Conjunto da Igreja de Nossa Senhora do Cabo, casa dos círios e terreiro]. *Diário do Governo nº 4/1950, I Série*. Ministério da Educação Nacional - Direção Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes. <https://files.dre.pt/1s/1950/01/00400/00070008.pdf>

Decreto nº 355/71 de 16 de agosto – Define a delimitação de uma reserva a constituir pela área abrangida pela serra da Arrábida. *Diário do Governo nº 192/1971, I Série*. Ministério da Economia - Secretaria de Estado da Agricultura - Direção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas - Serviço de Inspeção da Caça e Pesca. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto/355-1971-635579>

Decreto-Lei nº 550/75 de 30 de setembro – Organiza a Secretaria de Estado do Ambiente. *Diário do Governo nº 226/1975, I Série*. Ministério do Equipamento Social e do Ambiente - Secretaria de Estado do Ambiente. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/550-1975-312191>

Decreto-Lei nº 613/76 de 27 de julho – Revoga a Lei nº 9/70, de 19 de junho, e promulga o novo regime e proteção à Natureza e criação de parques nacionais. *Diário da República nº 174/1970, I Série*. Presidência do Conselho de Ministros. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/613-1976-430785>

Decreto nº 129/77 de 29 de setembro – Classifica vários imóveis como monumentos nacionais e de interesse público [Sesimbra: Forte de Santiago; Setúbal: Forte de Santiago do Outão, onde está instalado o sanatório; Palácio dos Duques de Aveiro, em Vila Nogueira de Azeitão; Toda a zona que rodeia o Portinho da

Arrábida, incluindo o Conventinho e a mata de carvalhos]. *Diário da República* nº 2261977, I Série. Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Educação e Investigação Científica. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto/129-1977-278706>

Decreto nº 95/78 de 12 de setembro – Estabelece a classificação de vários imóveis como monumentos nacionais, de interesse público e de valores concelhios [Forte do Cavalo, situado próximo do cabo Espichel]. *Diário da República* nº 210/1978, I Série. Ministério da Educação e Cultura - Secretaria de Estado da Cultura. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto/95-1978-329662>

Decreto-Lei nº 140/79 de 21 de maio – Classifica a gruta do Zambujal e delimita a sua área de proteção. *Diário da República* nº 116/1979, I Série. Ministério da Habitação e Obras Públicas - Secretaria de Estado do Ordenamento Físico, Recursos Hídricos e Ambiente. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/140-1979-382650>

Decreto nº 28/82 de 26 de fevereiro – Classifica vários imóveis como monumentos nacionais, edifícios de interesse público e valores concelhios [Estação arqueológica da Lapa do Fumo, situada entre Sesimbra e o Cabo Espichel]. *Diário da República* nº 47/1982, I Série. Ministério da Cultura e Coordenação Científica - Instituto Português do Património Cultural. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto/28-1982-600294>

Decreto nº 29/84 de 25 de junho – Classifica vários imóveis como monumentos nacionais, como de interesse público ou como valores concelhios [Monumento megalítico da Roça do Casal do Meio, pertencente à Quinta do Calhariz]. *Diário da República* nº 145/1984, I Série. Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Cultura. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-governo/29-1984-387293>

Lei nº 13/85 de 6 de julho – Património cultural português. *Diário da República* nº 153/1985, I Série. Assembleia da República. <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/13-1985-182874>

Lei nº 11/87 de 7 de abril – Lei de Bases do Ambiente. *Diário da República* nº 81/1987, I Série. Assembleia da República. <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/11-1987-666148>

Decreto-Lei nº 89/90 de 16 de março – Aprova o regulamento de pedreiras. *Diário da República nº 63/1990, I Série*. Ministério da Indústria e Energia. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/89-1990-333156>

Resolução da Assembleia da República nº 5/91 de 23 de janeiro – Aprova a Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitetónico da Europa. *Diário da República nº 19/1991, I Série-A*. Assembleia da República. <https://data.dre.pt/eli/decpresrep/5/1991/01/23/p/dre/pt/html>

Decreto nº 2/96 de 6 de março – Classifica como monumentos nacionais, imóveis de interesse público e imóveis de valor concelhio vários imóveis de relevante interesse arquitetónico [MN: Palácio e Quinta da Bacalhoa; IIP: Palácio da Quinta das Torres, incluindo o tanque adjacente e a Casa de Fresco em forma de «Tempietto»]. *Diário da República nº 56/1996, I Série-B*. <https://data.dre.pt/eli/dec/2/1996/03/06/p/dre/pt/html>

Decreto nº 20/97 de 7 de maio – Cria os Monumentos Naturais da Pedra da Mua, dos Lagosteiros e da Pedreira do Avelino. *Diário da República nº 105/1997, I Série-B*. Ministério do Ambiente. <https://data.dre.pt/eli/dec/20/1997/05/07/p/dre/pt/html>

Lei nº 107/2001 de 8 de setembro – Estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural. *Diário da República nº 209/2001, I Série-A*. Assembleia da República. <https://data.dre.pt/eli/lei/107/2001/09/08/p/dre/pt/html>

Decreto-Lei nº 270/2001 de 6 de outubro – Aprova o regime jurídico da pesquisa e exploração de massas minerais-pedreiras, revogando o Decreto-Lei nº 89/90, de 16 de março. *Diário da República nº 232/2001, I Série-A*. Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território. <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/270/2001/10/06/p/dre/pt/html>

Resolução de Conselho de Ministros nº 68/2002 de 8 de abril – Aprova o Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROTAML). *Diário da República nº 68/2002, I Série-B*. Presidência do Conselho de Ministros. <https://data.dre.pt/eli/resolconsmin/68/2002/04/08/p/dre/pt/html>

Resolução de Conselho de Ministros nº 86/2003 de 25 de junho – Aprova o Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) Sintra-Sado. *Diário da República nº*

144/2003, I Série-B. Presidência do Conselho de Ministros.
<https://data.dre.pt/eli/resolconsmin/86/2003/06/25/p/dre/pt/html>

Decreto nº 4/2005 de 14 de fevereiro – Aprova a Convenção Europeia da Paisagem, feita em Florença em 20 de outubro de 2000. *Diário da República nº 31/2005, I Série-A.* Ministério dos Negócios Estrangeiros.
<https://data.dre.pt/eli/dec/4/2005/02/14/p/dre/pt/html>

Resolução do Conselho de Ministros nº 141/2005 de 28 de julho – Aprova o Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida (POPNA). *Diário da República nº 161/2005, I Série-B.* Presidência do Conselho de Ministros.
<https://data.dre.pt/eli/resolconsmin/141/2005/08/23/p/dre/pt/html>

Decreto-Lei nº 140/2009 de 14 de junho – Estabelece o regime jurídico dos estudos, projetos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais classificados, ou em vias de classificação, de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal. *Diário da República nº 113/2009, I Série.* Ministério da Cultura. <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/140/2009/06/15/p/dre/pt/html>

Decreto-Lei nº 254/2009, de 24 de setembro – Aprova o Código Florestal. *Diário da República nº 186/2009, I Série.* Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/254/2009/09/24/p/dre/pt/html>

Decreto-Lei nº 309/2009 de 23 de outubro – Estabelece o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda. *Diário da República nº 206/2009, I Série.* Ministério da Cultura. <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/309/2009/10/23/p/dre/pt/html>

Portaria nº 420/2011 de 17 de março – Classifica ... o Castro de Chibanes, situado na serra do Louro, concelho de Palmela, distrito de Setúbal. *Diário da República nº 54/2011, II Série.* Ministério da Cultura - Gabinete do Secretário de Estado da Cultura. <https://dre.pt/dre/detalhe/portaria/420-2011-1185363>

Decreto-Lei nº 80/2015 de 14 de maio – Aprova a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de setembro. *Diário da República nº 93/2015, Série I.* Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia. <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/80/2015/05/14/p/dre/pt/html>

Despacho nº 3580/2017 de 27 de abril – Determina o início do procedimento de elaboração do Programa Especial do Parque Natural da Arrábida (PEPNA). *Diário da República nº 82/2017, Série II. Ambiente* – Gabinete da Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza. <https://dre.pt/dre/detalhe/despacho/3580-2017-106927069>

Instrumentos de Gestão Territorial:

Câmara Municipal de Setúbal. (2020). *Estudos de caracterização do território municipal: Relatório síntese*. Plano Diretor Municipal de Setúbal: Revisão. [https://www.mun-setubal.pt/wp-content/uploads/2021/10/RPDMS A Relatorio Caraterizacao.pdf](https://www.mun-setubal.pt/wp-content/uploads/2021/10/RPDMS_A_Relatorio_Caraterizacao.pdf)

Câmara Municipal de Setúbal. (2020). *Regulamento*. Plano Diretor Municipal de Setúbal: Revisão. [https://www.mun-setubal.pt/wp-content/uploads/2021/10/RPDMS C Regulamento.pdf](https://www.mun-setubal.pt/wp-content/uploads/2021/10/RPDMS_C_Regulamento.pdf)

Instituto de Conservação da Natureza [ICN]. (1996, janeiro). *1ª fase – Estudos de caracterização*. Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida. <http://www.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/ordgest/poap/popnar/resource/caracterizacao/relatorios>

Instituto de Conservação da Natureza [ICN]. (2000). *1ª fase – Relatório síntese de caracterização*. Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida. <http://www.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/ordgest/poap/popnar/resource/caracterizacao/relatorios>

Instituto de Conservação da Natureza [ICN]. (2003). *Relatório*. Plano de Ordenamento da Orla Costeira Sintra-Sado. [http://www.cm-sintra.pt/phocadownload/PDF/GestaoTerritorial/PlanosVigor/POOCSintraSado/Relatorio POOC.pdf](http://www.cm-sintra.pt/phocadownload/PDF/GestaoTerritorial/PlanosVigor/POOCSintraSado/Relatorio_POOC.pdf)

Instituto de Conservação da Natureza [ICN]. (2003, fevereiro). *Relatório*. Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida. <http://www.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/ordgest/poap/popnar/resource/ordenamento/relatorio>

Instituto de Conservação da Natureza [ICN] & Instituto Superior de Agronomia. (2004, outubro). *Avaliação da proposta de Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida. Relatório final. Vol. III – Proposta de regulamento do POPNA*. Lisboa. <http://hdl.handle.net/10400.5/4406>

Documentos cartográficos e iconográficos:

Câmara Municipal de Palmela. (1998). *Planta de Ordenamento* [Mapa]. Escala 1:25000. Plano Diretor Municipal de Palmela. <http://www.dgterritorio.pt/AcessoSimples/plantas.aspx?CONCNAME=PALMELA&TI=PDM&IDIGT=232&TP=Plano>

Câmara Municipal de Sesimbra. (1996). *Planta de Ordenamento* [Mapa]. Escala 1:25000. Plano Diretor Municipal de Sesimbra. https://www.sesimbra.pt/cmsesimbra/uploads/document/file/11780/01_ordenamento.pdf

Câmara Municipal de Setúbal. (2021). *Planta da situação existente* [Mapa]. Escala 1:25000. Plano Diretor Municipal de Setúbal: Revisão. <https://www.mun-setubal.pt/wp-content/uploads/2021/10/A5-Situa%C3%A7%C3%A3o-Existente.pdf>

Câmara Municipal de Setúbal. (2021). *Planta de ordenamento: Classificação e Qualificação do Solo* [Mapa]. Escala 1:25000. Plano Diretor Municipal de Setúbal: Revisão. <https://www.mun-setubal.pt/wp-content/uploads/2021/10/C2.1-Classifica%C3%A7%C3%A3o-e-Qualifica%C3%A7%C3%A3o-do-Solo.pdf>

Câmara Municipal de Setúbal. (2021). *Planta da ordenamento: Programação Estratégica* [Mapa]. Escala 1:25000. Plano Diretor Municipal de Setúbal: Revisão. <https://www.mun-setubal.pt/wp-content/uploads/2021/10/C2.11-Programa%C3%A7%C3%A3o-Estrat%C3%A9gica.pdf>

Instituto de Conservação da Natureza [ICN]. (2001). *Geologia - Carta de significância* [Mapa]. Escala 1:25000. Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida. <http://www.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/ordgest/poap/popnar/resource/caracterizacao/cartas>

- Instituto de Conservação da Natureza [ICN]. (2003). *Planta de síntese - folha 3* [Mapa]. Escala 1:25000. Plano de Ordenamento da Orla Costeira Sintra-Sado. https://apambiente.pt/sites/default/files/SNIAMB_Agua/DLPC/POOC/Sintra_Sado/03_Sintra_Sado_planta_de_sintese.pdf
- Instituto de Conservação da Natureza [ICN]. (2005). *Planta de síntese* [Mapa]. Escala 1:25000. Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida. <http://www.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/ordgest/poap/popnar/resource/ordenamento/plantas-sint-condi>
- Instituto Geográfico do Exército. (1994). *Carta Militar de Portugal: Outão (Setúbal)* [Mapa]. Escala 1:25000. Série M888, Folha 465. Lisboa.
- Pastor, A. (1954-55). *Panorâmica do Conventinho da Arrábida* [Fotografia], PT/AMLSB/ART/002188. Arquivo Municipal de Lisboa. <https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/Result.aspx?id=1015566&type=PCD>
- Pastor, A. (1957-61). *Capela do Convento da Arrábida* [Fotografia], PT/AMLSB/ART/002123. Arquivo Municipal de Lisboa. <https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/Result.aspx?id=1021378&type=PCD>
- Santos, A. R. (17--). *Tabula veteris Lusitanae celticae* [Mapa]. Biblioteca Nacional Digital. <https://purl.pt/3504>
- Serra, M. J. da S. (1790). *Planta da carta que contem as aldeas d'Azeitaõ: 2a* [Mapa]. Biblioteca Digital do Exército. <http://arquivodigital.defesa.pt/Images/winlibimg.aspx?skey=&doc=281319&img=34316>
- Serra, M. J. da S. (1790). *Planta da carta que contem as aldeas d'Azeitaõ: 3a* [Mapa]. Biblioteca Digital do Exército. <http://arquivodigital.defesa.pt/Images/winlibimg.aspx?skey=&doc=281320&img=34317>
- Serviços Cartográficos do Exército. (1937). *Carta Militar de Portugal: Setúbal* [Mapa]. Escala 1:25000. Série M888, Folha 454. Lisboa.

Serviços Cartográficos do Exército. (1937). *Carta Militar de Portugal: Sezimbra* [Mapa]. Escala 1:25000. Série M888, Folha 464. Lisboa.

Serviços Cartográficos do Exército. (1937). *Carta Militar de Portugal: Arrábida* [Mapa]. Escala 1:25000. Série M888, Folha 465. Lisboa.

Vivian, G. (1839). Arrabida. In *A scenery of Portugal & Spain, on stone by L. Haghe* (p. 11) [Litografia]. Londres: P. & D. Colnaghi & Co.

Sítios:

Albino, J. (1939). *Matas e vales*. Acedido a 30 de março de 2021, em: <http://www.azeitao.net/arrabida/mataspapas/mataspapas.htm>

Belo, A. (2006). *Bateria de Albarquel / Posto de Comando*. Sistema de Informação para o Património Arquitectónico [SIPA]. Acedido a 4 de maio de 2020, em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=25036

Belo, A. (2006). *Bateria do Outão e Forte Velho do Outão*. Sistema de Informação para o Património Arquitectónico [SIPA]. Acedido a 4 de maio de 2020, em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=25039

Câmara Municipal de Palmela. (s.d.). *Zonas protegidas*. Acedido a 28 de setembro de 2021, em: <https://www.cm-palmela.pt/viver/ambiente/zonas-protegidas>

Câmara Municipal de Sesimbra. (s.d.). *Jazida de icnofósseis dos Lagosteiros*. Acedido a 6 de maio de 2020, em: <https://www.sesimbra.pt/viver/cultura/patrimonio/patrimonio-natural/jazida-de-icnofosseis-dos-lagosteiros>

Câmara Municipal de Setúbal. (2019, 9 de maio). *Dia do geólogo destaca Brecha da Arrábida*. Acedido a 3 de agosto de 2021, em: <https://www.mun-setubal.pt/dia-do-geologo-destaca-brecha-da-arrabida/>

Câmara Municipal de Setúbal. (s.d.). *Arrábida Walking Trails - Guia da Rede de Percursos Pedestres*. Acedido a 18 de setembro de 2021, em: https://www.mun-setubal.pt/documentos/arrabida-walking-trails-guia-da-rede-de-percursos-pedestres/?doing_wp_cron=1643496921.4637451171875000000000

- Costa, J. B. da. (2002, 2 de agosto). *Arrábida minha (II)*. Público. Acedido a 15 de novembro de 2021, em: <https://www.publico.pt/2002/08/02/jornal/arrabida-minha-ii-173348>
- Costa, J. B. da. (2004, 15 de outubro). *A Mata do Solitário*. Público. Acedido a 15 de novembro de 2021, em: <https://www.publico.pt/2004/10/15/jornal/a-mata-do-solitario-194030>
- Costa, J. B. da. (2006, 3 de setembro). *Uma vez era a Arrábida (II)*. Público. Acedido a 15 de novembro de 2021, em: <https://www.publico.pt/2006/09/03/jornal/uma-vez-era-a-arrabida-ii-96059>
- Direção-Geral do Património Cultural [DGPC]. (s.d.). *Serra da Cella (Portinho da Arrábida)*. Portal do Arqueólogo. Acedido a 18 de maio de 2020, em: <https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2394313>
- Direção-Geral do Património Cultural [DGPC]. (s.d.). *Pesquisa de sítios arqueológicos*. Portal do Arqueólogo. Acedido a 3 de maio de 2020, em: <https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/>
- Dores, R. (2009, 2 de março). *Derrocada ameaça Gruta do Zambujal*. Diário de Notícias. Acedido a 3 de maio de 2020, em: <https://www.dn.pt/arquivo/2009/derrocada-ameaca-gruta-do-zambujal-1173528.html>
- Gama, S. da. (1949). *A região dos três castelos – circuito turístico*. Acedido a 2 de novembro de 2021, em: http://www.azeitao.net/Sebastiao/circuito_castelos.htm
- Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas [ICNF]. (s.d.). *Ficha da árvore de interesse público*. Acedido a 20 de junho de 2021, em: <http://www2.icnf.pt/portal/florestas/ArvoresFicha?Processo=KNJ1/152&Concelho=&Freguesia=&Distrito=>
- Lima Fortuna. (s.d.). *Arrabidine*. Acedido a 11 de março de 2021, em: <http://limafortuna.com/historia/arrabidine/>
- Marques, L., Gomes, C., & Camara, T. (2004). *Paisagem Cultural de Sintra / Serra de Sintra*. Sistema de Informação para o Património Arquitetónico [SIPA]. Acedido a 14 de agosto de 2021, em: http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=22840

- Medeiros, F. R. de. (2016, 28 de junho). *Há 150 anos H. C. Andersen em Portugal*. Jornal de Letras. Acedido a 24 de junho de 2020, em: <https://visao.sapo.pt/jornaldeletras/2016-06-28-ha-150-anos-h-c-andersen-em-portugal/>
- Noé, P. (2002). *Alto Douro Vinhateiro - Região demarcada do Douro*. Sistema de Informação para o Património Arquitetónico [SIPA]. Acedido a 24 de novembro de 2021, em: http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=10942
- Noé, P. (2016). *Paisagem Cultural do Sistelo*. Sistema de Informação para o Património Arquitetónico [SIPA]. Acedido a 24 de novembro de 2021, em: http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=35666
- Pereira de Lima. (2005). *Cerca do Convento da Arrábida*. Sistema de Informação para o Património Arquitetónico [SIPA]. Acedido a 20 de abril de 2020, em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=23059
- Pinto, O. (2014). *Lapa de Santa Margarida*. Sesimbra. Acedido a 3 de fevereiro 2021, em: <http://www.sesimbra.com/grutas/grutas-e-lapas/serra-do-risco/lapa-de-santa-margarida.html>
- Quinta, L. & Guerreiro, R. (Realizadores). (2013?). *Arrábida da serra ao mar* [Documentário]. Traduvárius. Acedido a 1 de março de 2021, em: <https://arrabida.amrs.pt/arrabida/videos>
- Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial [PCGT]. (s.d.). *Programa Especial do Parque Natural da Arrábida (PEPNarr)*. Acedido a 23 de julho de 2021, em: <https://pcgt.dgterritorio.gov.pt/node/1384>
- Rolão, P. (2021, 14 de outubro). *Ao encontro da Arrábida desconhecida*. National Geographic Portugal. Acedido a 20 de novembro de 2021, em: <https://nationalgeographic.pt/viagens/113-grandes-reportagens/1416-arrabida-grande-angular-agosto2014>
- Secil. (s.d.) *História*. Acedido a 25 de março de 2021, em: <https://www.secil-group.com/missao-visao-valores/historia/>
- Sesimbra. (2014). *Grutas e Lapas*. Acedido a 3 de fevereiro de 2021, em: <http://www.sesimbra.com/grutas/grutas-e-lapas.html>

Setúbal Digital. (s.d.). *Sebastião da Gama e a salvaguarda da Serra da Arrábida*. Acedido a 3 de março de 2021, em: <http://setubaldigital.blogspot.com/2014/01/sebastiao-da-gama-e-salvaguarda-da.html>

Sistema de Informação para o Património Arquitetónico [SIPA]. (s.d.). *Pesquisar o inventário do Património Arquitetónico*. Acedido a 15 de novembro de 2021, em: http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPASearch.aspx?id=0c69a68c-2a18-4788-9300-11ff2619a4d2

United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization [UNESCO]. (s.d.). *Alto Douro Wine Region - Documents*. Acedido a 16 de janeiro de 2022, em: <https://whc.unesco.org/en/list/1046/documents/>

United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization [UNESCO]. (s.d.). *Cultural Landscape of Sintra - Documents*. Acedido a 16 de janeiro de 2022, em: <https://whc.unesco.org/en/list/723/documents/>

United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization [UNESCO]. (s.d.). *Landscape of the Pico Island Vineyard Culture - Documents*. Acedido a 16 de janeiro de 2022, em: <https://whc.unesco.org/en/list/1117/documents/>

Vale, R. (2016). *Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico*. Sistema de Informação para o Património Arquitetónico [SIPA]. Acedido a 24 de novembro de 2021, em: http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=35674

Ventura, A. M. (2020, 6 de outubro). *Secil reformula projecto de exploração da Arrábida após parecer desfavorável*. O Setubalense. Acedido a 2 de agosto de 2021, em: <https://osetubalense.com/local/setubal/2020/10/06/secil-reformula-projecto-de-exploracao-da-arrabida-apos-parecer-desfavoravel/>

Geoportais:

Direção-Geral do Património Cultural [DGPC]. (s.d.). *Atlas do património classificado e em vias de classificação*. Acedido a 23 de abril de 2020, em: <https://www.arcgis.com/apps/webappviewer/index.html?id=7f7d5674280f41849c0a0869ced22d91>

Direção-Geral do Património Cultural [DGPC]. (s.d.). *Portal do arqueólogo*. Acedido a 23 de abril de 2020, em: <https://patrimoniodgpc.maps.arcgis.com/apps/webappviewer/index.html?id=5cb4735d7d7743a39a16d7269a753a4a>

Direção-Geral do Património Cultural [DGPC], & Sistema de Informação para o Património Arquitetónico [SIPA]. (s.d.). *Património arquitetónico protegido em Portugal*. Acedido a 23 de abril de 2020, em: <https://www.arcgis.com/apps/PublicInformation/index.html?appid=2047c8c660ee42ca84515c9b87964cef>

Direção-Geral do Território [DGT]. (s.d.). *Pesquisa Cadastro - Setúbal*. Acedido a 30 de março de 2021, em: <https://snic.dgterritorio.gov.pt/geoportal/v2/mapa/cadastro?dicofre=151209&secao=1>

Google Earth. (s.d.). [Portugal]. Acedido a 12 de novembro de 2021, em: <https://earth.google.com/web/@39.53931606,-7.69720755,585.49261331a,1066799.96565118d,35y,0h,0t,0r>

Google Earth. (2002-21). [Região da Arrábida]. Acedido a 12 de novembro de 2021, em: <https://earth.google.com/web/@38.49293581,-9.06468954,104.8679134a,34155.13639716d,35y,-7.54520846h,0.10968153t,0r>

Google Earth. (2012). [Serra da Arrábida]. Acedido a 12 de novembro de 2021, em: <https://earth.google.com/web/@38.47960192,-8.98968256,291.14928821a,10272.99141804d,35y,356.73262801h,0t,0r>

Google Earth. (2015-20). [Santana]. Acedido a 12 de novembro de 2021, em: <https://earth.google.com/web/@38.46443299,-9.11432403,156.87015802a,6388.66310396d,35y,0.84167563h,0t,0r>

Google Earth - Street View. (2021). [Estrada Fonte de Carvalho - Sesimbra]. Acedido a 12 de novembro de 2021, em: <https://earth.google.com/web/@38.45344089,-9.09740884,152.39446627a,0d,62.7412511y,228.53945368h,88.2490738t,0r/d ata=lhoKFkhjeHpESUVHbndIWEROQkF6N1ExZ1EQAg>

ANEXO I – LEVANTAMENTO DE DADOS

I.1 INVENTÁRIO

A informação para elaboração do inventário foi retirada dos portais do Património Cultural, nomeadamente do *Sistema de Informação para o Património Arquitetónico* (SIPA) e do *Portal do Arqueólogo*, com o apoio do *Google Earth*. Além dos sítios recolhidos nos portais *online*, foi recolhida informação adicional sobre alguns elementos, a partir das referências bibliográficas listadas a seguir:

Diccionario Geographico, ou Noticia Historica de todas as Cidades, Villas, Lugares, e Aldeas, Rios, Ribeiras, e Serras dos Reynos de Portugal, e Algarve, com todas as coufas raras, que nelles se encontraõ, affim antigas, como modernas, P. Luiz Cardoso (1747) – Templos Romanos

Arrábida: História de uma Região Privilegiada, José Cortez Pimentel (1992) – Convento de São Domingos, Quinta da Murteira, Quinta da Serra, Quinta da Nogueira, Quinta Velha e Quinta da Má Partilha

Na Arrábida, do Neolítico Antigo ao Bronze Final, João Luís Cardoso (2000) – Lapa do Bugio, Lapa da Rotura, Lapa de São Luís, Povoado de Valongo e Castelo dos Mouros

Povoados Calcolíticos da Região da Arrábida, Ricardo Soares (2009) – Povoados do Zambujal, Cabeço dos Caracóis, Moinho do Cuco e Pai Mouro

Arrábida e a sua Religiosidade Popular, Luís Marques (2009) – Ermida de São João do Deserto

A Arrábida no Bronze Final, Ricardo Soares (2012) – Lapa dos Corvos, Lapa da Janela 2, Lapa do Forte do Cavalo, Lapa da Ovelha ou da Nazaré, Lapa do Médico, Fenda, Povoado do Risco e Povoados de Valongo

Povoado da Pré-história recente na Arrábida, Leonor Rocha e Rosário Fernandes (2013) – Gruta de Valongo e Povoado da Murteira (Valongo)

Os valores presentes no inventário encontram-se marcados nas cartas “Ocupações e cronologias” (Anexo II.4, pp. 153-161).

Definições dos tipos de *Sítios Arqueológicos* constantes no *Portal do Arqueólogo* (os tipos de sítios presentes na área de estudo são referidos na Tabela de Inventário)

Abrigo: Espaço natural protegido, com vestígios de ocupação humana.

Achados isolados: Artefacto descoberto sozinho, descontextualizado e desassociado de outros indícios arqueológicos.

Anta/Dólmen: Monumento funerário constituído por grandes pedras, definindo uma câmara coberta por grande laje monolítica (chapéu); Podem apresentar corredor, delimitado e coberto por lajes de menores dimensões; Seriam cobertas por uma colina artificial, constituída por terra e pedras, que permitia a sua proteção e destaque na paisagem.

Cetária: Estrutura romana tipo tanque ou reservatório, revestida a *opus signinum*, utilizada para conservar e armazenar preparados de peixe (*garum*) nas unidades fabris.

Estações de ar livre: Sítio arqueológico localizado em contexto de ar livre.

Fortificação: Sistema constituído por um conjunto de estruturas defensivas, destinado à proteção de um sítio, de uma passagem ou de uma cidade.

Gruta artificial: Monumento funerário escavado em substratos rochosos brandos, com câmara em claraboia, corredor longo por vezes sinuoso e incluindo frequentemente uma antecâmara.

Gruta natural: Cavidade subterrânea de origem natural, com vestígios de ocupação humana.

Habitat: Sítio em que se identificam materiais arqueológicos e estruturas com características diversificadas, associadas a funções habitacionais e domésticas.

Indeterminado: Estrutura ou materiais arqueológicos, cuja forma e características não permitem determinar a sua funcionalidade.

Necrópole: Lugar designado para enterrar os mortos, que inclui práticas de inumação ou cremação, em épocas Pré/Proto-históricas, período Romano e Alta Idade Média.

Povoado: Aglomerado habitacional no qual são identificados artefactos arqueológicos de categorias diversificadas, associadas a estruturas e áreas de ocupação plurais. Não é cingido a contextos funcionais/domésticos, admitindo também contextos simbólicos/rituais.

Povoado Fortificado: Povoado delimitado por estruturas positivas, como muralhas, muros ou paliçadas, para garantir a defesa do local.

Vestígios de superfície: Locais onde se identificam materiais arqueológicos sem contexto definido, de difícil interpretação funcional e cronológica.

Villa: Estrutura populacional rural romana, estrutura edificada central de uma grande propriedade agrícola ou *fundus* (com terras agrícolas, área florestal de terrenos de pasto), sendo constituída por: *pars rustica* (alojamento de servos/escravos) e *pars fructuaria* ou *frumentaria* (conjunto de estruturas e áreas de trabalho e armazenagem, como celeiros, estábulos, lagares, adegas, oficinas, fornos, pequenas unidades industriais)."

I.1 Tabela de Inventário

MONUMENTOS MEGALÍTICOS

Sesimbra	1	Azóia	Neo-Calcolítico	<u>Anta/Dólmen</u> : Notícia não confirmada de sepultura megalítica
	2	Sampaio	Neo-Calcolítico	<u>Anta/Dólmen</u>
	3	Monumento megalítico da Roça do Casal do Meio	Idade do Bronze	<u>Tholos</u>
Palmela	4	Casal Novo 2	Indeterminado	<u>Monumento megalítico</u>

POVOADOS / HABITATS

Sesimbra	1	Fonte de Sesimbra	Neolítico	<u>Habitat</u>
	2	Zambujal	Neolítico Final Calcolítico	<u>Habitat/Povoado</u>
	3	Castro de Sesimbra / Outeiro Redondo	Calcolítico	<u>Povoado Fortificado</u>
	4	Fonte do Carvalho	Neolítico	<u>Habitat</u>
	5	Povoado do Risco	Idade do Bronze Final	Vale do Risco / Vale da Vitória / Chã da Freira
Setúbal	6	Bico dos Agulhões 1	Idade do Bronze Idade do Ferro	<u>Povoado</u>
	7	Serra da Cela (Portinho da Arrábida)	Idade do Bronze	<u>Habitat/Povoado</u>
	8	Praia de Galápos	Mesolítico Neolítico	<u>Habitat</u>
	9	Murteira (Valongo I + Valongo II)	Idade do Bronze	<u>Povoado de altura</u>
	9.1	Valongo I		
	9.2	Valongo II		
	10	Castelo dos Mouros	Idade do Bronze Final	<u>Fortificação</u>
	11	Casal do Bispo	Calcolítico Período Romano Período Medieval Cristão	<u>Habitat</u>
12	Cabeço dos Caracóis / Porto de Cambas	Calcolítico	<u>Habitat/Povoado</u>	
13	Moinho do Cuco	Calcolítico	<u>Habitat/Povoado</u>	

Setúbal	14	Monte do Vaqueiro	Neo-Calcolítico	<u>Habitat</u> (destruído)
	15	Rotura	Calcolítico	<u>Povoado fortificado</u>
	16	Pedrão	Calcolítico Idade do Ferro Período Romano	<u>Povoado</u>
	17	Pai Mouro	Calcolítico	<u>Habitat/Povoado</u>
Palmela	18	Alto de São Francisco	Neolítico	<u>Povoado</u>
	19	Moinho da Fonte do Sol	Neolítico Final Calcolítico Período Medieval Islâmico	<u>Povoado</u>
	20	Malhadas	Calcolítico	<u>Povoado</u>
	21	Torres Altas	Calcolítico	<u>Povoado</u>
	22	Alto da Queimada	Período Romano Alta Idade Média Período Medieval Islâmico	<u>Povoado</u>
	23	Povoado/Castro de Chibanes	Calcolítico Idade do Bronze Inicial Idade do Ferro Período Romano	<u>Povoado fortificado</u>
	24	Gaiteiros	Neolítico Final Calcolítico	<u>Povoado</u>

LAPAS / GRUTAS / ABRIGOS / NECRÓPOLES

Sesimbra	1	Lapa da Cagadinha	Pré-história	<u>Gruta natural</u>
	2	Lapa do Vale	Pré-história	<u>Gruta natural</u>
	3	Lapa 4 de Maio	Indeterminado	<u>Gruta natural</u>
	4	Lapa dos Corvos	Pré-história	<u>Gruta natural</u>
	5	Lapa da Janela 1	Neolítico Idade do Bronze Idade do Ferro	<u>Gruta natural</u>
	6	Lapa da Janela 2	Pré/Proto-História	<u>Gruta natural</u>
	7	Lapa da Janela 3	Pré-história	<u>Gruta natural</u>
	8	Lapa do Bugio	Neolítico Final Calcolítico	<u>Gruta natural</u> : utilizada como <u>Necrópole</u>
	9	Lapa do Piolho/ Lapa da Furada	Calcolítico Idade do Bronze	<u>Gruta natural</u> : utilizada como <u>Necrópole</u>
	10	Lapa do Jerónimo	Pré-história Período Medieval Islâmico	<u>Gruta natural</u>
	11	Lapa do Mané Zunga	Período Medieval (ou posterior)	<u>Gruta natural</u>

Sesimbra	12	Lapa do Sono	Neolítico Antigo	<u>Gruta natural</u> : utilizada como <u>Necrópole</u>
	13	Pinheirinhos 1	Neo-Calcolítico	<u>Gruta natural</u>
	14	Pinheirinhos 2	Neolítico	<u>Gruta natural</u>
	15	Lapa do Sapo	Indeterminado	<u>Gruta natural</u>
	16	Lapa do Fumo / Estação arqueológica da Lapa do Fumo	Neolítico Antigo Idade do Bronze Final Período Medieval Islâmico	<u>Gruta natural</u> : utilizada como <u>Necrópole</u> Zona de Proteção (50m)
	17	Gruta do Zambujal	-	<i>Decreto-Lei nº140/79 de 21 de maio</i> : Sítio Classificado de Interesse Espeleológico (Revogado); Derrocada em 2009
	18	Lapa da Withania	Indeterminado	<u>Gruta natural</u>
	19	Lapa da Euphorbia	Pré-história	<u>Gruta natural</u>
	20	Lapa do Mosquito	Pré/Proto-História	<u>Gruta natural</u>
	21	Ribeira do Cavalo	Paleolítico Neolítico	<u>2 Grutas naturais</u> : utilizadas como <u>Necrópole</u> (destruídas)
	22	Lapa do Forte do Cavalo	Bronze Final Idade do Ferro Período Medieval Islâmico	<u>Gruta natural</u>
	23	Grutas do Forte do Cavalo	Neolítico	<u>2 Grutas naturais</u> : utilizadas como <u>Necrópole</u>
	24	Casalão de Santana	Idade do Ferro	<u>Necrópole</u> : Sepulcros rectangulares de pedra
	25	Lapa da Cova	Bronze Final Idade do Ferro	<u>Gruta natural</u> : Ocupação de caráter ritual (presumivelmente)
	Setúbal	26	Vale da Palha	Período Romano
27		Lapa da Ovelha ou da Nazaré	Idade Moderna	<u>Gruta natural</u>
28		Gruta dos Morcegos	-	<u>Gruta natural</u>
29		Lapa da Greta	-	<u>Gruta natural</u>
30		Gruta/Lapa do Médico	Idade do Bronze Final	<u>Gruta natural</u> : utilizada como <u>Necrópole</u>
31		Lapa de Alpertuche	-	<u>Gruta natural</u> (possível ocupação)
32		Lapa de Santa Margarida	Paleolítico	<u>Gruta natural</u>
33		Figueira Brava	Paleolítico	<u>Gruta natural</u>
34		Lapa Verde	Paleolítico (possível ocupação)	<u>Gruta natural</u>
35		Fenda	Paleolítico (possível ocupação)	Fenda na encosta calcária do Portinho da Arrábida

Setúbal	36	Gruta do Formosinho	-	<u>Gruta natural</u>
	37	Lapa do Castelo dos Mouros	Idade do Bronze Final	<u>Gruta natural</u>
	38	Gruta do Valongo	-	<u>Gruta natural</u> (possível ocupação)
	39	Lapa dos Morcegos (Outão)	Calcolítico	<u>Gruta natural</u>
	40	São Luís Velho	Período Romano	<u>Abrigo</u>
	41	Mira/Pena	Indeterminado	<u>Gruta natural</u> : utilizada como <u>Necrópole</u>
	42	Lapa da Rotura	Neolítico Final Calcolítico Idade do Bronze	<u>Gruta natural</u> : utilizada como <u>Necrópole</u> ; Destruída por pedreiras
	43	Lapa de São Luís	Neolítico Final Calcolítico	<u>Gruta natural</u> : utilizada como <u>Necrópole</u> ; Destruída por pedreiras
	44	Fazendinha	Neo-Calcolítico	<u>Abrigo</u>
Palmela	45	Capuchos I e II / Quinta de São Paulo	Neo-Calcolítico	<u>Grutas artificiais</u>
	46	Grutas da Quinta do Anjo	Neolítico Final Calcolítico Idade do Bronze	<u>Grutas artificiais</u> : utilizada como <u>Necrópole</u> (caráter megalítico)

VESTÍGIOS DE SUPERFÍCIE / ACHADOS ISOLADOS / ESTAÇÕES DE AR LIVRE

Sesimbra		Aguncheiras	Paleolítico Médio	<u>Estação de ar livre</u> : Material lítico talhado em sílex e quartzito
		Aguncheiras 1	Indeterminado	<u>Vestígios de superfície</u> : Materiais líticos
		Aldeia	Paleolítico	<u>Estação de ar livre</u> : Indústrias líticas
		Alto da Fonte Nova	Paleolítico	<u>Estação de ar livre</u> : Lascas e restos de talhe de quartzito e sílex
		Areia do Mastro	Paleolítico Médio Mesolítico	<u>Estação de ar livre</u> : Indústrias líticas
		Azóia 2	Período Romano Medieval Islâmico	<u>Vestígios diversos</u> : Fragmentos de ânforas e achados monetários islâmicos
		Baleeira	Paleolítico	<u>Estação de ar livre</u> : Indústrias líticas
		Barraca do Papo-Seco	Indeterminado	<u>Estação de ar livre</u> : Materiais líticos em quartzo, quartzito e sílex
		Boca do Chapim	Indeterminado	<u>Vestígios diversos</u>
		Boca do Chapim Norte	Paleolítico Médio Paleolítico Superior	<u>Vestígios diversos</u> : Lascas de quartzito, quartzo e sílex
		Boca do Chapim Sul	Indeterminado	<u>Estação de ar livre</u> : Lascas, restos de talhe em sílex, quartzo e quartzito

Sesimbra	Boca dos Bobaleiros	Paleolítico	<u>Estação de ar livre</u> : Indústrias líticas "microlusitano"
	Cabeço das Águias 2	Indeterminado	<u>Achados isolados</u> : Seixos e lascas de quartzito talhadas
	Caixas	Paleolítico	<u>Estação de ar livre</u> : Indústrias líticas
	Casal do Golamas	Paleolítico Neolítico	<u>Estação de ar livre</u> : Indústrias líticas e cerâmicas
	Casal do Mocinho	Mesolítico	<u>Estação de ar livre</u> : Indústrias líticas
	Casalão	Calcolítico Período Medieval Cristão	<u>Estação de ar livre</u> : Pedra polida e outros achados
	Chã dos Navegantes	Neo-Calcolítico Idade do Ferro	<u>Vestígios diversos</u> : Lâmina de sílex e pedra insculpida
	Fonte da Pipa	Mesolítico	<u>Estação de ar livre</u> : Indústrias líticas
	Forte da Baralha	Paleolítico Médio	<u>Estação de ar livre</u> : Indústrias "lusitaniano"; fragmento de calhau truncado; ossos de vertebrados associados a lascas mustierenses e tayacenses
	Forte do Cavalo	Paleolítico	<u>Estação de ar livre</u> : Indústrias líticas
	Foz da Fonte	Paleolítico	<u>Estação de ar livre</u> : Indústrias sobre sílex e sobre seixos
	Golamas	Paleolítico Neolítico	<u>Vestígios de superfície</u> : Indústria lítica e cerâmica
	Margem Sul da Ribeira do Chapim	Paleolítico Inferior Paleolítico Médio	<u>Achados isolados</u> : peças e seixos talhados de quartzito e um furador de sílex
	Monte da Forca	Neolítico	<u>Estação de ar livre</u> : Vestígios dispersos
	Paraíso	Paleolítico	<u>Estação de ar livre</u> : Materiais líticos de quartzo, quartzito e sílex
	Pedra Negra	Paleolítico	<u>Estação de ar livre</u> : Indústrias sobre sílex e sobre seixos
	Pedreiras	Idade do Bronze Final	<u>Vestígios diversos</u> : Machado de alvado com aneis laterais e foice de bronze
	Picoto	Paleolítico	<u>Estação de ar livre</u> : Indústrias líticas
	Picoto Sul	Indeterminado	<u>Estação de ar livre</u>
	Pinheirinhos	Paleolítico Neolítico	<u>Estação de ar livre</u> : Indústrias líticas, pedra polida e cerâmica
Planalto do Cabo Espichel	Paleolítico	<u>Estação de ar livre</u> : Pequenos seixos trabalhados de estilo "microlusitaniano"	
Ponta de Cortes	Paleolítico	<u>Estação de ar livre</u> : Indústrias líticas	
Praia dos Lagosteiros	Indeterminado	<u>Estação de ar livre</u>	
Promontório do Morro	Paleolítico	<u>Estação de ar livre</u> : Indústrias líticas	

Sesimbra	Ribeira da Fonte Nova	Indeterminado	<u>Estação de ar livre</u> : Materiais líticos em quartzo e quartzito
	Ribeira da Mareta	Paleolítico	<u>Estação de ar livre</u> : Indústrias líticas
	Ribeira do Chapim	Indeterminado	<u>Estação de ar livre</u> : Lascas e núcleos em quartzo e quartzito
	Ribeira dos Caixeiros	Indeterminado	<u>Estação de ar livre</u> : Materiais líticos
	Santana	Paleolítico Neolítico	<u>Vestígios de superfície</u> : Indústria lítica sobre sílex
	Santana 2	Período Romano	<u>Vestígios de superfície</u> : Fragmentos de cerâmica de construção, de pasta grosseira e cerâmica
	Serra	Paleolítico	<u>Estação de ar livre</u> : Indústrias líticas
	Terras do Areeiro	Paleolítico Médio	<u>Estação de ar livre</u> : Artefactos talhados, material de quartzo, quartzito e sílex
	Tranca/Rechã da Tranca	Paleolítico	<u>Estação de ar livre</u> : Indústrias líticas
Setúbal	Forte de Santiago do Outão / Hospital Ortopédico do Outão	Neolítico Calcolítico	<u>Vestígios diversos</u> : Fragmentos de loiça, machados de pedra polida, restos de moluscos, crustáceos e de peixe
	Casal da Murteira/Jogo da Petisca	Indeterminado	<u>Vestígios diversos</u> : Cerâmica pré-histórica, machados de pedra, moventes e valvas de moluscos marinhos
	Painel das Almas	Período Romano	<u>Vestígios diversos</u> : Cerâmica Romana (de construção, cozinha, ânforas e de mesa)
	Praia dos Coelhos/Portinho da Arrábida	Período Romano Período Medieval Islâmico	<u>Vestígios de superfície</u> : Fragmentos de ímbrices e as cerâmicas são escassas
	Alferrar	Período Romano	<u>Achados isolados</u> : Vestígios de edifícios romanos e materiais: <i>tegulae</i> , <i>imbrices</i> , <i>opus signinum</i> , mós manuais, fundos de ânforas, terra sigillata e vidro
	Casal do Boio	Período Romano	<u>Vestígios diversos</u> : Construções e materiais cerâmicos dispersos
	Casal do Pedro	Período Romano	<u>Vestígios de superfície</u>
	Lameiras	Período Romano	<u>Achado isolado</u> : Moeda de Trajano
	Monte do Cabrito	Neo-Calcolítico	<u>Vestígios de superfície</u> : Vestígios de exploração pré-histórica de sílex
	Quinta do Rego de Água	Período Romano	<u>Vestígios de superfície</u>
	Vinha Grande	Período Romano	<u>Vestígios de superfície</u>
	Palmela	Cumeada das Vacas	Período Romano Medieval Islâmico
Castelo de Palmela		Período Medieval Islâmico Medieval Cristão Idade Moderna	<u>Vestígios diversos</u> : Cerâmicas, elementos de armamento, numismas, metais diversos, vidros, líticos, espólio faunístico e osteológico, etc
Façalvas		Neolítico Idade Moderna	<u>Estação de ar livre</u> : Recolha pontual de alguma indústria lítica, em sílex
Quinta de São Romão		Idade do Ferro Período Romano	<u>Vestígios de superfície</u> : Cerâmica comum, cerâmica de armazenamento, materiais de construção

ARQUITETURA MILITAR

Sesimbra	1	Forte de São Domingos da Baralha	séc XVII	Linha de fortalezas seiscentistas
	2	Forte do Cavalo / Forte de São Teodósio / Farol do Forte do Cavalo	Maneirista: séc XVII (Forte) séc XIX (Farol)	Linha de fortalezas seiscentistas
	3	Castelo de Sesimbra / Castelo e cerca urbana de Sesimbra	séc IX Românico, Gótico: séc XIII Maneirista: séc XVII	<u>Castelo</u> : cerâmica, ferramentas diversas (Paleolítico Neolítico Calcolítico), moedas romanas
	4	Forte de Santiago / Fortaleza de São Tiago	Maneirista: séc XVII, XVIII	Linha de fortalezas seiscentistas; Funcionou como residência de veraneio da família real; Museu Marítimo de Sesimbra (atualmente)
	5	Forte do Cozinhador	séc XVII	Linha de fortalezas seiscentistas
Setúbal	6	Coina-a-Velha	Período Medieval Cristão	<u>Castelo</u> (estruturas em ruínas)
	7	Forte de Nossa Senhora da Arrábida / Forte de Santa Maria da Arrábida	séc XVII	Linha de fortalezas seiscentistas; Museu oceanográfico (atualmente)
	8	Forte de Santiago do Outão / Hospital Ortopédico do Outão	Período Medieval, Gótico: séc XIV (Torre), XVI (Cerca) Maneirista: séc XVII (ampliação) séc XIX (Farol) séc XX (adaptação - Sanatório)	Linha de fortalezas seiscentistas
	9	Bateria do Outão e Forte Velho do Outão	séc XVI (Torre - conjetural) Restauração (Forte/Atalaião), Classicista (Portão): séc XVII Modernista (Bateria): séc XX	7ª Bateria (Regimento de Artilharia de Costa)
	10	Forte de Albarquel	Barroco, Chão Vernacular: séc XVII	Linha de fortalezas seiscentistas
	11	Bateria de Albarquel / Posto de Comando	Modernista: séc XX	8ª Bateria (Regimento de Artilharia de Costa)
	12	Bateria do Casalinho	Modernista: séc XX	
	13	Forte de São Filipe / Pousada de São Filipe	séc XVI (Forte) séc XVII (Bateria) séc XX (adaptação - Pousada)	Linha de fortalezas seiscentistas; Inclui uma capela (barroco); Pousada (atualmente)
Palmela	14	Castelo e Fortaleza de Palmela	Românico (Castelo): séc XII Gótico: séc XIII, XV (reconstrução + Torre) Maneirista (Igreja Stª Maria): séc XVI séc XVII (Muralhas) séc XX (adaptação)	<u>Castelo</u>

ARQUITETURA RELIGIOSA

Sesimbra	1	Santuário de Nossa Senhora do Cabo Espichel	Barroco: séc XVII, XVIII (Igreja e Hospedarias)	
	2	Ermida da Memória	séc XV	
	3	Capela do Espírito Santo dos Mareantes	Gótico (Hospital): séc XV Maneirista, Barroco (Capela): séc XVIII séc XX	Terramoto de 1755 destruiu parte do edifício; Museu (atualmente)
	4	Edifício e Capela da Santa Casa da Misericórdia de Sesimbra	Gótico, Manuelino: séc XVI Maneirista, Barroco (Porta lat., Capela e Pinturas): séc XVII, XVIII Revivalista: séc XIX (Reforma/Restauro)	
	5	Edifício do Museu Municipal de Sesimbra	Arquitetura Chã: séc XVII, XVIII	(em estudo)
	6	Igreja Paroquial do Castelo de Sesimbra	séc XII Maneirista, Chã, Barroco: séc XVII (remodelações), XVIII (reconstrução)	
Setúbal	7	Ermida da Memória / Hildebrant	séc XIII	
	8	Convento de Santa Maria da Arrábida / Convento da Arrábida	séc XVI (Convento) Barroco: séc XVII (Santuário do Bom Jesus)	Convento Franciscano Capucho - Ordem dos Frades Menores (séc XIII-XIX); Cirios de Azeitão e Setúbal
	9	Ermida de São João do Deserto	séc. XVII	
	10	Templo Romano - Formosinho	Período Romano	Dedicado ao Deus Apolo
	11	Templo Romano - Outão	Período Romano	Dedicado ao Deus Neptuno
	12	Capela de São Pedro	séc XII, XVI (conjetural) séc XX	séc. XII - castelo mencionado em documentos dos reis D. Afonso Henriques e D. Sancho
	13	Convento de N^a S^a da Piedade / Convento de São Domingos	séc XV	Centro hípico (atualmente)?
	14	Igreja Paroquial de São Lourenço / Igreja de São Lourenço	Maneirista: séc XVI	
	15	Igreja Paroquial de São Simão de Azeitão / Igreja de São Simão	Maneirista: séc XVI (Igreja) Barroco: séc XVII (Azulejos - interior)	Terramoto de 1755 destruiu duas torres (relógio e sinos) - reconstruídas em 1757
	16	Cruz das Vendas / Cruz da Capela das Necessidades	Gótico: séc XV	
Palmela	17	Mosteiro de São Paulo de Alferrara / Convento de São Paulo	Maneirista, Barroco: séc XVII, XVIII	
	18	Convento dos Capuchos de Alferrara	Maneirista (Convento), Classicista (Edícula): séc XVI, XVII Barroco (Azulejos): séc XVIII	
	19	Convento e Igreja de Santiago de Palmela	Gótico: séc XIV Manuelino: séc XVI Maneirista: séc XVII	
	20	Edifício e Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Palmela	Maneirista, Chão: séc XVI Barroco (Azulejos): séc XVII (ampliação) séc XIX (reparações)	

ARQUITETURA CIVIL

Sesimbra	1	Farol do Cabo Espichel	séc XVIII séc XIX, XX (reformação, ampliação)	Arquitetura de comunicações
	2	Porto da Baleeira	Período Medieval Islâmico: séc X, XI	<u>Porto</u> : Ancoradouro
	3	Moinho de Vento do Outeiro	séc XIX	Arquitetura agrícola; em funcionamento
	4	Palácio do Bispo / Casa dos Frades	séc XVI	
	5	Sesimbra - Rua da Fortaleza	Período Romano	<u>Cetária</u> : Fragmentos de �nforas
	6	Pelourinho de Sesimbra	s�c XX (c�pia do pelourinho primitivo)	Arquitetura judicial
	7	Bairro de Casas para Pescadores de Sesimbra	s�c XX	
	8	Palácio de Sampaio	Barroco (Casa), Rocaille (Azulejos), Neocl�ssico (Capela): s�c XVIII	Turismo rural; recinto da Festa de N� S� da Luz
	9	Solar da Quintinha / Quinta da Boa Vista	Barroco: s�c XVII (Casa), XVIII (Capela)	Jardim com fonte coberta de azulejos do s�c XVIII
	10	Quinta do Calhariz	Maneirista/Barroco: s�c XVII, XVIII (Palácio)	Jardins (Barroco: s�c XVII, XVIII, XIX)
Setúbal	11	Quinta del Carmen	s�c XVI	Importante centro de romagem
	12	Fábrica de Salga de Peixe do Creiro	Período Romano: s�c I Período Medieval Isl�mico	Jazida arqueológica (Paleog�nico); <u>Cetária</u>
	13	Ch� da Anixa	Período Romano	<u>Indeterminado</u> : Muro em L e fragmento de t�gula (telha); Pode tratar-se de uma habitação, ou posto de vigia ou de sinalização marítima
	14	Ch� da Anixa II	Período Romano	<u>Indeterminado</u> : Mancha de materiais romanos e provável muro
	15	Ch� da Anixa III	Período Romano	<u>Indeterminado</u> : Restos de muros acompanhados de cerâmica de construção romana
	16	Quinta da Murteira	Idade Moderna	Produzia o vinho vendido no Portinho
	17	Quinta da Serra	Idade Moderna	
	18	Quinta das Baldrucas	Neoclássico, Romântico: séc XIX Revivalista (Pavilhão) séc XX (Jardins)	Projeto dos jardins (1974) de Gonçalo Ribeiro Telles e Francisco Caldeira Cabral
	19	Quinta da Nogueira / Palácio do Salinas	séc. XIV, XVII, XVIII	Quinta de D. Constança; Casa do Povo de Azeitão / Centro Infantil Sebastião da Gama (atualmente)
	20	Fontanário em Vila Nogueira de Azeitão	Pombalino: séc XVIII	
	21	Pelourinho de Vila Nogueira de Azeitão	séc XVIII	Arquitetura judicial
	22	Palácio dos Duques de Aveiro	Maneirista: séc XVI	
	23	Palácio da Quinta das Torres	Renascentista/Maneirista: séc XVI (Palácio) Barroco:séc XVIII Revivalista: séc XIX (alterações nos jardins)	

Setúbal	24	Quinta Velha	séc XVI	Queijeira
	25	Quinta da Má Partilha	séc. XVII	
	26	Quinta da Bacalhoa / <i>Ville Fraiche</i> / Quinta do Paraíso	Renascentista (com algumas construções de estilo Gótico): séc XV, XVI, XVII	Importante no desenvolvimento de Vila Fresca de Azeitão
	27	Cruz da Légua	Período Romano	<u>Villa</u> : Fragmentos de imbrices, tegulas, ânforas
	28	Quinta do Esteval <i>Esteval</i>	Maneirista (Casa), Barroco (Planta L/Jardins), Pombalino (Fachada), Rococó (Azulejos): séc XVIII séc XX (remodelação)	Hotel Casa Palmela (atualmente); <u>Villa</u> : Fragmentos de imbrices, tegulae, ânforas e opus signinum (Período Romano)
	29	Rasca	Período Romano	<u>Cetária</u>
	30	Casa da Quinta da Comenda / Palácio da Comenda <i>Comenda</i>	séc XX	(em vias de classificação); <u>Villa</u> : Restos de um balneário, tanques de salga de peixe e barragem (Período Romano)
	31	Calçada do Viso	Período Romano	<u>Calçada</u>
Palmela	32	Cabeço Gordo	Período Romano	<u>Villa</u> : Fragmentos de imbrices, tegulae, ânforas e <i>opus signinum</i>
	33	Calçada da Fonte do Sol	Idade Média Período Moderno	<u>Calçada</u> (com reformulações da idade moderna - empedrados com seixos pequenos)
	34	Torres Altas	Período Romano	<u>Villa</u> : Fragmentos de imbrices, tegulae, ânforas, e <i>opus signinum</i>
	35	Quinta da Queimada	Período Romano	<u>Villa</u> : Fragmentos de terra sigillata clara, cerâmica de armazenamento e cerâmica comum
	36	Quinta da Boa Vista	Período Romano	<u>Villa</u> : Fragmentos de imbrices, tegulas, ânforas e fragmentos de <i>opus signinum</i>
	37	Pelourinho de Palmela	séc XVII	Arquitetura judicial
	38	Chafariz de D. Maria I	Neoclássico: séc XVIII	

	Monumento Nacional
	Monumento de Interesse Público
	Imóvel de Interesse Público
	Interesse Municipal
	Sítio de Interesse Público
	Sítio Arqueológico
	Sítio Classificado de Interesse Espeleológico (revogado)
	s/ Estatuto de Proteção

	Localização aproximada / não confirmada
	Localização exata

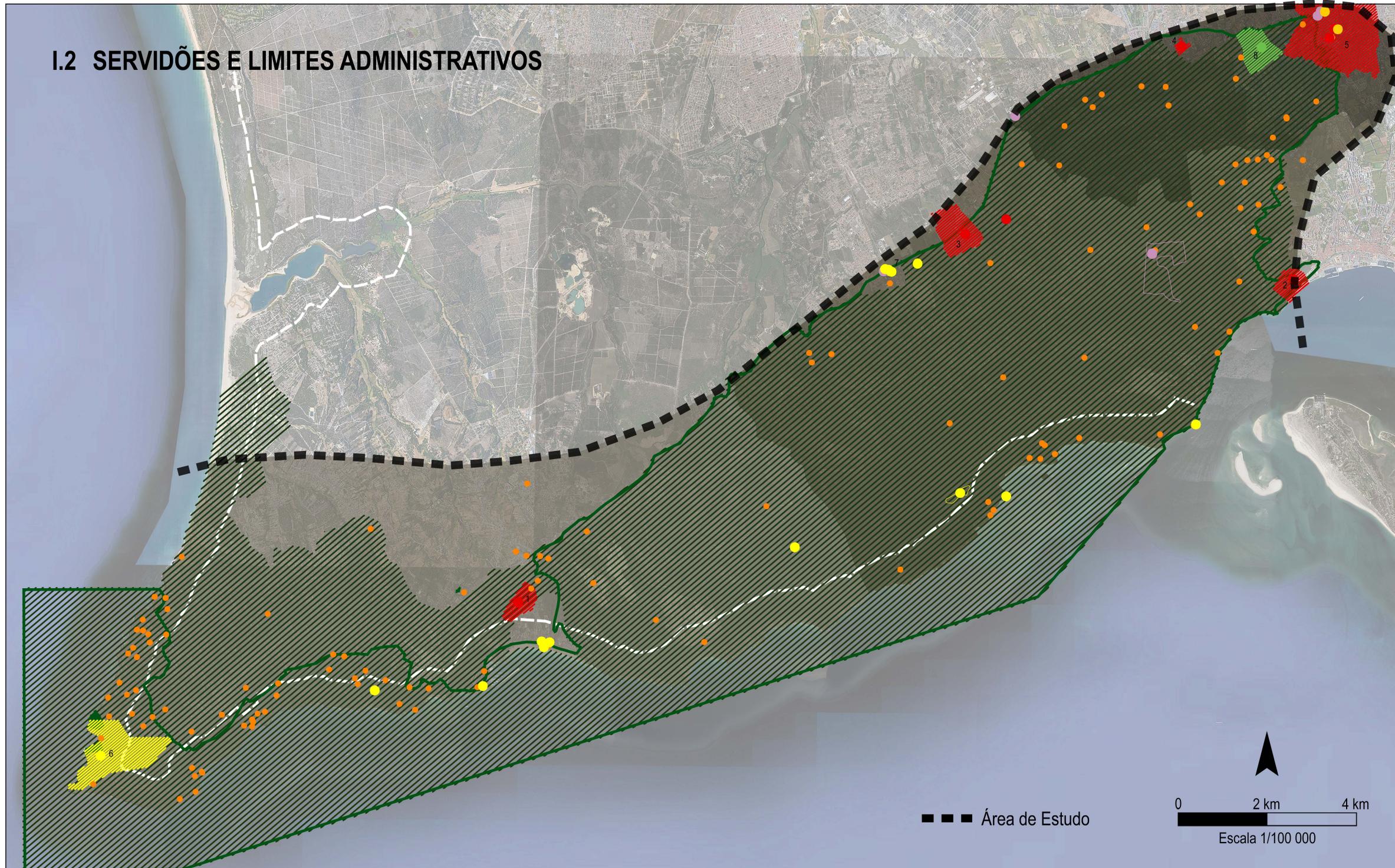
I.2 SERVIDÕES E LIMITES ADMINISTRATIVOS

A carta apresenta os limites administrativos dos instrumentos de gestão territorial que incidem na área de estudo, nomeadamente o POOC Sintra-Sado e Planos Diretores Municipais de Sesimbra, Setúbal e Palmela.

Abrange também as áreas do Parque Natural da Arrábida (ICNF) e do Sítio Arrábida-Espichel (Rede Natura 2000), sob a tutela do Ministério do Ambiente e Ação Climática, bem como as Jazidas de Icnofósseis no Cabo Espichel e Pedreira do Avelino, classificadas como *Monumento Natural*.

Relativamente ao Património Cultural, gerido pela DGPC sob a tutela do Ministério da Cultura, foram marcados os imóveis classificados com as respetivas Zonas Especiais de Proteção, que integram os Monumentos Nacionais e de Interesse Público, Imóveis de Interesse Público e de Interesse Municipal, Sítios de Interesse Público, e Sítios Arqueológicos.

I.2 SERVIDÕES E LIMITES ADMINISTRATIVOS



Concelhos | Plano Diretor Municipal

- Sesimbra
- Setúbal
- Palmela

Plano de Ordenamento da Orla Costeira Sintra-Sado

Património Natural

- Parque Natural da Arrábida
- Sítio Arrábida-Espichel (Rede Natura 2000)
- Monumento Natural

Património Cultural

- Monumento Nacional
- Monumento de Interesse Público
- Imóvel de Interesse Público
- Interesse Municipal
- Sítio de Interesse Público
- Sítio Arqueológico

Zona Especial de Proteção

- MN 1 Castelo de Sesimbra
- MN 2 Castelo de São Filipe
- MN 3 Palácio e Quinta da Bacalhoa
- MN 4 Grutas da Quinta do Anjo
- MN 5 Conjunto do Castelo de Palmela, Igreja de Santiago e Pelourinho de Palmela
- IIP 6 Conjunto da Igreja de Nossa Senhora do Cabo, casa dos Círios e terreiro
- IIP 7 Igreja de São Lourenço e Pelourinho e Vila Nogueira de Azeitão
- SIP 8 Castro de Chibanes

■ ■ ■ Área de Estudo



**ANEXO II – CARATERIZAÇÃO E ANÁLISE:
CARTOGRAFIA**

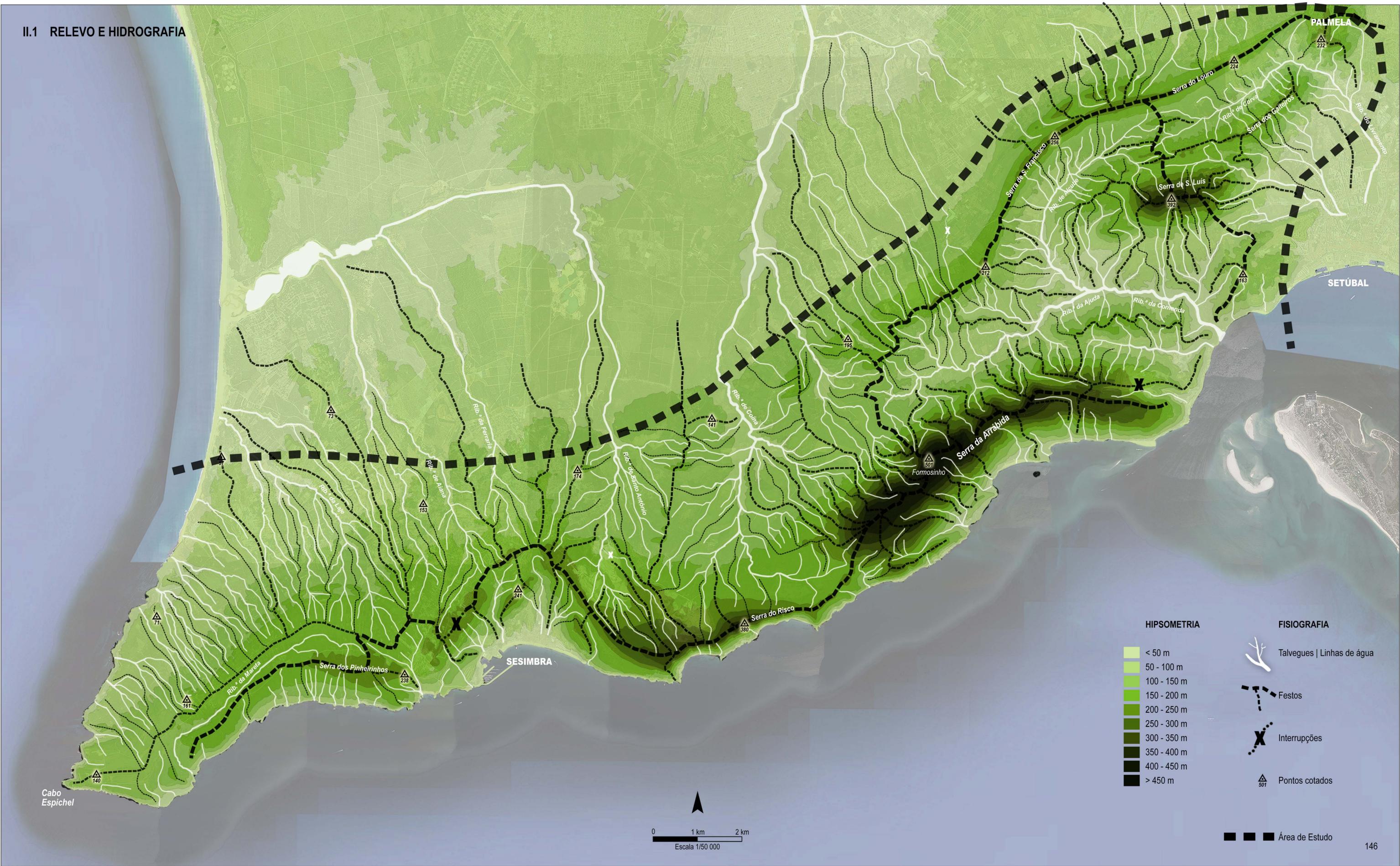
II.1 RELEVO E HIDROGRAFIA

A carta inclui a hipsometria, com equidistâncias de 50 metros, e a fisiografia, marcada pelas linhas de água e festos principais da área de estudo, para uma visão geral sem preterir informação relevante. A informação relativa às curvas de nível, linhas de água e pontos cotados foi retirada das folhas nº 453, 454, 464 e 465 da *Carta Militar de Portugal* de 1993 à escala 1/25 000, depois convertida à escala 1/50 000.

No processo de delineação dos festos foram feitas alterações a nível da hierarquia na espessura do traçado, reduzindo-se a espessura de alguns festos secundários por constituírem linhas de pouca expressão visual na paisagem, como se verifica especialmente nas Serras de S. Francisco e do Louro. Em grande parte do Cabo Espichel, os festos desenhados na carta passam despercebidos no local, por se tratar de uma área de relevo plano, em contraste com o forte traçado que se observa, por exemplo, na Serra da Arrábida, em que o desenho dos festos é efetivamente um reflexo das linhas de relevo bem visualmente marcadas na paisagem.

A análise da carta é desenvolvida no capítulo 2.1.1 (pp. 32-34).

II.1 RELEVO E HIDROGRAFIA



HIPSOMETRIA

- < 50 m
- 50 - 100 m
- 100 - 150 m
- 150 - 200 m
- 200 - 250 m
- 250 - 300 m
- 300 - 350 m
- 350 - 400 m
- 400 - 450 m
- > 450 m

FISIOGRAFIA

- Talvegues | Linhas de água
- Festos
- Interrupções
- Pontos cotados

Área de Estudo



II.2 SOLOS

A informação referente aos solos foi retirada da folha nº 38-B da *Carta dos Solos de Portugal* de 1969 à escala 1/50 000, da qual resultou a carta síntese que se apresenta.

A carta agrupa os aluviossolos e solos de baixa, todos os calcários, areias, argilas, barros e *rañas*, para além dos afloramentos rochosos e das praias (representadas à parte). As áreas sociais foram atualizadas para o estado atual, com o apoio do *Google Earth*, uma vez que a carta de base data de 1969.

As áreas de interesse geológico excepcional e relevante adicionadas à carta de solos destacam sítios classificados a nível da sua importância científica, riqueza e raridade geológica, valor cultural e estético, e da fragilidade do sistema, com destaque para as Serras da Arrábida e S. Luís, o litoral do Cabo Espichel e as escarpas da Serra do Risco (ICN, 1996). A informação dos respetivos limites foi retirada da *Carta de Significância* relativa à Geologia (ICN, 2001).

A análise da carta é desenvolvida no capítulo 2.1.2 (pp. 35-37).

II.2 SOLOS



Área de Estudo

II.3 VALORES NATURAIS

A carta inclui os Monumentos Naturais (Jazidas de Icnofósseis), as grutas naturais, as nascentes, as manchas de vegetação autóctone, as galerias ripícolas, praias e arribas. São também destacadas as Áreas de Proteção Total e Parcial definidas pelo POPNA.

Apesar da designação utilizada na carta, é de salientar que os valores naturais são também compostos pelos solos (Carta II.2) e as linhas de água (Carta II.1). A informação foi separada pelas três cartas para facilitar a sua leitura.

A informação referente à delimitação das áreas dos Monumentos Naturais foi retirada do *Decreto nº 20/97 de 7 de maio (DR nº 105/1997, I Série-B)*, que os classifica. As nascentes foram localizadas a partir das folhas nº 453, 454, 464 e 465 da *Carta Militar de Portugal* de 1993. A localização das grutas foi recolhida do *Portal do Arqueólogo*, com o auxílio da imagem satélite e 3D do *Google Earth*, e de referências bibliográficas. As áreas relativas às praias e arribas foram delimitadas segundo a cartografia do POOC Sintra-Sado (*Planta de Síntese*, 2003), e as galerias ripícolas a partir da imagem aérea do *Google Earth* (e *Street view*, quando possível). É importante apontar a insuficiência de dados disponíveis nessas fontes, pelo que não foi possível distinguir a composição da vegetação ripícola nos vários troços. As áreas de proteção foram identificadas a partir da cartografia do POPNA (*Planta de Síntese*, 2005).

A análise da carta é desenvolvida nos capítulos 1.1.1 (nascentes: p. 16), 1.1.2 (matas: pp. 20-22), 2.1.2 (lapas: p. 37), 2.1.3 (vegetação: pp. 38/39), e 2.1.4 (jazidas: p. 40)

II.3 VALORES NATURAIS



- Jazida de Icnofósseis
- Lapa | Gruta natural
- Galeria ripícola
- Nascente
- Vegetação autóctone
- Praias
- Arribas

- Áreas de Proteção (PNA)**
- Total
 - Parcial I e II

Área de Estudo



II.4 OCUPAÇÕES E CRONOLOGIAS

As cartas resultaram da informação recolhida presente no inventário, apresentado no Anexo I.1, que tem assinalados os valores culturais (arqueológicos e arquitetónicos) e valores naturais (jazidas de icnofósseis e grutas naturais). A informação relativa aos imóveis classificados foi recolhida de geoportais do Património Cultural, nomeadamente do *Atlas de Património Classificado e em vias de classificação* e do *Portal do Arqueólogo*. Este último revelou alguns problemas em consequência de grande parte das coordenadas dos sítios arqueológicos ser apenas aproximada, pelo que a localização nas cartas foi auxiliada pela imagem satélite e 3D do *Google Earth*, e por referências bibliográficas (povoados e lapas). Ainda assim, não foi possível encontrar a localização exata de muitos vestígios arqueológicos, pelo que no inventário foi também indicado o grau de exatidão do seu posicionamento nas cartas.

Relativamente ao património arquitetónico sem estatuto de proteção, foi identificado a partir das folhas nº 453, 454, 464 e 465 da Carta Militar de Portugal (1990) e referências bibliográficas.

A partir daí, os valores foram numerados e agrupados em categorias: Paleontologia, Arqueologia (monumentos megalíticos, povoados e habitats, grutas naturais e artificiais), Arquitetura Militar (castelos, fortes, baterias), Religiosa (conventos, igrejas, capelas, templos romanos), e Civil (quintas, moinhos de vento, fontes, cetárias, etc).

A legenda destas cartas foi organizada tendo em conta o grau de pormenor da escala de trabalho; o número de elementos de cada categoria; e a sua relevância no contexto da proposta. Por essa razão, alguns elementos construídos foram reunidos num só grupo, com um símbolo comum (♦ “Outros valores culturais”: farol, porto, pelourinhos, fontanários, etc).

Além disso, foram diferenciados os imóveis classificados e os sítios arqueológicos, utilizando as mesmas cores que lhes são atribuídas nos geoportais, de acordo com a categoria (monumento/imóvel, conjunto ou sítio) e interesse (nacional, público ou municipal).

Com base na informação recolhida no inventário, no que diz respeito aos períodos de ocupação e datas de construção, a carta foi decomposta nas diferentes épocas, de forma a compreender a evolução de ocupação na região:

II.4.1 Paleolítico / Mesolítico

II.4.2 Neolítico

II.4.3 Calcolítico

II.4.4 Idade do Bronze / Idade do Ferro

II.4.5 Período Romano

II.4.6 Idade Média

II.4.7 Idade Moderna

II.4.8 Idade Contemporânea

São ainda separados os valores de período de ocupação indeterminado ou sem especificação da época pré-histórica em que se situam, juntamente com as grutas naturais que, não tendo sido ocupadas pelo Homem (segundo a informação disponível), constituem sítios de valor espeleológico. (carta II.4.9)

A informação referida acima, e as diferenciações entre os períodos medievais islâmico/cristão; os períodos paleolítico/mesolítico; e a idade do bronze/ferro, são apresentadas na tabela de inventário (Anexo I.1). Os períodos pré-históricos encontram-se reunidos nas mesmas cartas devido à mínima ocupação da área durante o mesolítico e a idade do ferro.

A informação presente nas cartas “Ocupações e Cronologias” é desenvolvida no capítulo 2.2.1 (pp. 41-62).

II.4.1 PALEOLÍTICO - MESOLÍTICO

ARQUEOLOGIA

- Monumento Megalítico
 - 1. Azóia
 - 2. Sampaio
 - 3. Monumento Megalítico da Roça de Casal do Meio
 - 4. Casal Novo 2
- Achado isolado / Vestígios de superfície
- Estação de ar livre
- Povoado
 - 1. Fonte de Sesimbra
 - 2. Zambujal
 - 3. Castelo de Sesimbra / Outeiro Redondo
 - 4. Fonte do Canhão
 - 5. Povoado do Risco
 - 6. Bico dos Agulhões I
 - 7. Serra da Cala
 - 8. Praia de Galapagos
 - 9. Murteira
 - 9.1 Valongo I
 - 9.2 Valongo II
 - 10. Castelo dos Mouros
 - 11. Casal do Bispo
 - 12. Cabeço dos Caracóis / Porto de Cambas
 - 13. Moirinho do Cuco
 - 14. Monte do Vaqueiro
 - 15. Rotura
 - 16. Pedrão
 - 17. Pai Mouro
 - 18. Alto de São Francisco
 - 19. Moirinho da Fonte do Sol
 - 20. Malhadas
 - 21. Torres Altas
 - 22. Alto da Queimada
 - 23. Povoado / Castro de Chibanes
 - 24. Gaiteiros
- Ligações de povoamento
- Conflito de territórios
- Limite do povoado | "Fenda"
- Limite de propriedade
- Lapa/Gruta natural
 - 1. Lapa/Gruta com função de necrópole
 - Gruta artificial
 - Abrigo
 - Necrópole
 - 1. Lapa da Cagadinha
 - 2. Lapa do Vale
 - Vale das Lapas:
 - 3. Lapa 4 de Maio
 - 4. Lapa dos Corvos
 - 5. Lapa da Janela 1
 - 6. Lapa da Janela 2
 - 7. Lapa da Janela 3
 - 8. Lapa do Bugio
 - 9. Lapa da Furada / Lapa do Piohio
 - 10. Lapa do Jerónimo
 - 11. Lapa do Mané Zunga
 - 12. Lapa do Sono
 - 13. Pinheirinhos 1
 - 14. Pinheirinhos 2
 - 15. Lapa do Sapo
 - 16. Lapa do Fumo
 - 17. Gruta do Zambujal
 - 18. Lapa da Withania
 - 19. Lapa da Euphorbia
 - 20. Lapa do Mosquito
 - 21. Ribeira do Cavalo
 - 22. Lapa do Forte do Cavalo
 - 23. Grutas do Forte do Cavalo
 - 24. Casalão de Santana
 - 25. Lapa da Cova
 - 26. Vale da Palma
 - 27. Lapa da Ovelha / Lapa da Nazaré
 - 28. Gruta dos Moregos / Fojo dos Moregos
 - 29. Lapa da Greta
 - 30. Lapa do Médico
 - 31. Lapa de Alportuche
 - 32. Lapa de Santa Margarida
 - 33. Figueira Brava
 - 34. Lapa Verde
 - 35. Fenda
 - 36. Gruta do Formosinho
 - 37. Lapa do Castelo dos Mouros
 - 38. Gruta do Valongo
 - 39. Lapa dos Moregos / Forno das Feteceiras
 - 40. São Luís Velho
 - 41. Mira / Pena
 - 42. Lapa da Rotura
 - 43. Lapa de São Luís
 - 44. Fazendinha
 - 45. Capuchos I e II / Quinta de São Paulo
 - 46. Grutas da Quinta do Anjo

ARQUITETURA MILITAR

- Castelo
- Forte / Fortaleza
- Bateria
 - 1. Forte da Baralha
 - 2. Forte do Cavalo / Forte de São Teodósio
 - 3. Castelo de Sesimbra
 - 4. Forte de Santiago
 - 5. Forte do Cozinheiro
 - 6. Coíva-Velha
 - 7. Forte de Santa Maria da Arrabida
 - 8. Forte de Santiago do Outilho
 - 9. Bateria do Outilho
 - 10. Forte de Albarquel
 - 11. Bateria do Casalinho
 - 12. Forte de São Filipe
 - 13. Castelo e Fortaleza de Palmela

ARQUITETURA RELIGIOSA

- Convento / Santuário
- Igreja / Capela / Ermida
- Templo Romano
 - 1. Santuário de Nossa Senhora do Cabo Espiche
 - 2. Ermida da Memória
 - 3. Capela do Espírito dos Mareantes
 - 4. Edifício e Capela da Santa Casa da Misericórdia de Sesimbra
 - 5. Igreja Paroquial do Castelo de Sesimbra
 - 6. Edifício do Museu Municipal de Sesimbra
 - 7. Ermida da Memória / Hildebrand
 - 8. Convento da Arrabida
 - 9. Ermida de São João do Deserto
 - 10. Templo Romano - Apolo (Formosinho)
 - 11. Templo Romano - Nestuno (Outilho)
 - 12. Capela de São Pedro
 - 13. Convento de Nossa Senhora da Piedade / Convento de São Domingos
 - 14. Igreja Paroquial de São Lourenço
 - 15. Igreja Paroquial de São Simão de Azetão
 - 16. Cruz das Vendas / Cruz da Capela das Necessidades
 - 17. Convento de São Paulo / Mosteiro de São Paulo de Alferrara
 - 18. Convento dos Capuchos de Alferrara
 - 19. Convento e Igreja de Santiago de Palmela
 - 20. Edifício e Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Palmela

ARQUITETURA CIVIL

- Quinta / Villa
- Moinho
- Calçada
- Cetânia
- Outros valores culturais
 - 1. Farol do Cabo Espiche
 - 2. Porto da Baleeira
 - 3. Moinho de Vento do Outeiro
 - 4. Palácio do Bispo / Casa dos Frades
 - 5. Sesimbra - Rua da Fortaleza
 - 6. Pelourinho de Sesimbra
 - 7. Bairro de Casas para Pescadores de Sesimbra
 - 8. Palácio de Sampaio
 - 9. Solar da Quintinha / Quinta da Boa Vista
 - 10. Quinta do Calhariz
 - 11. Quinta d'el Carmen
 - 12. Fábrica de Salga de Peire do Creiro
 - 13. Chá da Anixa
 - 14. Chá da Anixa II
 - 15. Chá da Anixa III
 - 16. Quinta da Murteira
 - 17. Quinta da Serra
 - 18. Quinta das Be Irúncas
 - 19. Quinta da Nogueira / Palácio do Salinas
 - 20. Fontanário em Vila Nogueira de Azetão
 - 21. Pelourinho de Vila Nogueira de Azetão
 - 22. Palácio dos Duques de Aveiro
 - 23. Quinta das Torres
 - 24. Quinta Velha
 - 25. Quinta da Mãe Parinha
 - 26. Quinta da Bacalhosa / Ville Fraiche
 - 27. Cruz da Lègua (Villa)
 - 28. Quinta do Esteval (Villa)
 - 29. Rasca
 - 30. Quinta da Comenda (Villa)
 - 31. Calçada do Viso
 - 32. Cabeça Gordo (Villa)
 - 33. Calçada da Fonte do Sol
 - 34. Torres Altas (Villa)
 - 35. Quinta da Queimada (Villa)
 - 36. Quinta da Boa Vista (Villa)
 - 37. Pelourinho de Palmela
 - 38. Chafariz de D. Maria I

Proteção

- Monumento Nacional
- Monumento de Interesse Público
- Imóvel de Interesse Público
- Interesse Municipal
- Sítio de Interesse Público
- Sítio Arqueológico
- Sítio Classificado de Interesse Espeleológico (Revogado)
- Sem estatuto de proteção
- Área de Estudo



II.4.2 NEOLÍTICO

ARQUEOLOGIA

Monumento Megalítico

- 1. Azóia
- 2. Sampaio
- 3. Monumento Megalítico da Roça de Casal do Meio
- 4. Casal Novo 2

Achado isolado / Vestígios de superfície

Estação de ar livre

Povoado

Povoado fortificado

Habitat

- 1. Fonte de Sesimbra
- 2. Zambujal
- 3. Castelo de Sesimbra / Outeiro Redondo
- 4. Fonte do Canhão
- 5. Povoado do Risco
- 6. Bico das Agulhas I
- 7. Serra da Cala
- 8. Praia de Galapagos
- 9. Murteira
- 9.1 Valongo I
- 9.2 Valongo II
- 10. Castelo dos Mouros
- 11. Casal do Bispo
- 12. Cabeço dos Caracóis / Porto de Cambas
- 13. Moirinho do Cuco
- 14. Monte do Vaqueiro
- 15. Rotura
- 16. Pedrão
- 17. Pai Mouro
- 18. Alto de São Francisco
- 19. Moirinho da Fonte do Sol
- 20. Malhadas
- 21. Torres Altas
- 22. Alto da Queimada
- 23. Povoado / Castro de Chibanes
- 24. Gaiteiros

Ligações de povoamento

Conflito de territórios

Limite do povoado | "Fenda"

Limite de propriedade

- ▲ Lapa/Gruta natural
- ▲ Lapa/Gruta com função de necrópole
- ▼ Gruta artificial
- ▲ Abrigo
- ▲ Necrópole

- 1. Lapa da Cagadinha
- 2. Lapa do Vale
- Vale das Lapas:
 - 3. Lapa 4 de Maio
 - 4. Lapa dos Corvos
 - 5. Lapa da Janela 1
 - 6. Lapa da Janela 2
 - 7. Lapa da Janela 3
- 8. Lapa do Bugio
- 9. Lapa da Furada / Lapa do Piohio
- 10. Lapa do Jerónimo
- 11. Lapa do Mané Zunga
- 12. Lapa do Sono
- 13. Pinheirinhos 1
- 14. Pinheirinhos 2
- 15. Lapa do Sapo
- 16. Lapa do Fumo
- 17. Gruta do Zambujal
- 18. Lapa da Withania
- 19. Lapa da Euphorbia
- 20. Lapa do Mosquito
- 21. Ribeira do Cavalo
- 22. Lapa do Forte do Cavalo
- 23. Grutas do Forte do Cavalo
- 24. Casalão da Santana
- 25. Lapa da Cova
- 26. Vale da Palma
- 27. Lapa da Ovelha / Lapa da Nazaré
- 28. Gruta dos Morcegos / Forno dos Morcegos
- 29. Lapa da Greta
- 30. Lapa do Médico
- 31. Lapa de Alportuche
- 32. Lapa de Santa Margarida
- 33. Figueira Brava
- 34. Lapa Verde
- 35. Fenda
- 36. Gruta do Formosinho
- 37. Lapa do Castelo dos Mouros
- 38. Gruta do Valongo
- 39. Lapa dos Morcegos / Forno das Feteceiras
- 40. São Luís Velho
- 41. Mira / Pena
- 42. Lapa da Rotura
- 43. Lapa de São Luís
- 44. Fazendinha
- 45. Capuchos I e II / Quinta de São Paulo
- 46. Grutas da Quinta do Anjo

ARQUITETURA MILITAR

- ☼ Castelo
- ☼ Forte / Fortaleza
- ☼ Bateria

- 1. Forte da Baralha
- 2. Forte do Cavalo / Forte de São Teodósio
- 3. Castelo de Sesimbra
- 4. Forte de Santiago
- 5. Forte do Cozinheiro
- 6. Coia-a-Velha
- 7. Forte de Santa Maria da Arrabida
- 8. Forte de Santiago do Outão
- 9. Bateria do Outão
- 10. Forte de Albarquel
- 11. Bateria do Casalinho
- 12. Forte de São Filipe
- 13. Castelo e Fortaleza de Palmela

ARQUITETURA RELIGIOSA

- ✚ Convento / Santuário
- ✚ Igreja / Capela / Ermida
- ☰ Templo Romano

- 1. Santuário de Nossa Senhora do Cabo Espichel
- 2. Ermida da Memória
- 3. Capela do Espírito dos Mareantes
- 4. Igreja e Capela da Santa Casa da Misericórdia de Sesimbra
- 5. Igreja Paroquial do Castelo de Sesimbra
- 6. Edifício do Museu Municipal de Sesimbra
- 7. Ermida da Memória / Hildebrant
- 8. Convento da Arrabida
- 9. Ermida de São João do Deserto
- 10. Templo Romano - Apolo (Formosinho)
- 11. Templo Romano - Nestuno (Outão)
- 12. Capela de São Pedro
- 13. Convento de Nossa Senhora da Piedade / Convento de São Domingos
- 14. Igreja Paroquial de São Lourenço
- 15. Igreja Paroquial de São Simão de Azetão
- 16. Cruz das Vendas / Cruz da Capela das Necessidades
- 17. Convento de São Paulo / Mosteiro de São Paulo de Alferrara
- 18. Convento dos Capuchos de Alferrara
- 19. Convento e Igreja de Santiago de Palmela
- 20. Edifício e Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Palmela

ARQUITETURA CIVIL

- ◆ Quinta / Villa
- ◆ Moirinho
- Calçada
- Cetânia
- ◆ Outros valores culturais

- 1. Farol do Cabo Espichel
- 2. Porto da Baleeira
- 3. Moirinho de Vento do Outeiro
- 4. Palácio do Bispo / Casa dos Frades
- 5. Sesimbra - Rua da Fortaleza
- 6. Pelourinho de Sesimbra
- 7. Bairro de Casas para Pescadores de Sesimbra
- 8. Palácio de Sampaio
- 9. Solar da Quintinha / Quinta da Boa Vista
- 10. Quinta do Calhariz
- 11. Quinta d'el Carmen
- 12. Fábrica de Salga de Peire do Creiro
- 13. Chá da Anixa
- 14. Chá da Anixa II
- 15. Chá da Anixa III
- 16. Quinta da Murteira
- 17. Quinta da Serra
- 18. Quinta das Be Irucias
- 19. Quinta da Nogueira / Palácio do Salinas
- 20. Fontanário em Vila Nogueira de Azetão
- 21. Pelourinho de Vila Nogueira de Azetão
- 22. Palácio dos Duques de Aveiro
- 23. Quinta das Torres
- 24. Quinta Velha
- 25. Quinta da Mãe Parinha
- 26. Quinta da Bacalhosa / Ville Fraiche
- 27. Cruz da Lègua (Villa)
- 28. Quinta do Esteval (Villa)
- 29. Rasca
- 30. Quinta da Comenda (Villa)
- 31. Calçada do Viso
- 32. Cabeça Gordo (Villa)
- 33. Calçada da Fonte do Sol
- 34. Torres Altas (Villa)
- 35. Quinta da Queimada (Villa)
- 36. Quinta da Boa Vista (Villa)
- 37. Pelourinho de Palmela
- 38. Chafariz de D. Maria I

Proteção

- Monumento Nacional
- Monumento de Interesse Público
- Imóvel de Interesse Público
- Interesse Municipal
- Sítio de Interesse Público
- Sítio Arqueológico
- Sítio Classificado de Interesse Espeleológico (Revogado)
- Sem estatuto de proteção
- Área de Estudo



II.4.3 CALCOLÍTICO

ARQUEOLOGIA

Monumento Megalítico

1. Azóia
2. Sampaio
3. Monumento Megalítico da Roça de Casal do Meio
4. Casal Novo 2

Achado isolado / Vestígios de superfície

Estação de ar livre

Povoado

Povoado fortificado

Habitat

1. Fonte de Sesimbra
2. Zambujal
3. Castelo de Sesimbra / Outeiro Redondo
4. Fonte do Canhão
5. Povoado do Risco
6. Bico das Agulhas I
7. Serra da Cala
8. Praia de Gaiapos
9. Murteira
- 9.1 Valongo I
- 9.2 Valongo II
10. Castelo dos Mouros
11. Casal do Bispo
12. Cabeço dos Caracóis / Porto de Cambas
13. Moínho do Cuco
14. Monte do Vaqueiro
15. Rotura
16. Pedrão
17. Pai Mouro
18. Alto de São Francisco
19. Moínho da Fonte do Sol
20. Malhadas
21. Torres Altas
22. Alto da Queimada
23. Povoado / Castro de Chibanes
24. Gaiteiros

Ligações de povoamento

Conflito de territórios

Limite do povoado | "Fenda"

Limite de propriedade

Lapa/Gruta natural

Lapa/Gruta com função de necrópole

Gruta artificial

Abrigo

Necrópole

1. Lapa da Cagadinha
2. Lapa do Vale
- Vale das Lapas:
 3. Lapa 4 de Maio
 4. Lapa dos Corvos
 5. Lapa da Janela 1
 6. Lapa da Janela 2
 7. Lapa da Janela 3
8. Lapa do Bugio
9. Lapa da Furada / Lapa do Piohio
10. Lapa do Jerónimo
11. Lapa do Mané Zunga
12. Lapa do Sono
13. Pinheirinhos 1
14. Pinheirinhos 2
15. Lapa do Sapo
16. Lapa do Fumo
17. Gruta do Zambujal
18. Lapa da Withania
19. Lapa da Euphorbia
20. Lapa do Mosquito
21. Ribeira do Cavalo
22. Grutas do Forte do Cavalo
23. Grutas do Forte do Cavalo
24. Casalão da Santana
25. Lapa da Cova
26. Vale da Palma
27. Lapa da Ovelha / Lapa da Nazaré
28. Gruta dos Morcegos / Fojo dos Morcegos
29. Lapa da Greta
30. Lapa do Médico
31. Lapa de Alperluche
32. Lapa de Santa Margarida
33. Figueira Brava
34. Lapa Verde
35. Fenda
36. Gruta do Formosinho
37. Lapa do Castelo dos Mouros
38. Gruta do Valongo
39. Lapa dos Morcegos / Forno das Feteiras
40. São Luís Velho
41. Mira / Pena
42. Lapa da Rotura
43. Lapa de São Luís
44. Fazendinha
45. Capuchos I e II / Quinta de São Paulo
46. Grutas da Quinta do Anjo

ARQUITETURA MILITAR

Castelo

Forte / Fortaleza

Bateria

1. Forte da Baralha
2. Forte do Cavalo / Forte de São Teodósio
3. Castelo de Sesimbra
4. Forte de Santiago
5. Forte do Cozinheiro
6. Coínia-Velha
7. Forte de Santa Maria da Arrabida
8. Forte de Santiago do Outilho
9. Bateria do Outilho
10. Forte de Albarquel
11. Bateria do Casalinho
12. Forte de São Filipe
13. Castelo e Fortaleza de Palmela

ARQUITETURA RELIGIOSA

Convento / Santuário

Igreja / Capela / Ermida

Templo Romano

1. Santuário de Nossa Senhora do Cabo Espichel
2. Ermida da Memória
3. Capela do Espírito dos Mareantes
4. Edfício e Capela da Santa Casa da Misericórdia de Sesimbra
5. Igreja Paroquial do Castelo de Sesimbra
6. Edfício do Museu Municipal de Sesimbra
7. Ermida da Memória / Hildebrant
8. Convento da Arrabida
9. Ermida de São João do Deserto
10. Templo Romano - Apolo (Formosinho)
11. Templo Romano - Nestuno (Outilho)
12. Capela de São Pedro
13. Convento de Nossa Senhora da Piedade / Convento de São Domingos
14. Igreja Paroquial de São Lourenço
15. Igreja Paroquial de São Simão de Azetão
16. Cruz das Vendas / Cruz da Capela das Necessidades
17. Convento de São Paulo / Mosteiro de São Paulo de Alferrara
18. Convento dos Capuchos de Alferrara
19. Convento e Igreja de Santiago de Palmela
20. Edfício e Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Palmela

ARQUITETURA CIVIL

Quinta / Villa

Moinho

Calçada

Cetânia

Outros valores culturais

1. Farol do Cabo Espichel
2. Porto da Baleeira
3. Moinho de Vento do Outeiro
4. Palácio do Bispo / Casa dos Frades
5. Sesimbra - Rua da Fortaleza
6. Pelourinho de Sesimbra
7. Bairro de Casas para Pescadores de Sesimbra
8. Palácio de Sampaio
9. Solar da Quintinha / Quinta da Boa Vista
10. Quinta do Calhariz
11. Quinta d'el Carmen
12. Fábrica de Salga de Peire do Creiro
13. Chá da Anixa
14. Chá da Anixa II
15. Chá da Anixa III
16. Quinta da Murteira
17. Quinta da Serra
18. Quinta das Ba Iruicas
19. Quinta da Nogueira / Palácio do Salinas
20. Fontanário em Vila Nogueira de Azetão
21. Pelourinho de Vila Nogueira de Azetão
22. Palácio dos Duques de Aveiro
23. Quinta das Torres
24. Quinta Velha
25. Quinta da Mãe Parinha
26. Quinta da Bacalhosa / Ville Fraiche
27. Cruz da Lègua (Villa)
28. Quinta do Esteval (Villa)
29. Rasca
30. Quinta da Comenda (Villa)
31. Calçada do Viso
32. Cabeça Gordo (Villa)
33. Calçada da Fonte do Sol
34. Torres Altas (Villa)
35. Quinta da Queimada (Villa)
36. Quinta da Boa Vista (Villa)
37. Pelourinho de Palmela
38. Chafariz de D. Maria I

Proteção

- Monumento Nacional
- Monumento de Interesse Público
- Imóvel de Interesse Público
- Interesse Municipal
- Sítio de Interesse Público
- Sítio Arqueológico
- Sítio Classificado de Interesse Espeleológico (Revogado)
- Sem estatuto de proteção

Área de Estudo

Cabo Espichel

Portinho da Arrabida



II.4.4 IDADE DO BRONZE - IDADE DO FERRO

ARQUEOLOGIA

- Monumento Megalítico
 - 1. Azóia
 - 2. Sampaio
 - 3. Monumento Megalítico da Roça de Casal do Meio
 - 4. Casal Novo 2
- Achado isolado / Vestígios de superfície
- Estação de ar livre
- Povoado
 - Povoado fortificado
 - Habitat
- 1. Fonte de Sesimbra
- 2. Zambujal
- 3. Castelo de Sesimbra / Outeiro Redondo
- 4. Fonte do Canhão
- 5. Povoado do Risco
- 6. Bico das Agulhas I
- 7. Serra da Cala
- 8. Praia de Galapagos
- 9. Murteira
 - 9.1 Valongo I
 - 9.2 Valongo II
- 10. Castelo dos Mouros
- 11. Casal do Bispo
- 12. Cabeço dos Caracóis / Porto de Cambas
- 13. Moínho do Cuco
- 14. Monte do Vaqueiro
- 15. Rotura
- 16. Pedrão
- 17. Pai Mouro
- 18. Alto de São Francisco
- 19. Moínho da Fonte do Sol
- 20. Malhadas
- 21. Torres Altas
- 22. Alto da Queimada
- 23. Povoado / Castro de Chibanes
- 24. Gaiteiros

- Lapa/Gruta natural
- Lapa/Gruta com função de necrópole
- Gruta artificial
- Abrigo
- Necrópole
 - 1. Lapa da Cagadinha
 - 2. Lapa do Vale
 - Vale das Lapas:
 - 3. Lapa 4 de Maio
 - 4. Lapa dos Corvos
 - 5. Lapa da Janela 1
 - 6. Lapa da Janela 2
 - 7. Lapa da Janela 3
 - 8. Lapa do Bugio
 - 9. Lapa da Furada / Lapa do Piohio
 - 10. Lapa do Jerónimo
 - 11. Lapa do Mané Zungá
 - 12. Lapa do Sono
 - 13. Pinheirinhos 1
 - 14. Pinheirinhos 2
 - 15. Lapa do Sapo
 - 16. Lapa do Fumo
 - 17. Gruta do Zambujal
 - 18. Lapa da Withania
 - 19. Lapa da Euphorbia
 - 20. Lapa do Mosquito
 - 21. Ribeira do Cavalo
 - 22. Grutas do Forte do Cavalo
 - 23. Grutas do Forte do Cavalo
 - 24. Casalão de Santana
 - 25. Lapa da Cova
 - 26. Vale da Palma
 - 27. Lapa da Ovelha / Lapa da Nazaré
 - 28. Gruta dos Morcegos / Fojo dos Morcegos
 - 29. Lapa da Creta
 - 30. Lapa do Médico
 - 31. Lapa de Alportuche
 - 32. Lapa de Santa Margarida
 - 33. Figueira Brava
 - 34. Lapa Verde
 - 35. Fenda
 - 36. Gruta do Formosinho
 - 37. Lapa do Castelo dos Mouros
 - 38. Gruta do Valongo
 - 39. Lapa dos Morcegos / Forno das Feteceiras
 - 40. São Luís Velho
 - 41. Mira / Pena
 - 42. Lapa da Rotura
 - 43. Lapa de São Luís
 - 44. Fazendinha
 - 45. Capuchos I e II / Quinta de São Paulo
 - 46. Grutas da Quinta do Anjo

ARQUITETURA MILITAR

- Castelo
- Forte / Fortaleza
- Bateria
- 1. Forte da Baralha
- 2. Forte do Cavalo / Forte de São Teodósio
- 3. Castelo de Sesimbra
- 4. Forte de Santiago
- 5. Forte do Cozinheiro
- 6. Coíva-Velha
- 7. Forte de Santa Maria da Arrabida
- 8. Forte de Santiago do Outão
- 9. Bateria do Outão
- 10. Forte de Albarquel
- 11. Bateria do Casalinho
- 12. Forte de São Filipe
- 14. Castelo e Fortaleza de Palmela

ARQUITETURA RELIGIOSA

- Convento / Santuário
- Igreja / Capela / Ermida
- Templo Romano
- 1. Santuário de Nossa Senhora do Cabo Espichel
- 2. Ermida da Memória
- 3. Capela do Espírito dos Mareantes
- 4. Edifício e Capela da Santa Casa da Misericórdia de Sesimbra
- 5. Igreja Paroquial do Castelo de Sesimbra
- 6. Edifício do Museu Municipal de Sesimbra
- 7. Ermida da Memória / Hildebrand
- 8. Convento da Arrabida
- 9. Ermida de São João do Deserto
- 10. Templo Romano - Apolo (Formosinho)
- 11. Templo Romano - Nestuno (Outão)
- 12. Capela de São Pedro
- 13. Convento de Nossa Senhora da Piedade / Convento de São Domingos
- 14. Igreja Paroquial de São Lourenço
- 15. Igreja Paroquial de São Simão de Azetão
- 16. Cruz das Vendas / Cruz da Capela das Necessidades
- 17. Convento de São Paulo / Mosteiro de São Paulo de Alferrara
- 18. Convento dos Capuchos de Alferrara
- 19. Convento e Igreja de Santiago de Palmela
- 20. Edifício e Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Palmela

ARQUITETURA CIVIL

- Quinta / Villa
- Moinho
- Calçada
- Cetânia
- Outros valores culturais
- 1. Farol do Cabo Espichel
- 2. Porto da Baleeira
- 3. Moinho de Vento do Outeiro
- 4. Palácio do Bispo / Casa dos Frades
- 5. Sesimbra - Rua da Fortaleza
- 6. Pelourinho de Sesimbra
- 7. Bairro de Casas para Pescadores de Sesimbra
- 8. Palácio de Sampaio
- 9. Solar da Quintinha / Quinta da Boa Vista
- 10. Quinta do Calhariz
- 11. Quinta d'el Carmen
- 12. Fábrica de Salga de Peire do Creiro
- 13. Chá da Anixa
- 14. Chá da Anixa II
- 15. Chá da Anixa III
- 16. Quinta da Murteira
- 17. Quinta da Serra
- 18. Quinta das Be Irúncas
- 19. Quinta da Nogueira / Palácio do Salinas
- 20. Fontanário em Vila Nogueira de Azetão
- 21. Pelourinho de Vila Nogueira de Azetão
- 22. Palácio dos Duques de Aveiro
- 23. Quinta das Torres
- 24. Quinta Velha
- 25. Quinta da Mãe Parinha
- 26. Quinta da Bacalhosa / Ville Fraiche
- 27. Cruz da Lègua (Villa)
- 28. Quinta do Esteval (Villa)
- 29. Rasca
- 30. Quinta da Comenda (Villa)
- 31. Calçada do Viso
- 32. Cabeça Gordo (Villa)
- 33. Calçada da Fonte do Sol
- 34. Torres Altas (Villa)
- 35. Quinta da Queimada (Villa)
- 36. Quinta da Boa Vista (Villa)
- 37. Pelourinho de Palmela
- 38. Chafariz de D. Maria I

Proteção

- Monumento Nacional
- Monumento de Interesse Público
- Imóvel de Interesse Público
- Interesse Municipal
- Sítio de Interesse Público
- Sítio Arqueológico
- Sítio Classificado de Interesse Espeleológico (Revogado)
- Sem estatuto de proteção
- Área de Estudo

- Ligações de povoamento
- Conflito de territórios
- Limite do povoado | "Fenda"
- Limite de propriedade



II.4.5 PERÍODO ROMANO

ARQUEOLOGIA

- Monumento Megalítico
 1. Azóia
 2. Sampaio
 3. Monumento Megalítico da Roça de Casal do Meio
 4. Casal Novo 2
 - Achado isolado / Vestígios de superfície
 - Estação de ar livre
 - Povoado
 - Povoado fortificado
 - Habitat
 - 1. Fonte de Sesimbra
 - 2. Zambujal
 - 3. Castelo de Sesimbra / Outeiro Redondo
 - 4. Fonte do Canvalho
 - 5. Povoado do Risco
 - 6. Bico das Agulhas I
 - 7. Serra da Cala
 - 8. Praia de Galapagos
 - 9. Murteira
 - 9.1 Valongo I
 - 9.2 Valongo II
 - 10. Castelo dos Mouros
 - 11. Casal do Bispo
 - 12. Cabeço dos Caracóis / Porto de Cambas
 - 13. Moirinho do Cuco
 - 14. Monte do Vaqueiro
 - 15. Rotura
 - 16. Pedrão
 - 17. Pai Mouro
 - 18. Alto de São Francisco
 - 19. Moirinho da Fonte do Sol
 - 20. Malhadas
 - 21. Torres Altas
 - 22. Alto da Queimada
 - 23. Povoado / Castro de Chibanes
 - 24. Gaiteiros
- ▲ Lapa/Gruta natural
 - ▲ Lapa/Gruta com função de necrópole
 - ▼ Gruta artificial
 - ▲ Abrigo
 - ▲ Necrópole
 1. Lapa da Cagadinha
 2. Lapa do Vale
 - Vale das Lapas:
 3. Lapa 4 de Maio
 4. Lapa dos Corvos
 5. Lapa da Janela 1
 6. Lapa da Janela 2
 7. Lapa da Janela 3
 8. Lapa do Bugio
 9. Lapa da Furada / Lapa do Piohio
 10. Lapa do Jerónimo
 11. Lapa do Mané Zungá
 12. Lapa do Sono
 13. Pinheirinhos 1
 14. Pinheirinhos 2
 15. Lapa do Sapo
 16. Lapa do Fumo
 17. Gruta do Zambujal
 18. Lapa da Withania
 19. Lapa da Euphorbia
 20. Lapa do Mosquito
 21. Ribeira do Cavalo
 22. Lapa do Forte do Cavalo
 23. Grutas do Forte do Cavalo
 24. Casalão de Santana
 25. Lapa da Cova
 26. Vale da Palma
 27. Lapa da Ovelha / Lapa da Nazaré
 28. Gruta dos Morcegos / Forno dos Morcegos
 29. Lapa da Creta
 30. Lapa do Médico
 31. Lapa de Alportuche
 32. Lapa de Santa Margarida
 33. Figueira Brava
 34. Lapa Verde
 35. Fenda
 36. Gruta do Formosinho
 37. Lapa do Castelo dos Mouros
 38. Gruta do Valongo
 39. Lapa dos Morcegos / Forno das Feteceiras
 40. São Luís Velho
 41. Mira / Pena
 42. Lapa da Rotura
 43. Lapa de São Luís
 44. Fazendinha
 45. Capuchos I e II / Quinta de São Paulo
 46. Grutas da Quinta do Anjo

ARQUITETURA MILITAR

- Castelo
- Forte / Fortaleza
- Bateria
- 1. Forte da Baralha
- 2. Forte do Cavalo / Forte de São Teodósio
- 3. Castelo de Sesimbra
- 4. Forte de Santiago
- 5. Forte do Cozinheiro
- 6. Coíva-Velha
- 7. Forte de Santa Maria da Arrabida
- 8. Forte de Santiago do Outilho
- 9. Bateria do Outilho
- 10. Forte de Albarquel
- 11. Bateria do Casalinho
- 12. Forte de São Filipe
- 14. Castelo e Fortaleza de Palmela

ARQUITETURA RELIGIOSA

- Convento / Santuário
- Igreja / Capela / Ermida
- Templo Romano
- 1. Santuário de Nossa Senhora do Cabo Espichel
- 2. Ermida da Memória
- 3. Capela do Espírito dos Mareantes
- 4. Edifício e Capela da Santa Casa da Misericórdia de Sesimbra
- 5. Igreja Paroquial do Castelo de Sesimbra
- 6. Edifício do Museu Municipal de Sesimbra
- 7. Ermida da Memória / Hildebrant
- 8. Convento da Arrabida
- 9. Ermida de São João do Deserto
- 10. Templo Romano - Apolo (Formosinho)
- 11. Templo Romano - Nestuno (Outilho)
- 12. Capela de São Pedro
- 13. Convento de Nossa Senhora da Piedade / Convento de São Domingos
- 14. Igreja Paroquial de São Lourenço
- 15. Igreja Paroquial de São Simão de Azetão
- 16. Cruz das Vendas / Cruz da Capela das Necessidades
- 17. Convento de São Paulo / Mosteiro de São Paulo de Alferrara
- 18. Convento dos Capuchos de Alferrara
- 19. Convento e Igreja de Santiago de Palmela
- 20. Edifício e Igreja de Santa Casa da Misericórdia de Palmela

ARQUITETURA CIVIL

- Quinta / Villa
- Moirinho
- Calçada
- Cetânia
- Outros valores culturais
- 1. Farol do Cabo Espichel
- 2. Porto da Baleeira
- 3. Moirinho de Vento do Outeiro
- 4. Palácio do Bispo / Casa dos Frades
- 5. Sesimbra - Rua da Fortaleza
- 6. Pelourinho de Sesimbra
- 7. Bairro de Casas para Pescadores de Sesimbra
- 8. Palácio de Sampaio
- 9. Solar da Quintinha / Quinta da Boa Vista
- 10. Quinta do Calhariz
- 11. Quinta d'el Carmen
- 12. Fábrica de Salga de Peire do Creiro
- 13. Chá da Anixa
- 14. Chá da Anixa II
- 15. Chá da Anixa III
- 16. Quinta da Murteira
- 17. Quinta da Serra
- 18. Quinta das Ba Iruças
- 19. Quinta da Nogueira / Palácio do Salinas
- 20. Fontanário em Vila Nogueira de Azetão
- 21. Pelourinho de Vila Nogueira de Azetão
- 22. Palácio dos Duques de Aveiro
- 23. Quinta das Torres
- 24. Quinta Velha
- 25. Quinta da Mãe Parinha
- 26. Quinta da Bacalhosa / Ville Fraiche
- 27. Cruz da Lègua (Villa)
- 28. Quinta do Esteval (Villa)
- 29. Rasca
- 30. Quinta da Comenda (Villa)
- 31. Calçada do Viso
- 32. Cabeça Gordo (Villa)
- 33. Calçada da Fonte do Sol
- 34. Torres Altas (Villa)
- 35. Quinta da Queimada (Villa)
- 36. Quinta da Boa Vista (Villa)
- 37. Pelourinho de Palmela
- 38. Chafariz de D. Maria I

Proteção

- Monumento Nacional
- Monumento de Interesse Público
- Imóvel de Interesse Público
- Interesse Municipal
- Sítio de Interesse Público
- Sítio Arqueológico
- Sítio Classificado de Interesse Espeleológico (Revogado)
- Sem estatuto de proteção
- Área de Estudo



II.4.6 IDADE MÉDIA

ARQUEOLOGIA

- Monumento Megalítico
 1. Azóia
 2. Sampaio
 3. Monumento Megalítico da Roça de Casal do Meio
 4. Casal Novo 2
- Achado isolado / Vestígios de superfície
- Estação de ar livre
- Povoado
 - Povoado
 - Povoado fortificado
 - Habitat
- Lapa/Gruta natural
 1. Lapa da Cagadinha
 2. Lapa do Vale
 - Vale das Lapas:
 3. Lapa 4 de Maio
 4. Lapa dos Corvos
 5. Lapa da Janela 1
 6. Lapa da Janela 2
 7. Lapa da Janela 3
 8. Lapa do Bugio
 9. Lapa da Furada / Lapa do Piohio
 10. Lapa do Jerónimo
 11. Lapa do Mané Zunga
 12. Lapa do Sono
 13. Pinheirinhos 1
 14. Pinheirinhos 2
 15. Lapa do Sapo
 16. Lapa do Fumo
 17. Gruta do Zambujal
 18. Lapa da Withania
 19. Lapa da Euphorbia
 20. Lapa do Mosquito
 21. Ribeira do Cavalo
 22. Lapa do Forte do Cavalo
 23. Grutas do Forte do Cavalo
 24. Casarão de Santana
 25. Lapa da Cova
 26. Vale da Palma
 27. Lapa da Ovelha / Lapa da Nazaré
 28. Gruta dos Moreiros / Fojo dos Moreiros
 29. Lapa da Greta
 30. Lapa do Médico
 31. Lapa de Alportuche
 32. Lapa de Santa Margarida
 33. Figueira Brava
 34. Lapa Verde
 35. Fenda
 36. Gruta do Formosinho
 37. Lapa do Castelo dos Mouros
 38. Gruta do Valongo
 39. Lapa dos Moreiros / Forno das Feteceiras
 40. São Luís Velho
 41. Mira / Pena
 42. Lapa da Rotura
 43. Lapa de São Luís
 44. Fazendinha
 45. Capuchos I e II / Quinta de São Paulo
 46. Grutas da Quinta do Anjo
- Lapa/Gruta com função de necrópole
 1. Fonte de Sesimbra
 2. Zambujal
 3. Castelo de Sesimbra / Outeiro Redondo
 4. Fonte do Canhão
 5. Povoado do Risco
 6. Bico dos Agulhões I
 7. Serra da Cala
 8. Praia de Galapagos
 9. Murteira
 - 9.1 Valongo I
 - 9.2 Valongo II
 10. Castelo dos Mouros
 11. Casal do Bispo
 12. Cabeço dos Caracóis / Porto de Cambas
 13. Moínho do Cuco
 14. Monte do Vaqueiro
 15. Rotura
 16. Pedrão
 17. Pai Mouro
 18. Alto de São Francisco
 19. Moínho da Fonte do Sol
 20. Malhadas
 21. Torres Altas
 22. Alto da Queimada
 23. Povoado / Castro de Chibanes
 24. Gaiteiros
- Gruta artificial
 1. Forte de Sesimbra
 2. Forte do Cavalo / Forte de São Teodósio
 3. Castelo de Sesimbra
 4. Forte de Santiago
 5. Forte do Cozinheiro
 6. Coíma-a-Velha
 7. Forte de Santa Maria da Arrabida
 8. Forte de Santiago do Outeiro
 9. Bateria do Outeiro
 10. Forte de Albarquel
 11. Bateria de Albarquel
 12. Bateria do Casalinho
 13. Forte de São Filipe
 14. Castelo e Fortaleza de Palmela
- Abriço
- Necrópole
- Convento / Santuário
- Igreja / Capela / Ermida
- Templo Romano
- Limites:
 - Limite do povoado | "Fenda"
 - Limite de propriedade

ARQUITETURA MILITAR

- Castelo
 1. Forte de Baralha
 2. Forte do Cavalo / Forte de São Teodósio
 3. Castelo de Sesimbra
 4. Forte de Santiago
 5. Forte do Cozinheiro
 6. Coíma-a-Velha
 7. Forte de Santa Maria da Arrabida
 8. Forte de Santiago do Outeiro
 9. Bateria do Outeiro
 10. Forte de Albarquel
 11. Bateria de Albarquel
 12. Bateria do Casalinho
 13. Forte de São Filipe
 14. Castelo e Fortaleza de Palmela

ARQUITETURA RELIGIOSA

- Convento / Santuário
- Igreja / Capela / Ermida
- Templo Romano
- 1. Santuário de Nossa Senhora do Cabo Espichei
- 2. Ermida da Memória
- 3. Capela do Espírito dos Mareantes
- 4. Igreja e Capela da Santa Casa da Misericórdia de Sesimbra
- 5. Igreja Paroquial do Castelo de Sesimbra
- 6. Edifício do Museu Municipal de Sesimbra
- 7. Ermida da Memória / Hildebrant
- 8. Convento da Arrabida
- 9. Ermida de São João do Deserto
- 10. Templo Romano - Apolo (Formosinho)
- 11. Templo Romano - Nestuno (Outeiro)
- 12. Capela de São Pedro
- 13. Convento de Nossa Senhora da Piedade / Convento de São Domingos
- 14. Igreja Paroquial de São Lourenço
- 15. Igreja Paroquial de São Simão de Azetão
- 16. Cruz das Vendas / Cruz da Capela das Necessidades
- 17. Convento de São Paulo / Mosteiro de São Paulo de Alferrara
- 18. Convento dos Capuchos de Alferrara
- 19. Convento e Igreja de Santiago de Palmela
- 20. Edifício e Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Palmela

ARQUITETURA CIVIL

- Quinta / Villa
 1. Farol do Cabo Espichei
 2. Porto da Baleeira
 3. Moínho de Vento do Outeiro
 4. Palácio do Bispo / Casa dos Frades
 5. Sesimbra - Rua da Fortaleza
 6. Pelourinho de Sesimbra
 7. Bairro de Casas para Pescadores de Sesimbra
 8. Palácio de Sampaio
 9. Solar da Quininha / Quinta da Boa Vista
 10. Quinta do Calhariz
 11. Quinta d'el Carmen
 12. Fábrica de Salga de Peire do Creiro
 13. Chã da Anixa
 14. Chã da Anixa II
 15. Chã da Anixa III
 16. Quinta da Murteira
 17. Quinta da Serra
 18. Quinta das Be Irúncas
 19. Quinta da Nogueira / Palácio do Salinas
 20. Fontanário em Vila Nogueira de Azetão
 21. Pelourinho de Vila Nogueira de Azetão
 22. Palácio dos Duques de Aveiro
 23. Quinta das Torres
 24. Quinta Velha
 25. Quinta da Mãe Parinha
 26. Quinta da Bacalhosa / Ville Fraiche
 27. Cruz da Lègua (Villa)
 28. Quinta do Esteval (Villa)
 29. Rasca
 30. Quinta da Comenda (Villa)
 31. Calçada do Viso
 32. Cabeça Gordo (Villa)
 33. Calçada da Fonte do Sol
 34. Torres Altas (Villa)
 35. Quinta da Queimada (Villa)
 36. Quinta da Boa Vista (Villa)
 37. Pelourinho de Palmela
 38. Chafariz de D. Maria I
- Moínho
- Caçada
- Cetânia
- Outros valores culturais
- Área de Estudo

Proteção

- Monumento Nacional
- Monumento de Interesse Público
- Imóvel de Interesse Público
- Interesse Municipal
- Sítio de Interesse Público
- Sítio Arqueológico
- Sítio Classificado de Interesse Espeleológico (Revogado)
- Sem estatuto de proteção

Área de Estudo



II.4.7 IDADE MODERNA

ARQUEOLOGIA

- Monumento Megalítico
 1. Azóia
 2. Sampaio
 3. Monumento Megalítico da Roça de Casal do Meio
 4. Casal Novo 2
- Achado isolado / Vestígios de superfície
- Estação de ar livre
- Povoado
 - Povoado
 - Povoado fortificado
 - Habitat
- Lapa/Gruta natural
 - ▲ Lapa/Gruta com função de necrópole
 - ▼ Gruta artificial
 - ▲ Abrigo
 - △ Necrópole
- Vale das Lapas:
 1. Lapa da Cagadinha
 2. Lapa do Vale
 3. Lapa 4 de Maio
 4. Lapa dos Corvos
 5. Lapa da Janela 1
 6. Lapa da Janela 2
 7. Lapa da Janela 3
 8. Lapa do Bugio
 9. Lapa da Furada / Lapa do Piohio
 10. Lapa do Jerónimo
 11. Lapa do Mané Zunga
 12. Lapa do Sono
 13. Pinheirinhos 1
 14. Pinheirinhos 2
 15. Lapa do Sapo
 16. Lapa do Fumo
 17. Gruta do Zambujal
 18. Lapa da Withania
 19. Lapa da Euphorbia
 20. Lapa do Mosquito
 21. Ribeira do Cavalo
 22. Lapa do Forte do Cavalo
 23. Grutas do Forte do Cavalo
 24. Casarão de Santana
 25. Lapa da Cova
 26. Vale da Palma
 27. Lapa da Ovelha / Lapa da Nazaré
 28. Gruta dos Moreiros / Fojo dos Moreiros
 29. Lapa da Greta
 30. Lapa do Médico
 31. Lapa de Alportuche
 32. Lapa de Santa Margarida
 33. Figueira Brava
 34. Lapa Verde
 35. Fenda
 36. Gruta do Formosinho
 37. Gruta do Castelo dos Mouros
 38. Gruta do Valongo
 39. Lapa dos Moreiros / Forno das Felteiras
 40. São Luís Velho
 41. Mira / Pena
 42. Lapa da Rotura
 43. Lapa de São Luís
 44. Fazendinha
 45. Capuchos I e II / Quinta de São Paulo
 46. Grutas da Quinta do Anjo
- Ligações de povoamento
- Conflito de territórios
- Limite do povoado | "Fenda"
- Limite de propriedade

ARQUITETURA MILITAR

- Castelo
- Forte / Fortaleza
- Bateria
- 1. Forte da Baralha
- 2. Forte do Cavalo / Forte de São Teodósio
- 3. Castelo de Sesimbra
- 4. Forte de Santiago
- 5. Forte do Cozinheiro
- 6. Coíma-Velha
- 7. Forte de Santa Maria da Arrabida
- 8. Forte de Santiago do Outão
- 9. Bateria do Outão
- 10. Forte de Albarquel
- 11. Bateria de Casalinho
- 12. Forte de São Filipe
- 13. Castelo e Fortaleza de Palmela

ARQUITETURA RELIGIOSA

- Convento / Santuário
- Igreja / Capela / Ermida
- Templo Romano
- 1. Santuário de Nossa Senhora do Cabo Espichei
- 2. Ermida da Memória
- 3. Capela do Espírito dos Mareantes
- 4. Igreja e Capela da Santa Casa da Misericórdia de Sesimbra
- 5. Igreja Paroquial do Castelo de Sesimbra
- 6. Edifício do Museu Municipal de Sesimbra
- 7. Ermida da Memória / Hildebrand
- 8. Convento da Arrabida
- 9. Ermida de São João do Deserto
- 10. Templo Romano - Apolo (Formosinho)
- 11. Templo Romano - Nestuno (Outão)
- 12. Capela de São Pedro
- 13. Convento de Nossa Senhora da Piedade / Convento de São Domingos
- 14. Igreja Paroquial de São Lourenço
- 15. Igreja Paroquial de São Simão de Azetão
- 16. Cruz das Vendas / Cruz da Capela das Necessidades
- 17. Convento de São Paulo / Mosteiro de São Paulo de Alferrara
- 18. Convento dos Capuchos de Alferrara
- 19. Convento e Igreja de Santiago de Palmela
- 20. Edifício e Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Palmela

ARQUITETURA CIVIL

- Quinta / Villa
- Moinho
- Caçada
- Cetânia
- Outros valores culturais
- 1. Farol do Cabo Espichei
- 2. Porto da Baleeira
- 3. Moinho de Vento do Outeiro
- 4. Palácio do Bispo / Casa dos Frades
- 5. Sesimbra - Rua da Fortaleza
- 6. Pelourinho de Sesimbra
- 7. Bairro de Casas para Pescadores de Sesimbra
- 8. Palácio de Sampaio
- 9. Solar da Quininha / Quinta da Boa Vista
- 10. Quinta do Calhariz
- 11. Quinta d'el Carmen
- 12. Fábrica de Salga de Peire do Creiro
- 13. Chá da Anixa
- 14. Chá da Anixa II
- 15. Chá da Anixa III
- 16. Quinta da Murteira
- 17. Quinta da Serra
- 18. Quinta das Ba Iruicas
- 19. Quinta da Nogueira / Palácio do Salinas
- 20. Fontanário em Vila Nogueira de Azetão
- 21. Pelourinho de Vila Nogueira de Azetão
- 22. Palácio dos Duques de Aveiro
- 23. Quinta das Torres
- 24. Quinta Velha
- 25. Quinta da Mãe Parinha
- 26. Quinta da Bacalhosa / Ville Fraiche
- 27. Cruz da Laga (Villa)
- 28. Quinta do Esteval (Villa)
- 29. Rasca
- 30. Quinta da Comenda (Villa)
- 31. Caçada do Viso
- 32. Cabeça Gordo (Villa)
- 33. Caçada da Fonte do Sol
- 34. Torres Altas (Villa)
- 35. Quinta da Queimada (Villa)
- 36. Quinta da Boa Vista (Villa)
- 37. Pelourinho de Palmela
- 38. Chafariz de D. Maria I

Proteção

- Monumento Nacional
- Monumento de Interesse Público
- Imóvel de Interesse Público
- Interesse Municipal
- Sítio de Interesse Público
- Sítio Arqueológico
- Sítio Classificado de Interesse Espeleológico (Revogado)
- Sem estatuto de proteção
- Área de Estudo



II.4.8 IDADE CONTEMPORÂNEA

ARQUEOLOGIA

- Monumento Megalítico
 1. Azóia
 2. Sampaio
 3. Monumento Megalítico da Roça de Casal do Meio
 4. Casal Novo 2
- Achado isolado / Vestígios de superfície
- Estação de ar livre
- Povoado
 - Povoado fortificado
 - Habitat
- Lapa/Gruta natural
 1. Lapa da Cagadinha
 2. Lapa do Vale
 - Vale das Lapas:
 3. Lapa 4 de Maio
 4. Lapa dos Corvos
 5. Lapa da Janela 1
 6. Lapa da Janela 2
 7. Lapa da Janela 3
 8. Lapa do Bugio
 9. Lapa da Furada / Lapa do Piohio
 10. Lapa do Jerónimo
 11. Lapa do Mané Zunga
 12. Lapa do Sono
 13. Pinheirinhos 1
 14. Pinheirinhos 2
 15. Lapa do Sapo
 16. Lapa do Bugio
 17. Gruta do Zambujal
 18. Lapa da Witthania
 19. Lapa da Euphorbia
 20. Lapa do Mosquito
 21. Ribeira do Cavalo
 22. Lapa do Forte do Cavalo
 23. Grutas do Forte do Cavalo
 24. Casarão de Santana
 25. Lapa da Cova
 26. Vale da Palma
 27. Lapa da Ovelha / Lapa da Nazaré
 28. Gruta dos Moreiros / Fojo dos Moreiros
 29. Lapa da Greta
 30. Lapa do Médico
 31. Lapa de Alportuche
 32. Lapa de Santa Margarida
 33. Figueira Brava
 34. Lapa Verde
 35. Fenda
 36. Gruta do Formosinho
 37. Gruta do Castelo dos Mouros
 38. Gruta do Valongo
 39. Lapa dos Moreiros / Forno das Felteiras
 40. São Luís Velho
 41. Mira / Pena
 42. Lapa da Rotura
 43. Lapa de São Luís
 44. Fazendinha
 45. Capuchos I e II / Quinta de São Paulo
 46. Grutas da Quinta do Anjo
- Abriço
- Necrópole
- Fonte de Sesimbra
 1. Fonte de Sesimbra
 2. Zambujal
 3. Castro de Sesimbra / Outeiro Redondo
 4. Fonte do Canvalho
 5. Povoado do Risco
 6. Bico dos Agulhões I
 7. Serra da Cala
 8. Praia de Galapagos
 9. Murteira
 - 9.1 Valongo I
 - 9.2 Valongo II
 10. Castelo dos Mouros
 11. Casal do Bispo
 12. Cabeço dos Caracóis / Porto de Cambas
 13. Moínho do Cuco
 14. Monte do Vaqueiro
 15. Rotura
 16. Pedrão
 17. Pai Mouro
 18. Alto de São Francisco
 19. Moínho da Fonte do Sol
 20. Malhadas
 21. Torres Altas
 22. Alto da Queimada
 23. Povoado / Castro de Chibanes
 24. Gaiteiros
- Ligações de povoamento
- Conflito de territórios
- Limite do povoado | "Fenda"
- Limite de propriedade

ARQUITETURA MILITAR

- Castelo
- Forte / Fortaleza
- Bateria
- 1. Forte da Baralha
- 2. Forte do Cavalo / Forte de São Teodósio
- 3. Castelo de Sesimbra
- 4. Forte de Santiago
- 5. Forte do Cozinheiro
- 6. Coínia-Velha
- 7. Forte de Santa Maria da Arrabida
- 8. Forte de Santiago do Oútlão
- 9. Bateria do Oútlão
- 10. Forte de Albarquel
- 11. Bateria de Casalinho
- 12. Bateria do Casalinho
- 13. Forte de São Filipe
- 14. Castelo e Fortaleza de Palmela

ARQUITETURA RELIGIOSA

- Convento / Santuário
- Igreja / Capela / Ermida
- Templo Romano
- 1. Santuário de Nossa Senhora do Cabo Espichei
- 2. Ermida da Memória
- 3. Capela do Espírito dos Mareantes
- 4. Igreja e Capela da Santa Casa da Misericórdia de Sesimbra
- 5. Igreja Paroquial do Castelo de Sesimbra
- 6. Edifício do Museu Municipal de Sesimbra
- 7. Ermida da Memória / Hildebrand
- 8. Convento da Arrabida
- 9. Ermida de São João do Deserto
- 10. Templo Romano - Apolo (Formosinho)
- 11. Templo Romano - Nestuno (Oútlão)
- 12. Capela de São Pedro
- 13. Convento de Nossa Senhora da Piedade / Convento de São Domingos
- 14. Igreja Paroquial de São Lourenço
- 15. Igreja Paroquial de São Simão de Azetelão
- 16. Cruz das Vendas / Cruz da Capela das Necessidades
- 17. Convento de São Paulo / Mosteiro de São Paulo de Alferrara
- 18. Convento dos Capuchos de Alferrara
- 19. Convento e Igreja de Santiago de Palmela
- 20. Edifício e Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Palmela

ARQUITETURA CIVIL

- Quinta / Villa
- Moínho
- Caçada
- Cetânia
- Outros valores culturais
- 1. Farol do Cabo Espichei
- 2. Porto da Baleeira
- 3. Moínho de Vento do Outeiro
- 4. Palácio do Bispo / Casa dos Frades
- 5. Sesimbra - Rua da Fortaleza
- 6. Pelourinho de Sesimbra
- 7. Bairro de Casas para Pescadores de Sesimbra
- 8. Palácio de Sampaio
- 9. Solar da Quininha / Quinta da Boa Vista
- 10. Quinta do Calhariz
- 11. Quinta d'el Carmen
- 12. Fábrica de Salga de Peire do Creiro
- 13. Chá da Anixa
- 14. Chá da Anixa II
- 15. Chá da Anixa III
- 16. Quinta da Murteira
- 17. Quinta da Serra
- 18. Quinta das Ba Iruicas
- 19. Quinta da Nogueira / Palácio do Salinas
- 20. Fontanário em Vila Nogueira de Azetelão
- 21. Pelourinho de Vila Nogueira de Azetelão
- 22. Palácio dos Duques de Aveiro
- 23. Quinta das Torres
- 24. Quinta Velha
- 25. Quinta da Mãe Parinha
- 26. Quinta da Bacalhosa / Ville Fraiche
- 27. Cruz da Lègua (Villa)
- 28. Quinta do Esteval (Villa)
- 29. Rasca
- 30. Quinta da Comenda (Villa)
- 31. Calçada do Viso
- 32. Cabeça Gordo (Villa)
- 33. Calçada da Fonte do Sol
- 34. Torres Altas (Villa)
- 35. Quinta da Queimada (Villa)
- 36. Quinta da Boa Vista (Villa)
- 37. Pelourinho de Palmela
- 38. Chafariz de D. Maria I

Proteção

- Monumento Nacional
- Monumento de Interesse Público
- Imóvel de Interesse Público
- Interesse Municipal
- Sítio de Interesse Público
- Sítio Arqueológico
- Sítio Classificado de Interesse Espeleológico (Revogado)
- Sem estatuto de proteção
- Área de Estudo



II.4.9 PERÍODO INDETERMINADO / SEM OCUPAÇÃO

ARQUEOLOGIA

- Monumento Megalítico
 1. Azóia
 2. Sampaio
 3. Monumento Megalítico da Roça de Casal do Meio
 4. Casal Novo 2
- Achado isolado / Vestígios de superfície
- Estação de ar livre
- Povoado
 - Povoado
 - Povoado fortificado
 - Habitat
- 1. Fonte de Sesimbra
- 2. Zambujal
- 3. Castelo de Sesimbra / Outeiro Redondo
- 4. Fonte do Canhão
- 5. Povoado do Risco
- 6. Bico dos Agulhões I
- 7. Serra da Cala
- 8. Praia de Galapagos
- 9. Murteira
 - 9.1 Valongo I
 - 9.2 Valongo II
- 10. Castelo dos Mouros
- 11. Casal do Bispo
- 12. Cabeço dos Caracóis / Porto de Cambas
- 13. Moirinho do Cuco
- 14. Monte do Vaqueiro
- 15. Rotura
- 16. Pedrão
- 17. Pai Mouro
- 18. Alto de São Francisco
- 19. Moirinho da Fonte do Sol
- 20. Malhadas
- 21. Torres Altas
- 22. Alto da Queimada
- 23. Povoado / Castro de Chibanes
- 24. Gaiteiros

- ▲ Lapa/Gruta natural
- ▲ Lapa/Gruta com função de necrópole
- ▼ Gruta artificial
- ▲ Abrigo
- ▲ Necrópole
- 1. Lapa da Cagadinha
- 2. Lapa do Vale
- Vale das Lapas:
 3. Lapa 4 de Maio
 4. Lapa dos Corvos
 5. Lapa da Janela 1
 6. Lapa da Janela 2
 7. Lapa da Janela 3
- 8. Lapa do Bugio
- 9. Lapa da Furada / Lapa do Piohio
- 10. Lapa do Jerónimo
- 11. Lapa do Mané Zunga
- 12. Lapa do Sono
- 13. Pinheirinhos 1
- 14. Pinheirinhos 2
- 15. Lapa do Sapo
- 16. Lapa do Fumo
- 17. Gruta do Zambujal
- 18. Lapa da Withania
- 19. Lapa da Euphorbia
- 20. Lapa do Mosquito
- 21. Ribeira do Cavalo
- 22. Lapa do Forte do Cavalo
- 23. Grutas do Forte do Cavalo
- 24. Casalão de Santana
- 25. Lapa da Cova
- 26. Vale da Palma
- 27. Lapa da Ovelha / Lapa da Nazaré
- 28. Gruta dos Morcegos / Forno dos Morcegos
- 29. Lapa da Greta
- 30. Lapa do Médico
- 31. Lapa de Alportuche
- 32. Lapa de Santa Margarida
- 33. Figueira Brava
- 34. Lapa Verde
- 35. Fenda
- 36. Gruta do Formosinho
- 37. Lapa do Castelo dos Mouros
- 38. Gruta do Valongo
- 39. Lapa dos Morcegos / Forno das Feteceiras
- 40. São Luís Velho
- 41. Mira / Pena
- 42. Lapa da Rotura
- 43. Lapa de São Luís
- 44. Fazendinha
- 45. Capuchos I e II / Quinta de São Paulo
- 46. Grutas da Quinta do Anjo

ARQUITETURA MILITAR

- Castelo
- Forte / Fortaleza
- Bateria
- 1. Forte da Baralha
- 2. Forte do Cavalo / Forte de São Teodósio
- 3. Castelo de Sesimbra
- 4. Forte de Santiago
- 5. Forte do Cozinheiro
- 6. Coínia-Velha
- 7. Forte de Santa Maria da Arrabida
- 8. Forte de Santiago do Outilho
- 9. Bateria do Outilho
- 10. Forte de Albarquel
- 11. Bateria do Casalinho
- 12. Forte de São Filipe
- 13. Castelo e Fortaleza de Palmela

ARQUITETURA RELIGIOSA

- Convento / Santuário
- Igreja / Capela / Ermida
- Templo Romano
- 1. Santuário de Nossa Senhora do Cabo Espiche
- 2. Ermida da Memória
- 3. Capela do Espírito dos Mareantes
- 4. Edifício e Capela da Santa Casa da Misericórdia de Sesimbra
- 5. Igreja Paroquial do Castelo de Sesimbra
- 6. Edifício do Museu Municipal de Sesimbra
- 7. Ermida da Memória / Hildebrand
- 8. Convento da Arrabida
- 9. Ermida de São João do Deserto
- 10. Templo Romano - Apolo (Formosinho)
- 11. Templo Romano - Nestuno (Outilho)
- 12. Capela de São Pedro
- 13. Convento de Nossa Senhora da Piedade / Convento de São Domingos
- 14. Igreja Paroquial de São Lourenço
- 15. Igreja Paroquial de São Simão de Azetão
- 16. Cruz das Vendas / Cruz da Capela das Necessidades
- 17. Convento de São Paulo / Mosteiro de São Paulo de Alferrara
- 18. Convento dos Capuchos de Alferrara
- 19. Convento e Igreja de Santiago de Palmela
- 20. Edifício e Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Palmela

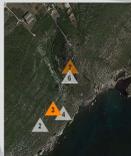
ARQUITETURA CIVIL

- Quinta / Villa
- Moinho
- Caçada
- Cetânia
- Outros valores culturais
- 1. Farol do Cabo Espiche
- 2. Porto da Baleeira
- 3. Moinho de Vento do Outeiro
- 4. Palácio do Bispo / Casa dos Frades
- 5. Sesimbra - Rua da Fortaleza
- 6. Pelourinho de Sesimbra
- 7. Bairro de Casas para Pescadores de Sesimbra
- 8. Palácio de Sampaio
- 9. Solar da Quintinha / Quinta da Boa Vista
- 10. Quinta do Calhariz
- 11. Quinta d'el Carmen
- 12. Fábrica de Salga de Peire do Creiro
- 13. Chá da Anixa
- 14. Chá da Anixa II
- 15. Chá da Anixa III
- 16. Quinta da Murteira
- 17. Quinta da Serra
- 18. Quinta das Be Irmas
- 19. Quinta da Nogueira / Palácio do Salinas
- 20. Fontanário em Vila Nogueira de Azetão
- 21. Pelourinho de Vila Nogueira de Azetão
- 22. Palácio dos Duques de Aveiro
- 23. Quinta das Torres
- 24. Quinta Velha
- 25. Quinta da Mãe Parinha
- 26. Quinta da Bacalhosa / Ville Fraiche
- 27. Cruz da Lègua (Villa)
- 28. Quinta do Esteval (Villa)
- 29. Rasca
- 30. Quinta da Comenda (Villa)
- 31. Calçada do Viso
- 32. Cabeça Gordo (Villa)
- 33. Calçada da Fonte do Sol
- 34. Torres Altas (Villa)
- 35. Quinta da Queimada (Villa)
- 36. Quinta da Boa Vista (Villa)
- 37. Pelourinho de Palmela
- 38. Chafariz de D. Maria I

Proteção

- Monumento Nacional
- Monumento de Interesse Público
- Imóvel de Interesse Público
- Interesse Municipal
- Sítio de Interesse Público
- Sítio Arqueológico
- Sítio Classificado de Interesse Espeleológico (Revogado)
- Sem estatuto de proteção
- Área de Estudo

- Ligações de povoamento
- Conflito de territórios
- Limite do povoado | "Fenda"
- Limite de propriedade



II.5 HUMANIZAÇÃO DA PAISAGEM

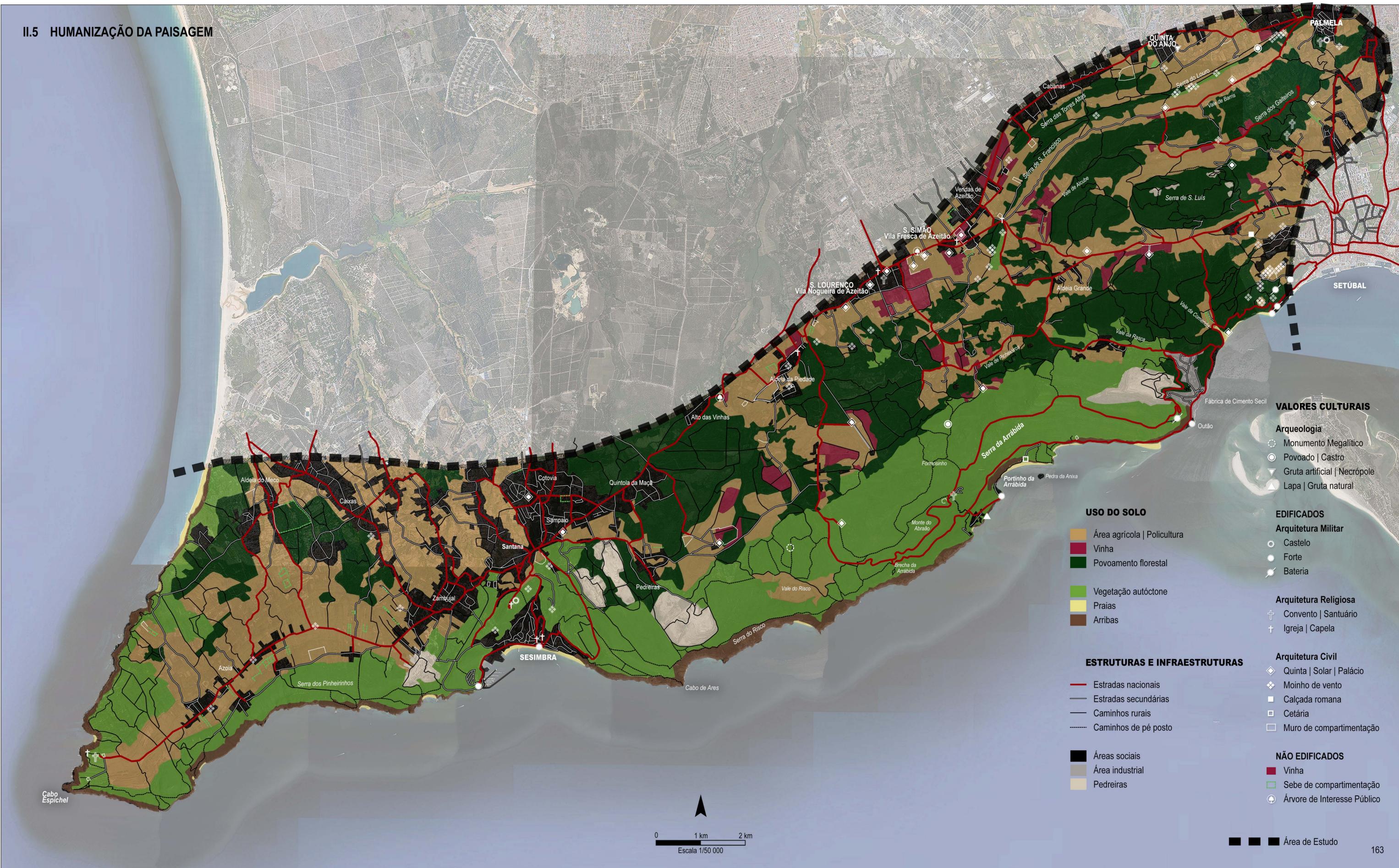
A definição das classes de uso do solo resultou da leitura da imagem aérea do *Google Earth*, apoiada por informação contida na *Planta de Ordenamento* do PDM de Sesimbra (1996), e na *Planta de Ordenamento: Classificação e Qualificação do Solo* do PDM de Setúbal (revisão, 2020). A *Planta da situação existente* do PDM de Setúbal também foi considerada, ainda que tenha colocado alguns obstáculos a nível da legenda de ocupação do solo, uma vez que não corresponde à informação contida na carta (por exemplo, a cor correspondente às praias representadas na carta está legendada como “Pastagens”, os territórios artificializados como “Zonas húmidas”, etc.). Por questões de ilegibilidade, a *Planta de Ordenamento* do PDM de Palmela (1998) não foi utilizada como base.

A legenda do uso do solo divide-se em áreas cuja ocupação é definida pelo Homem, que incluem as áreas de exploração florestal e agrícola (nas quais foram destacadas as vinhas pela sua importância na região); e em áreas “naturais”, que incluem as praias, arribas e manchas de vegetação autóctone.

As áreas sociais, industriais e as pedreiras foram integradas nas “estruturas e infraestruturas”, juntamente com o sistema de percursos. Esta informação foi retirada das folhas nº 453, 454, 464 e 465 da *Carta Militar de Portugal* de 1993, igualmente útil no reconhecimento de alguns valores culturais (quintas, moinhos e sebes). Pela informação desatualizada na Carta Militar consultada, a identificação dos caminhos de pé posto foi auxiliada pelo guia de percursos pedestres *Arrábida Walking Trails*. Também por questões de legibilidade, foram apenas selecionados alguns sítios arqueológicos mais relevantes. Os restantes sítios são apresentados nas cartas do anexo anterior (II.4).

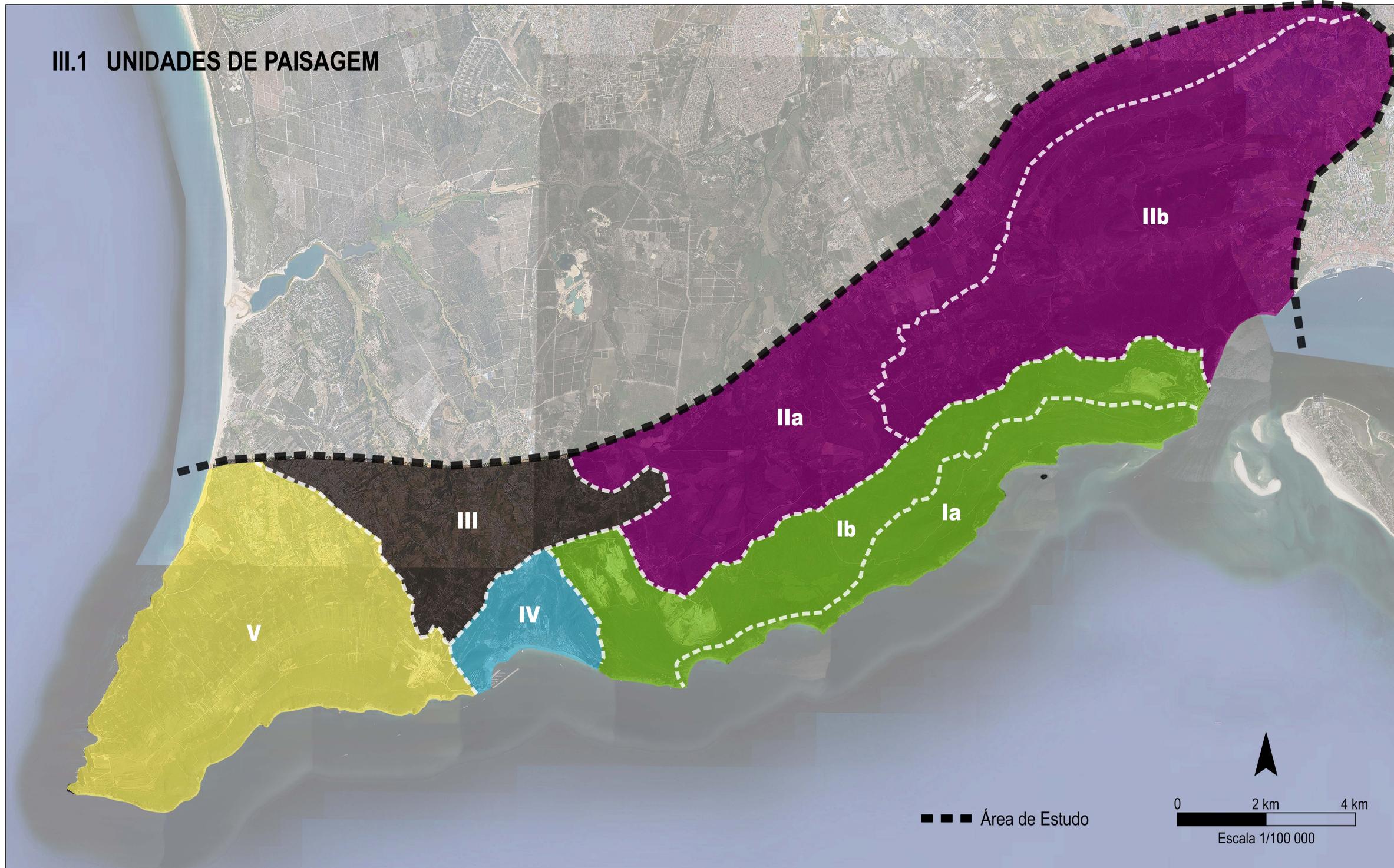
A análise da carta é desenvolvida no capítulo 2.2.2 (pp. 63-66)

II.5 HUMANIZAÇÃO DA PAISAGEM



ANEXO III – UNIDADES DE PAISAGEM

III.1 UNIDADES DE PAISAGEM



Unidades de Paisagem

- **I** - Arrábida, "Serra-Mãe"
 - Ia** - Arrábida-sul
 - Ib** - Arrábida-norte
 - **II** - Azeitão-Palmela
 - IIa** - Azeitão (Tejo)
 - IIb** - Serras e Vales (Sado)
 - **III** - Santana
 - **IV** - Sesimbra
 - **V** - Cabo Espichel
- Limite das Unidades

--- Área de Estudo



III.1 Tabela-síntese - Unidades de Paisagem

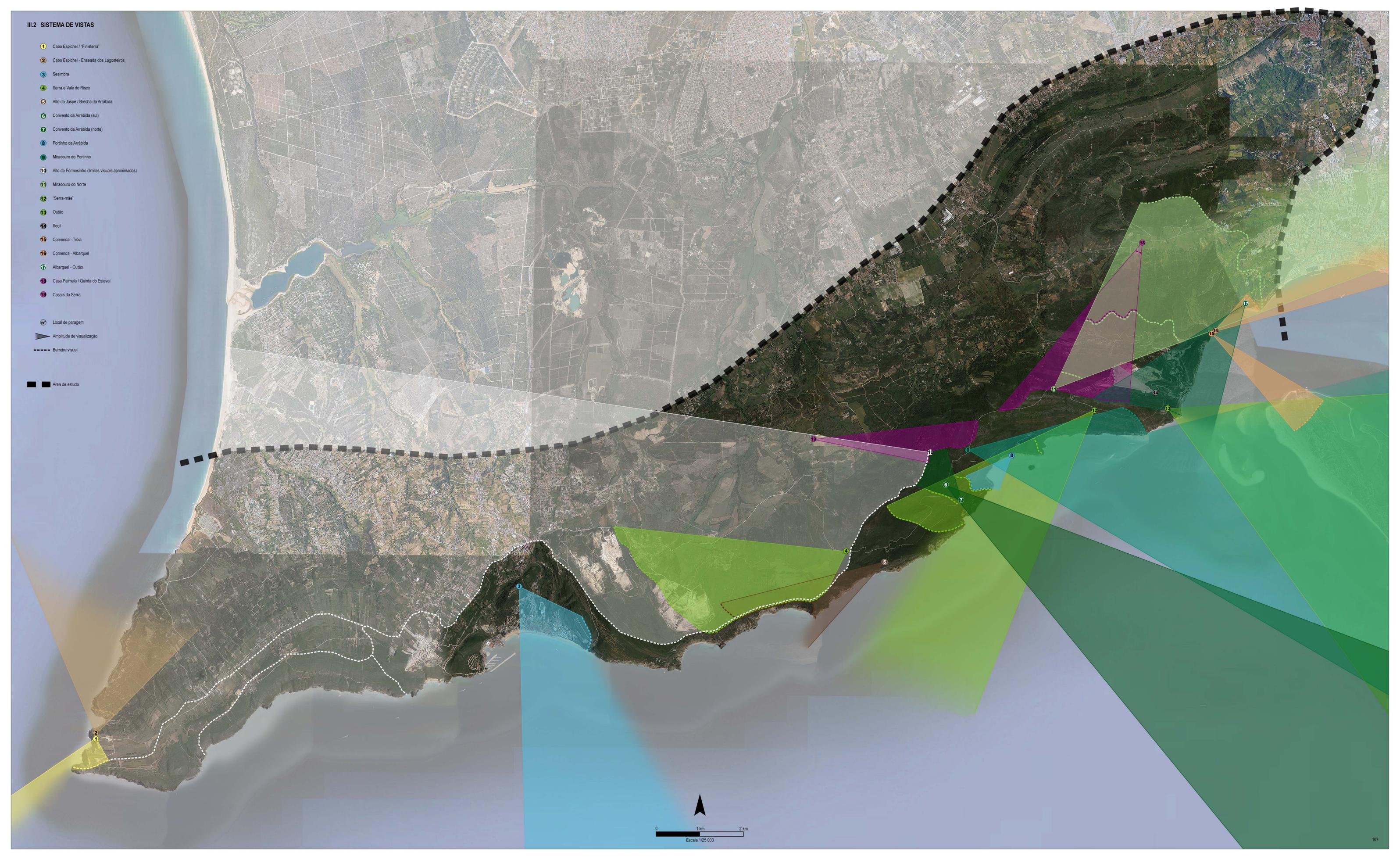
Unidades de Paisagem	Ia	Ib	Iia	Iib	III	IV	V	
	Arrábida-sul	Arrábida-norte	Azeitão-Palmela (Tejo)	Palmela-Setúbal (Sado)	Santana	Sesimbra	Cabo Espichel	
	Paisagem natural	Paisagem natural / "de transição"	Paisagem rural	Paisagem rural	Paisagem urbana	Paisagem urbana	Paisagem rural / natural (Finisterra)	
Morfologia do relevo	Relevo muito acidentado (declives acentuados no Risco); Serras da Arrábida e do Risco		Relevo ondulado; Elevações dos "montes de Azeitão" e da "Pré-Arrábida"	Relevo ondulado (vales) / acidentado (serras); Serras de S. Luís / Gaiteiros / S. Francisco / Louro; Vales da Comenda / Rasca / Alcube / Barris	Relevo plano	Vale tifónico	Relevo plano, com a costa escarpada; Cabo Espichel - "largo promontório"; Serra dos Pinheirinhos	
Solos	Afloramentos rochosos calcários		Areias e solos de baixa (nos vales); Calcários (desde as elevações de Azeitão até Palmela)	Maioritariamente calcários, com alguns afloramentos rochosos (serras); Rañas (entre os vales da Comenda e Alcube)	Transição dos calcários da cordilheira para as areias do Tejo	Calcários; Argilas margosas da "Gesseira de Santana"	Calcários, com alguns afloramentos rochosos (junto à costa); Areias do Tejo	
Hidrografia	Poucas nascentes; Escassez de água: Cursos de água temporários / efémeros; (devido à grande infiltração decorrente da natureza calcária do solo)		Algumas nascentes; Maior disponibilidade de água no vale: Rib.ª de Coina ("Vala Real") / Rib.ª de Santo António	Poucas nascentes; Disponibilidade de água nos vales: Rib.ª da Comenda / Ajuda / Alcube / Corva / Livramento	Poucas nascentes; Rib.ª da Laje / Rib.ª de Aiana	(artificialização do vale)	Poucas nascentes; Escassez de água: Cursos de água temporários / efémeros; Rib.ª da Mareta	
Uso do solo	Matas mediterrânicas; <i>Maquis</i>	Associação de Pinhal e vegetação autóctone; Exploração agrícola (Vale do Risco); Exploração de pedreiras (Secil e Sesimbra)	Exploração agrícola, especialmente da cultura da vinha; Pastagens (nos solos mais pobres); Povoamento florestal (maioritariamente resinosas - pinhal, com algumas manchas de folhosas autóctones - carvalho)	Exploração agrícola (vales); Pastagens (nos solos mais pobres); Povoamento florestal (pinhal, nas Serras e Comenda); Associação de Pinhal e vegetação autóctone (Serras de S. Luís / Gaiteiros)	Áreas sociais; Policultura de periferia urbana	Área social (Sesimbra), rodeada por elevações cobertas maioritariamente por vegetação espontânea	Matos rasteiros de vegetação espontânea (Cabo); Policultura de periferia urbana (Azóia); Povoamento florestal (pinhal, nos solos arenosos a norte)	
Povoamento / Percursos	Pequenas concentrações no morro de Alpertuche e no Portinho da Arrábida		Presença de uma única quinta com a sua ermida (<i>El Carmen</i>)	Povoamento disperso (quintas e casais), com alguns aglomerados urbanos lineares que seguem a estrada que liga as vilas de Azeitão a Palmela	Povoamento disperso, à exceção do aglomerado em Palmela	Povoamento concentrado, entre Santana e a Aldeia do Meco	Povoamento disperso (casais da Azóia); Aglomerados urbanos da Aldeia do Meco	
	Rede viária reduzida; Caminhos de pé posto / Trilhos		Rede viária maioritariamente constituída por caminhos rurais; "Antiquíssima Estrada Real" (EN 379; EN 10)		Rede viária complexa, constituída por estradas nacionais distribuídas radialmente a partir de Santana		Rede viária maioritariamente constituída por caminhos rurais	
	Grau de humanização: baixo		Grau de humanização: moderado		Grau de humanização: elevado		Grau de humanização: baixo	
Valores Culturais	Convento da Arrábida e capelas "imperfeitas" (+ Círios: Património Imaterial); Fortes de Santa Maria da Arrábida e Outão; Portinho da Arrábida; Fábrica romana de salga de peixe do Creiro; Lapa de Santa Margarida; Outros grutas ocupadas na pré-história; Outros vestígios arqueológicos	Quinta d'El Carmen; Monumento Megalítico da Roça de Casal do Meio; Castelo dos Mouros; Vale do Risco; Outros vestígios arqueológicos	Convento de São Domingos, igrejas e capelas; Palácio dos Duques de Aveiro; Quintas de recreio de Azeitão e Calhariz; Moinhos de vento (cabeços); Árvores de interesse público; Grutas artificiais da Quinta do Anjo; Vestígios de povoados pré-históricos (cabeços)	Forte de São Filipe; Castelo de Palmela; Conventos de Santiago, São Paulo e dos Capuchos de Alferrara, igrejas e capelas; Palácio da Comenda; Quintas (algumas foram <i>villas</i> romanas); Moinhos de vento (concentrados na periferia de Setúbal e Serra do Louro); Calçada romana do Viso; Castro de Chibanes; Grutas ocupadas na pré-história; Outros vestígios arqueológicos	Solar da Quintinha; Palácio do Sampaio; Vestígios arqueológicos	Castelo de Sesimbra; Fortes do Cavalo e de Santiago; Igrejas e capelas; Vestígios de povoados pré-históricos (elevações do castelo) e de uma cetária romana	Santuário de Nossa Senhora do Cabo Espichel e Ermida da Memória; Forte de São Domingos da Baralha; Porto da Baleeira; Moinhos de vento (Azóia); Grutas ocupadas na pré-história; Outros vestígios arqueológicos	
(Outros) Valores Naturais	Mata do Solitário e Mata Coberta; Grutas naturais; Brecha da Arrábida; Praias; Pedra da Anixa	Mata do Vidal; Grutas naturais	Galerias ripícolas (em especial, na Ribeira de Coina)		Jazida de Icnófosséis da Pedreira do Avelino	"Gesseira de Santana" Grutas do Forte do Cavalo	Jazidas de Icnófosséis da Pedra da Mua e dos Lagosteiros; Grutas naturais (destaque para o Vale das Lapas); <i>Euphorbia pedroi</i> , "Trovisco do Espichel" (único no mundo)	
Qualidade Visual	Muito Alta		Moderada	Alta	Reduzida	Moderada	Muito Alta	
Emoções / Sensações	Paz (motivada pelo azul calmante - mar, e o equilíbrio do verde - vegetação); Adoração (aura mística reforçada pelas capelas na encosta); Arrebatamento / Êxtase (efeito "wow", no cimo da Serra)	Calma / Equilíbrio; Arrebatamento / Êxtase (efeito "wow", no cimo da Serra); Indignação / Perturbação (pedreiras)	Calma / Equilíbrio; Nostalgia (Azeitão)	Calma / Equilíbrio	Confusão; Tensão	Frescura	Assombro / Medo / Respeito (Escarpas do Cabo)	
Ameaças à identidade cultural	Pressões industriais e económicas (Pedreiras); Pressões turísticas e ambientais (Portinho); Restrições do POPNA (Matas do Solitário e Coberta: caminhos antigos); Incêndios	Pressões industriais e económicas (Pedreiras); Restrições do POPNA (Mata do Vidal: caminhos antigos); Incêndios	Pressões urbanísticas (descaracterização do carácter pitoresco das aldeias); Abandono dos campos de cultivo, e consequente degradação	Abandono dos campos de cultivo, e consequente degradação	Pressões urbanísticas	Pressões urbanísticas e económicas	Erosão costeira (Cabo); Pressões turísticas; Pressões industriais (Pedreiras do Zambujal)	
	Risco: elevado		Risco: elevado		Risco: reduzido	Risco: moderado / elevado	Risco: moderado	Risco: moderado
Proteção / Gestão	Património Cultural Imóvel	"Toda a zona que rodeia o Portinho da Arrábida, incluindo o Conventinho e a mata de carvalhos" (IIP); "Forte de Santiago do Outão, onde está instalado o sanatório" (IIP)	"Monumento megalítico da Roça de Casal do Meio" (IIP)	"Grutas da Quinta do Anjo" (MN+ZEP); "Palácio e Quinta da Bacalhoa" (MN+ZEP); "Palácio da Quinta das Torres, incluindo o tanque adjacente e a Casa de Fresco em forma de «Tempio»" (IIP); "Palácio dos Duques de Aveiro" (IIP); "Cruz das Vendas (Azeitão)" (MN); "Pelourinho de Vila Nogueira de Azeitão" (IIP+ZEP); "Igreja de São Lourenço" (IIP+ZEP); "Fontanário em Vila Nogueira de Azeitão" (IM)	"Castro de Chibanes" (SIP+ZEP); "Castelo de Palmela" (MN+ZEP); "Igreja de São Tiago de Palmela, compreendendo o túmulo de D. Jorge de Lencastre" (MN+ZEP); "Pelourinho de Palmela" (MN+ZEP); "Igreja da Misericórdia de Palmela" (MIP+ZEP); "Chafariz de D. Maria I" (MIP+ZEP); "Castelo de São Filipe" (MN+ZEP); "Quinta do Esteval" (IM)	-	"Castelo de Sesimbra" (MN+ZEP); "Pelourinho de Sesimbra" (IIP); "Capela do Espírito Santo dos Mareantes" (IIP); "Forte de Santiago" (IIP); "Forte do Cavalo" (IIP)	"Conjunto da Igreja de Nossa Senhora do Cabo, casa dos círios e terreiro" (IIP+ZEP); "Estação arqueológica da Lapa do Fumo" (IIP)
	POPNA (2005)	•	•	•	•	-	•	
	R. Natura 2000	•	•	•	•	-	-	•
	Regime Florestal	•	(Serra da Arrábida; Serra do Risco)	•	-	-	-	-
	REN	•	(Serra da Arrábida; Serra do Risco)	(Picheiros; Serras de S. Francisco / Louro)	•	-	•	•
	RAN	-	(Vale do Risco)	(solos de baixa)	(solos de baixa)	-	-	(entre a Azóia e o Zambujal)
	POOC (2003)	•	-	-	-	-	•	•
PDM's	Setúbal (2020): UOPG 8 - Portinho da Arrábida/Creiro-Alpertuche; UOPG 9 - Galapos/Galapinhos; UOPG 10 - Figueirinha; UOPG 12 - 7ª Bateria do Outão	Setúbal (2020) Sesimbra (1998)	Setúbal (2020): UOPG 1 - Azeitão (SUOPG 1.5 e 1.6); UOPG 3 - Aldeias de São Pedro, Piedade e Portela; UOPG 4 - Casais da Serra Sesimbra (1998): UOPG 3 - PNA Palmela (1997)	Setúbal (2020): UOPG 5 - Aldeia Grande; UOPG 6 - Vale da Rasca; UOPG 7 - Grelhal; UOPG 11 - Comenda-Gávea-Ecoparque do Outão; UOPG 13 - Fortaleza de S. Filipe Palmela (1997)	Sesimbra (1998): UOPG 4 - Santana; UOPG 5 - Zambujal; UOPG 7 - Alfarrim	Sesimbra (1998): UOPG 2 - Concha de Sesimbra	Sesimbra (1998): UOPG 1 - Costa de Sesimbra; UOPG 6 - Azóia	

III.2 SISTEMA DE VISTAS

- 1 Cabo Espichel / "Finisterra"
- 2 Cabo Espichel - Enseada dos Lagosteiros
- 3 Sesimbra
- 4 Serra e Vale do Risco
- 5 Alto do Jaspe / Brecha da Arrábida
- 6 Convento da Arrábida (sul)
- 7 Convento da Arrábida (norte)
- 8 Portinho da Arrábida
- 9 Miradouro do Portinho
- 10 Alto do Formosinho (limites visuais aproximados)
- 11 Miradouro do Norte
- 12 "Serra-mãe"
- 13 Outão
- 14 Secil
- 15 Comenda - Tróia
- 16 Comenda - Albarquel
- 17 Albarquel - Outão
- 18 Casa Palmeira / Quinta do Esteval
- 19 Casas da Serra

- Local de paragem
- Amplitude de visualização
- Barreira visual

- Área de estudo





Fotografia: Patrícia Varela, 23 de junho de 2020

1 – Cabo Espichel / “Finisterra”

Unidade de Paisagem: V

Vista para o Farol do Cabo Espichel

Direção: Sul

Limite visual: fecho principal do Cabo Espichel, com o mar até à linha do horizonte para sudoeste (grande amplitude visual)

Geomorfologia: extensa planície que termina em arribas abruptas (calcárias)

Uso do solo: algumas manchas de vegetação espontânea rasteira

Valores culturais: Farol do Cabo Espichel (séc. XVIII)

Sensações: espanto; assombro; “respeito”

Ameaças: erosão costeira



Fotografia: Patrícia Varela, 23 de junho de 2020

2 – Enseada dos Lagosteiros

Unidade de Paisagem: V

Vista para a Praia dos Lagosteiros

Direção: Norte

Limite visual: arriba em primeiro plano, com o mar e a costa a perder de vista no horizonte

Geomorfologia: arriba arenosa-calcária

Uso do solo: manchas de vegetação espontânea rasteira, no topo das arribas

Sensações: espanto; assombro

Ameaças: erosão costeira



Fotografia: Patrícia Varela, 2 de agosto de 2020

3 – Sesimbra

Unidade de Paisagem: IV

Vista para a vila e baía de Sesimbra, a partir do Castelo

Direção: Sudeste

Limite visual: fecho que fecha a “concha” de Sesimbra (este), e mar (sul)

Geomorfologia: vale tifónico de Sesimbra, cercado por elevações de afloramentos rochosos calcários

Uso do solo: manchas de vegetação autóctone na encosta do Castelo e na encosta oposta; área urbana (Sesimbra)

Valores culturais: Castelo de Sesimbra (séc. IX, com ocupação humana desde o Paleolítico)

Sensações: calma/serenidade; frescura

Ameaças: expansão urbana; pedreiras que rodeiam a vila



Fotografia: Patrícia Varela, 17 de setembro de 2021

4 – Serra e Vale do Risco

Unidade de Paisagem: Ib

Vista para a Serra e Vale do Risco, a partir da estrada

Direção: Sudoeste

Limite visual: Serra do Risco (sul) e pedreiras de Sesimbra (oeste)

Geomorfologia: área de relevo plano no vale, elevando-se a pique na Serra do Risco (rocha calcária)

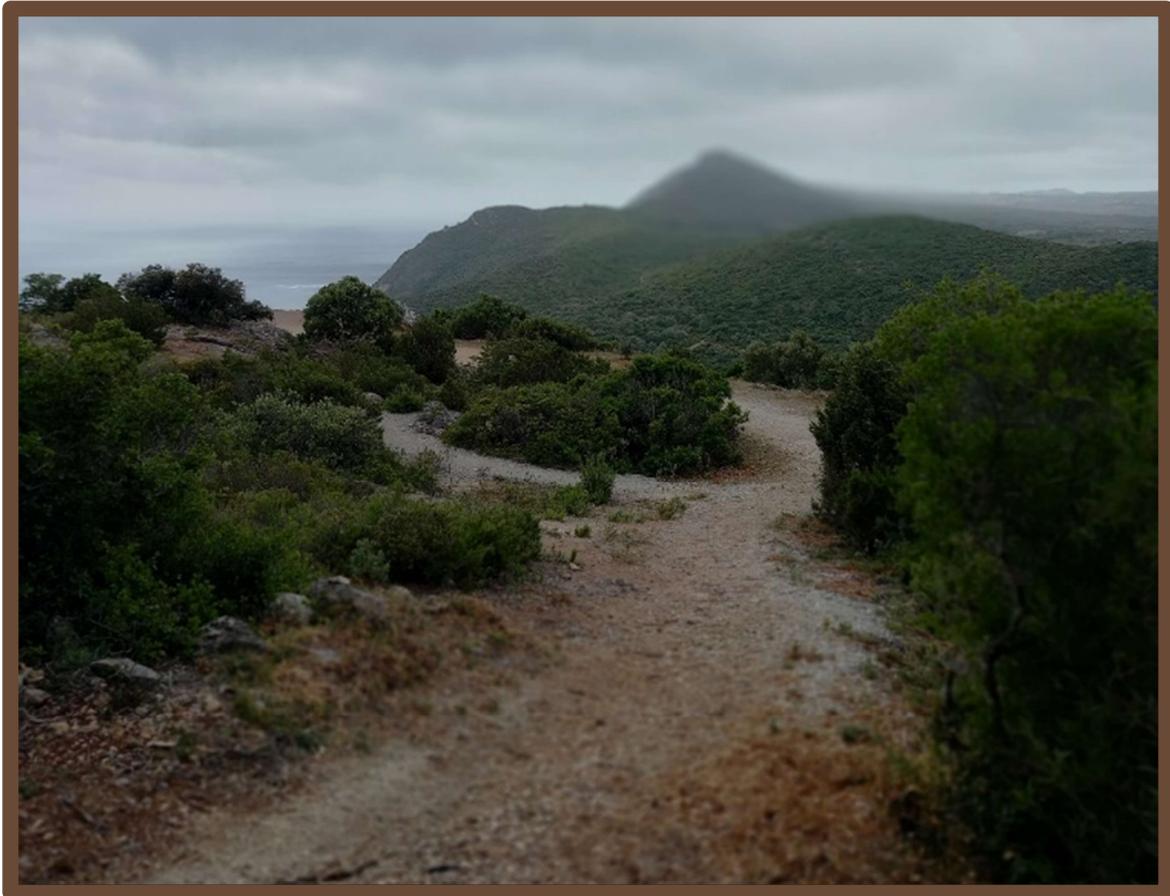
Uso do solo: matos de vegetação autóctone (serra); exploração agrícola (vale)

Valores culturais: povoado do Risco (Bronze final); “Vale da Vitória”

Sensações: calma; equilíbrio

Ameaças: exploração das pedreiras de Sesimbra

Curiosidade: visto da estrada, o fecho principal da serra tem a forma de uma cara, vista de perfil



Fotografia: Patrícia Varela, 13 de maio de 2021

5 – Alto do Jaspe / Brecha da Arrábida

Unidade de Paisagem: Ia

Vista para a Serra do Risco, a partir do Alto do Jaspe

Direção: Sudoeste

Limite visual: Serra do Risco

Geomorfologia: serra e arribas calcárias (área de relevo acidentado)

Uso do solo: machiais de vegetação autóctone

Sensações: admiração; “grandiosidade”

Curiosidade: a Brecha da Arrábida também é conhecida como o “mármore” vermelho da Arrábida, um tipo de rocha ornamental que só existe na Arrábida



Fotografia: Patrícia Varela, 30 de setembro de 2020

6 – Convento da Arrábida (sul)

Unidade de Paisagem: Ia

Vista para o mar, a partir do Convento

Direção: Sudeste

Limite visual: mar (linha do horizonte)

Geomorfologia: “concha” calcária (encaixada entre elevações da serra)

Uso do solo: matas e machiais de vegetação autóctone; algumas construções em Alpertuche (costa)

Sensações: adoração; paz; segurança (“abraçado” pela serra)

Ameaças: incêndios

Curiosidade: a zona do Convento oferece um silêncio quase absoluto, parcialmente protegido do ruído da circulação viária (devido à sua situação na encosta); em contraste, na estrada, junto à capela, consegue ouvir-se pessoas a conversar no Convento



Fotografia: Patrícia Varela, 30 de setembro de 2020

7 – Convento da Arrábida (Norte)

Unidade de Paisagem: Ia

Vista para Convento da Arrábida, a partir do cruzamento do Portinho

Direção: Noroeste

Limite visual: Serra da Arrábida

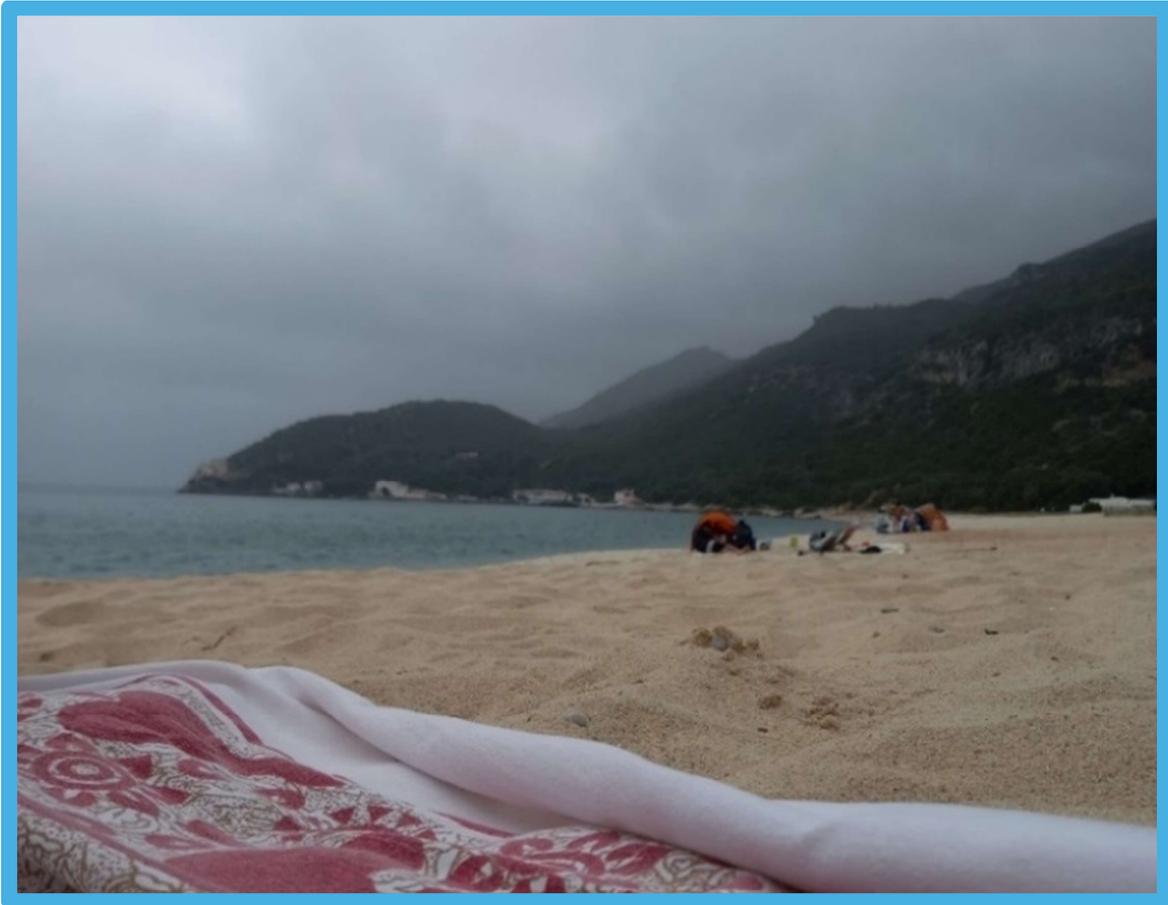
Geomorfologia: “concha” calcária (encaixada entre elevações, a meia encosta)

Uso do solo: matas e machiais de vegetação autóctone

Valores culturais: Convento Novo da Arrábida (séc. XVI)

Sensações: paz; adoração

Ameaças: incêndios



Fotografia: Patrícia Varela, 13 de maio de 2021

8 – Portinho da Arrábida

Unidade de Paisagem: Ia

Vista para a Serra da Arrábida, a partir do Portinho

Direção: Sudoeste

Limite visual: Serra da Arrábida

Geomorfologia: praia, na base da serra

Uso do solo: vegetação autóctone (serra); algumas construções junto ao Portinho

Valores culturais: Forte de Santa Maria da Arrábida (séc. XVII) no limite oeste da baía; Portinho da Arrábida

Sensações: calma; frescura; satisfação

Ameaças: desassoreamento da praia; sobrecargas turísticas



Fotografia: Patrícia Varela, 5 de janeiro de 2020

9 – Miradouro do Portinho

Unidade de Paisagem: Ia

Vista para o Portinho e praias da Arrábida, a partir do miradouro

Direção: Este

Limite visual: Serra da Arrábida (em primeiro plano), e península de Tróia (ao fundo)

Geomorfologia: serra de rocha calcária (área de relevo acidentado), com praias na costa recortada em várias baías

Uso do solo: vegetação autóctone

Sensações: arrebatamento/êxtase; admiração

Ameaças: incêndios; pressões turísticas



Fotografia: Patrícia Varela, 17 de setembro de 2021

10 – Alto do Formosinho

Unidade de Paisagem: na passagem da unidade Ia para Ib

Vista para toda a paisagem até ao Cabo Espichel, a partir do Formosinho

Direção: Oeste

Limite visual: fecho principal desde a Serra da Arrábida-Risco, até às pedreiras do Calhariz, contornando Sesimbra, continuando até ao Cabo Espichel (ao fundo), seguindo para norte pela costa

Geomorfologia: cordilheira calcária sobranceira aos vales, até ao planalto do Cabo Espichel

Uso do solo: vegetação autóctone (serras), cruzada com pinhal a partir da meia encosta (Arrábida); exploração agrícola (vales)

Sensações: admiração/espanto; efeito “wow”; arrebatamento/êxtase (*overwhelming*)

Ameaças: incêndios; pedreiras; descaraterização da paisagem (pressões urbanísticas)



Fotografia: Patrícia Varela, 13 de maio de 2021

11 – Miradouro do Norte

Unidade de Paisagem: Ib e IIb

Vista para a Serra de S. Luís e baía de Setúbal a partir do “Miradouro do Norte”

Direção: Nordeste

Limite visual: sucessão de festos – em primeiro plano, o afloramento rochoso de Valongo, seguido do festo que divide os vales da Rasca e a Comenda, e em último plano a Serra de S. Luís (norte), sendo ainda visíveis a cidade e baía de Setúbal (este)

Geomorfologia: vales entre serras de rocha calcária

Uso do solo: matos de vegetação autóctone (Valongo); culturas agrícolas (vales e meia encosta); povoamento florestal (Serra de S. Luís); área urbana (Setúbal)

Sensações: admiração; equilíbrio

Ameaças: incêndios



Fotografia: Patrícia Varela, 13 de maio de 2021

12 – “Serra-mãe”

Unidade de Paisagem: Ia

Vista para a Serra da Arrábida

Direção: Sudoeste

Limite visual: Serra da Arrábida até ao morro de Alpertuche, com o mar até à linha do horizonte

Geomorfologia: serra de rocha calcária (área de relevo acidentado), com praias na costa recortada em várias baías

Uso do solo: matas e machiais de vegetação autóctone

Sensações: arrebatamento; admiração; surpresa

Ameaças: incêndios; pressões turísticas



Fotografia: Patrícia Varela, 13 de maio de 2021

13 – Outão

Unidade de Paisagem: Ia

Vista para o Forte de Santiago do Outão a partir do Forte Velho do Outão

Direção: Sudeste

Limite visual: promontório do Outão, e península de Tróia ao fundo

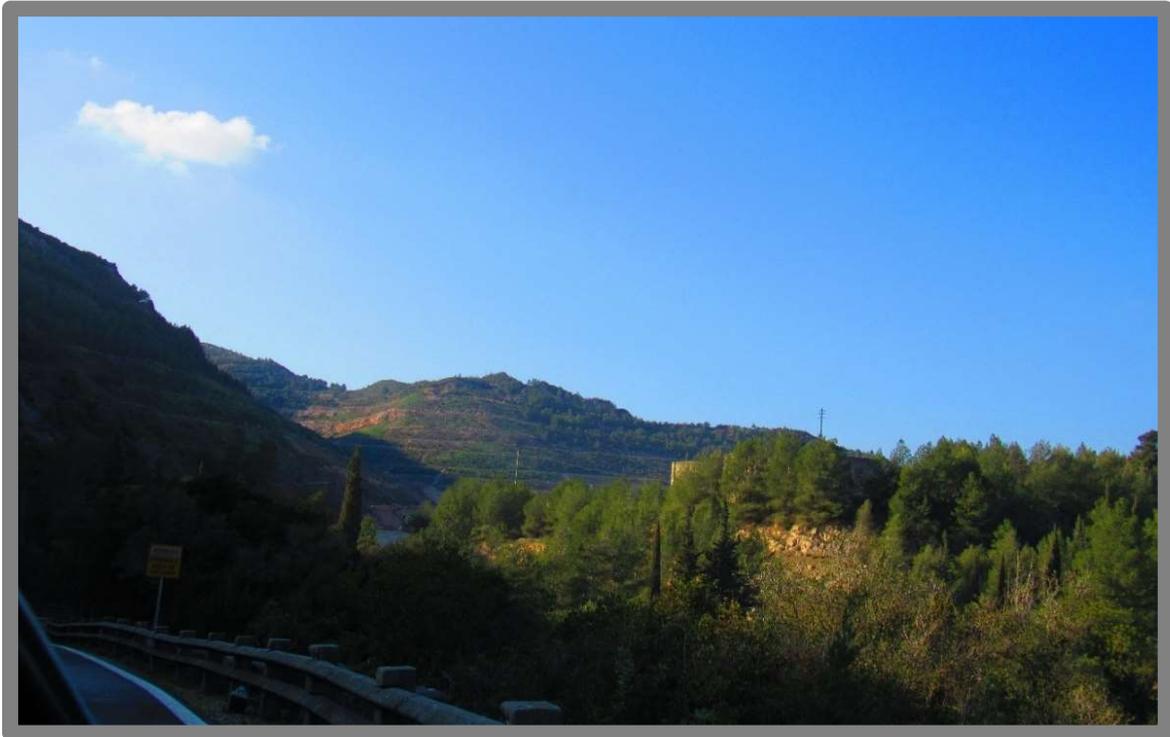
Geomorfologia: encosta da serra calcária

Uso do solo: vegetação autóctone

Valores culturais: Forte de Santiago do Outão/Hospital Ortopédico (séc. XVII/XX)

Sensações: medo (Forte Velho, abandonado e vandalizado)

Ameaças: vandalismo (Forte Velho e Bateria)



Fotografia: Patrícia Varela, 5 de janeiro de 2020

14 – Secil

Unidade de Paisagem: Ib

Vista para a pedreira da Secil a partir da estrada

Direção: Noroeste

Limite visual: encosta já explorada (em recuperação) da pedreira

Geomorfologia: encostas da serra calcária

Uso do solo: povoamento florestal – pinhal (à direita da estrada); exploração de inertes (pedreira) – a encosta visível na fotografia já foi reflorestada, após o fim da exploração na respetiva área

Sensações: impaciência; nostalgia

Ameaças: pressões industriais

Curiosidade: a Secil possui um viveiro próprio, onde são produzidas espécies autóctones típicas da Arrábida, posteriormente utilizadas na revegetação das áreas após a exploração



Fotografia: Patrícia Varela, 5 de janeiro de 2020

15 – Comenda - Tróia

Unidade de Paisagem: Ilb

Vista para a península de Tróia a partir da praia da Comenda

Direção: Sudeste

Limite visual: península de Tróia

Geomorfologia: praia

Uso do solo: área urbana (Tróia)

Sensações: indignação (torres de Tróia)



Fotografia: Patrícia Varela, 5 de janeiro de 2020

16 – Comenda - Albarquel

Unidade de Paisagem: IIb

Vista para a praia de Albarquel e Setúbal a partir da praia da Comenda

Direção: Nordeste

Limite visual: festo até ao Forte de Albarquel, e Setúbal (ao longe)

Geomorfologia: serra calcária e praias

Uso do solo: povoamento florestal – pinhal, cruzado com matos de vegetação autóctone (serra); área urbana (Setúbal)

Valores culturais: Forte de Albarquel (séc. XVII)

Sensações: calma; frescura



Fotografia: Patrícia Varela, 23 de junho de 2020

17 – Albarquel - Outão

Unidade de Paisagem: Ilb

Vista para a Serra da Arrábida, desde a Comenda ao Outão, a partir da estrada (Albarquel)

Direção: Sudoeste

Limite visual: fecho principal da serra da Arrábida, até ao Outão

Geomorfologia: serra calcária (área de relevo acidentado)

Uso do solo: povoamento florestal – pinhal (até à Secil); vegetação autóctone (Arrábida - Outão)

Valores culturais: Palácio da Comenda (séc. XX); Forte de Santiago do Outão/Hospital ortopédico (séc. XVII/XX)

Sensações: calma; admiração/satisfação

Ameaças: incêndios



Fotografia: Patrícia Varela, 5 de janeiro de 2020

18 – Casa Palmela / Quinta do Esteval

Unidade de Paisagem: IIb

Vista para o Hotel Casa Palmela/Quinta do Esteval, com a Serra da Arrábida ao fundo, a partir da estrada junto à quinta

Direção: Sudoeste

Limite visual: quinta do Esteval, em primeiro plano, seguida do festo que separa os vales da Rasca e da Comenda, com a Serra da Arrábida em último plano

Geomorfologia: vale (área de relevo ondulado, onde se encontra a quinta), com a serra ao fundo (relevo acidentado)

Uso do solo: vinha; povoamento florestal – pinhal

Valores culturais: Quinta do Esteval (séc. XVIII)

Sensações: calma/equilíbrio; satisfação



Fotografia: Patrícia Varela, 23 de junho de 2020

19 – Casais da Serra

Unidade de Paisagem: Ila

Vista para a Serra da Arrábida, a partir de Casais da Serra

Direção: Este

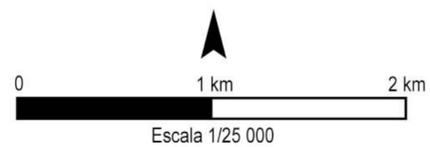
Limite visual: Serra da Arrábida

Geomorfologia: vale (área de relevo ondulado/peneplanície), com a serra ao fundo (relevo acidentado)

Uso do solo: vinha (Casais da Serra); vegetação autóctone cruzada com pinhal, a partir da meia encosta da serra

Sensações: calma/equilíbrio; satisfação

III.3 GALERIA



1 – Santuário de Nossa Senhora do Cabo Espichel



Vista geral

Fotografia: Patrícia Varela, 23 de junho de 2020



Hospedarias

Fotografia: Patrícia Varela, 23 de junho de 2020

2 – Casa da Água e Aqueduto



Fotografia: Patrícia Varela, 23 de junho de 2020

3 – Ermida da Memória (Cabo Espichel)



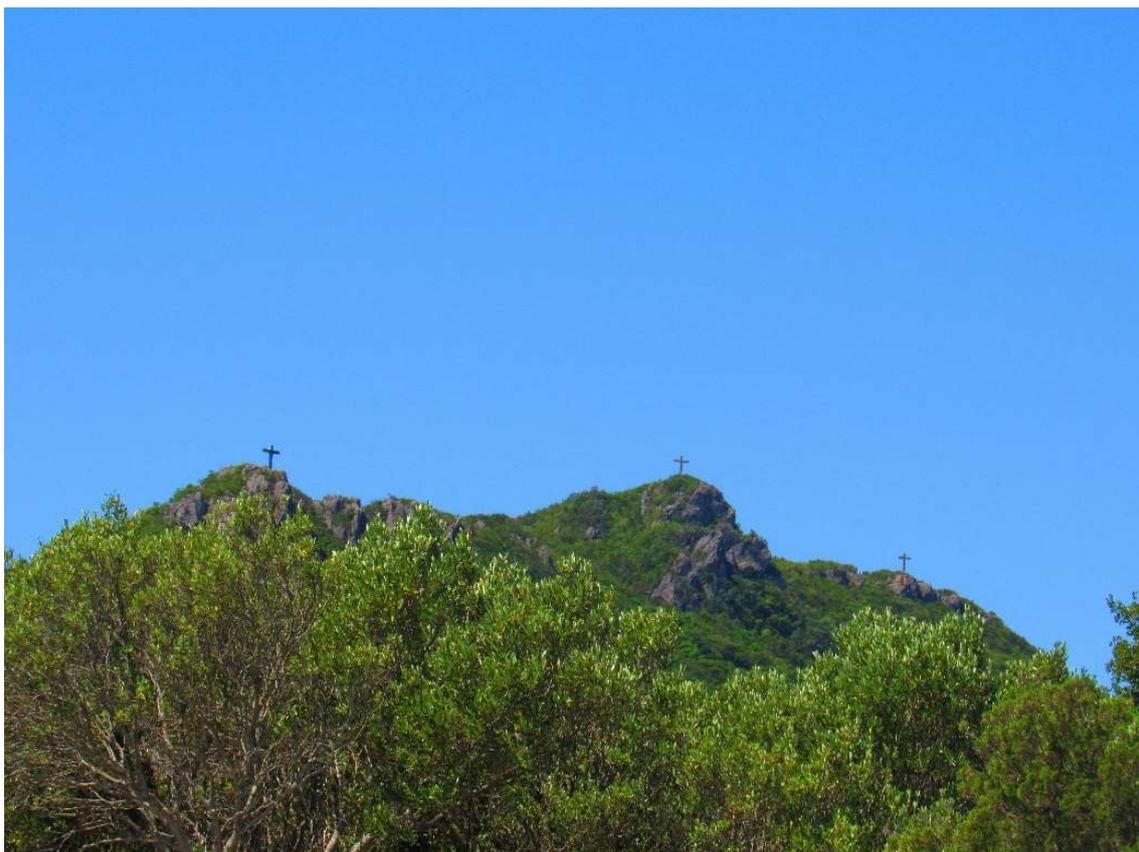
Fotografia: Patrícia Varela, 23 de junho de 2020

4 – Mata Coberta - Trilho



Fotografia: Patrícia Varela, 13 de maio de 2021

5 – Três Cruzes do Monte Abraão



Fotografia: Patrícia Varela, 23 de junho de 2020

6 – “Capelas imperfeitas” na encosta, vistas da estrada junto à 5ª capela



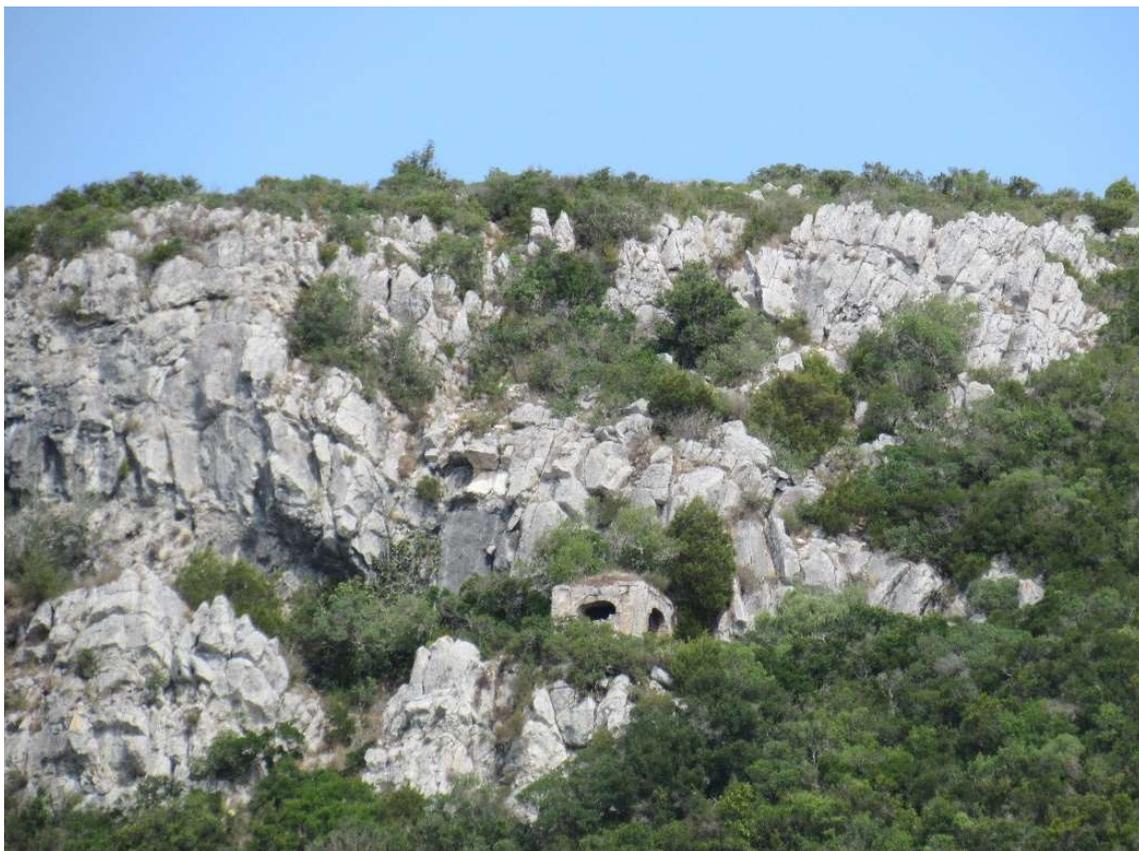
Fotografia: Patrícia Varela, 23 de junho de 2020

7 – Convento Novo



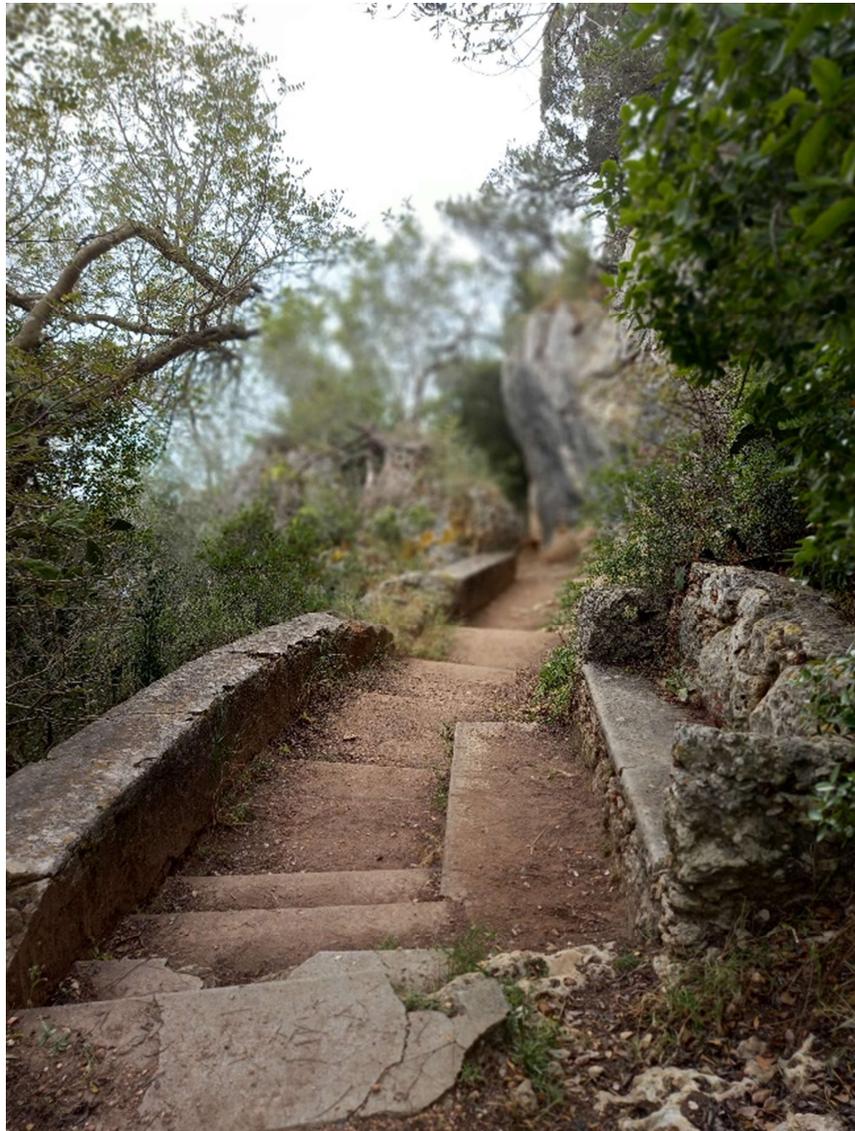
Fotografia: Patrícia Varela, 30 de setembro de 2020

8 – Ermida de São João do Deserto



Fotografia: Patrícia Varela, 30 de setembro de 2020

9 – Percurso da Lapa de Santa Margarida



Escadaria de acesso à lapa

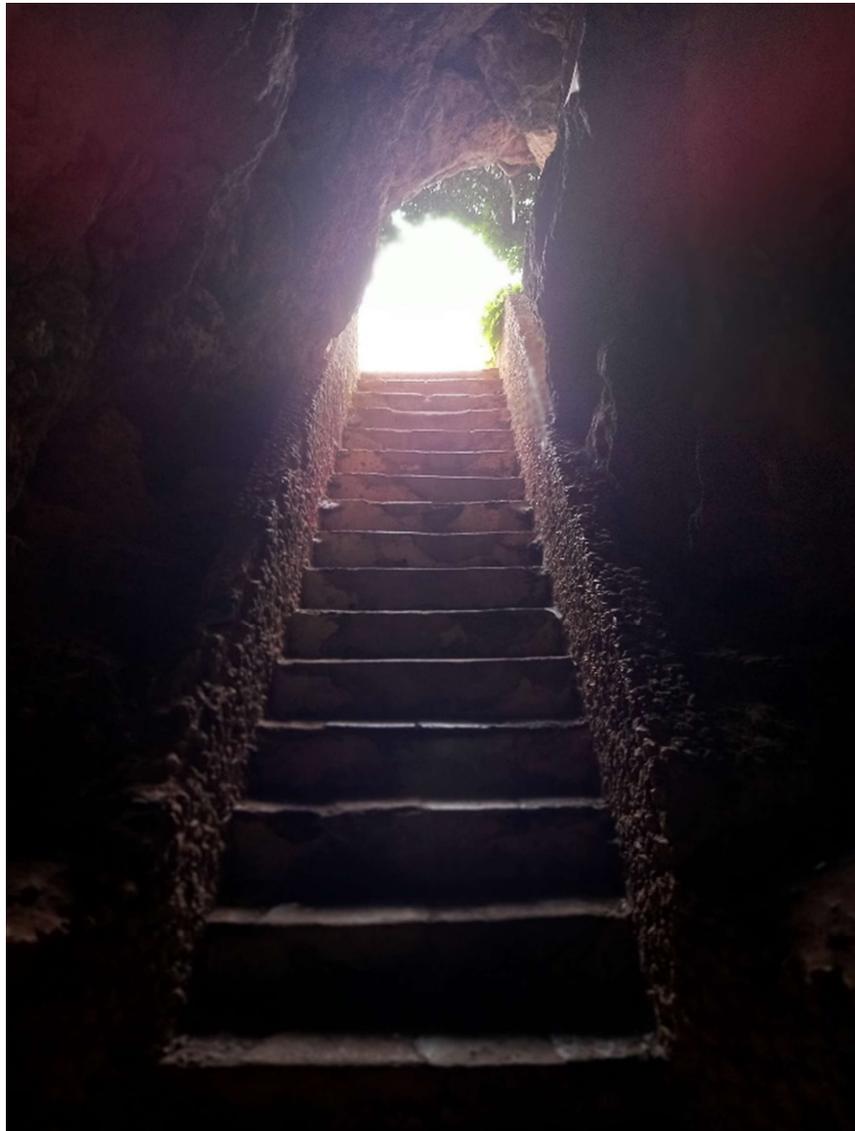
Fotografia: Patrícia Varela, 13 de maio de 2021



Cruzeiro no Penedo do Duque, junto à escadaria

Fotografia: Patrícia Varela, 5 de janeiro de 2020

10 – Lapa de Santa Margarida



Entrada da Lapa

Fotografia: Patrícia Varela, 13 de maio de 2021



Os “pilares” na entrada do acesso por mar

Fotografia: Patrícia Varela, 30 de setembro de 2020



Altar de Santa Margarida

Fotografia: Patrícia Varela, 5 de janeiro de 2020

11 – Fábrica de salga de peixe do Creiro



Cetárias

Fotografia: Patrícia Varela, 13 de maio de 2021



Vista para o Portinho e Serra da Arrábida

Fotografia: Patrícia Varela, 13 de maio de 2021

12 – Bateria do Outão



Fotografia: Patrícia Varela, 13 de maio de 2021

13 – Forte Velho do Outão



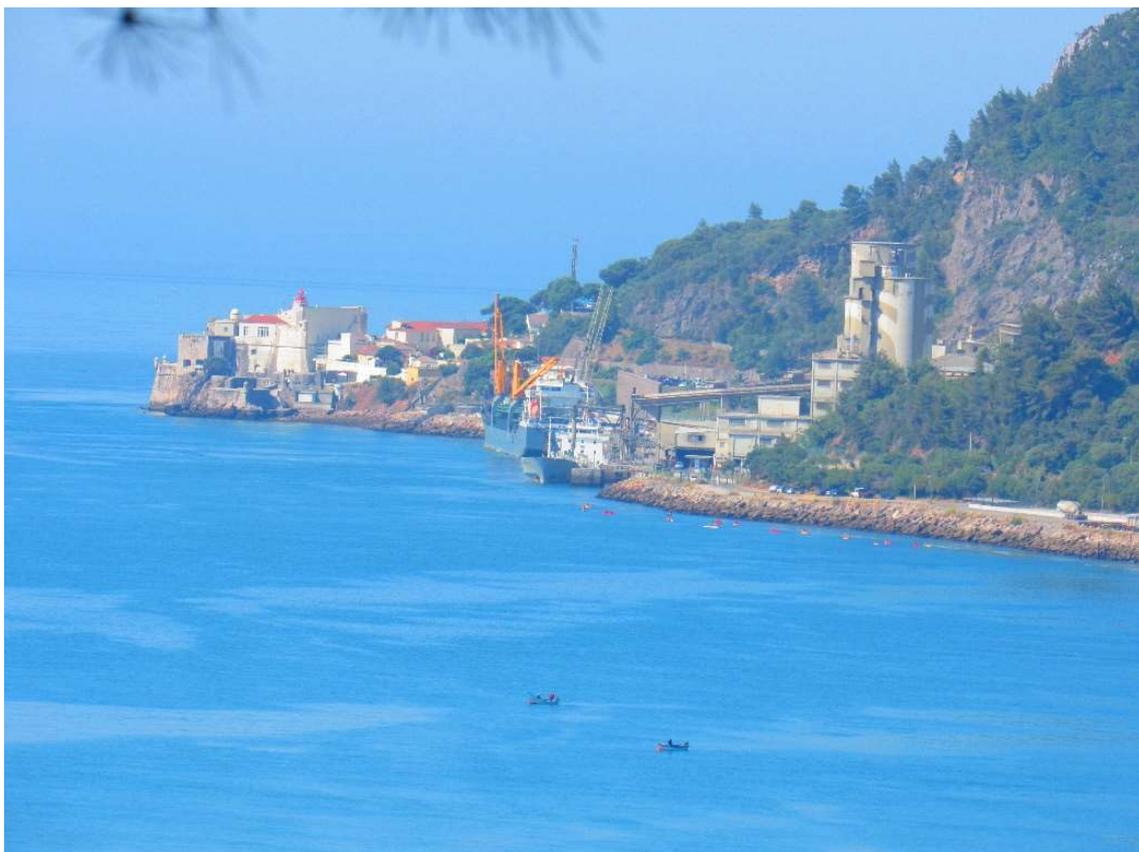
Fotografia: Patrícia Varela, 13 de maio de 2021

14 – Palácio da Comenda



Fotografia: Patrícia Varela, 5 de janeiro de 2020

15 – Outão e Área industrial da Secil



Fotografia: Patrícia Varela, 23 de junho de 2020

16 – Quinta das Torres



Entrada

Fotografia: Patrícia Varela, 23 de junho de 2020



Palácio, lago e Casa de fresco

Fotografia: Patrícia Varela, 23 de junho de 2020

III. 3.1 Visita ao Convento

No dia 30 de setembro de 2020, a Fundação Oriente concedeu uma visita guiada ao Convento Novo da Arrábida, incluindo o Santuário do Bom Jesus.

À semelhança da galeria anterior, composta por fotografias tiradas durante algumas visitas à Serra, o esquema e fotografias que se seguem apresentam os locais visitados nesse dia. Foi assinalado o percurso da visita, com a identificação dos vários edifícios e terreiros (que seguem proximamente o percurso). A identificação dos vários espaços foi auxiliada por informações contidas no *Convento da Arrábida: a porta do céu* (Pereira & Benito, 2018), editado pela Fundação Oriente.

Noutra visita, a 13 de maio de 2021, foi percorrido parte do caminho antigo que atravessa a Mata Coberta, que dá também acesso ao Convento Velho. Porém, o portão da entrada encontrava-se fechado, pelo que não foi possível visitar essa parte do Convento.

A informação relativa a alguns locais identificados no esquema é desenvolvida no capítulo 1.1.1 (pp. 9-18).

III.3.1 VISITA AO CONVENTO

- Capelas e igrejas
- Celas
- Dependências e outras casas
- Terreiros e jardins

— Muros

..... Percursos percorridos durante as visitas

📍 Locais fotografados

Convento Velho

- I – Entrada
- II – Ermida da Memória e cela de Hildebrant
- III – Refeitório
- IV – Cruzeiro / Monumento a Frei Agostinho da Cruz
- V – Cela de Frei Agostinho da Cruz
- VI – 7 Capelas "imperfeitas"
- VII – Capela do Senhor dos Aflitos (3ª)
- VIII – Capela de Santa Catarina

Convento Novo

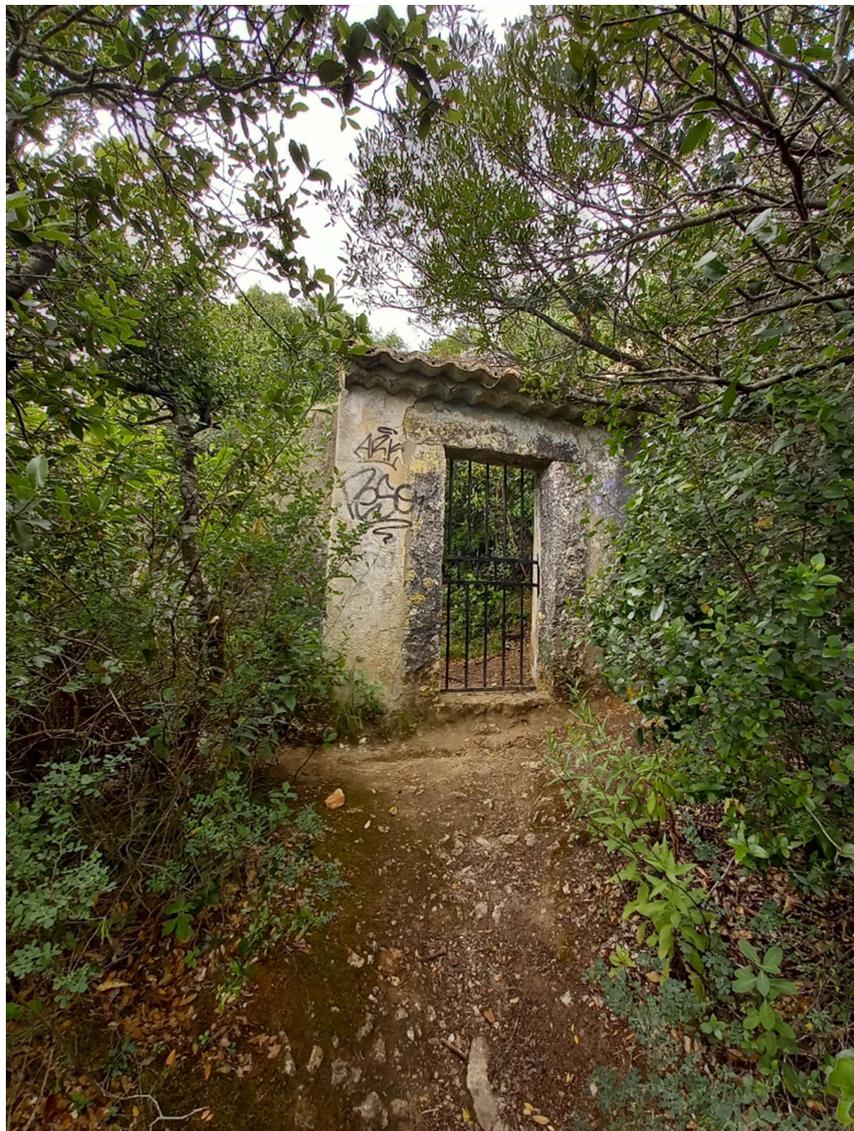
- 1 – Entrada
- 2 – Cerca
- 3 – Casa de Romagem (primeiro edifício do Duque de Aveiro)
- 4 – Casa da Duquesa (ampliação)
- 5 – Monumento a São Pedro de Alcântara
- 6 – Lapa de Maria Madalena
- 7 – Átrio
- 8 – Monumento a Frei Martinho de Santa Maria
- 9 – Igreja e sacristia
- 10 – Corredor da Portaria
- 11 – Livraria
- 12 – Jardim de S. Pedro de Alcântara
- 13 – Capela da Senhora da Piedade
- 14 – Calçada da Samaritana
- 15 – Fonte da Samaritana
- 16 – Capela da Flagelação
- 17 – Casa dos alguidares
- 18 – Casa do Bispo
- 19 – Terraço
- 20 – Cozinha e refeitório
- 21 – Casa do Capítulo
- 22 – Corredor de S. João
- 23 – Celas
- 24 – Terreiro de S. João Baptista
- 25 – Ermida do Senhor dos Passos
- 26 – Capela de Nossa Senhora da Penha de França
- 27 – Casa do Relógio
- 28 – Terreiro de Santiago
- 29 – Terreiro de Pilatos
- 30 – Capela do Alto
- 31 – Casa dos Noivos
- 32 – Horta e Pomar

Santuário do Bom Jesus

- A – Capela
- B – Jardins



Convento Velho



Entrada do Convento Velho (I)

Fotografia: Patrícia Varela, 13 de maio de 2021



Vista para as “Capelas imperfeitas” (VI), a partir do Convento Novo

Fotografia: Patrícia Varela, 30 de setembro de 2020



Capela de Santa Catarina (VII), com a 1ª capela “imperfeita” atrás

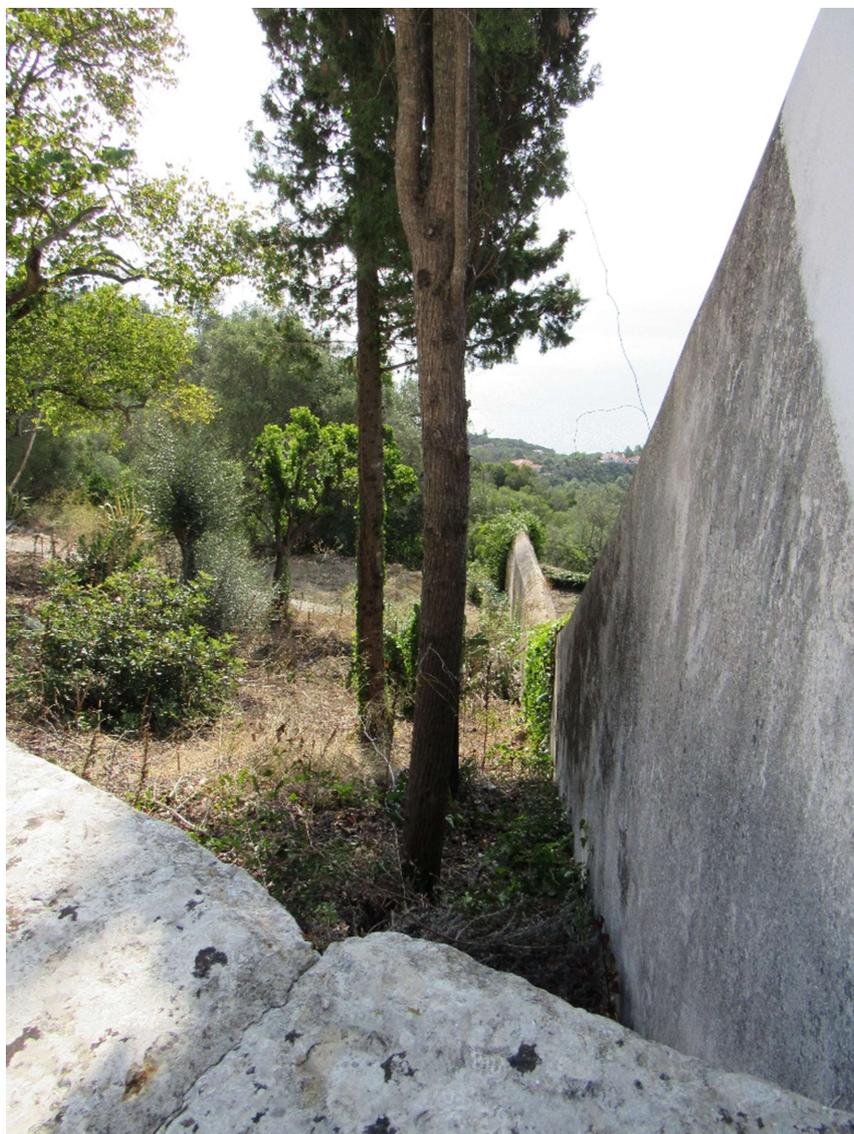
Fotografia: Patrícia Varela, 5 de janeiro de 2020

Convento Novo



Entrada do Convento Novo (1), com o Santuário do Bom Jesus ao fundo

Fotografia: Patrícia Varela, 5 de janeiro de 2020



Cerca do Convento Novo (2)

Fotografia: Patrícia Varela, 30 de setembro de 2020



Monumento a São Pedro de Alcântara (5)

Fotografia: Patrícia Varela, 30 de setembro de 2020



Lapa de Maria Madalena (6)

Fotografia: Patrícia Varela, 30 de setembro de 2020



Átrio (7), com o monumento a Frei Martinho de Santa Maria e entrada da Igreja ao fundo

Fotografia: Patrícia Varela, 30 de setembro de 2020



Monumento a Frei Martinho de Santa Maria (8)

Fotografia: Patrícia Varela, 30 de setembro de 2020



Igreja (9)

Fotografia: Patrícia Varela, 30 de setembro de 2020



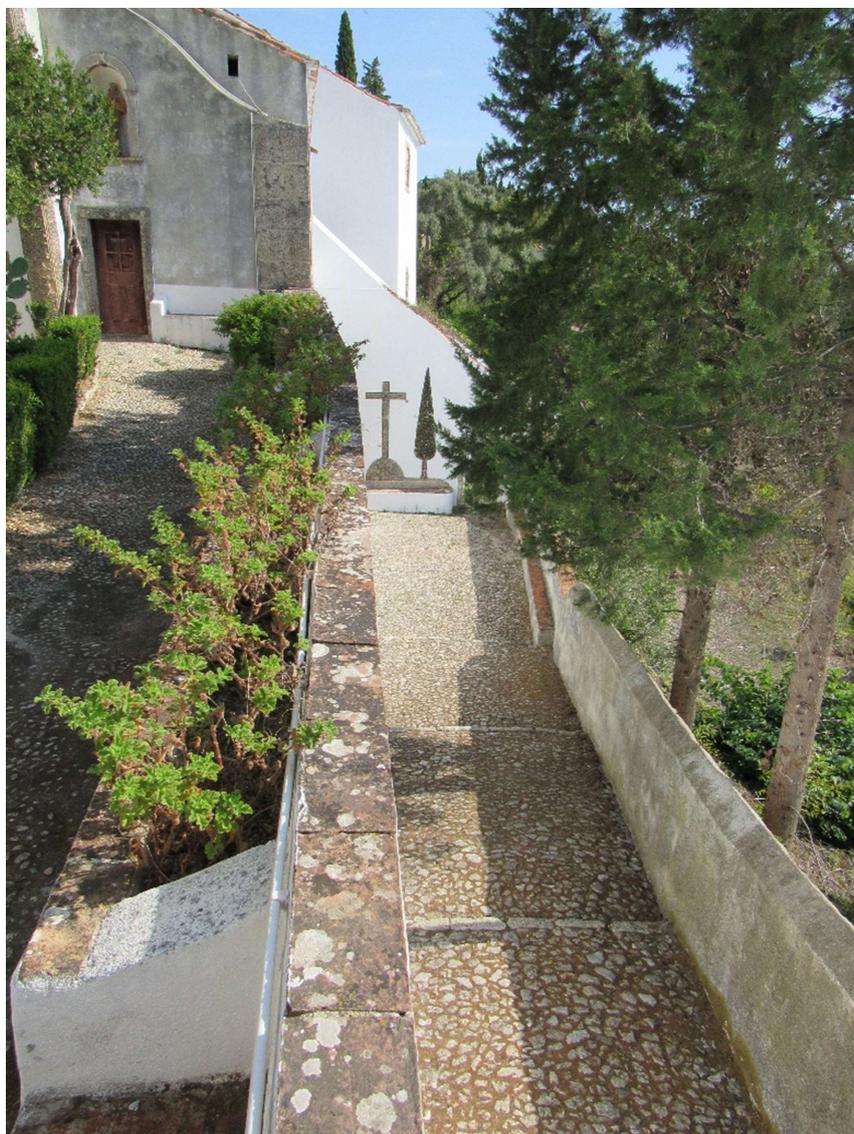
Corredor da Portaria (10)

Fotografia: Patrícia Varela, 30 de setembro de 2020



Jardim de São Pedro de Alcântara (12) e Capela de Nossa Senhora da Piedade (13), ao fundo

Fotografia: Patrícia Varela, 30 de setembro de 2020



Calçada da Samaritana (14)

Fotografia: Patrícia Varela, 30 de setembro de 2020



Fonte da Samaritana (15)

Fotografia: Patrícia Varela, 30 de setembro de 2020



Capela da Flagelação (16)

Fotografia: Patrícia Varela, 30 de setembro de 2020



Casa dos Alguidares (17)

Fotografia: Patrícia Varela, 30 de setembro de 2020



Terraço (19) de acesso à cozinha, refeitório e casa do capítulo

Fotografia: Patrícia Varela, 30 de setembro de 2020



Chaminé da Cozinha (20)

Fotografia: Patrícia Varela, 30 de setembro de 2020



Casa do Capítulo (21)

Fotografia: Patrícia Varela, 30 de setembro de 2020



Corredor de São João (22)

Fotografia: Patrícia Varela, 30 de setembro de 2020



Interior das celas (23)



Vista da janela de uma cela

Fotografias: Patrícia Varela, 30 de setembro de 2020



Corredor dos dormitórios / celas

Fotografia: Patrícia Varela, 30 de setembro de 2020



Vista para o Terreiro de São João Baptista (24) e Casa do Bispo (18); consegue ver-se a Ermida do Bom Jesus rodeada de ciprestes, no topo da colina ao fundo

Fotografia: Patrícia Varela, 30 de setembro de 2020



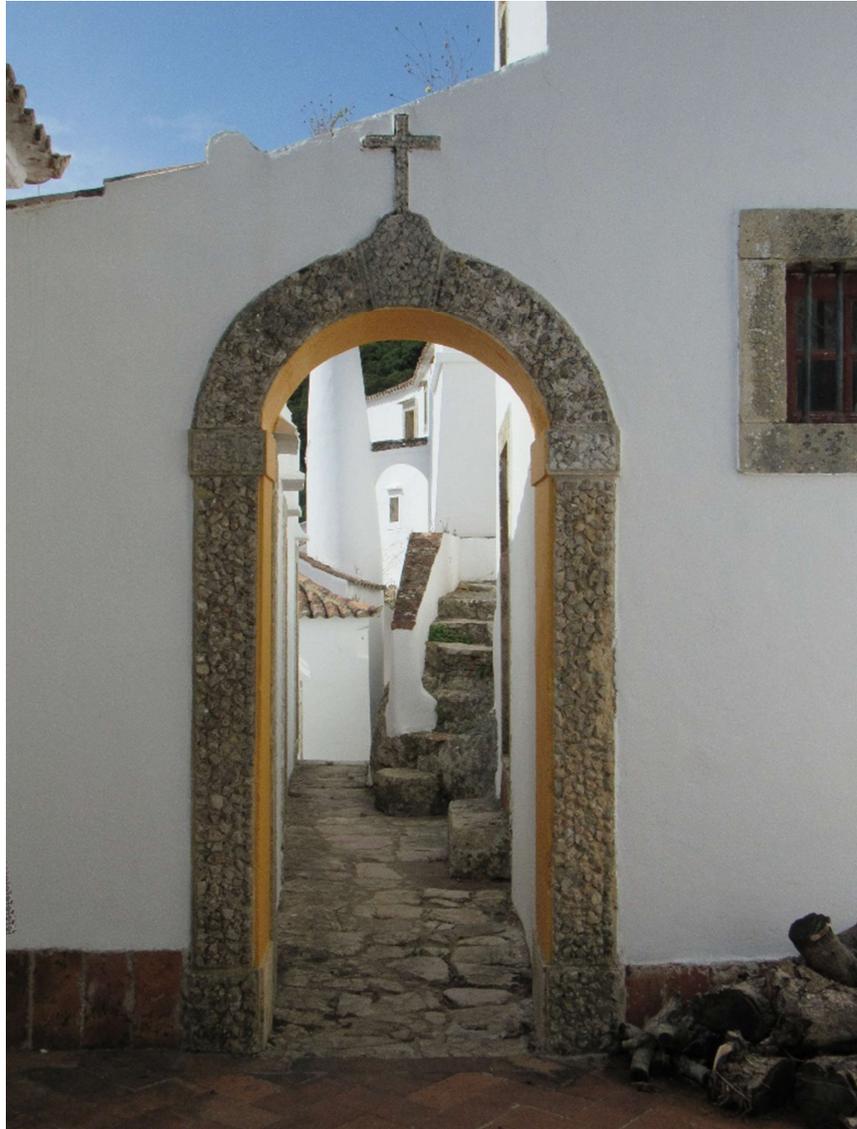
Capela de Nossa Senhora da Penha de França (26)

Fotografia: Patrícia Varela, 30 de setembro de 2020



Casa do Relógio (27)

Fotografia: Patrícia Varela, 30 de setembro de 2020



Terreiro de Santiago (28)

Fotografia: Patrícia Varela, 30 de setembro de 2020



Capela do Alto (30)

Fotografia: Patrícia Varela, 30 de setembro de 2020



Casa dos Noivos ou Casa Grande (31)

Fotografia: Patrícia Varela, 30 de setembro de 2020



Vista para os terreiros em socalcos, com as estruturas de madeira que antigamente apoiavam as videiras (ainda com alguns pés, mas muito degradadas)

Fotografia: Patrícia Varela, 30 de setembro de 2020

Santuário do Bom Jesus



Corredor de entrada para o Santuário do Bom Jesus

Fotografia: Patrícia Varela, 30 de setembro de 2020

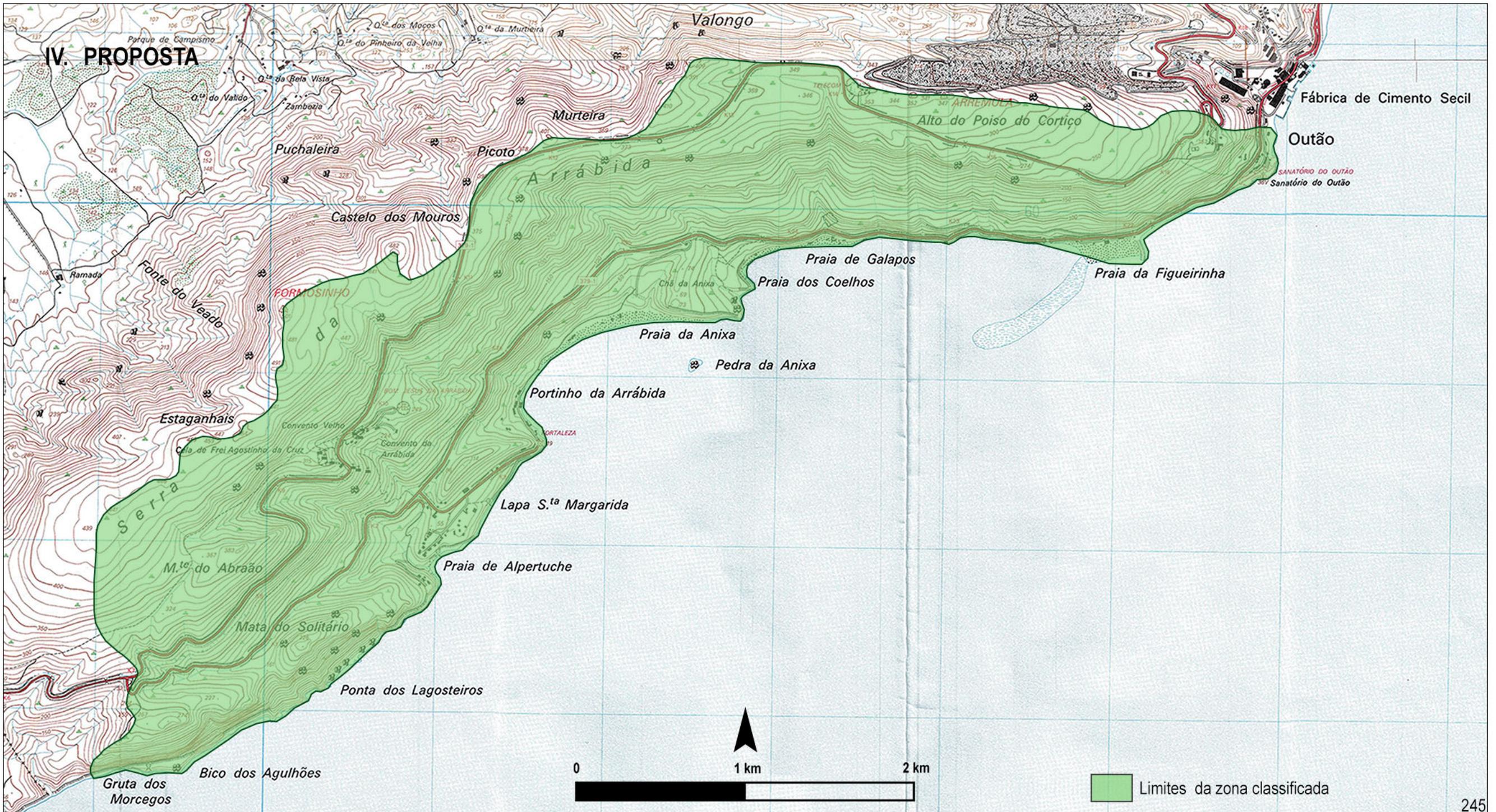


Fontes no jardim da Ermida do Bom Jesus

Fotografia: Patrícia Varela, 30 de setembro de 2020

ANEXO IV – PROPOSTA

IV. PROPOSTA



ANEXO V – PROTEÇÃO DA ARRÁBIDA

V.1 CRONOLOGIA

1547-1759 | Casa de Aveiro

1848 | Casa de Palmela

1914 | Serra da Arrábida submetida a Regime Florestal

1948 | Criação da Liga para a Proteção da Natureza

1971 | Criação da Reserva Nacional da Arrábida

1972 | Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural (aprovada em Portugal em 1979)

1976 | Criação do Parque Natural da Arrábida

1977 | Classificação de “Toda a zona que rodeia o Portinho da Arrábida, incluindo o Conventinho e a mata de carvalhos” como *Imóvel de Interesse Público*

1982 | Início de trabalhos de recuperação paisagística nas pedreiras da Secil

1985 | Primeira Lei do Património Cultural

1987 | Primeira Lei de bases do Ambiente

1987 | Demolição das construções clandestinas no Portinho da Arrábida

1990 | Aprovação do primeiro regulamento de pedreiras

2000 | Convenção Europeia da Paisagem (aprovada em Portugal em 2005)

2001 | Lei de bases da política e do regime de proteção e valorização do Património Cultural (em vigor)

2005 | Aprovação do regulamento do POPNA

2014 | Lei de bases da política do Ambiente (em vigor)

2015 | Política Nacional de Arquitetura e Paisagem

2017 | Início da elaboração do Programa Especial do Parque Natural da Arrábida

2020 | Proposta de Plano de Gestão da ZEC Arrábida-Espichel (Rede Natural 2000; em consulta pública)

V.2 IGT: SALVAGUARDA DOS VALORES CULTURAIS

V.2.1 POOC Sintra-Sado

Regulamento, 2003
RCM nº 86/2003 de 25 de junho, DR nº 144/2003, I Série-B

Artigo 95.º

UOPG 21 — Portinho da Arrábida — Alpertuche

- 1 – O ministério responsável pela área do ambiente elaborará, em articulação com a Câmara Municipal de Setúbal, um conjunto de projectos para a UOPG 21.
- 2 – Os projectos a desenvolver obedecem a um estudo integrado tendo em conta os seguintes objectivos:
 - a) Ordenamento e requalificação de acessos, transportes públicos, transportes locais e estacionamento;
 - b) Ordenamento das infra-estruturas de saneamento, abastecimento de água, electricidade e telefones;
 - c) Requalificação e revitalização do espaço marginal do domínio hídrico no Portinho da Arrábida, mediante a remoção dos dois restaurantes existentes sobre o plano de água, o reforço e a rectificação da muralha, e um novo ordenamento do espaço privilegiando a sua utilização pública como zona de acesso à praia, de enquadramento ao edificado existente, e de apoio às actividades turísticas, náuticas e de lazer;
 - d) Recuperação de áreas de vegetação degradada;
 - e) Valorização da estação arqueológica do Creiro;
 - f) Valorização da Lapa de Santa Margarida.
- 3 – Não são admitidas novas construções, a não ser os apoios previstos nos planos de praia e nos projectos parcelares de requalificação.
- 4 – Para além das acções previstas nos referidos projectos, apenas são permitidas obras de recuperação ou reconstrução das construções existentes, sem aumento de área construída, bem como as obras relacionadas com a requalificação das respectivas infra-estruturas.
- 5 – Será assegurada a requalificação do conjunto edificado existente através da criação de uma nova área de restauração, a implantar no espaço turístico

assinalado na planta de síntese e o plano de praia respectivo, com as seguintes características:

- a) Índice máximo de construção de 0,40, ou 380 m²;
- b) Cércea máxima de 3,5 m em qualquer ponto da construção, sendo porém autorizado um máximo de cércea de 7 m em não mais de 20 % da área total de implantação, de forma que a construção se ajuste à topografia do terreno e reduza ao máximo o respectivo impacte na paisagem;
- c) Frente máxima de 20 m;
- d) Acesso a partir do piso de cota inferior.

V.2.2 PDM Setúbal (revisão)

Regulamento, 2020

UOPG 8 – PORTINHO DA ARRÁBIDA/CREIRO – ALPERTUCHE

Esta UOPG corresponde à área de intervenção do Plano de Praia previsto no POOC Sintra-Sado.

Os pressupostos e objetivos para esta UOPG são os seguintes:

- a) Ordenamento e requalificação de acessos, transportes públicos, transportes locais e estacionamento;
- b) Ordenamento das redes de infraestruturas de saneamento, abastecimento de água, eletricidade e telecomunicações;
- c) Requalificação e revitalização do espaço marginal do domínio hídrico no Portinho da Arrábida (remoção dos dois restaurantes existentes sobre o plano de água; reforço e retificação da muralha; novo ordenamento do espaço, privilegiando a sua utilização pública como zona de acesso à praia, de enquadramento ao edificado existente e de apoio às atividades turísticas, náuticas e de lazer);
- d) Recuperação de áreas de vegetação degradada;
- e) Valorização da estação arqueológica do Creiro;

- f) Valorização da Lapa de Santa Margarida;
- g) Proibição de novas construções, à exceção dos apoios previstos nos planos de praia e nos projetos parcelares de requalificação;
- h) Recuperação ou reconstrução das construções existentes, sem aumento de área construída, e requalificação das respetivas infraestruturas;
- i) No Portinho da Arrábida:
 - Melhoria da ligação entre o Portinho e o Creiro – acesso de emergência;
 - Instalação de Ponte-Cais para apoio à náutica de recreio e carreiras de barcos;
 - Criação de acessos para pessoas com mobilidade reduzida;
 - Requalificação e ordenamento das acessibilidades viárias;
 - Requalificação de Equipamento – Espaço Turístico do Portinho da Arrábida;
 - Demolição de equipamento e de construções remanescentes ou parcialmente demolidas;
 - Intervenção sobre a rede de infraestruturas elétricas e a iluminação pública;
 - Estabilização de vertentes em todo o areal na base da escarpa;
- j) No Creiro:
 - Recuperação dunar e de áreas de vegetação degradadas;
 - Recuperação do acesso de emergência/percurso pedonal que liga o Creiro ao Portinho da Arrábida;
 - Requalificação das zonas de estacionamento;
 - Demolição e remoção das estruturas existentes na ante-praia;
 - Permanência e requalificação de 2 apoios de praia completos;
 - Estudo da dinâmica costeira de forma a encontrar-se soluções práticas que revertam o desassoreamento da praia;
 - Estabelecimento de áreas de circulação na zona de ante-praia;
 - Remodelação de 2 apoios de praia ligeiros com possibilidade de apoio à prática de desportos náuticos.

Aplicam-se a esta UOPG os usos, parâmetros urbanísticos, estrutura urbana e demais disposições definidas na Planta de Ordenamento e no presente Regulamento. Devem ainda ser observadas as servidões administrativas e restrições de utilidade pública identificadas na Planta de Condicionantes.

Forma de execução

Esta UOPG deverá ser executada através de plano de praia e/ou unidades de execução e/ou plano de pormenor de acordo com o definido no POC.

UOPG 9 – GALAPOS - GALAPINHOS

Esta UOPG corresponde à área de intervenção do Plano de Praia previsto no POOC Sintra-Sado.

Os pressupostos e objetivos para esta UOPG são os seguintes:

- a) Beneficiação das acessibilidades, nomeadamente para utentes com mobilidade reduzida;
- b) Infraestruturação de saneamento básico;
- c) Criação de condições de fundeadouro temporário, em articulação com o ICNF;
- d) Demolição de apoio de praia situado na ante-praia;
- e) Criação de caminho pedonal de ligação entre as praias;
- f) Implantação de um apoio de praia à prática de desportos náuticos;
- g) Implantação de um apoio de praia ligeiro.

Aplicam-se a esta UOPG os usos, parâmetros urbanísticos, estrutura urbana e demais disposições definidas na Planta de Ordenamento e no presente Regulamento. Devem ainda ser observadas as servidões administrativas e restrições de utilidade pública identificadas na Planta de Condicionantes.

Forma de execução

Esta UOPG deverá ser executada através de plano de praia e/ou unidades de execução e/ou plano de pormenor de acordo com o definido no POC.

UOPG 10 – FIGUEIRINHA

Esta UOPG corresponde à área de intervenção do Plano de Praia previsto no POOC Sintra-Sado.

Os pressupostos e objetivos para esta UOPG são os seguintes:

- a) Reformulação da circulação viária e acessibilidades;
- b) Reorganização do estacionamento e acesso dos transportes públicos;
- c) Reorganização dos apoios à prática de desportos náuticos;
- d) Implementação e requalificação de apoios de praia (um apoio de praia completo e um apoio de praia simples);
- e) Adaptação do esporão para passeio pedonal, com zonas de estadia e ligação ao espaço marginal já pavimentado, que carece igualmente de tratamento;
- f) Criação de áreas de ensombramento nos locais destinados ao estacionamento.

Aplicam-se a esta UOPG os usos, parâmetros urbanísticos, estrutura urbana e demais disposições definidas na Planta de Ordenamento e no presente Regulamento. Devem ainda ser observadas as servidões administrativas e restrições de utilidade pública identificadas na Planta de Condicionantes.

Forma de execução

Esta UOPG deverá ser executada através de plano de praia e/ou unidades de execução e/ou plano de pormenor de acordo com o definido no POC.

[...]

UOPG 12 – 7.^a BATERIA DO OUTÃO

Esta UOPG corresponde à 7.^a Bateria do Outão e situa-se na área sudoeste do Concelho, em área de jurisdição do Parque Natural da Arrábida e abrangida por Reserva Ecológica Nacional.

Os pressupostos e objetivos para esta UOPG são os seguintes:

- a) Reconversão das atuais instalações militares para uso turístico, mediante uma intervenção que assegure a integração ambiental, paisagística e patrimonial do território;
- b) Preservação da memória militar, conservando e valorizando as estruturas militares mais relevantes a nível patrimonial;
- c) Condicionamento da intervenção de reconversão à elaboração de estudo de avaliação detalhada das condições geológicas e geotécnicas, de Estudo de Enquadramento Paisagístico e de Plano de Gestão Ambiental;

- d) Certificação ambiental e/ou obtenção de rótulo ecológico emitido por organismo independente e credível;
- e) Ligação à rede municipal de águas residuais e de abastecimento de água, ou, quando não seja possível, garantir sistemas autónomos fiáveis;
- f) Concretização da Estrutura Ecológica Municipal, com a utilização de espécies vegetais autóctones, características da Serra da Arrábida.

Aplicam-se a esta UOPG os usos, parâmetros urbanísticos, estrutura urbana e demais disposições definidas na Planta de Ordenamento e no presente Regulamento. Devem ainda ser observadas as servidões administrativas e restrições de utilidade pública identificadas na Planta de Condicionantes.

Os usos e parâmetros urbanísticos específicos aplicáveis a esta UOPG são os seguintes:

Usos: Turismo como uso dominante, admitindo-se comércio e serviços como usos compatíveis.

N.º máximo de pisos/Altura máxima da fachada: A definir de acordo com o Estudo de Enquadramento Paisagístico

Índice Máximo de Impermeabilização (%): Não deverá ser excedida a área impermeabilizada atualmente existente

Índice de Utilização Máximo (Iu): 0,06

Forma de execução

Esta UOPG deverá ser executada através de uma unidade de execução e/ou plano de pormenor ou operações urbanísticas.

V.3 ANÁLISE SWOT: VIABILIDADE DA PROPOSTA NO ÂMBITO DA PAISAGEM

Pontos fortes (Strengths – atributos internos):

- Elevado valor cultural de vários elementos – Conventinho, Fortes seiscentistas, Portinho da Arrábida e Matas;
- Valor natural e cultural da Lapa de Santa Margarida (e outras grutas naturais);
- Tradições ligadas à religiosidade popular (Círios);
- Riqueza ecológica dos machiais e matas da Arrábida;
- Qualidade do sistema de vistas;
- Estrutura viária reduzida ao essencial – estrada pelo alto da Serra constitui ainda um excelente miradouro, em grande parte da sua extensão;
- Baixa densidade de construção (Portinho da Arrábida e Alpertuche);
- Proximidade com o mar (transportes fluviais).

Pontos fracos (Weaknesses – atributos internos):

- Convento Velho e jardins do Santuário do Bom Jesus (Convento Novo) em estado de degradação;
- Escassez de água;
- Pressões industriais das pedreiras (minimizadas com os planos de recuperação paisagística).

Oportunidades (*Opportunities* – fatores externos):

- Gestão integrada da paisagem (equilíbrio entre a salvaguarda dos valores naturais e culturais);
- Desenvolvimento de atividades pedagógicas ligadas à Paisagem da Arrábida (sensibilização);
- Dinamização do turismo, a partir de um potencial aumento da divulgação do património cultural – desenvolvimento social, cultural e económico;
- Proximidade da área metropolitana de Lisboa;
- Motivação dos proprietários na proteção do património (benefícios fiscais);
- Nova candidatura de classificação da Paisagem (Cultural) da Arrábida como património mundial da UNESCO – “afirmação da identidade nacional” (PROTAML).

Ameaças (*Threats* – fatores externos):

- Pressões turísticas (sobrecargas de estacionamento e circulação viária), em especial na área do Portinho;
- Pressões de restrições ambientais (PNA), com conseqüente degradação e/ou perda de valores culturais possivelmente relevantes para a população residente na região;
- Dragagens do Sado;
- Dificuldade de integração da paisagem nos diplomas legais do património cultural.

**ANEXO VI – OUTRA BIBLIOGRAFIA
CONSULTADA**

- Adães, M. L. & Fortuna, A. M. (2001). *Arrábida: Serra, mar e vento*. Lisboa: Hugin.
- Araújo, G. M. (2018). *Paisagem, território e governança: aproximações conceituais e sua contribuição na gestão do património cultural*. <https://even3.blob.core.windows.net/anais/75016.pdf>
- Basto, A. R. S. (2015). *Da inventariação à salvaguarda do património paisagístico*. [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências da Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. https://sigarra.up.pt/fcup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=37840
- Belo, D. (2008). *Portugal: olhares sobre o património*. Lisboa: Círculo dos Leitores.
- Belo, D. (2012). *Portugal, luz e sombra: o país depois de Orlando Ribeiro*. Lisboa: Círculo dos Leitores.
- Bento, A. C., Pinho, I. G. de, & Coutinho, M. J. P. (Coord.). (2019). *Património arquitectónico civil de Setúbal e Azeitão*. LASA – Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão. https://research.unl.pt/ws/portalfiles/portal/15958908/Patrimonio_Final_web.pdf
- Branco, M. C., & Coito, A. (2011). *Servidões e restrições de utilidade pública*. Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. [https://www.gaiurb.pt/gaiurb/uploads/writer_file/document/456/servidoes e restricoes_utilidade_publica_dgotdu.pdf](https://www.gaiurb.pt/gaiurb/uploads/writer_file/document/456/servidoes_e_restricoes_utilidade_publica_dgotdu.pdf)
- Cabral, F. C. (1980). O “*continuum naturale*” e a conservação da natureza (pp. 35-54). Lisboa: Serviço de Estudos do Ambiente. <http://hdl.handle.net/10400.5/9238>
- Campos, D. C. (2011). *Caracterização do desporto de natureza no Parque Natural da Arrábida: riscos e potencialidades*. [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa]. Repositório da Universidade Nova. <https://hdl.handle.net/10362/6579>
- Cardoso, I. L. (Coord.). (2013). *Paisagem e património*. (1ª ed.). Dafne Editora.
- Carvalho, P. (2012). *Património cultural e estratégias de desenvolvimento em Portugal: balanço e novas perspetivas*. Imprensa da Universidade de Coimbra. <https://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0585-2>
- Cunha, M. I. F. (2013). *Concepção e valorização de um percurso pedestre no Parque Natural da Arrábida: o caso de estudo das Terras do Risco*. [Dissertação de

- Mestrado, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. <https://hdl.handle.net/10451/8201>
- Fumega, P. R., (2014). *A Serra da Arrábida e os riscos naturais*. [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra]. Repositório científico da Universidade de Coimbra. <http://hdl.handle.net/10316/27789>
- Gandra, M. J. (2004). *Círio de Nossa Senhora do Cabo Espichel: aspectos mítico-simbólicos*. Comissão das Festas de Nossa Senhora do Cabo Espichel.
- Gaspar, R. C. (2012). *Arrábida desconhecida*. Rui Canas Gaspar.
- Gonçalves, C., & Curado, M. J. (2017). *As políticas da paisagem depois da Convenção Europeia da Paisagem*. Estudos de Paisagem. <https://hdl.handle.net/10216/111193>
- Henriques, P. C., Cabrita, A., & Cunha, R. (1990). *Parques e reservas naturais de Portugal*. Editorial Verbo.
- Instituto Superior de Agronomia & Instituto da Conservação da Natureza (2004). *Avaliação da proposta de plano de ordenamento do Parque Natural da Arrábida*. ISA/ICN. <http://hdl.handle.net/10400.5/4406>
- Martins, L. F. C. (2017). *Santuário de Nossa Senhora do Cabo Espichel: intervenção e projeto para uma paisagem de finisterra*. [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10400.5/13854>
- Matos, R. S. (2010). *A reinvenção da multifuncionalidade da paisagem em espaço urbano – Reflexões*. [Tese de Doutoramento, Universidade de Évora]. Repositório da Universidade de Évora. <https://hdl.handle.net/10174/4304>
- Nunes, J. F. G. (2015). *Sanatório do Outão: a evolução da arquitetura no combate à tuberculose*. [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra]. Repositório científico da Universidade de Coimbra. <http://hdl.handle.net/10316/29926>
- Oliveira, J. A. da C. F. de, (2008), *Na Península de Setúbal, em finais da idade média: organização do espaço, aproveitamento dos recursos e exercício do poder*. [Tese de Doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da

Universidade Nova de Lisboa]. Repositório da Universidade Nova.
<http://hdl.handle.net/10362/112053>

Ribeiro, J. R. (2003). *Histórias da região de Setúbal e Arrábida – vol. 1*. Setúbal: Centro de Estudos Bocageanos.

Serrão, A. V. (Coord.). (2011). *Filosofia da paisagem. Uma Antologia*. Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.

Soares, P. V. & Ferreira, R. L. (2013). *Portinho da Arrábida: 100 anos de memórias*. Grafilinha – Trabalhos Gráficos e Publicitários.

Vilhena, A. M., & Pires, D. (Coord.). (2002). *A serra da Arrábida na poesia portuguesa*. Setúbal: Centro de Estudos Bocageanos.

Artigos de publicações periódicas:

Alarcão, J. de. (2006). As vias romanas de Olisipo a Augusta Emerita. *Conimbriga: Revista de Arqueologia*, 45, 211-251. http://dx.doi.org/10.14195/1647-8657_45_13

Carapinha, A. (2011). Paisagem enquanto país. *Boletim da Associação Portuguesa dos Arquitetos Paisagistas [APAP]*, (6), 21-25. https://www.academia.edu/11819534/A_paisagem_enquanto_Pa%C3%ADs

Mata, C. (2013). A Casa de Aveiro: poder e património. *Revista Portuguesa de História*, (44), 309-325. http://dx.doi.org/10.14195/0870-4147_44_13

Neto, C. da S. (1993). Notas sobre a flora e a vegetação do Cabo Espichel. *Finisterra*, 28 (55/56), 201-214. <http://doi.org/10.18055/Finis1869>

Rasteiro, J. (1897). Noticias archeologicas da Peninsula da Arrabida. *O Archeologo Português – Collecção Illustrada de Materiais e Noticias*, 3 (1/2), 1-48. http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publicacoes/o_arqueologo_portugues/serie_1/volume_3/1_noticias_arrabida.pdf

Arquivo (Manuscritos):

Conceição, Fr. J. da. (1702). *Carta com pedido de licença de obras* [Manuscrito não publicado], 54-IX-47 n° 363. Biblioteca da Ajuda.

Duque de Aveiro. (1659). *Ofícios* [Manuscrito não publicado], 54-VIII-53 n° 181. Biblioteca da Ajuda.

Duque de Aveiro. (1756). *Cartas* [Manuscrito não publicado], 54-XI-45 n° 8. Biblioteca da Ajuda.

Rasteiro, J. (1876-1898). *Azeitão – o Paço dos Aveiros em suas relações com a história* [Manuscrito], PT/ADSTB/PSS/JPAR/000001. Arquivo Distrital de Setúbal.
<https://digitarg.adstb.arquivos.pt/details?id=1451242>

Cartas e Convenções:

Carta de Veneza. II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos. Veneza, 25 a 31 de maio de 1964.
<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf>

Declaração do México. Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais, ICOMOS. México, 1982. [http://www.patrimonio-santarem.pt/imagens/3/Declaracao do Mexico 1985.pdf](http://www.patrimonio-santarem.pt/imagens/3/Declaracao%20do%20Mexico%201985.pdf)

Conferência de Nara. UNESCO, ICCROM e ICOMOS. Nara, 6 de novembro de 1994.
<https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/35%20Documento%20de%20Nara%20sobre%20autenticidade%201994.pdf>

Declaração de Québec. 16ª Assembleia Geral do ICOMOS. Québec, 4 de outubro de 2008.
[https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/GA16 Québec Declaration Final PT.pdf](https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/GA16%20Quebec%20Declaration%20Final%20PT.pdf)

Legislação:

Lei nº 9/70 de 19 de junho – Atribui ao Governo a incumbência de promover a proteção da Natureza e dos seus recursos em todo o território, de modo especial pela criação de parques nacionais e de outros tipos de reservas. *Diário do Governo*

nº 141/1970, I Série. Presidência da República. <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/9-1970-140853>

Decreto-Lei nº 622/76 de 28 de julho – Cria o Parque Natural da Arrábida. *Diário da República nº 175/1976, I Série*. Presidência do Conselho de Ministros. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/622-1976-430866>

Portaria nº 26-F/80 de 9 de janeiro – Aprova o Regulamento do Parque Natural da Arrábida. *Diário da República nº 7/1980, I Série*. Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Habitação e Obras Públicas. <https://dre.pt/dre/detalhe/portaria/26-f-1980-508614>

Decreto-Lei nº 19/93 de 23 de janeiro – Estabelece normas relativas à Rede Nacional de Áreas Protegidas. *Diário da República nº 19/1993, I Série-A*. Ministério do Ambiente e Recursos Naturais. <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/19/1993/01/23/p/dre/pt/html>

Decreto-lei nº 151/95 de 24 de junho – Harmoniza o regime jurídico dos planos especiais de ordenamento do território. *Diário da República nº 144/1995, I Série-A*. Ministério do Planeamento e da Administração do Território. <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/151/1995/06/24/p/dre/pt/html>

Resolução do Conselho de Ministros nº 115/97 de 9 de julho – Ratifica o PDM de Palmela. *Diário da República nº 156/1997, I Série-B*. Presidência do Conselho de Ministros. <https://data.dre.pt/eli/resolconsmin/115/1997/07/09/p/dre/pt/html>

Resolução do Conselho de Ministros nº 15/98 de 2 de fevereiro – Ratifica o PDM de Sesimbra. *Diário da República nº 27/1998, I Série-B*. Presidência do Conselho de Ministros. <https://data.dre.pt/eli/resolconsmin/15/1998/02/02/p/dre/pt/html>

Decreto-Lei nº 227/98 de 17 de julho – Proceda à alteração do Decreto-Lei nº19/93, de 23 de janeiro. *Diário da República nº 163/1998, I Série-A*. Ministério do Ambiente. <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/227/1998/07/17/p/dre/pt/html>

Decreto Regulamentar nº 23/98 de 14 de outubro – Estabelece a reclassificação do Parque Natural da Arrábida. *Diário da República nº 237/1998, I Série-B*. Ministério do Ambiente. <https://data.dre.pt/eli/decregul/23/1998/10/14/p/dre/pt/html>

Decreto-Lei nº 221/2002 de 22 de outubro – Altera o Decreto-Lei nº19/93, de 23 de janeiro. *Diário da República, nº 244/2002, I Série-A*. Ministério das Cidades,

Ordenamento do Território e Ambiente. <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/221/2002/10/22/p/dre/pt/html>

Decreto Regulamentar nº 11/2003 de 8 de maio – Altera os limites do Parque Natural da Arrábida, definidos no Decreto Regulamentar nº 23/98, de 14 de outubro. *Diário da República nº 106/2003, I Série-B*. Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-regulamentar/11-2003-580615>

Lei nº 31/2014 de 30 de maio – Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo. *Diário da República nº 104/2014, I Série*. Assembleia da República. <https://data.dre.pt/eli/lei/31/2014/05/30/p/dre/pt/html>

Resolução do Conselho de Ministros nº 45/2015 de 7 de julho – Aprova a Política Nacional de Arquitetura de Paisagem. *Diário da República nº 130/2015, I Série*. Presidência do Conselho de Ministros. <https://data.dre.pt/eli/resolconsmin/45/2015/07/07/p/dre/pt/html>

Instrumentos de Gestão Territorial:

Câmara Municipal de Palmela. (2003). *Relatório do estado de ordenamento do território*. Plano Diretor Municipal de Palmela: Revisão. https://www.cm-palmela.pt/cmpalmela/uploads/writer_file/document/2823/RelatorioEstadoOrdenamentodoTerritorio1.pdf

Câmara Municipal de Sesimbra. (2006). *Relatório de fundamentação*. Plano Diretor Municipal de Sesimbra: Revisão. <https://www.sesimbra.pt/viver/urbanismo/planos-e-programas-territoriais/pdm/revisao/relatorio-fundamentacao>

Câmara Municipal de Setúbal. (2016). *Relatório final*. Plano estratégico de desenvolvimento de Setúbal 2026. https://www.mun-setubal.pt/wp-content/uploads/2021/10/RPDMS_A_Plano-Estrat%C3%A9gico-de-Desenvolvimento.pdf

Câmara Municipal de Setúbal. (2020). *Relatório (versão para discussão pública)*. Plano Diretor Municipal de Setúbal: Revisão. https://www.mun-setubal.pt/wp-content/uploads/2021/10/RPDMS_A_Relatorio.pdf

Câmara Municipal de Setúbal. (2021). *Planta de ordenamento: Património Cultural* [Mapa]. Escala 1:25000. Plano Diretor Municipal de Setúbal: Revisão. <https://www.mun-setubal.pt/wp-content/uploads/2021/10/C2.7-Patrimonio-Cultural.pdf>

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo [CCDRLVT]. (2010). *Diagnóstico sectorial – Cultura*. Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa [PROTAML]. <http://www.ccdr-lvt.pt/pt/plano-regional-de-ordenamento-do-territorio-da-area-metropolitana-de-lisboa/54.htm>

Instituto de Conservação da Natureza [ICN]. (2005). *Planta de condicionantes* [Mapa]. Escala 1:25000. Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida. <http://www.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/ordgest/poap/popnar/resource/ordenamento/plantas-sint-condi>

Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade [ICNB]. (s.d.). *Plano sectorial da Rede Natura 2000*. Sítio Arrábida/Espichel. <https://www.mun-setubal.pt/wp-content/uploads/2018/06/PNA-SitioArrabidaEspichel-RedeNatura2000.pdf>

Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas [ICNF]. (2020). *Plano de gestão da ZEC Arrábida/Espichel*. <https://participa.pt/pt/consulta/plano-de-gestao-da-zec-arrabida-espichel>

Sítios:

Agência Portuguesa do Ambiente [APA]. (s.d.). *POOC Sintra-Sado*. Acedido a 16 de abril de 2020, em: <https://apambiente.pt/agua/pooc-sintra-sado>

Associação de Municípios da Região de Setúbal [AMRS]. (2013). *Arrábida imaterial* [Documentário]. Acedido a 10 de abril de 2020, em: <https://www.memoriamedia.net/index.php/arrabida-imaterial>

Associação de Municípios da Região de Setúbal [AMRS]. (s.d.). *PRARRÁBIDA*. Território Arrábida. Acedido a 1 de abril de 2021, em: <https://territorioarrabida.pt/>

Bettencourt, G. F. de. (1919-20). *O azeitonense: órgão independente defensor dos interesses de Azeitão e arredores*. Hemeroteca Municipal de Lisboa. Acedido a

1 de março de 2021, em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/OAzeitonense/OAzeitonense.htm>

Câmara Municipal de Palmela. (s.d.). *Património arquivístico – Forais de Palmela*. Acedido a 28 de outubro de 2021, em: <https://www.cm-palmela.pt/viver/cultura/patrimonio-cultural/patrimonio-arquivistico>

Câmara Municipal de Palmela. (s.d.). *Plano Diretor Municipal*. Acedido a 30 de março de 2020, em: <https://www.cm-palmela.pt/viver/planeamento-e-gestao-urbanistica/planos-municipais-de-ordenamento-do-territorio/plano-diretor-municipal>

Câmara Municipal de Sesimbra. (s.d.). *Enquadramento histórico*. Acedido a 27 de outubro de 2021, em: <https://www.sesimbra.pt/conhecer/patrimonio/patrimonio-edificado/fortaleza-de-santiago/enquadramento-historico>

Câmara Municipal de Sesimbra. (s.d.). *PDM*. Acedido a 30 de março de 2020, em: <https://www.sesimbra.pt/viver/urbanismo/planos-e-programas-territoriais/pdm>

Câmara Municipal de Sesimbra. (s.d.). *Vale tifónico de Sesimbra*. Acedido a 4 de novembro de 2021, em: <http://www.cm-sesimbra.pt/geocircuito/?p=87>

Câmara Municipal de Setúbal. (2020). *Revisão PDM de Setúbal*. Acedido a 28 de março de 2020, em: <https://www.mun-setubal.pt/pdm/#1581510422058-59980722-afca>

Costa, J. B. da. (2007, 14 de outubro). *Arrábida novamente*. Público. Acedido a 15 de novembro de 2021, em: <https://www.publico.pt/2007/10/14/jornal/arrabida-novamente-233599>

Direção-Geral do Património Cultural [DGPC]. (s.d.). *Legislação sobre património*. Acedido a 30 de março de 2021, em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/legislacao-sobre-patrimonio/>

Direção-Geral do Património Cultural [DGPC]. (s.d.). *Passos de um processo de classificação*. Acedido a 30 de março de 2021, em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/classificacao-de-bens-imoveis-e-fixacao-de-zep/passos-de-um-processo-de-classificacao/>

Fonseca, P. (2020, 26 de janeiro). *Depois de anos de abandono, o palácio da Arrábida que serviu de refúgio a Jackie Kennedy foi vendido por 50 milhões*. Visão.

Acedido a 7 de agosto de 2021, em:
<https://visao.sapo.pt/atualidade/sociedade/2020-01-26-depois-de-anos-de-abandono-o-palacio-da-arrabida-que-serviu-de-refugio-a-jackie-kennedy-foi-vendido-por-50-milhoes/#&qid=0&pid=1>

Fortes, M. & Gomes, C. A. (s.d.). *Romantismo, ultra-romantismo e... alquimia na Pena e na Regaleira*. Discursos e práticas alquímicas – colóquio internacional V. Acedido a 30 de março de 2021, em:
https://www.triplov.com/coloquio_05/mario_claudia_01.html

Henriques, G. (2020, 27 de junho). *Comenda. E se tivesse de levar o registo criminal para o piquenique?*. Diário de Notícias. Acedido a 8 de março de 2021, em:
<https://www.dn.pt/edicao-do-dia/27-jun-2020/comenda-e-se-tivesse-de-levar-o-registo-criminal-para-o-piquenique-12356991.html>

Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas [ICNF]. (s.d.). *Parque Natural da Arrábida*. Acedido a 30 de março de 2020, em: <http://www2.icnf.pt/portal/ap/pnat/pnar>

Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas [ICNF]. (s.d.). *Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida - Documentos*. Acedido a 30 de março de 2020, em:
<http://www2.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/ordgest/poap/popnar/popnar-doc>

Machado, M. (2008, 22 de dezembro). *Os últimos disparos do “muro do atlântico” português*. Operacional. Acedido a 12 de abril de 2021, em:
<https://www.operacional.pt/os-ultimos-disparos-do-%E2%80%9Cmuro-do-atlantico%E2%80%9D-portugues/>

Nunes, V. (Realizador). (1930). *Setúbal – Sanatório do Outão* [Documentário]. Acedido a 10 de abril de 2020, em: <https://www.youtube.com/watch?v=XWNL5B4Y5-U>

Pato, H. P. (2007). *O culto dos promontórios em Portugal*. Muçulmano e Português. Acedido a 25 de fevereiro de 2021, em:
<http://muculmanoeportugues.blogspot.com/2019/02/o-culto-dos-promontorios-em-portugal.html>

Ramos, B. C. (s.d.). *Vila Nogueira de Azeitão – Da pré-história à ocupação árabe*. Acedido a 20 de janeiro de 2021, em:
<http://www.azeitao.net/azeitao/preazeitao.htm>

- Rito, A. (2018. 21 de outubro). *Os canhões da Arrábida que protegem a costa portuguesa estão abandonados – e vandalizados*. NiT. Acedido a 30 de março de 2021, em: <https://www.nit.pt/fora-de-casa/na-cidade/os-canhoes-da-arrabida-que-protegem-a-costa-portuguesa-estao-abandonados-e-vandalizados>
- Rito, F. A. (2020, 24 de outubro). *Areia das dragagens do Sado não vai ser usada para encher praias da Arrábida*. Público. Acedido a 26 de outubro de 2020, em: <https://www.publico.pt/2020/10/24/local/noticia/areia-dragagens-sado-nao-vai-usada-encher-praias-arrabida-1936598>
- Ventura, R. (2013). *O eixo e a árvore: notas sobre a sacralização do território arrábido*. Círculo António Telmo. Acedido a 1 de abril de 2021, em: <https://circuloantoniotelmo2.wordpress.com/2013/05/15/um-ensaio-inedito-de-ruy-ventura-sobre-a-regiao-da-arrabida/>
- Vieira, P.S. (2020, 12 de outubro). *Carta aberta – Salvem o Portinho da Arrábida!*. O Setubalense. Acedido a 30 de março de 2021, em: <https://osetubalense.com/opiniao/2020/10/12/carta-aberta-salvem-o-portinho-da-arrabida/>